

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
CRISTIANE RODRIGUES SOARES ALMEIDA

**O GOVERNO JOÃO GOULART NAS PÁGINAS DA
*FOLHA DE S. PAULO***

UBERLÂNDIA/MG
2008

CRISTIANE RODRIGUES SOARES ALMEIDA

**O GOVERNO JOÃO GOULART NAS PÁGINAS DA
*FOLHA DE S. PAULO***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Prof. Dr^a Kátia Rodrigues Paranhos.

UBERLÂNDIA/MG
2008

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S676g Almeida, Cristiane Rodrigues Soares, 1981-
O governo João Goulart nas páginas da Folha de S.
Paulo / Cristiane Rodrigues Soares Almeida. Uberlândia,
2008.
187 f. : il.

Orientadora : Kátia Rodrigues Paranhos.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia
Programa de Pós-Graduação em História.
Inclui bibliografia.

1.Folha de São Paulo (Jornal). 2. Brasil - História -1961-1964
Teses. 3. Brasil - História - Séc. XX - Fontes - Teses. I. Paranhos,
Kátia Rodrigues. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa
de Pós-Graduação em História. III. Título.

CDU: 981.095

CRISTIANE RODRIGUES SOARES ALMEIDA

**O GOVERNO JOÃO GOULART NAS PÁGINAS DA
*FOLHA DE S. PAULO***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr^a Kátia Rodrigues Paranhos - Orientadora/UFU

Prof. Dr^a Lucília de Almeida Neves Delgado – PUC/MG

Prof. Dr. Adalberto Paranhos - UFU

A Deus, a minha mãe Maria Rodrigues, pelo amor, apoio e incentivo, às minhas irmãs, por tudo que representam na minha vida, e ao Antônio, pelo carinho, companheirismo e pela palavra amiga naqueles momentos mais tortuosos.

AGRADECIMENTOS

Em cada etapa de nossa vida estamos constantemente cercados de pessoas, compartilhando nossos sonhos e conquistas. No desenrolar dessa Dissertação existiram pessoas que merecem ser lembradas pelo apoio e companheirismo em vários momentos.

A minha orientadora Kátia Paranhos pelos diálogos sempre pertinentes, pelo apoio e incentivo no decorrer da minha pesquisa. Aos professores Adalberto Paranhos e Maria Clara Tomaz Machado pela significativa contribuição ao trabalho no Exame de Qualificação.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio a pesquisa desenvolvida no Mestrado. Aos professores do Instituto de História, que contribuíram para minha formação acadêmica. Aos funcionários: Gaspar, Maria Helena, Luciana, João Batista e Abadia sempre prestativos. A todos os membros do Núcleo de Pesquisa em Cultura Popular, Imagem e Som – POPULIS - espaço de extrema importância para o desenvolvimento e amadurecimento intelectual.

À minha mãe, pelo apoio e carinho despendido a mim, pelo seu esforço em me ajudar em todos os momentos. Ao querido Antônio pelo respeito, carinho e pela paciência nos momentos conturbados dessa trajetória. As minhas irmãs por me apoiarem sempre, em todos os aspectos.

Aos meus amigos do Mestrado, Leudjane, Fabiana, Gilmar, Juliana, Gisele e Orlanda pelas discussões, amizade e significativa contribuição intelectual. Ainda aos amigos Tadeu, Floriania, Roberta, Luciana, pelo apoio nessa caminhada e, acima de tudo, pelas conversas e incentivos em todos os momentos.

RESUMO

No decorrer deste trabalho discuto - a partir da relação história/imprensa - as interpretações do jornal *Folha de S. Paulo* sobre o período correspondente ao governo de João Goulart (1961-1964). Esse jornal repercutiu em suas páginas diversas questões referentes a esse governo, se posicionando ora contra, ora a favor, participou dos constantes debates políticos e ideológicos que fervilharam naquele período. E, acima de tudo, se empenhou na construção de determinada representação desse momento histórico.

A minha pesquisa consiste em verificar através das notícias veiculadas nesse jornal, a representação que ele construiu sobre esse período. Procuro mostrar como a *Folha de S. Paulo* retratou esse contexto e qual a sua posição em relação aos projetos políticos propostos por João Goulart e a sua participação no desfecho do golpe. Atrelada a essa discussão analiso a questão da imprensa com suas táticas e articulações, evidenciando o seu papel como canal de expressão de interesses políticos, partidários e ideológicos.

Palavras chave: Imprensa, Folha de S. Paulo, João Goulart.

ABSTRACT

Along this work, I discussed - from the relationship story / press - the *Folha de São Paulo* newspaper interpretations on the corresponding period of Joao Goulart's government (1961-1964). This newspaper reverberated on its pages various issues related to that government, sometimes for or against, and had participated in the political and ideological debates that boiled frequently during that period. And, above all, engaged in the construction of a determined representation of that particular historical moment.

The present research is to check through the article in this newspaper about the representation it has built in that period. It intend to show how the *Folha de São Paulo* portrayed this given context and what is its position concerning the political projects proposed by Joao Goulart and its participation in the outcome of his deposal. Linked to this discussion I analyze the press issue along with its tactics and articulations highlighting its role as a channel of expression of political interests, and ideological supporters.

Keywords: press, *Folha de S. Paulo*, João Goulart

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	08
 CAPÍTULO I: Pela Legalidade! A <i>Folha de S. Paulo</i> e a posse de João Goulart.....	24
1.1: Olhares sobre a <i>Folha de S. Paulo</i> e sua trajetória política.....	25
1.2: Entre a legalidade e o veto à posse de Goulart.....	39
1.3 : Parlamentarismo: sim ou não?.....	52
 CAPÍTULO II: Leituras e posições políticas da <i>Folha de S. Paulo</i> sobre o plebiscito e as reformas de base	71
2.1: Plebiscito: sim, não? Vamos pensando!.....	72
2.2: Reforma agrária: na lei ou na marra?.....	94
 CAPÍTULO III: Golpismo ou democracia nas páginas da <i>Folha de S. Paulo</i>?.....	120
3.1: Comício ou provocação?.....	128
3.2: A Marcha da Família com Deus pela Liberdade.....	135
3.3: A revolta dos marinheiros.....	145
3.4: O desfecho golpista	151
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	163
 ARQUIVOS PESQUISADOS E FONTES	169
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	182

INTRODUÇÃO

Como todo trabalho, este possui uma trajetória que lhe é peculiar: teve início em um momento em que, aos olhos de muitos, constitui-se o término de um processo, isto é, a defesa da monografia, apresentada no final do curso de graduação em História. As ponderações feitas pela banca examinadora apontavam para o começo de uma nova caminhada, na medida em que sugeriam a continuidade da pesquisa, pois, em se tratando da *Folha de S. Paulo* e considerando a sua atual dimensão e sua importância na imprensa nacional, este jornal incita novas e mais profundas investigações.

Ao longo da monografia, refleti sobre as publicações referentes aos quarenta anos do golpe civil-militar feitas pela *Folha de S. Paulo* em 2004. Analisei reportagens tanto de profissionais atuantes no jornal quanto de intelectuais, militares e civis que escreveram para a *Folha* nesse momento, ora apresentando-as separadamente com as suas singularidades, ora mostrando as suas ligações. A partir do contato com as discussões sobre os quarenta anos do golpe, percebi o quanto seria importante tratar a posição desse diário paulista em outra conjuntura histórica. Impulsionava-me compreender esse periódico e seus discursos em torno dos mesmos assuntos, mas inseridos no calor dos acontecimentos, quais sejam: os frementes anos do governo João Goulart (1961-1964).

Na minha análise, tenho como ponto de partida o ano de 1961, por considerar que esse período, com a renúncia de Jânio Quadros em meio a uma série de conflitos políticos, desencadeados principalmente por militares que não aceitavam a conseqüente posse de João Goulart, representa um momento de grande relevância para se compreender o desenrolar desse governo e o desfecho de uma trama que culminou com o golpe de 1964. Ao remontar a esse contexto, busco compreender de que forma a *Folha*, considerada um importante veículo da imprensa brasileira, reportou e se posicionou frente às circunstâncias políticas da época.

Nesta perspectiva, como pontua Marc Bloch, são as indagações do presente que nos levam ao passado; as escolhas por determinados assuntos e recortes não são aleatórias, assim como não o são nossas inquietações, interrogações e problemáticas,

pois são influenciadas, em grande medida, pelo nosso presente.¹ É a partir desse presente cheio de traços do passado que me proponho a estudar o período do governo Goulart através da *Folha de S. Paulo*.

Iniciei minha pesquisa pelo acervo de microfilmes da Biblioteca “Acadêmico Luiz Viana Filho”, do Senado Federal, em Brasília, na qual foram encontradas todas as edições da *Folha de S. Paulo* publicadas no período de análise. Nessa biblioteca fiz todo o processo de digitalização das reportagens. Foi também nesse acervo que pesquisei outro jornal: *Jornal do Brasil*, com o qual dialoguei, em alguns momentos, no decorrer deste texto.

A visita ao setor de microfilmes da Câmara dos Deputados foi igualmente imprescindível, pois nesse arquivo tive contato com dois importantes jornais que circularam no período: *O Estado de S. Paulo* e *Tribuna da Imprensa*, essenciais para o cruzamento de debates com a *Folha de S. Paulo*.

Após ter em mãos todas as reportagens necessárias à pesquisa, fiz outro levantamento no arquivo da *Folha de S. Paulo*, concentrando-me na análise da pasta que destaca a história da *Folha*, organizada pela própria empresa jornalística, e que contém importantes reportagens sobre a sua trajetória.

O diário *Folha de S. Paulo*, pertencente ao grupo Frias, é hoje o jornal de maior tiragem do Brasil. A sua mais importante fase de crescimento ocorreu no fim da década de 1970 e nos anos de 1980, em especial durante a campanha pelas Diretas-já,² da qual retirou dividendos políticos significativos ao engajar-se na causa.³ Esse momento foi crucial para que maquiasse sua imagem como a de um meio de comunicação comprometido com a democracia.

O final dos anos 1970 foi um momento propício para a *Folha* engajar-se na campanha pelas Diretas-já, pois, segundo Alzira Alves Abreu, tanto a censura quanto a autocensura sobre os meios de comunicação foram amenizadas e, desse modo, “os jornais e revistas passaram a agir com mais desenvoltura em defesa da volta à

¹ BLOCH, Marc. **Apologia da História, ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

² Amplo movimento por eleições presidenciais diretas no Brasil, que alcançou o seu auge em 1984, quando a ditadura militar imposta ao país em 1964 vivia seu estertor.

³ A tiragem média diária da *Folha* em 1984 era de aproximadamente 120.000 exemplares; esse número saltou para 200.000 em 1987, chegando ao final dos anos 1990 à quantia de 300.000 exemplares. Cf. ARBEX JR., José. **Showrnlismo**: a notícia como espetáculo. São Paulo: Casa Amarela, 2001, p. 141.

democracia, da anistia e da liberdade de expressão”⁴. Foi nesse período que políticos de oposição e novas lideranças sindicais conquistaram maiores espaços no cenário político. Sem falar que Geisel e o general Golbery do Couto e Silva já articulavam um projeto de distensão política com o propósito de recuperar o apoio da sociedade.

Celina Duarte destaca o posicionamento dos jornais nos momentos de transição política, tendo como base a idéia de que a imprensa é um mecanismo de ação política de rápida reativação, em particular quando o contexto é propício a mudanças de opinião.

[...] nos primeiros momentos da transição de regimes fechados para regimes políticos mais abertos ela pode assumir uma posição política de destaque, aparecendo como principal caixa de ressonância de anseios dos diferentes setores da sociedade, como o principal palco do debate político, e podendo inclusive agir como elemento propulsor de reativação dos demais canais de participação e co-promotor da reorganização política da sociedade.⁵

A *Folha de S. Paulo* soube aproveitar o momento favorável ao restabelecimento da democracia, desempenhando papel estratégico na reabertura política. Mas seu engajamento estava longe de ser mero compromisso com uma causa política. Como diz Bernardo Kucinski:

Ao se lançar com todo o empenho na campanha pelas Diretas-já, de 1984, a ponto de conduzir a campanha, a *Folha de S. Paulo* perseguiu o poder político não pelo político, mas primordialmente para fazer o *marketing* de si mesma. Era o *marketing* de lançamento da *Folha* como o jornal da abertura política, um jornal com ideologia, com aura.⁶

Em outras palavras, o jornal aproveitou os “ventos” da abertura para se empenhar na criação de uma imagem que lhe garantisse mais aceitação pública. Nessa mesma direção, Cláudio Abramo relata que a *Folha de S. Paulo* decidiu mudar por razões de competição de mercado.

⁴ ABREU, Alzira Alves de. **A modernização da imprensa**, (1970-2000). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002, p. 25.

⁵ DUARTE, Celina Rabello. **Imprensa e redemocratização no Brasil**: um estudo de duas conjunturas, 1945 e 1974–1978. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), PUC, São Paulo, 1987, p. 8.

⁶ KUCINSKI, Bernardo. **A síndrome da antena parabólica**: ética no jornalismo brasileiro. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 1998, p. 75.

A *Folha* podia obedecer integralmente à censura, mas não era de confiança. Ao contrário de hoje, não fazia parte do poder. Frias percebeu então que seu jornal só poderia prosperar num regime democrático, e por isso adotou uma linha combativa.⁷

Até então, o periódico gozava de pouco prestígio e era pouco influente — ainda lhe faltava densidade política. Das reuniões entre Otávio Frias Filho, Frias (pai), Cláudio Abramo e Boris Casoy, veio a resolução de explorar as possibilidades da abertura política; com isso, o diário entrava numa nova fase. Casoy apresenta três motivos para essa transformação nos anos do regime militar: “percepção nítida de que a sociedade brasileira estava reagindo ao regime militar; percepção das novas lideranças políticas que surgiam e [...] percepção de que poderia ser porta-voz e farol dessa sociedade”.⁸ Disso se pode deduzir que esse diário paulistano só mudou sua postura quando percebeu a possibilidade de alcançar ganhos relevantes no mercado. Após seu engajamento, obteve grande peso político, o que levou a uma mudança substancial no seu quadro editorial. Com a campanha, o jornal consolidou o trabalho que havia começado alguns anos antes.

Entre 1978 e 1982, o jornal havia adotado uma série de posições importantes, como a defesa da anistia e da convocação de uma Assembléia Constituinte, que iriam refletir-se depois na imagem de ser o veículo mais identificado com a volta da democracia ao país.⁹

Após as Diretas-já, a *Folha de S. Paulo* procurou afirmar-se sobretudo como um jornal imparcial, plural e apartidário. Dizia que essas características eram possíveis graças, em grande parte, à sua estabilidade financeira. Uma vez conquistada essa “independência”, as discussões tomaram novos rumos — como se apenas as finanças determinassem sua liberdade de posição quanto a este ou aquele assunto, quando se sabe que isso envolve mais fatores, relacionados com os interesses dos donos, dos anunciantes e de outras pessoas e instituições de alguma forma ligadas ao jornal.

⁷ ABRAMO, Cláudio. **A regra do jogo: o jornalismo e a ética do marceneiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 88.

⁸ CASOY, Boris *apud* MAGALHÃES, Mário. Militares ameaçam suspender circulação. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, fev. 2001. Política. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/80anos/>>. Acesso em: 22 ago. 2004.

⁹ *Idem, ibidem*.

Em 1981, publicou o documento, de circulação interna, “A Folha e alguns passos que é preciso dar”¹⁰ – base para a primeira sistematização editorial e de edição textual. Em 1984, lançou outro documento similar — “A Folha depois da campanha das Diretas-já”¹¹ — e criou um manual da redação.¹² O passo mais significativo para mudança, porém, foi dado em 1984 com a implantação de um novo projeto editorial cuja política era, nas palavras da *Folha*, a prática de um jornalismo crítico, apartidário, moderno, pluralista, voltado para a defesa de interesses gerais inclusive da sociedade brasileira.

A proposta de mudança rendeu mais influência política e mais inserção no mercado — outra definição de jornal perante os leitores —, o que fez muitas pessoas acreditarem que a *Folha de S. Paulo* talvez fosse o exemplo por excelência de imprensa democrática no país. E até hoje perduram traços dessa representação de veículo diferenciado na grande imprensa. Tido como pluralista, arejado politicamente e culturalmente, granjeou simpatias, aqui e ali, menores ou maiores, junto a setores sociais distintos.

Contudo, como observa Carla Luciana Silva, o mais relevante é que a *Folha de S. Paulo*

[...] oculta, relega ao esquecimento o apoio que deu ao golpe e às medidas repressivas sob julgo militar. A *Folha* se adaptou aos rumos da abertura, no momento em que a democracia se colocava como necessária ao projeto de “modernização”. O jornal buscou se construir como o “jornal das diretas”. Mas, com isso, oculta que não apenas apoiou a ditadura, mas também exigia editorialmente que o governo de Jango fosse derrubado.¹³

As publicações referentes aos 40 anos do golpe, em 2004, vieram endossadas por essa política de pluralidade e neutralidade. A *Folha de S. Paulo* publicou diversas reportagens sobre esse movimento, produzidas tanto por civis quanto por militares, por articulistas do jornal e intelectuais (que, em alguns casos, apresentavam divergências políticas e ideológicas), deixando entrever a diversidade de tendências. No entanto, até que ponto a sua postura nos debates em torno dos 40 anos do golpe pode ser

¹⁰ Este projeto está disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/conheca/projetos-1981-1.shtml>>. Acesso em: 04 out. 2006.

¹¹ *Idem, ibidem*.

¹² Folha de S. Paulo. **Manual geral da redação**. São Paulo: Folha de S. Paulo, 1984.

¹³ SILVA, Carla Luciana. Imprensa e ditadura militar: padrões de qualidade e construção de memória. **História & Luta de Classes**, n. 1. Rio de Janeiro: ADIA, abr. 2005, p. 49.

considerada pluralista, neutra ou imparcial? A escolha dos artigos a serem publicados já não expressa um posicionamento do próprio jornal?

Não existe imparcialidade na imprensa, mesmo que se abra espaço para diversas abordagens e autores. Sabe-se que só é publicado aquilo que está de acordo com as diretrizes do jornal, ou seja, todas as matérias a comporem as edições passam pelo crivo dos seus dirigentes. Mais do que privilegiar pluralismo e imparcialidade, a *Folha* atende a regras do mercado que requer uma variedade de notícias e opiniões sobre determinado assunto. Assimila interesses e projetos de diferentes forças sociais, articulando-os segundo a ótica ou interesses de seus proprietários, anunciantes, leitores e grupos sociais que representa.

Ao mesmo tempo em que permitia e até estimulava a interação de múltiplos discursos, a *Folha* se preocupava em salientar a autoria dos textos para se preservar da polêmica que se formava em torno do assunto. Um bom exemplo é o artigo escrito por Jarbas Passarinho¹⁴, *Julgar pressupõe equilíbrio*, e publicado em 19 de março de 2004, no qual ele faz algumas considerações contundentes sobre o golpe. Bem acima do texto, o aviso de que “os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir diversas tendências de pensamento”.¹⁵

Embora esse diário maquie sua participação e sua cooptação à ditadura militar instalada em 1964, os anos frementes do governo de João Goulart mostram sua participação escancarada no movimento conspiratório de 1964, e isso — para dizer o mínimo — arranha a imagem democrática que o jornal procurou construir de si.

Ao longo deste trabalho, mostro como a *Folha de S. Paulo* comportou-se na década de 1960 e certas contradições no seu discurso. Nas notícias que veiculou, verifico a leitura que o jornal fez desse período. Para tanto, recorto algumas temáticas, quais sejam: plebiscito, reforma agrária e “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, que tiveram grande importância naquele momento e, de certa forma, permitem perceber a atuação política do diário no governo Goulart. Ao contrário da sua projeção hoje, a *Folha de S. Paulo*, no início dos anos 1960, era um jornal de pouco prestígio político, de tiragem diária pequena, de 177.061 exemplares (tiragem calculada

¹⁴ Jarbas Passarinho é coronel da reserva. Foi governador do Pará (1964-65) e senador pelo Estado em três mandatos (1967-74; 1975-82; 1987-95). Foi ministro da Educação no governo de Médici; da Previdência no governo de Figueiredo e da Justiça no governo Collor de Melo.

¹⁵ PASSARINHO, Jarbas. *Julgar pressupõe equilíbrio*. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 19 mar. 2004. Caderno de Brasil, p. A2.

de janeiro a abril de 1962)¹⁶, que a punha em desvantagem perante os diários do eixo Rio-São Paulo como *O Estado de S. Paulo*, *Jornal do Brasil* e *Correio da Manhã*.

Minha proposta é verificar como um jornal como a *Folha de S. Paulo*, sem assentar-se numa forte estrutura empresarial, comportou-se durante a crise política que se instaurou no país no período estudado. Qual era sua posição política? Ela se diferenciou da postura dos grandes jornais?¹⁷

No período abordado, a *Folha de S. Paulo* incluía os cadernos Política, Economia e Finanças, Esportes e Ilustrada (com colunas sobre literatura, teatro, horóscopo, artes plásticas, música popular, rádio e tevê). Cada exemplar era composto de 15 páginas em média. Em geral, as manchetes eram vazadas em letra de tamanho maior e ocupavam quase toda a largura horizontal da página.

Minha análise enfoca as matérias publicadas no caderno Política — o primeiro. Se atentarmos para sua composição, constatamos que o número de páginas variava conforme a repercussão do assunto, isto é, conforme sua relevância na opinião do jornal. Era comum a página 2 desse caderno vir cheia das notícias internacionais mais recentes, sobre os mais variados assuntos, mas cabe, no entanto, uma pequena ressalva: a maioria das reportagens publicadas referia-se à antiga URSS, a Cuba e à política externa dos Estados Unidos. Era o reflexo de uma conjuntura internacional dominante: grande polarização entre os países do bloco capitalista e os países comunistas. Não é difícil entender o porquê dessas preferências num momento de constantes políticas contrárias a esses países e de temor à propagação do comunismo. O jornal preocupou-se em divulgar as últimas notícias sobre o que estava ocorrendo nesses países, principalmente no campo político, mas geralmente essas reportagens vinham sob a ótica dos estadunidenses. O interesse de publicar tais assuntos era o de levar a população a “precaver-se” contra o suposto perigo de disseminação do comunismo no Brasil.

¹⁶ **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 30 abr. 1963.

¹⁷ Há uma diversidade de trabalhos que analisam o posicionamento da imprensa nesse período: OLIVEIRA, Maria Rosa Duarte de. **João Goulart na imprensa**: de personalidade a personagem. São Paulo: Anablume, 1993; GOMES, Ana Cláudia Masagão de Paula. **A cruzada anticomunista de Carlos Lacerda**: a Tribuna da Imprensa na crise de 1964. Dissertação PUC, São Paulo, 1995; CAMPOS, Fátima Gonçalves. **Visões e vozes**: o governo Goulart nas páginas da Tribuna da imprensa e Última Hora (1961-1964). Dissertação de Mestrado. Niterói: ICHF – UFF, 1996. Entretanto, são poucos os estudos que tenham a *Folha de S. Paulo* como objeto de análise nessa conjuntura, como é o caso de DIAS, Luiz Antonio. **O poder da imprensa e a imprensa do poder**: a Folha de S. Paulo e o golpe de 1964. Dissertação de mestrado em História, UNESP, Assis, 1993.

Embora abrangesse temas diversos, a página 3 centrava-se na divulgação de notícias nacionais. Nessas reportagens sobressaíam-se temas políticos: crises entre partidos, projetos apresentados na Câmara e no Senado, trechos de entrevistas das principais lideranças políticas, projetos dos partidos e fatos sobre os governadores dos estados, como renúncias e propostas políticas. Nota-se, no entanto, a preferência à divulgação de assuntos sobre a União Democrática Nacional (UDN), seus principais projetos e metas, críticas de alguns membros desse partido a Goulart, principalmente provenientes do então governador do Estado da Guanabara Carlos Lacerda.

Entre as páginas 3 e 4 figurava o quadro “Política na opinião alheia”, sobre o que diziam outros jornais a respeito de assuntos mais candentes; era comum a divulgação de pequenos trechos do *Diário de Notícias*, *Correio da Manhã*, *O Globo*, *Última Hora*, geralmente reforçando a argumentação da *Folha*. A página 4 trazia o editorial (no canto superior esquerdo) e as colunas “Cartas à redação”, “Notícias dos estados”, “Notas do interior”, “Necrologia” e “O sal de cada dia” (assinada por Mário Mazzei sob o pseudônimo Pedro Leite) – esta não publicada todos os dias –, além das principais notícias sobre a política brasileira. Algumas colunas (como a “Momento eleitoral”, de Arnaldo Malheiros) eram publicadas ou na página 3 ou na 5 — esta veiculava ainda assuntos nacionais.

Como o período de análise cobriu quatro anos, notei mudanças na disposição das matérias nesse caderno. A partir de agosto de 1963, a coluna “O sal de cada dia” se deslocou para a página 5 e o editorial passou a ocupar posição central em todo o comprimento da página 4, que deu espaço também às publicações de trechos de crônicas literárias, situadas no canto esquerdo e assinadas por diversos escritores, tais como Carlos Heitor Cony e Cecília Meirelles. Na página 3 se tornaram freqüentes artigos assinados por D’Alembert Jaccoud e, dentre os poucos textos de autoria identificada, havia ainda os de Ivo F. Ghiuro e Emir M. Nogueira, que apareciam esporadicamente.

Nesse período, o corpo redacional da *Folha* contava com Emir M. Nogueira, Mário Mazzei, Raul Pompeu, Constantino Ianni e José Reis – profissional que, com a mudança de proprietários ocorrida em 1962, atuou como diretor de redação até 1967. É difícil apresentar com precisão a relação das pessoas que trabalharam na redação da *Folha* nesse momento, uma vez que eram poucas as colunas assinadas e não havia publicações contendo os nomes dos principais agentes do jornal.

No início de meu trabalho, tive a intenção de pesquisar, além dos editoriais, reportagens assinadas, a fim de explicar melhor o posicionamento da *Folha* e observar possíveis controvérsias nos seus discursos. Entretanto, ao analisar o diário paulista naquele período, percebi o pequeno índice de textos com autoria determinada que, quando apareciam, geralmente abordavam outras questões, não menos importantes, mas que não foram escolhidas como foco de análise. Sem falar que essas reportagens assinadas se tornaram mais presentes a partir de 1963.

A seção “Carta dos Leitores” também se constituía, a princípio, um campo de análise. Pretendi analisar a visão do leitor sobre os acontecimentos, a sua postura em relação às reportagens publicadas pela *Folha*, uma vez que esse espaço revela a expectativa não apenas daqueles que escreveram para o jornal e manifestaram sua opinião, mas também a de muitos outros que não contribuíram com textos, mas compartilhavam o mesmo pensamento. Ao investigar tal seção, notei que, frequentemente, apareciam temas ligados a problemas urbanos na cidade de São Paulo, como a precariedade dos meios de transportes e conflitos na área de educação. As problemáticas políticas eram pouco exploradas.

Por esses motivos, resolvi basear minha pesquisa principalmente nos editoriais, por ver neles discussões mais interessantes e intensas sobre a temática abordada. Os editoriais eram apresentados como manchetes dos assuntos mais candentes, dos principais projetos propostos por João Goulart, que representam o meu interesse na investigação. No entanto, não estou desconsiderando a totalidade do jornal e muito menos fiz uma leitura rasa dos outros textos. Tenho clareza de que a opinião da *Folha* não se reflete apenas nos editoriais, mas também nas outras publicações, ainda que sob a forma camuflada de informação. Apesar de essas outras reportagens muitas vezes não serem explicitadas no corpo da dissertação, serviram como subsídios para compreensão dos editoriais, visto que não estão desconectadas. O jornal construiu o seu posicionamento e a sua leitura sobre determinado assunto ao longo de toda a sua publicação, seja na distribuição das páginas, no tamanho dos artigos ou nas chamadas de cada matéria.

Nessa conjuntura, devido à ênfase que atribuí a ele, ressalto a importância do caderno de política. Era um momento em que o jornalismo político vivia o seu apogeu,

“acompanhava reivindicações e contestações político-ideológicas”.¹⁸ Não só a imprensa, mas também amplos setores da sociedade brasileira caracterizaram-se pelo seu engajamento político, em prol de uma sociedade mais igualitária e justa. No meio jornalístico, era dada suma importância aos acontecimentos políticos, daí a quantidade de páginas despendidas a informações desta natureza.

Cabem aqui algumas palavras sobre o uso de fontes periódicas no trabalho do historiador, num diálogo com a bibliografia que enfoca essa discussão e que se impõe para que se possam revelar múltiplos olhares sobre uma mesma fonte, até porque “o documento não é isolado, mas existe em relação a outros que ampliam o seu sentido e permitem maior aproximação da realidade”.¹⁹ Dessas fontes extraí elementos relevantes para subsidiar minha análise e chegar à compreensão do meu objeto de estudo.

A relação entre história e imprensa foi discutida por Jean Pierre Rioux, para quem ela produz bons resultados para o jornalista — que ao empregar métodos da investigação histórica passa a ter seu trabalho mais valorizado e menos submetido ao esquecimento — e para o historiador — que pode ampliar suas fontes documentais ao recorrer a textos de jornais para compreender determinado assunto. De acordo com Rioux, tal encontro permite usufruir um tipo de história calcada não só no passado — porque usa análises do presente —, mas também num tipo de jornalismo que, mais que trazer à tona os fatos, o faz segundo uma legitimação histórica.²⁰

Considero que todo trabalho que usa a imprensa como fonte de pesquisa deve estudá-la com apuro porque ela age no campo político-ideológico. Como todo jornal escolhe os acontecimentos e hierarquiza as informações que vai pôr em suas páginas, segundo seu filtro, as notícias e opiniões que imprime denotam sua atitude. Logo, a maneira como a *Folha de S. Paulo* publicou suas matérias sobre os eventos aqui discutidos evidencia sua posição no conflito. Eis por que devemos considerar a ação da imprensa como prática constituinte da realidade social que pode, portanto, intervir nos projetos políticos em marcha.

¹⁸ ABREU, Alzira Alves de. 1964: a imprensa ajudou a derrubar o governo Goulart. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). **João Goulart: entre a memória e a história**. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2006, p. 108.

¹⁹ MARSON, Adalberto. Reflexões sobre o procedimento histórico. In: SILVA, M. A. da (org.). **Repensando a história**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1984, p. 53.

²⁰ RIOUX, Jean Pierre. Entre história e jornalismo. In: CHAVEAU, A. e PHILIPPE, T. (orgs.). **Questões para a história do presente**. Bauru: Edusc, 1999, p. 120.

Para Laura Antunes Maciel, a imprensa se caracteriza como um lugar privilegiado da construção de sentidos para o presente e como prática de memorização do acontecer social. Por isso importa refletir sobre o modo como se articularam, no período estudado, as diferentes forças capazes de produzir representações históricas e buscar conexões com instituições dominantes, visto que o jornal se insere nessas disputas e reforça valores de certos grupos. Seja em artigos de fundo, editoriais ou matérias, assinadas ou não, sempre há uma tomada de posição que pode ser revelada na escolha de dada palavra, por exemplo.²¹

Nestes termos, a pesquisa apoiada no jornal exige uma leitura mais detalhada para desvendar seus múltiplos textos e descobrir o não-dito; exige uma leitura das entrelinhas de seus discursos para se compreender a fala de quem os produz e a quem se destinam — o falante/escritor é um sujeito ideológico. Há de se levar em conta que os jornais em geral representam interesses de certos grupos, aos quais suas páginas dão voz. Reside aí a contradição apontada por Beatriz Kushnir: se os meios de comunicação devem fiscalizar o poder, como podem fazê-lo se são empresas privadas?²² Em vez de fiscalizar, na maioria das vezes a imprensa — observa Mino Carta — “serve o poder porque o integra compactamente, mesmo quando no dia-a-dia toma posições contra o governo ou contra um ou outro poderoso. As conveniências de todos aqueles que têm direito ao assento à mesa do poder entrelaçam-se indissolúvelmente”.²³

E é nessa participação constante no poder público que, muitas vezes, os jornais exercem o papel de partidos políticos. Weffort mostra a proximidade existente entre partidos e jornais, citando o exemplo de dois periódicos: *O Estado de S. Paulo* e a *Folha de S. Paulo*, o primeiro quando da sua atuação nos embates que precederam o golpe de 1964, e o segundo na campanha das Diretas. Ambos, segundo o autor, desempenharam funções predominantes dos partidos políticos, isso porque agiram não apenas no campo da opinião, mas na ação. O jornal *O Estado de S. Paulo* se empenhou

²¹ Cf. MACIEL, Laura Antunes. Produzindo notícias e histórias: algumas questões em torno da relação telégrafo e imprensa – 1880/1920. In: FENELON, Déa Ribeiro; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun (orgs.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho d'Água, 2004, p. 14 e15.

²² KUSHNIR, Beatriz, **Cães de guarda: jornalistas e censores do AI-5 à Constituição de 1988**. São Paulo: Boitempo, 2004, p. 55.

²³ CARTA, Mino. Prefácio. In. ABRAMO, C., *op cit.*, p. 11.

num esquema conspiratório para derrubada de Goulart e a *Folha* também desempenhou importante intervenção na abertura política.²⁴

Na mesma linha de interpretação, Arbex considera que a imprensa não só atua como partido, mas ela própria é partidária, é toda movida por interesses que não são públicos, são ideológicos, econômicos; “é um veículo privado que trata de assuntos que não são privados, que são da esfera pública. E assim, esses assuntos da esfera pública são tratados de forma privada quanto ao seu conteúdo, ao seu direcionamento, ou a maneira pela qual eles são analisados.”²⁵

Desse modo, pensar historicamente a imprensa é demonstrar que, para além de recuperar personagens, datas e determinadas atitudes políticas, o historiador que se propõe a estudar os jornais deve buscar entender o diálogo que esses meios de comunicação estabelecem com o seu momento histórico, demonstrando, assim, a sua relevância histórica, pois nenhum documento está dissociado do contexto no qual está inserido.

Adotar jornais como fonte requer consciência de que eles são produtos de empresas privadas que prestam serviços de comunicação. Sobre isso, Kushnir adverte que essas empresas “vendem um serviço” (a notícia, a análise, a opinião), negociam com a veracidade dos fatos.²⁶ A autora lembra outra questão crucial: o vínculo entre imprensa e Estado. Como ela ressalta, as empresas de comunicação no Brasil quase sempre têm no governo seus principais clientes de publicidade; portanto, a pretensa “veracidade das informações” jornalísticas é frequentemente comprometida pelo interesse de destacar uma ou outra versão dos fatos dentre várias possíveis.

Acrescente-se que os jornais são agentes dos processos políticos. Para Maria Alzira Abreu, muitas vezes o leitor/ouvinte/espectador é levado a perceber a realidade e se posicionar ante os acontecimentos partindo de uma perspectiva traçada pelos veículos de comunicação.²⁷ Ao admitir a influência da imprensa sobre o leitor, é preciso ter cuidado com esse tipo de análise porque o processo de comunicação não pode ser reduzido à transmissão de informações. Como observa Raymond Williams, transmitir é

²⁴ Cf. WEFFORT, Francisco. Jornais são partidos? **Revista Lua Nova**, vol. 1, nº 2, jul-set, São Paulo: Braziliense, 1984, p. 37.

²⁵ Entrevista com José Arbex Jr. a Nestor Cozetti, no Boletim 79. Disponível em: <www.piratiniga.org.br/novapagina/leitura> Acesso em: 06 fev. 2006.

²⁶ KUSHNIR, B., *op. cit.*, p. 30.

²⁷ Ver ABREU, Maria Alzira. A participação da imprensa na queda do governo Goulart. In: FICO, Carlos *et al.* **40 anos do golpe**: ditadura militar e resistência no Brasil. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004, p. 15.

uma coisa, comunicar é outra. Segundo ele, muitas vezes incorremos no erro de não atentarmos para o fato de que aquilo que chamamos comunicação nada mais é do que transmissão: remessa num único sentido. Williams salienta que, ao contrário do que comumente se pensa, recepção e resposta – que complementam a comunicação — dependem de fatores que não as técnicas²⁸; nem sempre o receptor acata o que é emitido, sinal de que não é mero receptáculo onde certas idéias e determinados valores são depositados.

Mesmo que tenham contribuído para a cristalização de diversos posicionamentos políticos durante o período estudado, os discursos da imprensa não podem ser vistos como únicos e totalizantes, capazes de exercer influência generalizada sobre toda a sociedade. Isso porque são passíveis de refutação ou de serem usados das formas mais distintas pelos receptores. Para Maria Helena Capelato, eles são instrumentos de interesses e intervenção na vida social, portanto, se os jornais modificam suas opiniões, é em prol de si mesmos.²⁹ Esses interesses se definem no interior de uma constelação de outros tantos que podem e devem ser explicitados nas análises elaboradas.

Há que se considerar também o fato de que, como diz José Arbex, “a mídia, por mais poderosa que seja, não é toda poderosa”³⁰. Para conquistar e manter uma indispensável credibilidade, muitas vezes os jornais publicam matérias que não necessariamente estão de acordo com as vontades dos donos; são obrigados a balancear a sua opinião e divulgar outras posições. Isto quer dizer que, se de um lado a imprensa influencia, de outro também é influenciada, pressionada a ceder. Um bom exemplo é o caso da Rede Globo que, no início da abertura política no final da década de 1970, tentou esconder os comícios das Diretas-já e, posteriormente, viu-se obrigada a divulgar as manifestações para angariar credibilidade.

Posto isso, minha análise, em síntese, procura atentar para as disputas que caracterizam a produção de uma representação, considerando a imprensa como um espaço de construção de sentidos sobre uma dada realidade. Como a *Folha de S. Paulo* divulgou representações reiterativas de valores e concepções de determinados grupos? É primordial observar, no período abordado, os campos de tensão em que tais grupos se

²⁸ WILLIAMS, Raymond. **Cultura e sociedade**: 1789–1950. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969, p. 311.

²⁹ CAPELATO, Maria Helena e PRADO, Maria Lígia. **O bravo matutino**: imprensa e ideologia - o jornal O Estado de S. Paulo. São Paulo: Alfa Ômega, 1980.

³⁰ Entrevista com José Arbex Jr. a Nestor Cozetti, no Boletim 79. Disponível em: <www.Piratinga.org.br/novapagina/leitura>. Acesso em: 06 fev. 2006.

inserir na tentativa de impor uma visão da realidade.³¹ Nesta ótica, meu intuito é analisar a atuação política desse jornal num momento conturbado, verificando sua articulação com grupos políticos, empresários e outros mais.

Feitas estas observações, importa agora apresentar a estrutura da dissertação. O capítulo I foi dividido em três tópicos. O primeiro é “A *Folha de S. Paulo* e sua trajetória política”, sobre questões concernentes ao nascimento do jornal: sua fundação, grupos envolvidos e o olhar empresarial.

Este capítulo se direciona ainda a discussões acerca do posicionamento do jornal na crise política posterior à renúncia do ex-presidente Jânio Quadros, em 25 de agosto de 1961, envolvendo os conflitos em torno da posse do vice, João Goulart. Assim, o segundo tópico — “Entre a legalidade e o veto à posse de Goulart” — aborda questões relativas à *Folha de S. Paulo* e seus posicionamentos iniciais quanto ao governo de Goulart, evidenciando que, nesse período, o jornal defendeu a legalidade da posse, mesmo desconfiando da capacidade de Goulart para governar o país. Esclarecer os motivos que levaram o diário a fazer essa defesa, a “assumir” essa causa é minha proposta de reflexão crítica. Noutros termos, trata-se de saber de que forma essa crise política repercutiu no jornal, qual foi o posicionamento dele ante o veto dos militares e da UDN à posse, quais grupos políticos ele apresenta como protagonistas desses eventos e como encarou a posse.

Abordo também o posicionamento da *Folha de S. Paulo* quanto à garantia da posse de Goulart mediante uma solução para a crise: o regime parlamentarista. Ela defendeu essa alternativa como estritamente legal ou não? São assuntos que permeiam o terceiro tópico: “Parlamentarismo, sim ou não?”.

No capítulo II, a análise abarca o governo Goulart, no parlamentarismo e no presidencialismo. Por ser uma época de muitos acontecimentos notáveis, limitei a discussão a certas medidas políticas governamentais. O capítulo se divide em dois tópicos. O primeiro — “Plebiscito: sim, não? Vamos pensando!” — se atém ao

³¹ Analisamos o conceito de representação à luz da definição proposta por Chartier. Para ele, mediante a representação, indivíduos e grupos atribuem significado à realidade ao dar sentido a seu mundo. Assim, é pela representação que tentamos acessar o ocorrido. Esse autor aponta a necessidade de investigarmos as representações como algo posto “num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação”. Portanto, travam-se “lutas de representações”: grupos diferentes tentam instituir suas concepções e seus valores do mundo social, desprezando as concepções e os valores de outros. CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand. Brasil, 1990, p. 16 e 17.

referendum popular por ser esta uma das campanhas mais intensas de Goulart após a posse, na tentativa de recuperar seus poderes com o retorno do presidencialismo. Mesmo aceitando assumir a presidência no regime parlamentarista, ele não tardou a iniciar sua luta para derrubá-lo com a antecipação do plebiscito, programado para depois de seu mandato.

Também marcaram esse período as propostas de Goulart para fazer as reformas de base, sobretudo após restabelecer o presidencialismo via plebiscito. Como o carro-chefe delas foi a reforma agrária, o segundo tópico — “Reforma agrária, na lei ou na marra?” — enfatiza questões referentes a esse projeto, tendo em vista que já se começavam a providenciar medidas para implantá-lo. Apresento, nesta parte, a repercussão dada ao assunto pelo jornal, buscando desvendar qual a imagem que a *Folha* transmitiu da proposta reformista e qual foi seu posicionamento.

Interessa lembrar que, nesse mesmo momento, mudaram os donos do grupo *Folha*: em 1962, Frias Caldeira assumiu a direção e iniciou uma remodelação interna para melhorar a circulação do jornal. Daí a proposta de tentar perceber como essa mudança pode ter influenciado os discursos da *Folha de S. Paulo*: houve transformações na política editorial?

Como o golpe militar teve uma articulação anterior, que pode ser identificada no veto à posse de Goulart, no capítulo III — “Golpismo ou democracia nas páginas da *Folha de S. Paulo*?” — evidencio momentos críticos que forneceram elementos para o desfecho golpista: a “Revolta dos marinheiros”, a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” e o comício da Central do Brasil foram, de fato, acontecimentos que ajudaram a intensificar a campanha anti-Goulart. Procuro, nesse contexto, ressaltar o posicionamento da *Folha de S. Paulo* quanto a esses episódios.

O ano de 1964 começou com o esgotamento das negociações entre Goulart e setores conservadores, e a nova estratégia do então presidente foi a de articular políticas apoiadas pelos principais grupos de esquerda. Relativamente a este assunto, verifico tanto a maneira como a *Folha de S. Paulo* mostrou essa esquerdização de Goulart quanto os interesses subjacentes ao posicionamento do jornal. Em seguida, pontuo os acontecimentos mais candentes no diário paulista, buscando responder às seguintes perguntas: Quais questões eram focalizadas nesse momento? Que representação o jornal

construiu desses episódios? Enfim, quando dois extremos se polarizavam, a direita e a esquerda, de que lado ficou a *Folha* na articulação golpista?

Para situar melhor o debate estampado pela *Folha de S. Paulo*, analiso o tratamento dado às mesmas questões pelos jornais *Tribuna da Imprensa*, *O Estado de S. Paulo* e *Jornal do Brasil*, atestando a proximidade e o distanciamento entre a postura daquela e a destes. Todos eram jornais bastante representativos no período e desempenharam importante influência no meio político. O *Tribuna da Imprensa* – porta-voz da União Democrática Nacional – nasceu com o propósito de combater a política de Getúlio Vargas, foi o principal vetor da política de Carlos Lacerda e um dos principais oponentes de João Goulart. Já *O Estado de S. Paulo* era um jornal de grande repercussão na época e, por isso, sua leitura colabora para o mapeamento das discussões em torno das problemáticas apontadas. O *Jornal do Brasil*, de longa trajetória na vida política brasileira, também foi escolhido por ser um dos jornais mais influentes do Rio de Janeiro.

Meu intuito é verificar como esses órgãos de comunicação repercutiram os acontecimentos políticos mais importantes do período estudado, tecendo comparações entre diferentes perspectivas da imprensa brasileira. Considero que a análise desses diários permite uma visão mais panorâmica da situação política naquele momento e das possíveis convergências e divergências na opinião jornalística.

CAPÍTULO I

PELA LEGALIDADE! A *FOLHA DE S. PAULO* E A POSSE DE JOÃO GOULART

A grande imprensa, como já está definida pelo nome, é ligada aos interesses daquela classe que pode manter a grande imprensa. Na medida em que essa classe está em contradição com a conjuntura nacional, os jornais podem exercer um papel de esclarecimento. Mas é preciso não esquecer que esse esclarecimento vai até o nível dos interesses da própria grande imprensa. Ela tem interesses peculiares, pertence a pessoas cujos interesses estão ligados a um complexo econômico, político e institucional. Mas pode exercer um papel de educação.

O equívoco que existe entre os jornalistas é considerar que essa grande imprensa possa ir além daquilo que é o seu papel histórico. O que pode acontecer, como na história de todos os países, é existirem momentos de convergência de interesses normalmente diferenciados (ABRAMO, 1988).

1.1 Olhares sobre a *Folha de S. Paulo* e sua trajetória política

Para uma explanação mais precisa do posicionamento do jornal *Folha de S. Paulo* no período que proponho analisar (1961–1964), considero pertinente inserir aqui algumas informações sobre sua política interna, seus proprietários, suas mudanças de opinião política, dentre outras questões. Conhecer-lo internamente possibilita compreender, em diversos momentos, sua posição frente a certos acontecimentos, de que lado atua, como se orienta e que grupos defende, pois seu histórico deixa entrever ligações com partidos políticos e a defesa de determinadas políticas e interesses.

Para tanto, é relevante dialogar com a bibliografia sobre a *Folha de S. Paulo* e com livros publicados por pessoas a ele vinculadas, os quais às vezes revelam o olhar que o jornal tem sobre si, assim como os caminhos que trilhou. Acerca desses livros, merecem ser destacadas as palavras de Mino Carta:

De fato, não há histórias de jornais e jornalistas que mantenham um razoável apego à realidade, quer dizer, que não enxovalhem o compromisso básico da profissão. As evocações que as empresas jornalísticas fazem dos seus feitos, e mesmo livros com pretensões a pesquisa científica, de autoria de profissionais embandeirados de ensaístas, magnificam sistematicamente os donos e diminuem, quando não cancelam, quem bolou e fez o serviço. A omissão é uma das formas mais sutis e eficientes de assalto à verdade. Omitida, ela vai ao fundo como um barco furado e ninguém a recupera mais.³²

Na história política do Brasil, nota-se uma relação estreita entre meios de comunicação e política, um relacionamento com várias cores e tonalidades que pode assumir diversas formas, às vezes harmônicas, outras vezes conflituosas, demonstrando a oscilação entre diferentes interesses. Na trajetória da *Folha de S. Paulo*, aproximações e distanciamentos são perceptíveis. Como grande parte da imprensa nacional, ela se caracterizou pelo envolvimento com disputas políticas: ora atuou contra diversas causas, ora a favor, revelando que não está imune a essas querelas. Também são notáveis sucessivas mudanças de proprietário, acompanhadas de transformações ideológicas e de estilo empresarial.

Lançada em 19 de fevereiro de 1921, com o nome de *Folha da Noite* (jornal vespertino), a *Folha de S. Paulo* surgiu de forma precária, pois seus fundadores não tinham capital nem meios de produção. Nasceu de um acordo entre *O Estado de S. Paulo* e um grupo formado por Olival Costa, Pedro Cunha e os ex-jornalistas desse diário, Léo Vaz, Mariano Costa e Artêmio Figueiredo. *O Estado de S. Paulo* se comprometeu a imprimir e distribuir o novo vespertino; os custos seriam pagos pelos jornalistas com o lucro obtido das vendas avulsas e dos anúncios.³³ Pedro Cunha lembra que

[...] durante um mês *O Estado de S. Paulo* imprimiria em suas oficinas, fornecendo papel, tinta e tudo o mais que fosse necessário, um jornal para substituir o “Estadinho”, tomando nota de todas as despesas; se ao cabo desse tempo nós víssemos que o jornal pegava, pagaríamos tudo com o que apurássemos da venda avulsa e dos anúncios, e continuaríamos; se a renda não desse para cobrir as despesas, acabava-se o jornal e o que ficasse de dívida seria pago,

³² CARTA, Mino. Prefácio. In. ABRAMO, C., *op. cit.*, p. 8.

³³ Cf. TASCHNER, Gisela. **Folhas ao vento**: análise de um conglomerado jornalístico no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p. 40.

parceladamente, com descontos razoáveis em nossas quinzenas de ordenados do “Estado”.³⁴

A idéia de criar um novo periódico nasceu “da necessidade que os seus fundadores tinham de ganhar a vida e o desejo de criar um jornal diferente para a defesa dos interesses públicos, com o emprego de uma tática diversa da até então adotada em nossa imprensa”.³⁵ A proposta de lançamento obtivera êxito: alguns dias depois, a receita passou a ser suficiente para cobrir os custos e gerar lucros, dando-lhe autonomia, sobretudo financeira.³⁶

A *Folha da Noite* começou a funcionar com uma estrutura simplória:

Arranjou-se uma pequena sala no Palacete Bricola, ao lado da redação de “O Correio Paulistano” e aí passou a funcionar a primeira administração da “Folha”. A redação foi instalada noutra sala, à rua São Bento, 66–A, no segundo andar de um prédio situado no local hoje, entre o Banco da Bahia e o Banco de Crédito Real de Minas Gerais, entre os números atuais 460 e 506. Este andar era ocupado pelos serviços de Taquigrafia do Congresso Estadual, sendo a sala cedida por Mariano Costa e Rui Bloem, taquígrafos oficiais.³⁷

Os exemplares eram impressos nas oficinas de *O Estado de S. Paulo* até meados de 1924, quando, logo após a derrota da rebelião militar, em São Paulo, liderada pelo general Isidoro Dias Lopes com objetivo de derrubar o governo Artur Bernardes, *O Estado de S. Paulo* foi fechado pelo exército legalista leal ao presidente Artur Bernardes.³⁸ A partir de então, o *Jornal do Comércio*, edição de São Paulo, ofereceu-se para imprimir a *Folha da Noite*.

Pouco tempo depois, a história do jornal ganhou novos rumos:

As incertezas da vida em casa alheia fizeram a direção pensar na montagem de oficinas próprias. Uma rotativa, não nova, mas restaurada, foi adquirida na Alemanha e, quando a máquina era embarcada, em Hamburgo, adquiriram-se aqui as primeiras linotipos

³⁴ CUNHA, Pedro, depoimento à revista APISP, set. 1955, encontrada no arquivo da *Folha de S. Paulo*. Gênese das Folhas — a história contada por um de seus fundadores. APISP, set. 1955, p. 147.

³⁵ CUNHA, P., *op. cit.*,

³⁶ Cf. PULS, Maurício. Getulistas destroem máquinas da Folha. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, fev. 2001. Política. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/80anos/>>. Acesso em: 22 ago. 2004.

³⁷ DUARTE, Paulo. Pré-história da Folha de S. Paulo. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 6 mar. 1966.

³⁸ *Idem, ibidem*.

e alugava-se parte do casarão da rua do Carmo, 7A, em cujo andar térreo iriam funcionar todos os setores das oficinas, a revisão, toda a redação e uma parte dos escritórios, mais tarde era alugado o primeiro andar para onde passaram a redação e parte da administração.³⁹

Nelson Werneck Sodré, em sua *História da imprensa no Brasil*, faz algumas considerações sobre o perfil dos meios de comunicação, no contexto em que surgiu a *Folha de S. Paulo*, que ajudam a entender a estrutura do periódico paulista à época de sua fundação. De acordo com ele, entre o fim do século XIX e o início do século XX, ocorreram mudanças significativas no meio jornalístico: a imprensa industrial substituiu a artesanal e o jornalismo brasileiro se aproximava aos poucos dos padrões e das características de uma sociedade burguesa.⁴⁰ Ainda segundo Sodré, a passagem do século assinalou a transição da pequena à grande imprensa: os jornais pequenos, de estrutura simples, dariam espaço às empresas jornalísticas de estrutura mais complexa, isto é, com equipamentos gráficos e de impressões mais sofisticados e, por consequência, uma produção maior. Para o autor, essa transformação no âmbito jornalístico seguia mudanças mais amplas, dentre as quais a ascensão da burguesia e o avanço das relações capitalistas com repercussões abrangentes que atingiram diferenciados setores do país. Sodré comenta que, após a Primeira Guerra Mundial, um jornal passou a ser uma empresa nitidamente estruturada conforme moldes capitalistas; a empresa jornalística assumiu dimensões e complexidades tais que o capital para montá-la estava ao alcance de poucos. Logo, como empreendimento individual, perdeu espaço nas grandes cidades.⁴¹

No caso da *Folha de S. Paulo*, Gisela Taschner contradiz a argumentação de Sodré, alegando que, quando ela surgiu, destoou em certa medida dessas características atribuídas às empresas jornalísticas, pois veio a público de forma precária (com recursos provenientes de outro diário), sem se configurar, nem de longe, como empresa com grande vulto de capital. Taschner não discorda da idéia de que o jornal era uma mercadoria, mas sim da definição de empresa nitidamente estruturada em moldes

³⁹ DUARTE, P. *op. cit.*

⁴⁰ Cf. SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, p. 261.

⁴¹ Outro autor que também compartilha essa visão de que nos anos 20 a imprensa já está configurada como empresa é Juarez Bahia. Segundo ele, os jornais nesse período não podem ser caracterizados como aventureiros, visto que já se assentavam sob bases mais sólidas provenientes de eficientes trabalhos e do profissionalismo de seus responsáveis. Cf. BAHIA, Juarez. **Jornal, história e técnica**. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1967, p. 61.

capitalistas. Para a autora, a indústria cultural capitalista ainda estava se constituindo, o que pode ser apreendido na maneira como a *Folha de S. Paulo* foi fundada. A causa imediata do surgimento desta, em 1921, foi a extinção do jornal *Estadinho*, editado como vespertino pelos proprietários de *O Estado de S. Paulo*. Desse modo, além de objetivos lucrativos, entrava em cena a necessidade econômica dos seus fundadores simultaneamente à possibilidade de dar mais liberdade de expressão aos jornalistas.⁴²

Taschner analisa que as condições do nascimento da *Folha de S. Paulo* — sob a proteção dos proprietários de outro jornal, com o qual viria a concorrer depois — revelavam práticas que tendiam ao desaparecimento ante o peso crescente de outros padrões.⁴³ De todo modo, as relações entre os fundadores da *Folha da Noite* e a direção de *O Estado de S. Paulo* pareciam se mover mais no universo de instituições como o compadrio e o favor do que nos padrões competitivos do capitalismo.⁴⁴ Enfatizando sua crítica ao qualitativo capitalista que Sodré atribuiu à imprensa no pós-Primeira Grande Guerra, Taschner ressalta que a *Folha da Noite* nasceu como empresa, mas foi um empreendimento aventureiro. Seu produto era uma mercadoria, mas envergonhada dessa condição. Por isso, talvez nem fosse uma mercadoria integral, pois era, também, o instrumento da realização de pendores jornalísticos de seus donos.

Esse é um momento em que, conforme descreve Renato Ortiz, a indústria cultural estava se consolidando, portanto, ainda se encontrava ligada às dificuldades materiais e tecnológicas próprias a essa indústria incipiente. Nesse contexto, segundo o autor, “existia um hiato entre os objetivos empresariais e a incapacidade de eles se realizarem plenamente”.⁴⁵ A empresa assentava-se sobre uma base mal estruturada. A *Folha de S. Paulo* presenciava essas dificuldades.

Para Mota e Capelato, nos seus primórdios, os donos mostravam certa resistência a assumir que seu jornal era mercadoria, mesmo tendo como motivo de implementação o retorno de seus rendimentos perdidos com o fechamento do *Estadinho*. A dignidade da empresa preocupava seus fundadores: “Era uma espécie de

⁴² Cf. TASCHNER, G., *op cit.*, p. 36 e 37.

⁴³ *Idem, ibidem*, p. 37.

⁴⁴ Cf. TASCHNER, G., *op cit.*, p. 39.

⁴⁵ ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira** – cultura brasileira e indústria cultural. São Paulo: Braziliense, 2006, p. 94.

tentativa envergonhada de dizer que não era só comercial”.⁴⁶ Esse receio se remetia a um contexto mais amplo:

Esse disfarce desajeitado da “idéia de lucro” define com clareza o esforço do nascimento comercial de um periódico numa sociedade organizada para a consolidação dos “homens bons”, da “nobreza” da terra, dos históricos donos do poder. “Ninguém dirá”: eis a precaução do novo grupo comercial que procura disfarçar para seu leitorado aquilo que estava na base de tudo, inclusive das oligárquicas, a “idéia de lucro”.⁴⁷

Já naquela época, a política de grande parte da imprensa concebia o jornal como instrumento de defesa dos interesses públicos. Teria, portanto, outras funções que, eventualmente, o caráter de mercadoria poderia esconder. Predominava a idéia da imprensa como missão, que pretendia minimizar a lógica de um jornal feito para dar lucros.

De acordo com Mota e Capelato, nos primeiros tempos de sua fundação, a *Folha da Noite* não ocupava um espaço ideológico definido: “o novo jornal não era oligárquico e nem, muito menos operário. Seu espaço ideológico ainda não estava [...] consolidado”.⁴⁸ Maurício Puls conta que a preocupação com a situação dos operários era explícita: o diário se voltava aos assalariados urbanos; “os empregados, ao regressarem para as suas casas, queriam ter acesso às últimas notícias. Na época, porém, nem rádio havia, e os vespertinos cumpriam essa função”.⁴⁹ Ao abordar problemas da cidade e a situação da população urbana, a *Folha da Noite* teria obtido mais espaço entre as classes operárias. Para Mota e Capelato, na visão de seus fundadores, o jornal procurou ser a “ponte” entre o povo e o Estado, para legitimar o que tinham como lema principal: “vigiar e criticar” o governo. A obrigação de criticar era “pedra angular” da filosofia de trabalho de Olival Costa e seu grupo.⁵⁰

⁴⁶ MOTA, Carlos Guilherme e CAPELATO, Maria Helena. **História da Folha de S. Paulo (1921–1981)**. São Paulo: Impres, 1981, p. 17. É importante pontuar que esse livro surgiu do convite de Otávio Frias Filho, então secretário do conselho editorial da *Folha de S. Paulo*, aos professores Carlos Guilherme Mota e Maria Helena Capelato. Trata-se, portanto, de uma obra encomendada que, sob vários aspectos, mantém o olhar dos donos do jornal sobre sua trajetória.

⁴⁷ *Idem, ibidem*, p. 18.

⁴⁸ *Idem, ibidem*, p. 17.

⁴⁹ PULS, M., *op. cit.*

⁵⁰ Cf. MOTA, C. G. e CAPELATO, M. H., *op.cit.*, p. 14.

O que distinguia a *Folha da Noite* de outros veículos de informação, segundo Puls, era sua linguagem simples e o estilo mais leve — “seus fundadores achavam que o jornal deveria se manter independente em relação a partidos e adotar uma linha flexível, mudando de opinião sempre que feitos novos o exigissem”.⁵¹ Essa postura abria espaço para uma relativa flexibilização da linha editorial e evidenciava a preocupação em elaborar um produto menos agressivo e, de certa forma, mais acessível aos leitores.

No decorrer da sua trajetória, a *Folha* teria algumas alterações: da mudança de nome à adoção de tendências ideológicas diferentes. Em novembro de 1924, a diretoria foi notificada pela chefatura de polícia de que o jornal não mais poderia circular por ordem do governo do Estado de São Paulo, Carlos de Campos, devido a críticas elaboradas pelo diário a esse governo. Para burlar a censura, saiu sob o nome *Folha da Tarde* por quatro semanas.

No dia seguinte, à hora habitual, um a um foram entrando cautelosamente na redação e nas oficinas os funcionários da “Folha da Noite”. Tomaram todos os seus lugares. A uma ordem, iniciaram as suas atividades de costume. Para que — perguntavam de si para si — preparar o jornal se ele não poderia circular? A resposta veio mais tarde, quando se encerrou o expediente. E quem a recebeu por todos foi o chefe da oficina, quando tomou nas mãos, para colocar no alto de rama da primeira página, um novo clichê de cabeçalho: em vez de “Folha da Noite” o que ali se lia era “Folha da Tarde”. Foi assim, prematuramente e sem qualquer preparação, que nasceu a “Folha da Tarde”, a 22 de novembro de 1924.⁵²

Porém, esse jornal *Folha da Tarde* circulou somente até 31 de dezembro de 1924, com o propósito de burlar a censura. Após essa data, voltou a circular com o título anterior: *Folha da Noite*.

Em 1925, após a *Folha da Noite* se firmar no mercado, foi criada sua edição matutina — a *Folha da Manhã* — para oferecer aos leitores informações que a edição vespertina não tinha tempo de dar. Seu primeiro número circulou no dia 1º de julho de 1925. A orientação, porém, seria a mesma.⁵³

⁵¹ PULS, Mauricio, *op. cit.*

⁵² LENCASTRE, Paulo A. **Folha de S. Paulo** – história, p. 3. Arquivo do jornal *Folha de S. Paulo*.

⁵³ Cf. PATURY, Felipe. Jornal cresce e se torna grupo de mídia. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/80anos>>. Acesso em: 22 ago. 2004.

Ao encerrar esse primeiro ciclo, que perdurou até o fim da década de 1920, ambos os jornais sofreram uma inflexão ideológica: seu posicionamento era outro, diferente daquele que marcou o início da história da *Folha de S. Paulo*. Mudou o foco e as questões referentes às massas populares deram lugar a assuntos relativos ao governo: suas propostas e seus projetos políticos, amplamente difundidos e defendidos pelo jornal.⁵⁴

A partir de 1929 já se notava maior oscilação na linha do jornal. Por falta de projeto próprio — ora se aproximando da classe operária, ora ao lado da classe dominante —, acabou na dependência das malhas desta última. Em nome de São Paulo e em nome da ordem, deu apoio incondicional ao governo.⁵⁵

Essa postura, com o movimento de 1930,⁵⁶ levou a *Folha da Noite* e a *da Manhã* a serem empasteladas e a terem sua circulação suspensa. Dadas as dificuldades financeiras, o jornal foi vendido, em 1931, para o cafeicultor Octaviano Alves de Lima. Mota e Capelato, ao se referirem aos motivos do empastelamento, acrescentam que o diário acabou assumindo uma atitude contrária à “revolução de 1930”, ao se engajar contra os “agitadores” e ser favorável à causa das oligarquias paulistas.⁵⁷

Na linha editorial, aos temas urbanos se sobrepôs a preocupação com a cafeicultura, com ênfase em problemas agrários. A razão social foi alterada para Empresa Folha da Manhã Limitada, mas os jornais continuaram a circular com os mesmos nomes e, nesse período, caracterizaram-se pela defesa dos interesses de agroexportadores, centrados no café. O objetivo era tentar restaurar a força perdida pelo setor cafeeiro após 1930. Para tanto, inseriam-se num projeto mais amplo que apontava caminhos para o desenvolvimento do país.⁵⁸ O jornal seria uma espécie de instrumento de defesa dos interesses da burguesia cafeeira. No período em que Otaviano Alves esteve à frente, os jornais assumiram uma fisionomia empresarial — característica que

⁵⁴ MOTA, C. G. e CAPELATO, M. H., *op. cit.*

⁵⁵ MOTA, Carlos Guilherme. Trajetória fiel à verdade. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 19 fev. 1981. Arquivo do jornal *Folha de S. Paulo*.

⁵⁶ Movimento armado, liderado pelo Rio Grande do Sul e por Minas Gerais, que pretendia derrubar o governo de Washington Luís e impedir a posse de Júlio Prestes, candidato eleito presidente. O movimento foi vitorioso, e Getúlio Vargas assumiu o cargo de presidente provisório.

⁵⁷ MOTA, C. G. e CAPELATO, M. H., *op. cit.*, p. 20 e 21.

⁵⁸ *Idem, ibidem*, p. 95.

“marcou a empresa de 1931 a 1945, deixando-lhes alguns traços que seriam retomados em outros contextos e em novas dimensões”.⁵⁹

Em 1945, o jornal passou para outras mãos. “Desgostoso com a nobre classe de lavradores que não lhe dera apoio esperado”,⁶⁰ Otaviano vendeu a empresa para José Nabantino Ramos, Clóvis Queiroga e Alcides Meirelles, que manifestavam a intenção de adotar a imparcialidade como política editorial e defender a democracia e os interesses públicos.⁶¹ Como relatam Mota e Capelato, sob a direção de Ramos, ele defendeu interesses diferentes: os do capitalismo agrário, de setores das oligarquias rurais e do capital industrial brasileiro. Manteve a defesa da livre iniciativa, enfatizando a necessidade de se adotarem políticas sociais. Nos anos do governo de Juscelino Kubitschek, o diário assumiu uma posição desenvolvimentista: foi favorável à construção de Brasília e à entrada de capital estrangeiro no país.⁶²

Até 1945, o jornal não tinha carta de princípios ou um regimento. Foi Ramos quem racionalizou o trabalho e lhe deu fisionomia moderna, cujo resultado foi uma série de artigos, normas, campanhas e atitudes que fixaram sua identidade. Ao falar sobre esse projeto, ele fez algumas considerações sobre os motivos de sua implementação:

Procedendo eu da advocacia, que se desenvolve sob a disciplina de normas, sentia, como diretor de jornal, a falta de regras, tanto para o trabalho diário, como para reger as relações do periódico com o meio em que atuava. Estranhei profundamente que tudo isso se fizesse ao sabor da improvisação e do critério de cada um. A necessidade dessa disciplina é tanto maior quanto se considera que o jornal se tornou vultoso empreendimento econômico e exerce larga influência na opinião e na administração pública.⁶³

Por considerar que o poder da imprensa era imenso, o ideal para Ramos seria encontrar uma forma de regular a atividade jornalística para evitar, assim, abusos — sobretudo no âmbito da opinião — que se cometiam com frequência nesse meio. Ainda na administração de Ramos, foi criado o Programa de Ação, que definia, entre outros pontos, a atuação jornalística e o posicionamento do jornal em relação ao Estado e à questão social. Na proposta desse programa, o grupo impôs uma separação rígida entre informar e opinar.

⁵⁹ MOTA, C. G. e CAPELATO, M. H., *op. cit.*, p. 64.

⁶⁰ *Idem, ibidem*, p. 99.

⁶¹ *Idem, ibidem*, p. 99.

⁶² *Idem, ibidem*, p. 101.

⁶³ RAMOS, José Nabantino. **Jornalismo**: dicionário enciclopédico. São Paulo: Ibrasa, 1970, p. 15.

No caso da informação, cabia, em tese, noticiar tudo de importante que acontecesse no país sem inventar, omitir ou alterar para servir a quaisquer propósitos ocultos, religiosos, políticos; a informação deveria, em princípio, ser objetiva e imparcial, isto é, reproduzir com fidelidade o fato. A notícia direta, pouco adjetivada, seria uma característica deixada por Ramos. Na visão do empresário, a falsa profundidade excluía a objetividade que deveria marcar a atividade jornalística.⁶⁴

Essa tendência jornalística adotada por Ramos está inserida num conjunto de mudanças ocorridas no meio jornalístico na década de 1950. Como observa Alzira Alves Abreu na sua análise sobre a imprensa brasileira, nesse momento, os jornais “tornaram-se de fato empresas comerciais detentoras de poder econômico e introduziram inovações técnicas, gráficas e editoriais.”⁶⁵ De acordo com a autora, grande parte dessas mudanças ocorreram sob a influência de alguns jornalistas como Pompeu de Souza, Dantom Jobim e Samuel Wainer, que viveram nos Estados Unidos nos anos 1940. A política da objetividade entrava em cena justamente nesse período:

[...] a imprensa brasileira, na década de 50, foi abandonando uma de suas tradições: o jornalismo de combate, de crítica, de doutrina e de opinião. [...]

Esse jornalismo de opinião tinha forte influência francesa e foi dominante desde os primórdios da imprensa brasileira até a década de 60. Foi gradualmente substituído pelo modelo norte-americano: um jornalismo que privilegia a informação e a notícia e que separa o comentário pessoal da transmissão objetiva e impessoal da informação.⁶⁶

Os jornais nessa década, segundo a autora, mudaram a forma de transmitir a informação, despendiam maior espaço para a notícia em detrimento da opinião e a linguagem tornou-se mais objetiva.

Ao comentar sobre o predomínio da notícia concisa e objetiva nos jornais brasileiros, em especial a partir da década de 1950, Cristiane Costa assevera que a

⁶⁴ MOTA, C. G. e CAPELATO, M. H., *op. cit.*, p. 141.

⁶⁵ ABREU, Alzira Alves de (org.). **A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 10.

⁶⁶ *Idem, ibidem*, p. 16.

ditadura da pretensa objetividade tinha como missão estabelecer a fronteira entre jornalismo e literatura, dois campos imbricados até então.⁶⁷

Sobre essa objetividade no jornalismo brasileiro, vale pontuar uma observação apresentada por Carlos Eduardo Lins, no sentido de que essa prática esteve mais presente nos discursos do que na prática profissional:

Enquanto nos EUA a maioria dos jornalistas e dos veículos diz acreditar na objetividade e tenta praticá-la na medida do possível (com textos desadjetivados, contidos, com os vários lados de uma questão ouvidos em condições de relativa igualdade), no Brasil todos se dizem objetivos mas quase ninguém é. Não no sentido de que seja impossível ser, mas no sentido de que se é ostensivamente partidário na cobertura, com títulos de notícias editorializados, clara preferência por uma tendência política ou ideológica, distorção intencional dos fatos para favorecer uma visão particular de mundo.⁶⁸

Nota-se que, apesar da política da objetividade, com o predomínio de textos mais informativos e, portanto, com uma posição política menos escancarada, os posicionamentos político-ideológicos continuaram marcando presença nas páginas dos periódicos.

No que se refere à opinião, na visão de Nabantino Ramos, o jornal deveria opinar sobre os fatos relevantes que aconteciam no mundo e debater assuntos importantes da atualidade, porém, teria de fazê-lo sem paixão; a opinião deveria ser segura e justa.⁶⁹

O Programa de Ação enfocou igualmente a questão social, propondo a melhoria das condições de vida das classes privilegiadas e do povo em geral, assim como a conservação das instituições. Apelou-se para o estudo de uma organização social que priorizasse a dignidade humana e estimulasse os homens inteligentes e trabalhadores, mas que também assegurasse melhorias aos menos capazes de recursos. Também nas páginas do programa, os donos definiram o jornal, apontando como sua característica principal a imparcialidade em relação a partidos e a defesa do “bem comum” — como

⁶⁷ Cf. COSTA, Cristiane. **Pena de aluguel**: escritores jornalistas no Brasil 1904–2004. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 124.

⁶⁸ SILVA, Carlos Eduardo Lins da. **O adiantado da hora**: a influência americana sobre o jornalismo brasileiro. São Paulo: Summus, 1991, p. 101.

⁶⁹ Cf. Programa de Ação das Folhas. In. MOTA, C. G. e CAPELATO, M. H., *op. cit.*, p. 132-139.

se fosse possível, no decorrer da sua atuação política, manter-se neutro em relação a certos grupos e partidos.

Ainda na gestão de Ramos, foi fundada a gráfica Impres, para suprir as necessidades internas dos jornais da empresa; a gráfica seria expandida depois e se especializaria na impressão de livros para a indústria editorial.⁷⁰ Também foi lançado, em 1949, outro jornal: a *Folha da Tarde*. Todavia, como aponta Taschner, este não era novo em sentido estrito, pois viria substituir a até então primeira edição da *Folha da Noite* (vespertina).⁷¹

Convém observar que, ao longo da administração de Ramos, a imprensa mudou bastante, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, quando a influência portuguesa e francesa deu lugar à norte-americana. A mudança transpareceu das mais diversas maneiras: a reportagem do dia e o noticiário internacional substituíram o artigo de fundo; fotografias e ilustrações também passaram a compor as páginas; o interesse pelas questões locais aumentou e a seção dos esportes e seções especializadas em assuntos científicos, associativos, religiosos, femininos e sindicais foram introduzidas.⁷² Contudo, tais mudanças foram incorporadas pela *Folha* em menor ou maior grau.

A década de 1960 representou um momento significativo para a história do jornal. Em 1º de janeiro de 1960, os títulos *Folha da Manhã*, *Folha da Tarde* e *Folha da Noite* foram fundidos; surgia, então, a *Folha de S. Paulo*, e os títulos antigos passaram a ser, respectivamente, sua primeira, segunda e terceira edição. Foi escolhido esse nome porque assim eram conhecidos os jornais da empresa. Um dos motivos da fusão seria o fato de os jornais não se diferenciarem entre si pelo estilo nem pelo enfoque ou pela ênfase temática; muitas vezes, veiculavam os mesmos assuntos, sem alterar sua posição ideológica.⁷³ Eis o que diz uma nota da redação esclarecendo a medida: “Devem ter o mesmo nome jornais que uma mesma empresa edita, com a mesma orientação. *Folha de S. Paulo* já é nome que há muito tempo nossos jornais recebem do público, nas cidades do interior paulista e em alguns Estados”.⁷⁴

A circulação da *Folha de S. Paulo* na década de 1960 ainda era precária. Segundo Motta e Capelato, como os jornais não possuíam veículos próprios, até 1962

⁷⁰ Cf. TASCHNER, G., *op. cit.*, p. 65.

⁷¹ *Idem, ibidem*, p. 75.

⁷² Cf. NOBRE, Freitas. **História da imprensa de São Paulo**. São Paulo: Edições Leia, 1950, p. 97.

⁷³ Cf. TASCHNER, G., *op. cit.*, p. 80.

⁷⁴ ALENCASTRE, P. A. *op. cit.*, p. 6.

sua distribuição no interior do estado fazia uso das linhas de trem e das poucas linhas de ônibus. A circulação dependia, portanto, dos horários desses meios de transporte, o que retardava a chegada do diário às mãos dos leitores e acentuava o descompasso entre produção e circulação.

Em 1962, as dificuldades resultantes de aumento no preço do papel⁷⁵ e a greve ocorrida no jornal no ano anterior, dentre outros motivos, levaram à transferência do controle acionário da empresa para Octávio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho, “passando a redação da empresa a ser dirigida por Caio de Alcântara Machado (alguns meses apenas), Carlos Caldeira Filho, Francisco Rangel Pestana e Octávio Frias de Oliveira”⁷⁶. Em 4 de novembro de 1962 houve nova alteração na diretoria: Otávio Frias de Oliveira assumiu a presidência e Carlos Caldeira Filho, a vice-presidência; Alberto Bononi, Francisco Cruz Maldonado, Francisco Rangel Pestana e José Reis se tornaram diretores, enquanto Caio de Alcântara Machado assumiu a presidência do conselho consultivo; Carlos Loreno Junior, Francisco D. César, Silvio Donato e Waldo Barreto ficaram como diretores adjuntos.⁷⁷

Esse novo grupo que adquiriu a *Folha* já possuía importantes negócios na cidade de São Paulo. Octávio Frias de Oliveira, antes de efetivar a compra do jornal, já havia trabalhado em vários ramos, primeiro como funcionário público na Receita de Rendas. Na década de 1940, ajudou na criação do Banco Nacional Imobiliário (BNI), que em 1953 passou a ser chamado Banco Nacional Interamericano e participou da construção de importantes prédios; dentre eles, o mais conhecido é o Copan – “o prédio foi comprado pelo BNI e ali foi feito um projeto de Niemeyer”⁷⁸.

A partir dos anos 1960, Frias comprou um sítio e montou uma empresa avícola de porte, a Granja Itambi. Em 1955, ao sair do BNI, Frias reassumiu a Transaco – empresa especializada na venda de ações que fundara anos antes e que ficara sob a direção de um sobrinho - por meio da qual vendia assinaturas permanentes da *Folha de*

⁷⁵ Sobre esse assunto, Maria Alzira Abreu observa que teve início uma crise na imprensa em 1961, ainda no governo Jânio Quadros, quando se extinguiu o subsídio do governo à compra de papel pelo jornal. Diz ela: “até então, importavam papel a uma taxa de câmbio especial que reduzia em 70% o preço dessa matéria-prima”. Sem os subsídios, a imprensa teve de suportar um aumento brutal de custos, que agravou muito sua situação financeira, a ponto de muitos veículos de comunicação terem de vender ou fechar suas empresas. Cf. ABREU, Alzira Alves de. A participação da imprensa na queda do governo Goulart. In. FICO, Carlos et al. **Seminário 40 anos do golpe de 1964: 1964–2004/ditadura militar e resistência no Brasil**. Rio de Janeiro: 7 letras, 2004, p. 15–25.

⁷⁶ MOTA, C. G. e CAPELATO, M. H., *op. cit.*, p. 7.

⁷⁷ Cf. ALENCASTRE, P. A. *op. cit.*, p. 6 e 7.

⁷⁸ PASCHOAL, Engels. **A trajetória de Octávio Frias de Oliveira**. São Paulo: Mega Brasil, 2006, p. 93.

S. Paulo. “Nabantino queria refazer o caixa”⁷⁹ e para tanto necessitava obter fundos sem comprometer as finanças futuras do jornal; essa venda de assinaturas não deveria ultrapassar dez por cento do total das assinaturas do jornal. Através da Transaco, Frias também vendeu ações do jornal *Tribuna da Imprensa* no Rio de Janeiro.

Vale mencionar que a sociedade entre Octávio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho surgiu com a fundação da estação rodoviária de São Paulo em 1960. Até então não havia nenhuma na capital paulista. Pouco tempo depois, os sócios compraram o jornal *Folha de S. Paulo*.

Embora esse tenha sido um período crítico na história brasileira (assinalado por fortes polarizações políticas e ideológicas, intensa crise econômico-financeira, constantes crises político-institucionais, ampliação da mobilização política das classes populares, fortalecimento do movimento dos trabalhadores do campo e do movimento operário, sem falar da crise do sistema partidário)⁸⁰, foi importante para a empresa, cuja estrutura interna se modificou em grande parte. A má situação financeiro-administrativa e as dificuldades internas e nas vendas demandaram reformulações não só econômicas e gerenciais, mas também tecnológicas, além de conduzirem à definição de um projeto político cultural que se prolongou por vários anos.

A gestão do novo grupo melhorou a qualidade dos editoriais, porém, as alterações mais substanciais ocorreram no setor administrativo⁸¹. Nesse período, a empresa implementou medidas para modificar o sistema de distribuição, dentre as quais a aquisição da primeira frota de veículos⁸²; assim, cobria um espaço maior de circulação, elevando o número de leitores⁸³. O jornal também se expandiu com a compra de empresas em dificuldades financeiras, a exemplo da gráfica Companhia Litographica Ypiranga e dos diários *Última Hora* — de Samuel Wainer — e *Notícias Populares* — de Herbert Levy. Gisela Taschner sublinha que “de fato, através de uma estratégia de expansão, via aquisição de empresas em má situação financeira, em cerca

⁷⁹ PASCHOAL, E., *op. cit.*, p. 104.

⁸⁰ Cf. TOLEDO, Caio. **O governo Goulart e o golpe de 64**. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 9.

⁸¹ Cf. MOTA, C. G. e CAPELATO, M. H., *op.cit.*, p. 191.

⁸² Antes mesmo de adquirir veículos para distribuição do jornal, o novo grupo melhorou bastante a forma de distribuição. Na visão de Bernardo Kucinski, o primeiro grande lance de marketing como estratégia empresarial de Frias, pai, foi “persuadir empresas de ônibus a levarem seu jornal da estação rodoviária de São Paulo, da qual era sócio-proprietário, a todas as cidades do interior, norte do Paraná e sul de Minas, num círculo de mil quilômetros da capital”. Dessa maneira, a *Folha de S. Paulo* começou a conquistar mercados do jornal *O Estado de S. Paulo*. KUCINSKI, Bernardo, *op.cit.*, p. 75.

⁸³ Cf. MOTA, C. G. e CAPELATO, M. H., *op. cit.*, p. 198 e 199.

de três anos Frias e Caldeira passaram a dispor de nada menos que duas gráficas e três jornais, em São Paulo.”⁸⁴

Importa destacar que as fontes consultadas nesta dissertação apontam para o fato de que, na época, a *Folha de S. Paulo* ainda não tinha tido um projeto editorial claro. Segundo Taschner, “as folhas não nasceram como jornal de uma causa. E isso era um dos traços que mais a aproximava da imprensa moderna”.⁸⁵ Aliás, a política de moderação e neutralidade no plano da opinião foi constante e esteve presente nas páginas da *Folha de S. Paulo* durante grande parte de suas discussões sobre os eventos ocorridos no governo de João Goulart.

1.2 Entre a legalidade e a posse de Goulart

Entre agosto e setembro de 1961, foram intensos os debates na imprensa sobre a renúncia de Jânio Quadros e, principalmente, sobre a posse ou não de João Goulart. A questão da posse era mais dramática, pois estava ameaçada por um veto militar respaldado pela UDN e por grupos conservadores. Essa ameaça mobilizou parte da imprensa e setores democráticos e populares, que saíram em defesa da legalidade da posse.

Parte da repulsa à posse tinha raízes mais profundas e pode ser compreendida com mais precisão se analisarmos a trajetória política de Goulart, cuja carreira foi marcada por uma estreita relação com Getúlio Vargas desde sua entrada na política. Ele fora deputado pelo Rio Grande do Sul em 1950, já com uma prática política associada ao movimento sindical. Em 1953, no segundo governo Getúlio Vargas, assumiu o cargo de ministro do Trabalho, quando foi caracterizado como “chefe do peronismo” e “demagogo sindicalista”, acusado de insuflar greves e pregar a luta de classes. Como vice-presidente de Juscelino Kubitschek, não deixou de ser criticado por grupos de direita e conservadores.⁸⁶

Além disso, João Goulart representava, para os grupos conservadores, a continuidade da política populista de Getúlio Vargas, que não os agradava. Como define Weffort, o populismo é um estilo de governo “sempre sensível a pressões populares, ou

⁸⁴ TASCHNER, *op.cit.*, p. 146.

⁸⁵ *Idem, ibidem*, p. 47.

⁸⁶ Cf. TOLEDO, C. N., *op. cit.*, p. 14.

como política de massas, que buscava conduzir, manipulando suas aspirações”⁸⁷. Foi adotado, até o início dos anos 1960, como uma política que permitiu a aproximação entre o Estado e as camadas populares.

O populismo foi um modo determinado e concreto de manipulação das classes populares mas foi também um modo de expressão de suas insatisfações. Foi, ao mesmo tempo, uma forma de estruturação do poder para os grupos dominantes e principal forma de expressão política da emergência popular no processo industrial e urbano. Foi um dos mecanismos através dos quais os grupos dominantes exerciam seu domínio mas foi também uma das maneiras através das quais esse domínio se encontrava potencialmente ameaçado.⁸⁸

A trajetória política de João Goulart, caracterizada por uma atuação sensível às reivindicações populares, voltada para atender algumas expectativas dessa classe, carregava traços marcantes desse populismo que – apesar de a *Folha* não ter usado esta expressão – serviu em inúmeros momentos de pretexto às críticas desse diário à atuação do presidente. O discurso do jornal acentuava que Jango, ao ceder às pressões e demandas das classes populares, provocava tumultos e agitações, de modo nenhum aceitáveis.

Nas eleições de 1960, Goulart se candidatou à vice-presidência da República pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), com apoio do Partido Social Democrático (PSD). Seu opositor Jânio Quadros foi indicado a candidato presidencial pelo Partido Trabalhista Nacional (PTN)⁸⁹ e teve sua candidatura apoiada pela UDN, principal partido de oposição ao PSD e PTB, ambos nascidos sob a influência de Getúlio Vargas. As divergências entre os partidos ligados ao presidente Jânio Quadros e os de seu vice permitem compreender parte da rejeição à posse de Goulart: os grupos que apoiaram a candidatura de Jânio eram os que criticavam a atuação de Goulart.

A eleição de Jânio Quadros representou o rompimento do controle da cúpula partidária PSD/PTB, sistema articulado por Getúlio Vargas e operante desde 1945. O curto período em que esteve à frente da presidência foi marcado por algumas polêmicas, principalmente em torno da sua política externa. Jânio enfatizava a necessidade de

⁸⁷ WEEFFORT, Francisco C. O populismo na política brasileira. In. FURTADO, Celso (org.). **Brasil: tempos modernos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 49.

⁸⁸ *Idem, ibidem*, p. 51.

⁸⁹ Nesse período, as eleições para presidente e vice eram separadas, logo era perfeitamente aceito que aquele fosse de determinado partido e este, de outro. Para a presidência concorreram Jânio Quadros, Henrique Teixeira Lott e Ademar de Barros; para vice, João Goulart, Milton Campos e Francisco Ferrari.

estabelecer relações diplomáticas e comerciais com países socialistas e essa postura não agradou a todos os setores, pelo contrário, dividiu a opinião pública. Como descreve Hélio Silva, “a Igreja Católica, certos órgãos da imprensa, classes conservadoras, políticos do centro e da direita – todos esses se levantaram contra a política externa adotada”⁹⁰. No meio jornalístico, segundo o autor, três importantes jornais que haviam apoiado a candidatura de Jânio – *Tribuna da Imprensa*, *O Globo* e *O Estado de São Paulo* – condenavam sua política.

Cabe mencionar, como elemento conflitante, a condecoração de Ernesto Che Guevara, quando de sua visita ao Brasil em agosto de 1961, representando Cuba como ministro da Economia, com a Ordem do Cruzeiro do Sul, honraria reservada a estrangeiros que tivessem prestado serviços ao Brasil. Essa homenagem gerou intensos protestos na imprensa e no Congresso. Guevara era considerado um subversivo.

Entretanto, como observa Hélio Silva, embora a política de Jânio desagradasse diversos interesses, mantinha ainda o apoio da UDN e nenhum dispositivo de desestabilização foi acionado pela Agência Central de Inteligência (CIA). Dessa forma, sua renúncia “foi um fato absolutamente imprevisível e sem nenhuma explicação satisfatória”⁹¹, já que, por mais que sua política desagradasse determinados grupos, eles preferiam a sua continuidade na presidência.

Quando ele renunciou, Goulart fazia uma viagem diplomática à Europa Oriental, à União Soviética e à China, cujo resultado foram novos rumos na política externa de Jânio, que propunha uma reaproximação dos países do mundo socialista para fortalecer as relações comerciais bilaterais. Como o vice-presidente se encontrava fora do país, o Congresso Nacional — reunido extraordinariamente no dia em que Jânio renunciou, 25 de agosto de 1961 — empossou de imediato o presidente interino, o deputado estadual e presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli.

No dia 26, a *Folha de S. Paulo* estampou na capa o texto de renúncia, no qual Jânio apontava os supostos motivos que o levaram a abandonar o cargo e se declarava “vencido pela reação” e sem forças e apoio para continuar no governo.

Desejei um Brasil para os brasileiros, afrontando neste sonho a corrupção, a mentira e a covardia que subordinam os interesses gerais

⁹⁰ SILVA, Hélio. **O poder militar**. Porto Alegre: L& PM Editores, 1984, p. 195.

⁹¹ *Idem, ibidem*, p. 199.

aos apetites e às ambições de grupos ou indivíduos, inclusive do exterior. Sinto-me, porém, esmagado. Forças terríveis levantam-se contra mim e me intrigam ou infamam até com a desculpa da colaboração. Se permanecesse, não manteria a confiança e a tranqüilidade ora quebradas e indispensáveis ao exercício da minha autoridade.⁹²

O editorial da edição do dia 26 lamentou a renúncia do presidente e dizia que, em vez de demonstrar coragem para tal ato, teria sido mais prudente usar essa coragem para combater quem subordinava os interesses gerais a causas escusas. Na visão do jornal, o gesto de Jânio levou a nação, de uma hora para outra, a uma onda de angústia e expectativa.

Lamente-se em nome de toda a Nação brasileira, o desfecho surpreendente e dramático de uma rápida crise política que se afigurava superficial e de proporções limitadas. A renúncia do presidente da República, com efeito, era hipótese de que nenhum modo se cogitava e o impacto que ela causou na opinião pública tem, por isso mesmo, efeitos desastrosos, pois cria um traumatismo de repercussões profundas e indesejáveis, verdadeiramente perturbador para a vida nacional. Por tais motivos, o gesto do sr. Jânio Quadros só pode merecer a mais cabal condenação, independente mesmo do conhecimento exato das convicções que ditaram a V. Exa. a atitude extrema.⁹³

Com este texto, o jornal declarava sua crítica negativa à atitude de Jânio. Usando o discurso do ex-presidente, segundo o qual havia “forças terríveis” contra seu governo, o editorial ressaltou que ele, ao renunciar, beneficiou os exploradores da confusão e do caos, que obviamente não estavam interessados no progresso econômico e democrático do país. O discurso da *Folha de S. Paulo* enfatizava que essa situação poderia ter sido evitada se Jânio tivesse agido ponderadamente a fim de superar a crise que o envolveu, em lugar de ter tomado uma atitude inopinada, a qual criou um ambiente de tensão que se alastrava pelo país.⁹⁴

⁹² O texto da renúncia. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 26 ago. 1961, p. 1.

⁹³ A lamentável renúncia. Editorial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 26 ago. 1961, p. 4.

⁹⁴ Há críticas às intenções de Jânio com a sua renúncia como, por exemplo, a de Bandeira, para quem se tratou de uma cartada com o objetivo de provocar um impasse entre o povo, as Forças Armadas e o Congresso que possibilitaria a Jânio exigir poderes extraordinários. Cf. BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961–1964**. Rio de Janeiro/Brasília: Revan/Ed. da UnB, 2001.

Após essas considerações, o diário paulista reiterou a necessidade de se preservarem os preceitos constitucionais. “De resto, o que se deve precipuamente encarecer é a necessidade de que todos os esforços sejam envidados para a salvaguarda da ordem constitucional, o que vale dizer, da tranqüilidade e do bem-estar geral do povo”.⁹⁵ Ao enfatizar a Constituição como a única fórmula para se resolver o impasse criado com a renúncia, o jornal defendeu a legalidade da posse de João Goulart. Em 27 de agosto de 1961, o editorial intitulado “Pela legalidade” não deu margem a dúvidas:

O processo democrático no Brasil não pode ser interrompido. Com a renúncia do presidente, deve assumir o poder, o vice, tão logo regresse ao país. Qualquer movimento destinado a impedir que o sr. João Goulart ascenda à suprema magistratura da nação será intolerável. Tão intolerável quanto as tentativas que acaso se façam no sentido de impedi-lo de exercer a função na plenitude de seus direitos e deveres.⁹⁶

O editorial apontou, ainda, que as restrições que se podiam fazer a Goulart não deveriam prevalecer sobre a Constituição. Nesse caso, o próprio jornal não negou que fizera restrições anteriores a João Goulart, a Jânio Quadros e a Juscelino Kubitschek, mas ressaltou que não foram tão intensas a ponto de irem contra a Constituição nem contra a posse deles. Na opinião da *Folha*, mesmo com reservas à posse do vice-presidente, a situação brasileira não poderia ser agravada por nenhuma tentativa de imposição de medidas extraconstitucionais para solucionar os problemas; afinal, Goulart, “apesar de perplexo diante da renúncia de Jânio Quadros”⁹⁷, estava lúcido o bastante para saber o que lhe convinha fazer; bastava que lhe dessem um voto de confiança.

Feitas essas ressalvas, a *Folha de S. Paulo* apontou o que esperava do novo presidente; Goulart deveria assumir e executar algumas tarefas básicas:

Do sr. Goulart, o que se deseja ardentemente é que se mostre à altura das novas e terríveis responsabilidades, que, em decorrência de dispositivos constitucionais, vão agora repousar-lhe nos ombros. O próprio transe por que passou agora a Nação deve servir de estímulo ao substituto de Jânio Quadros. Caber-lhe-á desarmar espíritos, destruir prevenções, restabelecer a tranqüilidade abalada, reafirmar a

⁹⁵ A lamentável renúncia. Editorial, *op. cit.*, p. 4.

⁹⁶ Pela legalidade. Editorial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 27 ago. 1961, p. 4.

⁹⁷ *Idem, ibidem*, p. 4.

fidelidade do Brasil às instituições democráticas. Se conseguirá realizar isso, não se pode dizer. Mas que é a ele que cumpre a tarefa — é o que não se discute.⁹⁸

Se, nesse primeiro momento de discussão sobre a crise, o diário repudiou soluções extraconstitucionais para se resolver o impasse criado pela renúncia, tal posição não perdurou. À medida que a crise se encaminhou, o jornal reorientou sua opinião.

A posse do vice-presidente foi amplamente difundida e debatida na imprensa. Com uma postura que se coadunava com a da *Folha de S. Paulo*, o *Jornal do Brasil* defendeu a legalidade da posse de João Goulart, sublinhando que a obrigação geral era cumprir à risca a Constituição, pois esta era o denominador comum que poderia satisfazer a todos. Pela lei, o vice-presidente da República deveria substituir o presidente caso este fosse impedido de governar, morresse ou renunciasse.

Para a crise suscitada pela renúncia do presidente Jânio Quadros só há uma solução estritamente constitucional: a posse, na Presidência, do Sr. João Goulart, vice-presidente da República. Temos criticado o Sr. João Goulart repetidas vezes e achamos mesmo que é uma pena que a renúncia do Sr. Jânio Quadros tenha colocado o País na situação de ter como Presidente da República um político que foi eleito por uma margem de votos menor e menos expressiva. Mas a lei é clara e o Brasil tem a obrigação de respeitar-se a si mesmo. Se o Sr. João Goulart teve o direito de candidatar-se nas eleições passadas, tem — neste momento — o dever de assumir as responsabilidades da Presidência, a menos que não se julgue em condições de fazer governo. Mas, se ele chegar a essa conclusão, deve fazê-lo voluntariamente.⁹⁹

Segundo o *Jornal do Brasil*, a prudência evitaria novos choques, por isso era preciso buscar uma solução natural e nada mais; nenhuma fórmula que não se fundamentasse no cumprimento estrito da letra e do espírito da Constituição Federal poderia convencer o povo ou contribuir para o não-enfraquecimento da democracia.

Demais jornais de maior circulação no eixo Rio – São Paulo, como o *Correio da Manhã*, *Diário de Notícias*, *A Noite* e *Correio Braziliense*, também apoiaram a posse do

⁹⁸ Pela legalidade, *op.cit.*, p. 4.

⁹⁹ Respeito. Editorial. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 27 ago. 1961.

vice-presidente¹⁰⁰. A defesa dos princípios democráticos predominava em grande parte da imprensa brasileira.

Outros jornais, como a *Tribuna da Imprensa*, expressaram a opinião dos setores conservadores e conclamaram as Forças Armadas a assumirem um papel decisivo naquela circunstância. Desde o início da crise, esse diário não foi favorável à posse de Goulart e para explicar por que não se deveria permiti-la, pontuou, com um discurso anticomunista, a necessidade de a nação estar alerta ante a agitação comunista.

O dever do povo, portanto, é o de ajudar as Forças Armadas a garantir a liberdade e a paz entre irmãos. Para isso, devem todos não pactuar com as provocações, os boatos, os tumultos dos que, comunistas ou a serviço destes, procuram por todos os meios lançar irmãos contra irmãos, impor a desordem e o caos. [...] Nesta hora, que é de decisão e escolha, compete aos brasileiros o dever imperioso e inadiável de defender o Brasil. E só há uma forma de defendê-lo: não permitir, sob nenhum pretexto, que o comunismo continue a miná-lo para sacrifício da liberdade e da paz da segurança interna e do progresso comum.¹⁰¹

Como se pode depreender, a *Tribuna da Imprensa* enfatizava o perigo comunista para, depois, relacioná-lo com Goulart. Para ela, a crise não se circunscrevia à posse ou não do vice-presidente, mas sim ao âmbito da constitucionalidade ou não da maneira como seria feita a sucessão no Executivo. Assim, revolveu o passado de Goulart para dizer que ele fora capaz de usar a agitação engendrada pelo Partido Comunista em benefício de sua própria ascensão. Na opinião do diário, a intervenção das Forças Armadas deveria ser clara e decisiva; afinal, era preciso defender a democracia opondo-se aos políticos comprometidos com o comunismo.

A comunicação recebida pelo Congresso do presidente em exercício, sr. Ranieri Mazzilli, foi em termos precisos. Cabia e cabe aos representantes do povo a busca de uma solução. Ela existe e é o *impeachment* do sr. João Goulart, caso ele não se decida a redimir-se de um passado de desserviços ao país num gesto de renúncia que teria significação completamente oposta ao do sr. Jânio Quadros, pois demonstraria uma preocupação com os destinos do regime que lhe gratificaria o respeito da nação, que aquele não teve.¹⁰²

¹⁰⁰ Cf. ABREU, Alzira Alves. 1964: a imprensa ajudou a derrubar o governo Goulart. In: FERREIRA, M. M. *op. cit.*, p. 111.

¹⁰¹ A defesa da liberdade. Editorial. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, 30 ago. 1961.

¹⁰² A crise. Editorial. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, 31 ago. 1961.

Nessa ótica, o Congresso teria duas alternativas: uma conduziria à estabilização do regime e à tranquilidade do país; outra seria a omissão e o descaso pela causa pública que levaria o país a uma crise pela qual o Congresso seria responsável.

Numa postura similar, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*, do Rio de Janeiro, se posicionaram energeticamente contra a posse de Jango. “O jornal paulista defendeu a convocação das Forças Armadas como garantia para que a vontade popular se manifestasse”¹⁰³.

Poucos dias após a renúncia de Jânio Quadros, muitos setores políticos e militares se articulavam contra a entrega do poder a Goulart. Também se cogitava a adoção do regime parlamentarista como alternativa à posse. Nesse momento, deixando de lado a legalidade constitucional (a posse do substituto legal do presidente), a *Folha de S. Paulo* assumiu outra postura: apoiar o parlamentarismo daí em diante em nome da paz e da tranquilidade geral. Embora tenha apelado para a defesa dos direitos constitucionais, não se pode afirmar que ela esteve completamente engajada nessa causa, visto que se posicionou de forma cautelosa, ou seja, teve a precaução de não fazer críticas ferrenhas a grupos envolvidos no veto à posse — militares e UDN.

A posse de Goulart foi palavra de ordem na *Folha de S. Paulo*, que delegou o dever de garanti-la a grupos desfavoráveis a ela — o que deixa entrever uma contradição: como pôde atribuir a defesa da posse a pessoas que desejavam vetá-la? Aqui me refiro, sobretudo, aos ministros militares Grum Moss, da Aeronáutica, Odílio Denys, da Guerra, e Sílvio Heck, da Marinha. Já nos primeiros momentos da crise, esses ministros se mostraram indispostos a aceitar qualquer solução que assegurasse a posse de Goulart, e o jornal, ao afirmar que acreditava no papel desempenhado pelas Forças Armadas, não deixou de incluí-los no rol dos bem-intencionados.

Divergindo das atitudes assumidas pelos ministros militares, nem por isso lhes negamos boas intenções. Basta considerar que não reclamam o poder para si mesmo, nem para qualquer outro militar, no que seguem, aliás, excelente tradição das Forças Armadas, em momentos semelhantes.¹⁰⁴

¹⁰³ ABREU, Alzira Alves. 1964: a imprensa ajudou a derrubar o governo Goulart. In. FERREIRA, M. M. *op. cit.*, p. 111.

¹⁰⁴ Não bastam boas intenções. Editorial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 29 ago. 1961, p. 4.

Como se pode ver, a *Folha de S. Paulo* ficou no trapézio: criticou os militares, mas defendeu suas intenções. Se a intenção foi evidenciar que a posse era legal, ela o fez com cautela, sem se esquecer de elogiar as Forças Armadas. Ao se referir a estas, o jornal apontou que, embora às vezes tivessem agido erradamente na sua tutela da nação, deveria prevalecer a sua preocupação patriótica de resguardá-la de perigos. Para validar sua posição, a *Folha de S. Paulo* citou momentos de intervenção militar cujas ações ela considerou como primordiais.

Em 1930 a Junta Militar que derrubou Washington Luís entregou o poder ao civil Getúlio Vargas. Em 1945, passou-o ao ministro José Linhares. Em 1954, ao vice-presidente Café Filho. Em 1955, ao senador Nereu Ramos. E agora admite que o Congresso eleja um civil para ocupar o lugar do sr. João Goulart.¹⁰⁵

Noutros termos, no quadro apresentado sobre as intervenções militares, as Forças Armadas em geral assumiam o papel de moderador, ou seja, restringiam-se à remoção do chefe do Executivo, acompanhada da entrega do poder estatal a um civil. Ainda que delegasse ao grupo militar o papel principal nesses momentos políticos, o jornal pontuou que este aceitava como uma obrigação patriótica a função de apenas interferir e solucionar problemas políticos sem jamais almejar governar o país.

No entanto, as Forças Armadas estavam longe de se enquadrar no perfil traçado pela *Folha de S. Paulo*. Como salienta João Roberto Martins Filho, o fracasso das intervenções castrenses de 1954 e 1961 — às quais acrescentamos os eventos anteriores citados pelo diário —, “associa-se não à falta de ousadia dos militares, mas às suas debilidades internas, que se constituíram em obstáculo para a tomada do poder em condições históricas concretas”.¹⁰⁶ Ainda conforme o autor, em 1930 o Exército foi a principal força propulsora da “revolução” que derrubou a ordem oligárquica; também às Forças Armadas coube o papel de ator principal no processo que resultou na queda de Getúlio Vargas e no fim do Estado Novo. Martins Filho ressalta que, após o afastamento de Vargas, o novo presidente, general Gaspar Dutra, indicou os chefes do Executivo que deveriam substituir os interventores nos estados. Assim — mostra

¹⁰⁵ Não bastam boas intenções, *op.cit.*, p. 4.

¹⁰⁶ FILHO, João Roberto Martins. Forças Armadas e política, 1945–1964: a ante-sala do golpe. In. FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). **O Brasil republicano — o tempo da experiência democrática**: da democratização ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 103.

Martins Filho —, as Forças Armadas constituíam parte integrante e indissociável do poder político desde 1930.¹⁰⁷

Isso tudo atesta que o fato de as Forças Armadas não reclamarem ou não terem assumido o poder estatal para si não está ligado a uma conduta supostamente exemplar ou a uma pretensa vocação democrática. Em 1961, ano da renúncia de Jânio, de novo foi a relação de forças desfavoráveis que teria derrotado os ministros militares. Nesse momento, vários grupos, inclusive no interior das Forças Armadas, foram contra o veto imposto por esses ministros, intimidando-os.

Ao analisar as Forças Armadas, Thomas Skidmore afirma que, quando o processo político é abalado, a opinião dos militares se torna decisiva e que, se eles, em 1961, estivessem unidos contra Goulart, talvez este não tivesse assumido a presidência da República. Para Skidmore, talvez fazendo pouco das ações articuladas por diversos setores da sociedade civil, “Jango tornou-se presidente, não em virtude da pressão da esquerda, mas, sim, graças à divisão entre os militares”.¹⁰⁸

Seja como for, a todo o momento, é nítida a ambigüidade nos discursos da *Folha de S. Paulo*, pois o mesmo editorial que elogiava as Forças Armadas afirmou que só a preocupação patriótica não bastaria: seria necessário, também, respeitarem os preceitos constitucionais.

Mas não basta patriotismo quanto aos fins. É também necessário que a ação para atingi-los respeite as limitações constitucionais. Se os militares ainda puderem dar-se conta dessa verdade, acrescentarão a desambição que tem revelado uma outra virtude tão importante quanto ela, que é triunfar sobre o amor próprio e evitar que se consume gravíssimo erro político. Não sabemos ainda se ainda haverá tempo para essa autocontenção. Mas, se houver, e se for feita, as Forças Armadas crescerão no respeito aos brasileiros.¹⁰⁹

Ora, se as Forças Armadas não reclamavam o governo para si — como expôs o jornal, por se preocupar com o patriotismo e a manutenção da ordem —, por que a dúvida quanto à sua intenção? Não seriam as Forças Armadas as mesmas a quem o diário delegou a função de restituir o poder a um civil? As dúvidas quanto às atitudes

¹⁰⁷ FILHO, J. R. M. *op.cit.*, p. 105.

¹⁰⁸ SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco, 1930–1964**. Trad. Ismênia Tunes Dantas. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003, p. 262.

¹⁰⁹ Não bastam boas intenções. Editorial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 29 ago. 1961, p. 4.

dos ministros militares sugerem que a *Folha de S. Paulo* não confiava plenamente nesse grupo como dizia confiar e que, mesmo assim, tentou demonstrar confiança quanto às suas intenções.

O “inconveniente” da posse de João Goulart na situação de crise em que se encontrava o país foi bem reforçado no manifesto divulgado pelos ministros Grum Moss da Aeronáutica, Odílio Denys da Guerra e Sílvio Heck da Marinha, no qual criticavam o estilo político de Goulart. Para tanto, traçavam a trajetória política dele e se referiram à sua liderança no movimento trabalhista de maneira pejorativa.

Já ao tempo em que exercia o cargo de ministro do Trabalho, o sr. João Goulart demonstrava bem claras suas tendências ideológicas, incentivando e mesmo promovendo agitações sucessivas e freqüentes nos meios sindicais, com objetivos evidentemente políticos e em prejuízo mesmo dos interesses reais de nossas classes trabalhadoras. Foi ampla a infiltração que por essa época se processou no organismo daquele Ministério, até em postos-chaves da sua administração, bem como nos órgãos de ação sindicais, de ativos e conhecidos agentes do comunismo internacional, além de incontáveis elementos esquerdistas.¹¹⁰

Ainda reforçaram que, no cargo de vice-presidente, Goulart sempre usou de sua influência para animar e apoiar, mesmo ostensivamente, manifestações grevistas promovidas por agitadores conhecidos. Comentaram sua viagem à União Soviética e à China comunista como representante oficial e na qual teria tornado clara e patente sua admiração pelo regime desses países e sua exaltação ao êxito das comunas populares. Diante de tais atitudes do vice-presidente, malvistas pelos ministros, estes consideravam inviável a sua posse.

Entretanto, não apenas o estilo político do vice-presidente foi ressaltado como justificativa à oposição à sua posse; também foi enfatizada a necessidade de se ter cautela no âmbito internacional, que vivia, segundo os signatários do manifesto, um quadro de grave tensão e intervenção comprovada do comunismo internacional na vida das nações democráticas, sobretudo nas mais fracas. Tendo em vista essa conjuntura, entendiam os ministros que bastaria Goulart — supostamente inclinado ao comunismo — chegar à presidência da República para levar o país ao caos.

¹¹⁰ Manifesto divulgado pelos ministros militares da Guerra, Aeronáutica e Marinha. *In.* Os 3 ministros militares fazem graves restrições a João Goulart. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 31 ago. 1961, p. 1.

Ainda que o editorial da *Folha de S. Paulo* tenha confirmado que as restrições dos ministros militares criaram uma situação profundamente anômala, em que o recuo seria improvável, ele não os criticou contundentemente; pelo contrário, afirmou de novo confiar no discernimento e patriotismo dos responsáveis pelo destino da nação, em especial as Forças Armadas.

Sem justificar a atitude assumida pelos ministros militares, compreendemo-la. Sabemos que, por formação e por tradição, as Forças Armadas brasileiras têm extraordinária sensibilidade para com os problemas de que depende a segurança nacional. Seu patriotismo não é de palavras. É algo profundo e sincero, que as leva, às vezes, a errar, crendo acertar, como acontece agora. Em muitas oportunidades recentes já demonstraram desambição do poder quando, levadas a intervir em crises institucionais, entregaram a direção do país aos civis que a ela tinham direito.¹¹¹

E, devido a essa crença no propalado patriotismo indesmentido das Forças Armadas, o jornal afirmou manter a tênue esperança de que os chefes militares contrários a Goulart atendessem aos apelos de solução da crise dentro da ordem e dos meios legais.¹¹²

Convém ressaltar que, na administração de Nabantino Ramos, sobretudo a partir dos anos 1950, o diário propagou em suas páginas a política da neutralidade e a defesa dela foi apresentada como prova de limpidez democrática. A análise das matérias veiculadas no período estudado revela uma tentativa de transparecer essa posição neutra. Mas pode-se falar apenas em intenção, pois em seus discursos não foi isso o que ocorreu de concreto: querendo ou não, o jornal demonstrou afinidade com certos grupos, acima de tudo a UDN e os militares. Sabe-se que na imprensa e em qualquer outro veículo de comunicação existe certa dificuldade em pôr em prática tal proposta. De uma forma ou de outra, os jornais defendem interesses e projetos de grupos específicos, afinal são instrumentos de interação e intervenção social. Diante de tais constatações, torna-se incoerente aceitar a noção de que o jornal seja mero transmissor, neutro e imparcial, dos acontecimentos. Ao contrário, ele agrega um conjunto de

¹¹¹ A palavra sensata de São Paulo. Editorial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 31 ago. 1961, p. 4.

¹¹² O veto dos ministros militares foi criticado pelo *Jornal do Brasil*, que frisou que a nação tinha o direito de ver empossado o vice-presidente eleito para substituir o presidente omisso. Em contrapartida, a *Tribuna da Imprensa* elogiou o veto, concordando com todas as acusações contra Goulart. Segundo este jornal, a intervenção das Forças Armadas era necessária à defesa da democracia. Cf. O erro e sua correção. Editorial. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 31 ago. 1961; Opção para hoje e sempre. Editorial. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, 31 ago. 1961.

indicadores políticos, econômicos e ideológicos, define papéis sociais e interage com a sociedade por meio de múltiplos discursos.

No editorial de 29 de agosto de 1961, a *Folha de S. Paulo* comentou o veto dos ministros militares à posse de Goulart, porém, ficou na retaguarda para não se comprometer intensamente numa crise de tal repercussão. Também se preocupou em destacar que ainda não havia sido comprovada a união das Forças Armadas no veto. É fato que a posição dos ministros não era consensual nas Forças Armadas: o Exército estava dividido quanto às suas opiniões, por isso os ministros não conseguiram vetar a posse.¹¹³ O diário insistiu em evidenciar que uma parcela das Forças Armadas permanecia “inalterada” quanto aos seus anseios de resguardar a Constituição. Para ele, a posse de Goulart era uma decorrência obrigatória do acatamento à lei.

Não devemos examinar o mérito das acusações que os adversários do sr. João Goulart levantam contra sua posse. Elas são apenas impertinentes, eleito que foi, e vaga como se encontra a presidência da República, com a renúncia do sr. Jânio Quadros. A solução constitucional é dar-lhe posse e em seguida vigiá-lo, para que não falte ao dever de governar dentro da lei e segundo mais convenha aos interesses nacionais. Tarefa para a oposição, que será fatalmente poderosa, dado que subindo ao poder um petebista, contra ele peleará valentemente a UDN, com sua longa tradição de luta.¹¹⁴

Portanto, vale frisar que embora defendesse a legalidade da posse, o editorial em questão apontou a necessidade de o governo de João Goulart ser fiscalizado e atribuiu à UDN o dever de fiscalizar. Nota-se que não foi aleatória a escolha desse partido, que era um dos adversários mais ferrenhos — senão o mais — de Goulart nesse momento. Além disso, já havia, desde tempos anteriores, certa afinidade do jornal com esse partido, logo, os elogios não foram mera coincidência. Em suas análises sobre a *Folha de S. Paulo*, Motta e Capelato revelam a proximidade desta com a UDN em vários momentos da política brasileira. Afirmam que o diário sempre foi simpático ao partido, cuja “missão heróica” de representar a ordem democrática era constantemente referida em suas páginas. Na visão dos autores, ambos se caracterizavam pelo moralismo, pelo temor ao comunismo, pela crença nas elites, por uma postura antiestatista e favorável ao

¹¹³ Conforme aponta Skidmore, a crise política surgiu tão subitamente que impediu o processo democrático de formação de opinião entre o corpo de oficiais; como resultado, os ministros militares se viram forçados a retroceder a uma solução de compromisso. SKIDMORE, Thomas, *op. cit.*, p. 258.

¹¹⁴ Não bastam boas intenções. Editorial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 29 ago. 1961, p. 4.

capital estrangeiro e, por fim, por uma prática antigetulista e antipopulista. Mas, diferentemente da UDN, o jornal era antigolpista e tinha no legalismo seu traço marcante:¹¹⁵ sob a égide desse discurso de defesa da legalidade, apoiou o golpe de 1964.

1.3 Parlamentarismo: sim ou não?

Na crise que se seguiu à renúncia de Jânio, a proposta de implantação do regime parlamentarista surgiu como alternativa à posse de Goulart. A adoção desse sistema foi vista por vários grupos como única fórmula capaz de conciliar os espíritos e apaziguar as forças em choque. Noutros termos, era uma solução que convergia para os interesses dos militares: como o poder do presidente da República passaria a ser limitado, diminuiria a apreensão com a hipótese (rechaçada por meio do veto dos militares à posse) de Goulart vir a se tornar presidente. Mais que isso, essa fórmula garantia, às correntes pró-posse, a efetiva investidura do vice-presidente no cargo de chefe do governo, seguindo os preceitos constitucionais que a garantiam.

Nas primeiras discussões sobre o parlamentarismo, quando a proposta da emenda constitucional ainda era estudada como tentativa de permitir uma composição política que atendesse expectativas distintas, a *Folha de S. Paulo* — que antes dizia repudiar qualquer ação extraconstitucional — abandonou esse discurso e se revelou a favor da implementação do parlamentarismo como saída para a crise: “O remendo menos mau, em tão angustioso momento — pois há remendos piores — seria a imediata aprovação da emenda parlamentarista”.¹¹⁶ Ora, a própria emenda constitucional necessária à instauração desse regime não seria uma burla dos direitos até então defendidos pelo jornal?¹¹⁷

A proposta da emenda ganhou adeptos em vários setores sociais, inclusive nas Forças Armadas. Assim, a oposição ao veto dos ministros militares à posse de Goulart crescia dentro e fora das Forças Armadas. Talvez conscientes de seu isolamento

¹¹⁵ Cf. MOTA, C. G. e CAPELATO, M. H., *op. cit.*, p. 161 e 162.

¹¹⁶ Perspectiva sombria. Editorial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 30 ago. 1961, p. 4.

¹¹⁷ Para se implementar o regime parlamentarista, foi preciso criar uma emenda que possibilitasse adotá-lo, pois a Carta de 1946 proibia qualquer reforma constitucional num clima insurrecional. Para acelerar a aprovação da emenda constitucional, foram tomadas várias medidas, dentre as quais, a mudança no Regimento Interno da Câmara e do Senado a fim de permitir que fossem apresentadas subemendas às propostas de reformas constitucionais e a alteração da proposta inicial de Raul Pilla — que previa a adoção do sistema parlamentarista a partir de 1965. Todas as medidas necessárias para consolidar a mudança de regime foram aprovadas.

político, os ministros militares recuaram de suas posições. A essa altura dos acontecimentos, seria mais viável apoiar a posse de Goulart no parlamentarismo do que correr o risco de vê-lo assumir a presidência com todos os poderes constitucionais. E os militares expressaram sua preocupação em manifesto publicado pela *Folha*.

Na presidência da República, em regime que atribui ampla autoridade e poder pessoal ao chefe do governo, o sr. João Goulart constituir-se-á, sem dúvida alguma, em mais um incentivo a todos aqueles que desejam ver o país mergulhado no caos, na anarquia, na luta civil. As próprias Forças Armadas, infiltradas e domesticadas, transformar-se-iam, como tem acontecido em outros países, em simples milícias comunistas.¹¹⁸

Consideradas essas questões quanto ao presidencialismo, em especial o fato de nele o presidente da República usufruir mais autoridade, o novo regime seria, para os ministros militares, mais aconselhável naquele momento. Embora passassem a demonstrar disposição de aceitar o parlamentarismo, em nota oficial do II Exército aos comandos de todas as unidades, os ministros militares afirmaram que o admitiriam desde que fosse do tipo alemão:

[..] informo que os ministros militares aceitaram a proposta dos líderes do Congresso para estabelecer no país a República Parlamentar tipo alemão, em que o presidente é nomeado pelo Congresso. O primeiro-ministro será também nomeado pelo Congresso e terá as atribuições que no regime presidencial cabem ao Executivo.¹¹⁹

Expressando alívio com a resposta dos ministros, a *Folha de S. Paulo* disse que esse comunicado contribuiu tanto para desanuviar a situação referente à aprovação das reformas indispensáveis a fim de se acolher a emenda parlamentarista quanto para apresentar perspectivas animadoras de solução. Afinal, com essa emenda, seria superada a fase difícil por que passava o Brasil, na visão do jornal, que dirigiu apelos ao Congresso Nacional para que solucionasse o impasse o mais rápido possível.

¹¹⁸ Os 3 ministros militares fazem graves restrições a João Goulart, *op.cit.*, p. 1.

¹¹⁹ Os ministros militares aceitaram a proposta dos líderes do Congresso. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 1 set. 1961, p. 1.

Para esse quadro de tantas coisas ruins deve atentar nesse instante o Congresso Nacional, ora empenhado na tramitação da emenda parlamentarista. A palavra do comandante do II Exército, com sede em São Paulo, no sentido de que o ministro da Guerra acatará a decisão do Congresso, deve ser encarada como sólida demonstração de confiança na decisão que está em vias de ser tomada pelo Parlamento. Mas é preciso que o faça com urgência, para que a missão histórica que neste momento desempenha, merecedora do mais entusiástico louvor e apoio, se complete magnificamente, em benefício do país e do seu povo.¹²⁰

Como sustentou a *Folha de S. Paulo*, a adoção imediata do parlamentarismo exigia que o Senado e a Câmara discutissem e aprovassem com rapidez a modificação de seus regimentos internos, procedimento necessário para a tramitação da emenda constitucional. Essas ações deveriam ocorrer sem transtornos, visto que não havia motivos para se retardar a implantação de tal proposta. O diário apelou ainda para que, no Congresso, se evitassem discursos e se passasse logo à votação do parecer que recomendou o sistema parlamentarista. Cabia ao Congresso cumprir seu dever sem tardança, “antes que se deplorem fatos ainda contristadores”.¹²¹

Ao relatar seu posicionamento referente à rápida tramitação da emenda, a *Folha* argumentou ter optado por esse meio por recear que se perdesse muito tempo com discussões estéreis e inoportunas, em detrimento da garantia da ordem pública, da tranqüilidade e do bem-estar geral. Foi sempre em nome dessa suposta ordem e tranqüilidade geral que o jornal defendeu a resolução imediata dos problemas. Para tanto, não pareceu preocupado com as eventuais conseqüências que o novo regime, estabelecido às pressas, poderia trazer. A palavra de ordem foi sua institucionalização e nada mais.

A campanha do jornal em prol do parlamentarismo ganhou espaço em páginas diversas. As chamadas da primeira página revelam essa intenção: “Jango aceita solução no regime democrático, revela Tancredo”¹²² e “Carvalho Pinto admite a emenda parlamentarista”¹²³ são títulos que mostravam ao leitor que a medida requerida estava sendo tratada sob aspectos legais e que recebia apoio de importantes políticos. Houve uma declarada preocupação da *Folha* no sentido de dar legitimidade ao

¹²⁰ A missão do Congresso. Editorial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 1 set. 1961, p. 4.

¹²¹ *Idem, ibidem*, p. 4.

¹²² **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 2 set. 1961, p. 1.

¹²³ *Idem, ibidem*, p. 1.

parlamentarismo, dando ênfase a reportagens e figuras políticas que tinham importante papel e que concordavam com a emenda.

Da parte de Goulart, ouviram-se declarações conciliatórias, dizendo aceitar o parlamentarismo para que se encerrasse a crise.¹²⁴ Em entrevista à *Folha de S. Paulo*, ele afirmou que aceitaria o parlamentarismo por causa da necessidade de se estabelecer amplo congraçamento entre as forças políticas para garantir a pacificação do país, desde que não se esvaziasse seu mandato a ponto de transformá-lo em mero “chefe de cerimônia” e se realizasse o plebiscito, no máximo em dois anos, para que o povo decidisse sobre a volta do presidencialismo ou a manutenção do parlamentarismo.¹²⁵ Ao exprimir sua preocupação com a ordem do país, Goulart se mostrou disposto a acatar soluções com base legal, já que desejava chegar a um acordo com todas as forças responsáveis do país. Não parecia disposto a perder a oportunidade de assumir a presidência da República, mesmo tendo que abrir mão de seus direitos previstos na Constituição.

No editorial intitulado “Solução honrosa”, a *Folha de S. Paulo* comentou que a alternativa parlamentarista poderia representar o fim da “grande” crise e reafirmou que, para isso, bastaria o Congresso ultimar a votação da emenda constitucional, que os ministros militares concordassem com a posse de Goulart ou se afastassem dos cargos e que o presidente admitisse o novo regime. Feito isso, o país voltaria à normalidade de que estava privado. No entanto, a responsabilidade de estancar a crise era atribuída a Goulart.

Tudo então, passará a depender do sr. João Goulart. Se deixar se levar pela belicosidade que domina o Rio Grande do Sul, provavelmente tentará repelir o Ato Adicional, no momento mesmo da posse, ou logo depois, negando-lhe validade. Se, pelo contrário, mantiver-se coerente com seu passado cordato, aceitará a Constituição reformada e exercerá o mandato nos termos do novo regime.¹²⁶

¹²⁴ No decorrer do período em que permaneceu fora do Brasil, Goulart era informado dos acontecimentos no país; na sua passagem por Montevideú, encontrou-se com Tancredo Neves, destacado político nacional, encarregado de lhe informar os rumos da crise e lhe falar sobre a emenda parlamentarista como alternativa à sua posse. Nesse encontro, Goulart teria revelado a Neves que concordaria em aceitar o regime parlamentarista. Cf. FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. **Democracia ou reformas?** alternativas democráticas à crise política: 1961-1964. São Paulo: Paz e Terra, 1993, p. 44.

¹²⁵ Jango e o parlamentarismo. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 2 set. 1961, p. 5.

¹²⁶ Solução honrosa. Editorial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 2 set. 1961, p. 4.

O jornal acrescentou que o presidente deveria verificar que o Congresso se via constrangido a fazer às pressas o que há tempos desejava fazer com tranquilidade e só não o fizera por impedimento do Executivo. Nas palavras do diário, não era novidade para ninguém que a idéia de um regime de governo parlamentarista ganhasse terreno continuamente entre deputados e senadores. Com efeito, há muito já se debatia no Congresso um projeto propondo a mudança para o parlamentarismo, apresentado por Raul Pilla¹²⁷. Mas isso não servia de justificativa para sua imediata aprovação naquele momento.

A *Folha de S. Paulo* defendeu a adoção da emenda parlamentarista e até justificou o fato de ter sido implementada às pressas. Assim, ofereceu como única opção a Goulart aprovar tal regime; se escolhesse o contrário, enfatizaria a “belicosidade” do Rio Grande do Sul, cujo forte apoio à legalidade da posse não foi visto com bons olhos pelo jornal. Com isso, alertou para o perigo que resultaria da insistência da vitória incondicional por qualquer dos grupos: se não levasse a uma guerra civil, produziria profunda divisão na corporação armada e ressentimentos gravíssimos que, cedo ou tarde, eclodiriam e perturbariam a vida nacional.

Outros jornais não receberam o parlamentarismo com tanto entusiasmo. Num primeiro momento, o *Jornal do Brasil* criticou a mudança:

[...] a reforma constitucional que nos estão propondo é contraditória e decorre de numerosos erros de análise de cálculo. A contradição consiste em tender ao parlamentarismo, regime historicamente caracterizado pela dispersão das forças do poder central, num momento em que a própria unidade nacional chegou a ser ameaçada, num momento em que fortalecer o Executivo deve ser a preocupação máxima de quantos, entre nós, querem livrar o País das ditaduras de esquerda e de direita. O erro de análise está em condenar neste momento o presidencialismo que acaba de dar considerável demonstração de flexibilidade e de capacidade de resistência. O regime está resistindo sobranceiramente a uma das maiores provas por que poderia passar o abandono do cargo pelo Presidente da República, num momento que já era de crise e em circunstâncias delicadíssimas, entre as quais avulta a própria ausência do País do Vice-Presidente. O erro de cálculo é pensar que, após mais de setenta anos de presidencialismo, o País se adaptaria facilmente, nestes tempos difíceis, a um regime para o qual nem ligeiramente estamos preparados.¹²⁸

¹²⁷ Cf. FIGUEIREDO, A. C., *op. cit.*, p. 45.

¹²⁸ Arquite-se. Editorial. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 1 set. 1961.

Para esse diário, o Brasil já havia provado ter no presidencialismo mecanismos de autocorreção indispensáveis ao seu funcionamento. Logo, naquele momento, cabia fortificar o regime, não substituí-lo. “O sr. João Goulart, ainda que venha a demonstrar ser realmente o flagelo de Deus, não conseguirá, segundo esta última semana tem provado sobejamente, arrastar o País ao desastre.”¹²⁹

Instaurado o parlamentarismo, o *Jornal do Brasil* passou de uma postura contrária a uma justificação da sua implementação: o sistema parlamentarista não teria sido aprovado por estarem senadores e deputados convencidos de que era o melhor sistema; eles quiseram encontrar uma solução constitucional para a crise e manter o controle da situação nacional, tornando-se fiadores da ordem legal no país.¹³⁰

A *Tribuna da Imprensa* assumiu uma conduta contrária à adoção do parlamentarismo, não por considerá-lo inviável, mas porque ele permitia a investidura de Goulart na presidência da República. Implantado o parlamentarismo, o jornal fez duras críticas ao comportamento dos congressistas.

O Congresso Nacional, convocado para encontrar uma fórmula de harmonia e união nacional, que possibilitasse ao Brasil atravessar sua grave crise político-militar, não se mostrou à altura de seus deveres e responsabilidades. Saído de repouso remunerado e de seu egoístico ócio às custas do sacrifício e dos dinheiros da Nação, ele se manifestou contra o *impeachment* do sr. João Goulart. Não é uma solução, o que a Nação inteira está pedindo, em nome da própria manutenção das instituições e da democracia — que não podem estar a serviço dos que traíram, as traem e continuarão a traí-las — é uma fórmula alta, que garanta a segurança interna e a projeção externa do Brasil, dentro dos postulados da paz e da liberdade.¹³¹

Nesses termos, o Congresso estaria compactuando com os locutores das rebeliões radiofônicas, com os agitadores a serviço da “sovietização” do Brasil e com os fomentadores de desordens e tumultos.¹³² Durante a crise, o Congresso não teria estado entre a problemática da posse ou não de João Goulart, mas sim entre o comunismo e a democracia e, ao se decidir, não soubera escolher. Com sua decisão, passara a colaborar com quem queria o Brasil mergulhado no caos e na guerra civil e a estimular a

¹²⁹ Arquite-se, *op. cit.*

¹³⁰ Trégua. Editorial. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 09 set. 1961.

¹³¹ Opção para hoje e sempre. Editorial. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 31 ago. 1961.

¹³² A *Tribuna da Imprensa* se refere à Rede da Legalidade, liderada por Leonel Brizola, que fazia campanha em prol da posse de Goulart via emissoras de rádio.

infiltração comunista. Assim, o Congresso não teria passado de joguete nas mãos do Partido Comunista, colaborando para, conforme a *Tribuna da Imprensa*, “sovietizar” o país.

Diferentemente, a *Folha de S. Paulo* elogiou a rapidez com que o Ato Adicional que instituiu o regime parlamentarista no país tramitou na Câmara e no Senado. Fez questão de declarar que o Congresso não se furtou a oferecer uma demonstração de boa vontade para que a crise tivesse uma solução honrosa. Explicando a adoção do parlamentarismo, o jornal argumentou que, se a posse de Goulart tivesse ocorrido com as prerrogativas garantidas pela Constituição — sob regime presidencialista —, isso teria sido uma vitória da Constituição, do regime, do Congresso e da opinião pública. Mas apontou um porém: em toda vitória há um derrotado — nesse caso, seriam as Forças Armadas, que expressaram restrições a Goulart. Diz o editorial:

Haveria vantagem em alcançar-se aquela vitória, a esse preço? Seria conveniente permitir que um novo presidente assumisse o poder, nesta hora difícil da nação, tendo contra si o peso da desconfiança de chefes militares, apesar de tudo prestigiosos e respeitáveis? Conviria ao país criar e estimular focos de ressentimento e de possíveis cizânias?¹³³

Na visão da *Folha de S. Paulo*, a manutenção do presidencialismo por si só não valia a pena o bastante porque geraria um clima de revolta e ressentimento entre alguns grupos; graças ao Congresso se chegou a uma solução conciliatória ao perceber as consequências da posse de Goulart sob o regime presidencialista. Tal solução não desmereceu nem humilhou ninguém, na opinião desse jornal, que frisou que o parlamentarismo já amadurecia entre congressistas, e a convicção geral era de que logo seria aprovado. Então, o Congresso apenas precipitara a aprovação.

Nessa linha, o jornal publicou diversas matérias que davam respaldo a seu posicionamento, a exemplo das intituladas: “Governadores satisfeitos com a solução da crise”¹³⁴ e “Goulart: não alimento ódio nem ressentimentos de qualquer espécie”¹³⁵.

Segundo esse diário, a Goulart caberia entender que fora também a melhor maneira de ele assumir a presidência sem acirrar ainda mais as restrições à sua posse e

¹³³ Sem vencidos nem vencedores. Editorial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 3 set. 1961, p. 4.

¹³⁴ **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 3 set. 1961, p. 6.

¹³⁵ **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 3 set. 1961, p. 1.

aos ministros militares caberia dar ao país uma prova definitiva de que só por excesso de zelo e patriotismo incorreram na tentativa de impedir a posse. Com este discurso, a *Folha de S. Paulo* atenuou a gravidade da atitude dos ministros militares, mesmo tendo sido absolutamente clara sua oposição à manutenção das regras do jogo democrático. Tudo não passaria – no fundo – de “excesso de zelo”¹³⁶.

Ao contrário do que sustentou a *Folha de S. Paulo* quanto ao parlamentarismo ser a melhor ou única opção viável para resolver os impasses no país, não se pode afirmar que esse regime de governo fosse, naquela conjuntura, a única saída política possível, pois as manifestações pró-legalidade ao presidencialismo eram intensas e contavam com considerável participação do povo, de políticos, de estudantes e de militares. Encarando a situação sob outra ótica, como o faz o cientista político (pró-Goulart) Moniz Bandeira, a atmosfera política parecia favorável à manutenção do presidencialismo. De acordo com ele, Goulart teria todas as condições para assumir o governo como chefe de uma revolução: dispunha de exércitos e milícias estaduais e a isso se acrescia o apoio do povo.¹³⁷

Por outro lado, a *Folha de S. Paulo* também justificava a imposição do parlamentarismo pelo fato de o presidencialismo haver mostrado suas virtudes e seus defeitos ao longo de 70 anos de vigência no Brasil. Era chegada a hora de o novo regime que se implantava oferecer ao país a oportunidade de ver, na prática, as suas vantagens e desvantagens como sucedera com o sistema anterior. Além disso, o jornal considerou algo prudente o Ato Adicional abrir a possibilidade de realização de plebiscito nove meses antes do término do governo Goulart. Isso porque, no seu entendimento, haveria só duas hipóteses: ou o parlamentarismo se revelaria melhor que o presidencialismo e se manteria, ou se retornaria ao regime antigo. De toda forma, a *Folha* saía em defesa do regime parlamentar.

De nossa parte, temos confiança no regime de gabinete. Por ele nos definimos em nossa Carta de Princípios. A pregação do sr. Raul Pilla têm recebido em nossas páginas a melhor acolhida e era sempre com satisfação que registrávamos o avanço do ideal parlamentarista entre os representantes do povo no Congresso.¹³⁸

¹³⁶ Sem vencidos nem vencedores. Editorial, *op. cit.*, p. 4.

¹³⁷ BANDEIRA, M., *op. cit.*, p. 50.

¹³⁸ Uma experiência que se impunha. Editorial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 5 set. 1961, p. 4.

Explicando seu apoio programático ao parlamentarismo, o jornal ressaltou que desejou vê-lo implementado no país em condições normais; contudo, se dispôs a aceitá-lo após se convencer de que a obediência pura e simples aos dispositivos constitucionais poderia levar o Brasil ao caos e à guerra civil. Seria melhor admitir o parlamentarismo de uma vez por todas — e desse modo evitar conflitos — do que se opor a essa medida e correr o risco de se desencadear uma situação extremamente grave. Regozijou-se, portanto, com a experiência. Eis as vantagens do sistema parlamentarista por ele apontadas:

[...] reparte as responsabilidades do governo da nação por quatro entidades, o presidente da República, o presidente do Conselho de Ministros, o Conselho de Ministros e o próprio Congresso vão governar o país, com atribuições específicas e diretas. Já não será uma única pessoa a decidir, com poderes absolutos, sobre a orientação da política externa do país.¹³⁹

Conforme a *Folha de S. Paulo*, a questão primordial do parlamentarismo seria a divisão de poderes da presidência da República entre os demais membros do gabinete, visto que esta partilha de responsabilidades restringiria a atuação do presidente, sobretudo no âmbito da política externa, por sinal bastante controversa no último governo presidencialista. Cabe lembrar que Jânio Quadros condecorou Guevara e fez acordos com países socialistas, dentre outras atitudes que não foram bem recebidas pelo periódico. Para o diário, a política externa do Brasil deveria ser de alinhamento aos Estados Unidos, o que explica parte de sua repulsa à política do governo anterior. Temia-se que Goulart, mais que Jânio, adotasse uma postura mais afinada com países comunistas.

O jornal ponderou também que, após 70 anos de presidencialismo, uma nova experiência de quatro anos com o parlamentarismo só poderia ser saudada como algo que deveria mesmo ser feito para que o Brasil voltasse ao normal.

Uma única coisa se deseja agora e com máxima urgência: a normalização da vida do país. Em outras palavras: a posse do sr. João Goulart como presidente, junto com o presidente do Conselho de

¹³⁹ Uma experiência que se impunha, *op. cit.*, p. 4.

Ministros e os próprios ministros, para que comecem a governar e retornem ao ritmo costumeiro as atividades em toda a República.¹⁴⁰

O empenho na retomada da normalização da vida no país deveria ser o objetivo central de todos os brasileiros; seria crime de “lesa-pátria”, indesculpável em qualquer hipótese, contribuir direta ou indiretamente para que a situação de crise se arrastasse. Desse modo, ao comentar a chamada “Operação Mosquito”¹⁴¹, a *Folha de S. Paulo* a caracterizou como indesejável e merecedora das mais duras críticas. Também indesculpáveis seriam manobras políticas que retardassem a composição do novo governo e a insistência numa pregação legalista sem razão de ser, segundo o jornal, pois legalismo naquele momento seria a posse de Goulart com parlamentarismo, e não mais presidencialismo. É importante salientar que, desfigurado, o termo legalidade adquiria outra conotação: retirou-se dele o sentido constitucional até então defendido pelo jornal para colocá-lo no âmbito daquilo que seria mais viável e menos incômodo a certos grupos; passou a se referir a ações que garantiriam a “ordem” do país. Nas palavras do diário, não havia mais lugar para discussões que, em nome da legalidade, fossem contrárias à solução encontrada. Nesse sentido, manifestos que se lançavam contra esse novo sistema de governo deveriam ser incluídos no rol de atitudes que serviam para transtornar a restituição da tranquilidade à família brasileira.

Por fim, a *Folha de S. Paulo* afirmou não ser excessivo dizer que a nação estava farta dos desencontros de opinião e “exaurida pela tensão” que se prolongara por mais de dez dias; era hora de acabar com esse clima de incertezas, e todos deveriam se empenhar nessa função. Vale lembrar, a propósito, que embora parte da população estivesse insatisfeita com os resultados do prolongamento da crise, isso não bastava para dizer – como queria o jornal – que a única coisa a se fazer seria se empenhar em prol do parlamentarismo. Ora, pelo que se sabe, a proposta da emenda constitucional não foi consensual, e, sim, resultado de um esforço de conciliação, de interesses de diversos grupos. Logo, ao se permitir falar em nome da nação, o que o jornal fez foi assumir o discurso de alguns grupos, sobretudo conservadores, e atribuí-lo a toda a população.

¹⁴⁰ É hora de acabar. Editorial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 6 set. 1961, p. 4.

¹⁴¹ Essa operação pretendia derrubar o avião que trazia João Goulart de Montevideu até o Brasil para ser empossado. Oficiais da Força Aérea Brasileira (FAB), descontentes com o acordo firmado entre a cúpula das Forças Armadas, o Congresso Nacional e o presidente da República, ameaçaram derrubar o avião. Cf. VILLA, Marco Antonio. **Jango: um perfil** (1945–1964). São Paulo: Globo, 2004.

Segundo Mota e Capelato, a luta pela manutenção da “ordem” e da “estabilidade” social foi constante na *Folha de S. Paulo* na administração de Olival Costa, na de Octaviano Alves de Lima e na de Nabantino Ramos. Na gestão de Ramos, que abrange esses acontecimentos aqui discutidos, estão presentes a defesa intransigente da “ordem” e a ênfase na luta contra as possibilidades de subversão, as quais sugerem a posição que o jornal assumiria no golpe de 1964.¹⁴² Nas circunstâncias de crise aguda, interessava-lhe a via da solução mais rápida possível. Tudo isso seria necessário para evitar que a “baderna” e o “caos” se implantassem no país — e o termo baderna, no vocábulo político da *Folha*, se referia a todos os atos discordantes da “solução honrosa” encontrada pelo Congresso.

Ao falar de especulações e agitações em torno do parlamentarismo, a *Folha de S. Paulo* se referiu ao movimento pró-legalidade liderado por Leonel Brizola e criticado por ela em momentos anteriores por ter sido contrário à resolução da crise pela emenda parlamentarista.¹⁴³ Neste sentido, considero relevante fazer algumas observações sucintas sobre a Rede da Legalidade e explicitar o posicionamento do diário a respeito desse movimento.

A Rede da Legalidade foi montada sob a liderança de Leonel Brizola, então governador do Rio Grande do Sul, para defender a legalidade da posse de João Goulart. Iniciou-se com transmissores da rádio Guaíba, de Porto Alegre, depois requisitada pelo governador para se tornar emissora oficial do estado. A rede, que se consolidou pela junção de diversas emissoras da capital gaúcha e do interior; funcionava no Palácio do Piratini.¹⁴⁴ Embora tenha tido retaliações, o movimento desfrutou de considerável repercussão; através dele, Brizola conclamava o povo a ir às ruas para defender os preceitos constitucionais e, portanto, ir contra o pretenso golpe planejado pela junta militar.

Em sua campanha, Brizola contou com o apoio do general José Machado Lopes, comandante do III Exército. A *Folha de S. Paulo* publicou a transmissão executada pela rádio Guaíba em que Lopes afirmava esse apoio: “Participo ao prezado amigo que o III Exército sob meu comando, perfeitamente coeso em torno de seu chefe, resolveu como seu dever apoiar integralmente a Constituição vigente, não podendo aceitar solução da

¹⁴² MOTTA, C. G. e CAPELATO, M. H., *op.cit.*, p. 179.

¹⁴³ Solução honrosa. Editorial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 2 set. 1961, p. 4

¹⁴⁴ Cf. MARKUN, Paulo e HAMILTON, Duda. **1961: que as armas não falem**. São Paulo: Senac São Paulo, 2001, p. 196.

crise atual senão nela apoiada”.¹⁴⁵ O apoio do general aumentou a resistência da rede. Em 1961, o III Exército era uma das principais forças do país, senão a principal; por conta da antiga rivalidade com a Argentina, possuía quase todos os tipos de unidades.¹⁴⁶ Mas só a unidade militar apoiou a rede; os demais chefes — Nestor Souto de Oliveira, Osvaldo de Araújo Mota e Artur da Costa e Silva, respectivamente do I Exército (Guanabara), II Exército (São Paulo) e IV Exército (Recife) — foram solidários às atitudes dos três ministros que vetaram a posse de Goulart. Todos dirigiram mensagem ao marechal Odílio Denys, reafirmando apoio ao ministro da Guerra.¹⁴⁷

Nas poucas vezes em que a *Folha de S. Paulo* fez comentários sobre os integrantes da rede da legalidade, é perceptível, em alguns momentos, um posicionamento que coaduna com o dos ministros militares, sobretudo quanto à atuação de alguns militares nesse movimento. Conforme os ministros, “o comando do III Exército lamentavelmente desviou-se dessa unidade de sentimento e ação, deixando-se impressionar pela situação particularíssima de Porto Alegre, onde a atitude de rebeldia do governador Leonel Brizola criou um grave clima de agitação e subversão”.¹⁴⁸ Ao comentar a atuação dos integrantes do III Exército, o jornal — assim como os ministros — os classificou de rebeldes e os incluiu no grupo dos que retardavam a instauração da ordem no país.

A *Folha de S. Paulo* publicou reportagens sobre a atuação da rádio e as conseqüentes intervenções dos militares na sua atuação apenas como boatos.

Segundo rumores que correm em Porto Alegre, o gen. Machado Lopes, comandante do III Exército, teria comunicado aos seus oficiais que recebera ordens do ministro Odílio Denys para bombardear o Palácio do Piratini, sede do governo gaúcho e depor o governador.¹⁴⁹

Após essa explanação afirmou que Porto Alegre teria amanhecido na mais absoluta calma, os comércios funcionaram normalmente; a exceção foram os bancos, que não deram expediente, e as escolas, que ficaram fechadas.

¹⁴⁵ A posição do comando do III Exército. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 30 ago. 1961, p. 1.

¹⁴⁶ Cf. MARKUN, P. e HAMILTON, D., *op. cit.*, p. 287.

¹⁴⁷ Chefes militares afirmam sua solidariedade a Denys. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 30 ago. 1961, p. 1.

¹⁴⁸ Confia o Ministério da Guerra que vencerá a avalanche subversiva. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 2 set. 1961.

¹⁴⁹ Bombardeio do Palácio. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 30 ago. 1961, p. 7.

Todavia, a ordem de bombardear o Palácio do Piratini fora dada e a situação não estava tão tranqüila como publicou a *Folha de S. Paulo*. Ao relatar a participação do jornalista Tarso de Castro na campanha da legalidade, Tom Cardoso descreveu esse episódio:

Enquanto os jornalistas dançavam a marcha composta por Peréio, os soldados do III Exército marchavam em direção ao Piratini. Tarso e Flávio Tavares tinham acabado de receber da direção da *Última Hora* a notícia de que uma coluna de mais de vinte tanques M-3, com canhões e metralhadoras, começava a se deslocar da 2ª Companhia Mecanizada, localizada no bairro da Serraria, em direção ao palácio. [...] Diante do ataque iminente, a sede do governo esvaziou. A população flutuante do Piratini, cerca de trezentas pessoas, foi reduzida a apenas cinquenta, entre secretários, assessores, seguranças e jornalistas, a maioria da *Última Hora*. Disposto à guerra, Brizola requisitara 3 mil revólveres calibre 38 da fábrica Taurus, em São Leopoldo, que foram distribuídos a população.¹⁵⁰

Só não houve ataque porque Machado Lopes decidiu se posicionar ao lado da Rede da Legalidade, desistindo de invadir o Piratini. Houve, portanto, momentos de tensão que não se enquadram no panorama traçado pelo jornal sobre esse episódio.

Houve intenção do periódico não em silenciar, mas em maquiagem o verdadeiro significado desse movimento. Com referência a este procedimento, são pertinentes as colocações de Laura Antunes Maciel: “é preciso indagar sobre o modo como os jornais constituem formas de olhar e narrar o acontecido e de fixar uma versão entre outras possíveis”¹⁵¹. Nas chamadas dos artigos, há sempre um sentido pejorativo a essa manifestação, além de prevalecer a divulgação de reportagens que mostram que a emenda representava a tentativa democrática de solucionar a crise. De outro lado, a rede estaria perturbando a tranqüilidade das negociações. Havia interesses claros do jornal em defender a posse de Goulart sob aparatos que coibissem sua atuação. Sendo assim, não interessava a divulgação, sob termos exatos, de um movimento que batia de frente com a sua proposta.

Mesmo tendo sido a Rede da Legalidade um movimento de abrangência significativa, a *Folha de S. Paulo* publicou poucas reportagens sobre ela. Considero que um dos motivos para isso tenha sido o jornal defender certa alternativa de resolução da

¹⁵⁰ CARDOSO, Tom. **Tarso de Castro, 75 kg de músculos e fúria**: a vida de um dos mais polêmicos jornalistas brasileiros. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2005, p. 60.

¹⁵¹ MACIEL, L. A., *op. cit.*, p. 26.

crise não condizente com o posicionamento da rede. Para o diário, naquela situação de crise em que se encontrava o país, a atitude mais correta de todos seria evitar atritos para, assim, chegarem a uma solução comum. Noutras palavras, como já estava em voga a proposta parlamentarista, cabia aos demais grupos acatarem-na sem reclamar. A emenda foi vista então como única solução possível e viável.

Ao contrário do que defendia o jornal, o movimento liderado por Brizola se voltava à defesa da legalidade no seu sentido mais amplo — a posse de Goulart no regime presidencialista — e, em suas manifestações, revelou-se intransigente quanto à aceitação de qualquer solução que violasse a Constituição;

Esta é a mobilização da resistência, é a mobilização da opinião pública contra a agressão. Contudo, estamos dispostos não apenas a resistir, mas, se rasgarem a Constituição e usurparem o mandato do presidente constitucional, creiam que a nossa atitude passará da resistência para a revolução.¹⁵²

Essa movimentação incomodava a *Folha de S. Paulo*, que até então apregoava a participação de todos em prol da volta da normalidade da vida no país; para tanto, sugeria que se evitassem atritos entre os grupos e se relevassem certas ações, se fosse para o bem comum.

Aprovada a proposta parlamentarista, Leonel Brizola, à frente da Rede da Legalidade e em desacordo com essa medida de solução para a crise, continuou com suas críticas: “denunciarei a toda a nação, como brasileiro livre, esta decisão que acaba de ser imposta ao povo brasileiro, e que constitui uma imensa, uma profunda decepção”.¹⁵³ Segundo Moniz Bandeira, Brizola julgava que o III Exército devia marchar sobre Brasília, entregar o poder a Goulart, fechar o Congresso — porque este violara a legalidade, aprofundando o parlamentarismo — e convocar uma constituinte para dentro de 60 dias¹⁵⁴. O governador Brizola criticou, ainda, a atitude da maioria dos parlamentares que aprovaram a emenda constitucional, pontuando que eles se recusaram a uma audiência popular através de um plebiscito. Essa seria uma prova de que os integrantes do Congresso se consideravam distantes das aspirações do povo brasileiro.

¹⁵² Brizola ameaça passar da resistência à revolução. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 31 ago. 1961, p. 5

¹⁵³ Esse trecho é parte de um discurso proferido por Leonel Brizola a todo o país através das emissoras da Rede da Legalidade, a propósito da aprovação do parlamentarismo. Brizola diz que a emenda foi uma imensa decepção. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 5 set. 1961, p. 3.

¹⁵⁴ BANDEIRA, M., *op.cit.*, p. 49 e 50.

Cabe ressaltar que uma minoria defendeu uma solução estritamente constitucional: conceder o poder presidencial a Goulart no regime até então vigente. Embora se opusesse, Brizola não fora capaz de oferecer grandes resistências, pois não tinha mais o apoio do general Machado Lopes, comandante do III Exército. Ao ser apontada a emenda parlamentarista como alternativa a posse, Lopes declarou em público “que o III Exército acatará decisão soberana do Congresso Nacional, bem como já considera o sr. João Goulart presidente da República”.¹⁵⁵ Ao aceitar ser empossado no regime parlamentarista, Goulart desestruturou a campanha da legalidade no auge de suas manifestações políticas pró-posse e “derrotou na mesa das negociações a vitória conquistada nas praças públicas e nos quartéis”¹⁵⁶. Logo, não havia mais por que defender a manutenção do regime vigente.

A emenda parlamentarista foi aprovada pelo Congresso por grande parte de seus membros. Goulart fora, então, empossado num regime que o privava de seus poderes presidenciais, porém, mantinha algumas prerrogativas: o presidente podia nomear o presidente do Conselho de Ministros (primeiro-ministro) e, por indicação do presidente do Conselho e com aprovação da Câmara dos Deputados, nomear os demais ministros do Estado; poderia ainda dispor cargos públicos federais e vetar projetos de lei.¹⁵⁷ Essa foi uma brecha — para a atuação de Goulart — presente no texto da emenda parlamentarista, visto que poderia escolher alguém de sua confiança para assumir a posição de primeiro-ministro. Segundo o texto da emenda, o Poder Executivo seria exercido pelo presidente da República e Conselho de Ministros; a este caberiam a direção e a responsabilidade da política do governo, bem como a administração federal. Ao se retirar a eleição do presidente da República do âmbito popular, no regime parlamentarista caberia ao Congresso Nacional elegê-lo por maioria absoluta de votos. O período de vigência do cargo seria de cinco anos.¹⁵⁸

Depois da posse de João Goulart, a movimentação política girou em torno do presidente do Conselho de Ministros e da composição geral do primeiro governo parlamentarista. O Congresso aprovou, então, a composição do conselho, cuja

¹⁵⁵ O III Exército acata a reforma constitucional. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 5 set. 1961.

¹⁵⁶ Cf. BANDEIRA, M., *op.cit.*, p. 49.

¹⁵⁷ Cf. FIGUEIREDO, A. C., *op. cit.*, p. 49.

¹⁵⁸ O texto da emenda parlamentarista foi publicado na íntegra pela *Folha de S. Paulo*. Texto da emenda. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 2 set. 1961, p. 3.

presidência ficou com Tancredo Neves.¹⁵⁹ Esse primeiro gabinete parlamentarista tinha representação equilibrada dos partidos: PSD ficou com quatro ministérios e o cargo de primeiro-ministro; PTB e UDN ficaram com dois ministérios cada.¹⁶⁰

Essa votação agradou à *Folha de S. Paulo*, que não mediu palavras para elogiar o novo presidente do Conselho de Ministros:

O sr. Tancredo Neves é o que se pode classificar, sem arroubos de entusiasmo, de boa escolha para a presidência da Conselho de Ministros, no governo parlamentarista que se está instalando. Sua atuação na vida pública não teve a caracterizá-la nenhum lance espetacular, nem, entretanto, coisa alguma que o desabonasse. Nos cargos mais altos que desempenhou — ministro da Justiça de Vargas, diretor da Carteira de Redescontos do Banco do Brasil, no governo Kubitschek, e secretário das Finanças de Minas — conduziu-se satisfatoriamente, sem desmerecer a confiança nele depositada e sem atrair invectivas de adversários. Candidato derrotado no governo mineiro, no ano passado, portou-se sempre com indiscutível correção, antes, durante e depois da campanha.¹⁶¹

Nas palavras do jornal, Tancredo Neves ascendia à chefia do governo brasileiro no momento certo: quando se reclamavam do homem que iria assumir esse cargo moderação e equilíbrio, ambos evidenciados na sua trajetória política. O jornal enfatizou ainda que, por ter sido militante do PSD e gozar de simpatias no PTB e na UDN – embora esses dois partidos tivessem feito restrições à indicação do nome dele à presidência do Conselho de Ministros –, Tancredo Neves poderia exercer o cargo com sólida base parlamentar. A *Folha* tratou de explicar que a restrição do PTB não teria passado da reação natural de um partido que, com a posse de um de seus membros na presidência da República, julgara ter chegado sua vez de ter mais participação no governo; quanto à UDN, não passara de “ressaibos”, também compreensíveis, da última

¹⁵⁹ Os demais cargos foram ocupados pelos seguintes nomes nos respectivos ministérios: Moreira Sales, Fazenda; San Tiago Dantas, Relações Exteriores; Ulisses Guimarães, Indústria e Comércio; Souto Maior, Saúde; Virgílio Távora, Viação; Franco Montoro, Trabalho; Gabriel Passos, Minas e Energia; Oliveira Brito, Educação; Armando Monteiro Filho, Agricultura; Segadas Viana, Guerra; Clóvis Travassos, Aeronáutica; Ângelo Nolasco, Marinha. Primeiro Conselho de Ministros do novo sistema de governo. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 9 set. 1961, p. 3

¹⁶⁰ Cf. SKIDMORE, T., *op. cit.*, p. 265.

¹⁶¹ O presidente do conselho. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 9 set. 1961, p.4.

campanha eleitoral em Minas Gerais.¹⁶² À parte esses pequenos atos, não havia dúvida para o jornal de que Tancredo Neves receberia apoio desses partidos.

Cabe pontuar que, em razão da rápida implementação do sistema parlamentarista no país, as funções de cada integrante do governo no novo regime não ficaram claras. Segundo Argelina Cheibub, as atribuições do presidente e do primeiro-ministro se sobrepunham.¹⁶³ A confusão foi percebida pela *Folha de S. Paulo*, cujo editorial “Tolerância e compreensão” contém a seguinte avaliação:

Não devem causar estranheza, e muito menos escândalo, as imperfeições iniciais do funcionamento do regime parlamentarista. É certo que o sr. João Goulart, em alguns atos, dá a impressão de estar governando em pleno presidencialismo. É verdade que o Congresso não parece ter se dado conta das imensas responsabilidades que lhe cabem no novo sistema, tanto assim que a Câmara dos Deputados já entrou no malsinado recesso. É indiscutível, em suma, que apesar das disposições da emenda que criou o parlamentarismo, continua a haver hesitações quanto às atribuições específicas de cada uma das quatro entidades pelas quais se distribui a tarefa do governo — a presidência da República, a presidência do Conselho de Ministros, este Conselho e o Parlamento.¹⁶⁴

Ainda assim, o jornal reiterou que tudo deveria ser encarado como normal, natural e até inevitável nas circunstâncias excepcionais em que o regime de governo foi alterado e dada a inexperiência na prática do novo sistema. Também ressaltou que era um período de transição. Mas não se pode esquecer que esses problemas resultaram da rápida execução e implementação do parlamentarismo sob a justificativa de solucionar a crise. Logo, deve se considerar que a falta de um planejamento mais cuidadoso dessa emenda contribuiu para agravar o quadro.

Ao tentar explicar a confusão, a *Folha de S. Paulo* afirmou que deveria ser considerado que não se passava de um regime que vigorou 70 anos para outro recém-instituído sem haver desacertos, perplexidades e confusões. Naquele momento, seria necessário tolerar a experiência que se introduzia no país. Não compreender esses fatos caracterizava-se como má-fé de quem viu nos desajustes iniciais do sistema um prognóstico de fracasso. Para os “homens de boa vontade”, o problema se resumia a dar

¹⁶² Nas eleições para governador de Minas Gerais, Tancredo Neves (PSD) perdeu a eleição para Magalhães Pinto (UDN).

¹⁶³ FIGUEIREDO, A. C. *op. cit.*, p. 49.

¹⁶⁴ Tolerância e compreensão. Editorial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 15 set. 1961, p. 4.

tempo ao tempo. Só a experiência poderia mostrar se valeria a pena ou não manter o novo regime.

Diferentemente de sua postura no processo de implementação do parlamentarismo — quando defendeu a rapidez na tramitação do processo —, o jornal pedia tolerância e compreensão quanto à demora na institucionalização completa do regime para que se evitassem os erros que a pressa e o tumulto poderiam acarretar. A exigência era que os homens encarregados de governar o país no sistema parlamentarista dessem mostras de que o aceitavam plenamente e a ele queriam se integrar o quanto antes. Afinal, uma coisa seriam os desacertos decorrentes de inexperiência; outra seria a má-vontade em não aceitar a nova ordem de coisas com o propósito deliberado de desacreditar o regime. Para isso não havia tolerância.

A *Folha de S. Paulo* não deixou de se referir ao presidente João Goulart, que, desde o discurso de posse, demonstrou a preocupação de restituir ao povo o direito de escolher, mediante plebiscito, o regime que deveria vigorar. Ora, esse jornal já havia demonstrado aversão à intenção de Goulart, pois defendia a estabilização e o período de experiência do novo regime; logo, defendeu a realização do plebiscito na data prevista pela emenda parlamentarista — nove meses antes de terminar o governo de Goulart.

Todavia, o diário reconheceu as dificuldades de se atuar no novo regime, por isso não deixou de comentar que a Câmara ainda procurava os poderes conferidos a ela. No entanto, destacou o interesse sincero em fazer o Parlamento, de fato, ter o lugar de destaque que tinha em países cujo sistema de governo era esse. A legislação complementar ao Ato Adicional estava em fase de estudo; enquanto não vinha à luz, cabia usar o bom senso na resolução das questões que surgiam. Dessa forma, o jornal apontou que faltava aos críticos desse regime um pouco de indulgência.

Fora essas complicações de âmbito federal, havia outras, não menos importantes, no plano estadual: como alterar o regime de governo nos estados? Como forma de resolver o impasse, um grupo de políticos e juristas sugeriu que de início fosse feito um plebiscito federal sobre o parlamentarismo para só depois serem alteradas as constituições estaduais. A *Folha de S. Paulo* criticou a proposta porque esta apontava a possibilidade do plebiscito.

Esquecem-se os defensores da idéia, contudo, que o plebiscito não será obrigatoriamente realizado. Poderá ser efetuado — diz o Ato

Adicional — dependendo do que dispuser a lei ordinária já antes referida. Acrescente-se, aliás, que a intenção do plebiscito é a de auscultar o povo a respeito do novo regime, este deve ser demonstrado na prática, em toda a sua amplitude. Como muito maior conhecimento de causa decidirá o eleitorado, em 1965, sobre a matéria, se tiver sentido os efeitos completos da inovação, não unicamente no plano federal, mas também no estadual, mais próximo e mais facilmente observado. Essas razões, para não alongarmos no assunto, já são suficientes para recomendar que não se aguarde a realização (possível, mas não imprescindível) do plebiscito, para a implantação do parlamentarismo nos Estados.¹⁶⁵

As mudanças que a implementação do parlamentarismo em âmbito estadual e federal exigia deveriam ocorrer independentemente de projetos ou expectativas futuras. Nada haveria de interromper a fase experimental do novo regime, nem mesmo o plebiscito — como poderia a população decidir sem conhecer o novo regime? Nesse contexto, o melhor a ser feito era manter a calma e aguardar os resultados do novo sistema de governo; só depois seria possível votá-lo. Assim, apontaram-se possibilidades e a não-obrigatoriedade de realização do plebiscito. Essa postura contrária a qualquer medida que pusesse em risco o parlamentarismo foi veiculada pela *Folha de S. Paulo* em todo o período de vigência desse regime e marcou o posicionamento do jornal quanto à realização do plebiscito.

¹⁶⁵ Adaptação das Constituições dos Estados ao novo regime. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 17 set. 1961, 4.

CAPÍTULO II

LEITURAS E POSIÇÕES POLÍTICAS DA *FOLHA DE S. PAULO* SOBRE O PLEBISCITO E AS REFORMAS DE BASE

2.1 – Plebiscito: sim, não? Vamos pensando!

A data do plebiscito fora marcada para nove meses antes de terminar o mandato de João Goulart. Mas desde a posse no regime parlamentarista ele o ensejava, fazendo do plebiscito uma de suas campanhas mais intensas. Em seu primeiro discurso, Goulart lançou a campanha para a mudança do regime, em meio a agradecimentos a todos que se empenharam na defesa de sua investidura no cargo.

Assumo a presidência da República consciente dos graves deveres que me incumbem perante a nação. A minha investidura, embora sob a égide de um novo sistema, consagra respeitoso acatamento à ordem constitucional. Subo ao poder ungido pela vontade popular, que me elegeu duas vezes vice-presidente da República e que agora, em impressionante manifestação de respeito pela legalidade e pela defesa das liberdades [...] não há razão para ser pessimista diante de um povo que soube impor a sua vontade, vencendo todas as resistências para que não se maculasse a legalidade democrática. A nossa grande tarefa é a de não desiludir o povo e, para tanto, devemos promover por todos os meios ao nosso alcance a solução de seus problemas, com a mesma dedicação e o mesmo entusiasmo com que ele soube defender a lei, a ordem e a democracia. Permitam-me, entretanto, senhores congressistas, neste momento, uma reflexão que suponho seguramente tão sua quanto minha. Souberam vossas excelências resguardar com firmeza, com bravura e com sabedoria, o exercício e a defesa do mandato que a nação lhes confiou. Cumpre-nos agora, mandatários do povo, fiéis ao preceito básico de que todo o poder dele mesmo emana, devolver a palavra e a decisão à vontade popular, que nos manda e que nos julga, para que ela própria dê o seu *referendum* supremo às decisões políticas que, em seu nome, estamos solenemente assumindo neste instante.¹⁶⁶

Goulart ressaltou que, mesmo surpreso com a notícia da renúncia de Jânio Quadros — à época ele viajava pelo exterior representando o Brasil —, não teve dúvida

¹⁶⁶ Jango: “Cumpre-nos agora devolver ao povo a decisão”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 9 set. 1961, p. 4.

do dever que lhe cabia. Em todo o momento dizia ter pensado em evitar a luta civil. “Tudo fiz para não marcar com o sangue generoso do povo brasileiro o caminho que me trouxe à nova capital, o caminho que me trouxe a Brasília”¹⁶⁷. Este trecho deixa entrever que ele tentou justificar o fato de ter aceitado o parlamentarismo como opção para sua posse e, por conta disso, sentia-se no direito de antecipar o plebiscito.

A *Folha de S. Paulo* se mostrou contrária à realização do plebiscito antes mesmo de Goulart fazer esse pronunciamento. O editorial de 7 de setembro de 1961 afirmou que seria um erro fazê-lo em curto prazo, para que o povo se pronunciasse sobre o parlamentarismo.¹⁶⁸ Era necessário decorrer um tempo suficiente para que se formasse um juízo seguro sobre o regime instaurado sem submetê-lo à rejeição — como pretendia Goulart. Afinal, como já tínhamos 70 anos de prática do presidencialismo, por que não dar ao parlamentarismo um prazo experimental de quatro anos? Não poderia ser desperdiçada a oportunidade de se corrigir, através de um novo sistema de governo, as notórias imperfeições do antigo. A realização do plebiscito traria um grave inconveniente: reabriria feridas e, talvez, reavivaria a crise que a introdução do regime de gabinete, se não resolveu, pelo menos amenizou.¹⁶⁹ Ante essas questões, Goulart deveria mostrar espírito conciliatório, bom senso e desprendimento, ou seja, desistir da idéia de um plebiscito imaturo.

Para satisfação do jornal, no discurso que Goulart proferiu no programa de rádio *Voz do Brasil*, ele contradisse seu pronunciamento de posse (de que pretendia devolver ao povo a oportunidade de escolher o regime) ao afirmar que se mantinha fiel ao regime parlamentarista.

Hoje mais do que nunca, fiel ao meu mandato popular, quero proclamar a minha confiança nas instituições democráticas e reafirmar o juramento que fiz perante o povo, de guardar a Constituição em toda sua plenitude e na dimensão mais ampla das conquistas sociais que ela encerra, observando e fazendo observar os novos postulados constitucionais que implantaram no país o regime parlamentar. Muitos terão descrido do regime democrático [...]; outros terão pretendido golpeá-lo. Mas o povo ensinou-nos como

¹⁶⁷ Jango: “Cumpre-nos agora devolver ao povo a decisão”, *op. cit.*, p. 4.

¹⁶⁸ Ao criticar a realização do plebiscito, o jornal se referiu à entrevista dada por João Goulart a jornalistas quando se dirigia para Brasília. Nessa ocasião, ele afirmou que uma de suas primeiras medidas seria encaminhar aos ministros e ao Congresso Nacional mensagem para que o parlamentarismo passasse por aprovação popular via plebiscito. Essa idéia de propor uma consulta sobre o parlamentarismo dentro de 60 ou 90 dias após a posse de Goulart caía em contradição com o Ato Adicional, que previa o plebiscito nove meses antes de terminar seu mandato. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 7 set. 1961, p. 3.

¹⁶⁹ Plebiscito, mas não agora. Editorial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 7 set. 1961, p. 4.

sustentá-lo, na resistência admirável daqueles dias de incerteza e de angústias, que juntos vencemos todos nós — autoridades, trabalhadores, estudantes, intelectuais, Forças Armadas, clero, classes produtoras e, na expressão da síntese mais legítima, o Congresso Nacional.¹⁷⁰

Nesse momento, o presidente sugeriu que a adoção desse sistema teria sido a melhor solução para todos. No caso da *Folha de S. Paulo*, nada melhor que ouvir isso de quem, em discussões anteriores, ameaçou dissolver o parlamentarismo. O editorial “Sensata a palavra do presidente” comentou o discurso em tom louvável, enfatizando a fala em que o presidente manifestava acatamento ao regime. Essas palavras soaram bem ao jornal, que defendeu com veemência o período de experiência do sistema.

Louvem-se a serenidade e a precisão de conceitos com que o presidente João Goulart, ao ensejo do transcurso do 15º aniversário da Constituição de 1946, aludiu à política interna e externa mais conveniente ao Brasil na conjuntura atual. Em cotejo com o seu discurso de posse, dias atrás, pode-se constatar enorme progresso no último pronunciamento do chefe de Estado. Não tanto em relação ao comedimento e ao espírito de harmonia e transigência que já na primeira oração s. exa. demonstrara cabalmente, mas, sobretudo no que toca à fiel integração do presidente nas diretrizes mais sadias e oportunas da política brasileira, seja no âmbito interno, seja na esfera internacional.¹⁷¹

Segundo o diário, Goulart caminhava rumo a uma política mais sadia porque foi na contramão do que dissera em sua posse, dia 7 de setembro, quando, apesar do “feliz conagraçamento”, enfatizou a necessidade de referendo popular em detrimento das decisões políticas tomadas em seu nome. Nesse outro discurso, o presidente marcava uma diferença em seu posicionamento.

Já agora, entretanto, s. exa. compromete-se a guardar a Constituição em toda sua plenitude e na dimensão mais ampla das conquistas sociais que ela encerra, observando que implantaram no país o regime parlamentar. Esse acatamento pleno à decisão do Congresso, que agiu como fiel mandatário do povo, é de grande importância neste momento, em que alguns espíritos rebeldes, mais interessados na confusão e no caos do que no desenvolvimento pacífico da nação e

¹⁷⁰ Texto de João Goulart proferido na Voz do Brasil por ocasião do 15º aniversário da Constituição de 1918. Goulart reafirma fidelidade ao regime parlamentarista e faz apelo pró-paz mundial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 19 set. 1961, p. 5.

¹⁷¹ Sensata a palavra do presidente. Editorial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 20 set. 1961, p. 4.

no bem-estar da coletividade, pretendem impatrioticamente fomentar a discórdia e a intranquilidade pública. E ninguém com maior autoridade que o sr. João Goulart, que foi, afinal, o último árbitro da triste querela dos dias finais de agosto e primeiros de setembro, para conclamar os brasileiros a se unirem na solução dos problemas fundamentais do país. Alguns desses problemas foram enunciados pelo chefe de Estado e são realmente relevantes.¹⁷²

A atitude de dizer que aceitava o parlamentarismo representava, para a *Folha de S. Paulo*, um passo dos mais importantes para conter a crise que se alastrou após a renúncia de Jânio Quadros; afinal, o alvo das discórdias acatou a proposta da emenda sem reclamações. Após dois meses da renúncia, o jornal divulgou que tudo caminhava para a normalidade: o parlamentarismo estaria cumprindo bem seu papel na contenção da crise.

Tudo diz que a situação política e militar continua caminhando para a estabilidade. Não para a ordem ideal das democracias de grau superior, que jamais tivemos, mas para a tranquilidade relativa das melhores horas que a nação já viveu. Não faltarão descontentamentos, mágoas, ambições insatisfeitas, nem mesmo fantasias de golpe, pois que sempre houve, particularmente nos últimos 40 anos em que tivemos nada menos de 10 movimentos revolucionários, entre frustrados e vitoriosos. Mas a efervescência mental, ou mesmo a fermentação política e militar de agora, é daquelas que não impedem o funcionamento dos poderes constitucionais, nem o trabalho dos brasileiros.

No setor parlamentar, instala-se uma trégua talvez só equiparável a do governo Dutra, em que feliz acordo interpartidário distribuiu posições e acomodou líderes. A maioria componente das grandes e pequenas bancadas aceita o plano de governo do Conselho de Ministros, em magnífica atitude construtiva, que lhe permitirá operar sem outros embaraços que não sejam os dos graves problemas a resolver. Os presidentes João Goulart e Tancredo Neves, que são homens cordiais e velhos amigos, contam, por isso, com terreno propício para amplas realizações.¹⁷³

De acordo com o mesmo editorial da *Folha*, no setor militar, a situação era também satisfatória.

O novo ministro da Guerra é homem acatado pelos camaradas com alta expressão de honradez, capacidade e equilíbrio. Basta observar a

¹⁷² *Idem, ibidem*, p. 4..

¹⁷³ Confiança no futuro. Editorial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 1 out. 1961, p. 4.

equanimidade com que vem operando as modificações de comando. Embora transferindo elementos vinculados ao marechal Denys, como é compreensível que suceda, sabe fazer-lhes justiça. Basta lembrar que afastou os generais Souto de Oliveira e Araújo Mota, dos comandos do I e II Exército, dando-lhes, entretanto, respectivamente a chefia da Comissão Militar Mista Brasil–Estados Unidos e do EMFA¹⁷⁴, igualmente importantes.¹⁷⁵

A *Folha de S. Paulo* conclamou o povo a jubilar por não ter à frente do governo federal e do Estado de São Paulo figuras inflamadas de líderes messiânicos ou carismáticos, pois esses sujeitos mais infelicitavam do que beneficiavam o povo; infundiam uma segurança falsa e poderiam levá-lo a rumos desconhecidos, quando não deixá-lo com graves problemas. Feitas essas considerações, o diário ressaltou:

A prova da relativa maturidade que o Brasil deu, nos penosos acontecimentos de agosto, permite a esperança que ele sinta hoje a vontade de ser governado apenas por homens razoáveis. A hora é propícia para acreditarmos nesse progresso, depois de tantas decepções, e para depositarmos confiança no futuro.¹⁷⁶

Ao se referir à vontade do país, o jornal transferia uma postura sua para a população. Sobre esta característica dos editoriais, Maria Rosa Duarte comenta que “a voz não é a de um indivíduo (narrador), mas a de um grupo, marcando, de qualquer forma, uma posição particular de alguns que se alçam a porta-vozes de uma coletividade”¹⁷⁷. A autora acrescenta que “é como representante que essa voz se autoriza a emitir conceitos pretensamente de todos”.¹⁷⁸ E foi sempre em nome da nação que a *Folha de S. Paulo* se posicionou.

Nesse momento de discussão, o diário fez considerações diferentes daquelas que apresentou na crise em torno da posse de Goulart.

Há certamente exagero nos que identificam a existência de uma “crise militar” no país, a inquietar já este início de governo. O que existe, de fato, é um grupo de inconformados crônicos, restrito a determinados setores das Forças Armadas, que não é difícil localizar.

¹⁷⁴ Estado Maior da Força Aérea.

¹⁷⁵ Confiança no futuro. Editorial, *op. cit.*, p. 4.

¹⁷⁶ *Idem, ibidem*, p. 4.

¹⁷⁷ OLIVEIRA, Maria Rosa Duarte de. **João Goulart na imprensa**: de personalidade a personagem. São Paulo: Anablume, 1993, p. 56.

¹⁷⁸ *Idem, ibidem*, p. 56.

O mesmo grupo que no 11 de novembro de 55 foi derrotado nas suas intenções de não permitir a posse do presidente legitimamente eleito; que no dia 25 de agosto deste ano pretendeu de novo impedir a posse do substituto constitucional do presidente resignatário — e no interregno fomentou Jacareacanga e Aragarças — continua no seu mister de desbordar das atribuições específicas que a carreira militar lhes impõe, para tumultuar a vida política da nação.¹⁷⁹

Nota-se uma mudança no tom do discurso: o editorial não hesitou em reconhecer, dentro das Forças Armadas, um grupo com trajetória golpista e que se movimentava contra o governo parlamentarista de Goulart. Em discussões anteriores, o jornal se referiu ao movimento de 1955 e de 1961, enquadrando militares subversivos — como Sílvio Heck — no grupo dos bem-intencionados em suas intervenções políticas.¹⁸⁰

Todavia, a *Folha de S. Paulo* não negou a tentativa de impedir a posse do vice-presidente por certos setores das Forças Armadas. Nesse reconhecimento, ela mencionou negativamente o discurso de Heck pronunciado em agradecimento a homenagens que lhes prestavam e no qual criticou com severidade o governo parlamentarista de Goulart.

Meus camaradas, mudam os governantes, mudam os sistemas de governo, porém a pátria é imorredoura.

Não é preciso que ninguém lhes diga da gravidade da situação política atual. Façam uma leitura superficial dos jornais, para se aquilatar do estado conturbado da conjuntura interna nacional. Entretanto, felizmente, este povo, para o qual todos dizem que trabalham, já não é mais facilmente enganado. Este povo, que se sente fraudado, verá um dia, que não deve estar distante, realizado seus anseios de justiça, dignidade e estabilidade econômica.

O atual sistema de governo em vigor, mercê da decisão do Congresso, deverá naturalmente ser mantido até que o povo, livremente, sem pressões internas ou externas, decida em contrário. Os que pugnam por um plebiscito levado a efeito, ainda quando estão muito vivos nos corações dos brasileiros os fatos ocorridos durante os últimos acontecimentos, certamente só pretendem inquietar e deixar intranquilha a vida brasileira. Da mesma maneira procedem os que procuram outras fórmulas para atingir o mesmo escopo. E, se algo está errado, compete a nós brasileiros lutar com coragem e pelas formas necessárias, visando a garantir de qualquer maneira os princípios da civilização que desejamos [...].

¹⁷⁹ O dispositivo da inconformidade. Editorial. **Folha de S. Paulo**, S. Paulo, 4 out. 1961, p. 4.

¹⁸⁰ Cf. Capítulo 1, p. 46 e 47.

O momento não é de indecisões, acomodações, indiferentismo ou neutralismo. A pátria está em perigo, cumpre salvá-la, pois tomamos conhecimento estupefatos, dos pronunciamentos dos chefes vermelhos [...]¹⁸¹

Na opinião do diário, esse discurso era nada mais do que “a demonstração de que há nas Forças Armadas um foco de desajustados ao verdadeiro espírito da classe”¹⁸². O jornal apelou para que houvesse punição severa a todas essas manifestações, para se manter a lei e a ordem do país: “Não é possível tolerar que, a pretexto de salvar a pátria, venham certos militares tentar incendiá-la, com manifestos, declarações, entrevistas em que a disciplina da classe é arranhada e o poder civil afrontado”¹⁸³. Para a *Folha de S. Paulo*, esses militares de tendências golpistas deveriam ser afastados dos postos de comando e de suas funções. Essa crítica aos militares insatisfeitos com o governo parlamentar — antes elogiados — revela que o jornal assumiu uma defesa implacável do parlamentarismo que o acompanhou até os últimos momentos desse regime e o levou a ir contra a política de Goulart pró-plebiscito e a quaisquer ações que almejassem sua liquidação.

Ao comentar a necessidade de se adaptarem as constituições estaduais ao parlamentarismo antes do prazo previsto para a realização do plebiscito, o jornal discutiu de novo a inviabilidade de antecipá-lo.

Embora entendendo que o plebiscito não é necessário para ratificar a decisão tomada pelo Congresso, como legítimo representante do povo, não podemos ter nenhuma ilusão de que não venha ele a realizar-se. Pois desde já não se faz campanha para abreviá-lo? Tal pretensão, porém, é totalmente absurda e injustificável. Depois de 72 anos de presidencialismo, em que se constataram tantos vícios e defeitos do regime, culminados na crise de agosto, é justo que se faça uma experiência de pelo menos 3 anos do sistema de gabinete. Ademais, o plebiscito extemporâneo viria abrir feridas e suscitar ressentimentos de todo indesejáveis para a tranquilidade da vida nacional. O que se precisa, agora, é de calma e trabalho para que o país se desenvolva em ritmo cada vez mais acelerado de progresso, com a solução paralela dos problemas mais agudos que atingem o povo.¹⁸⁴

¹⁸¹ Forças da esquerda estão conduzindo as elites e as massas, diz Heck. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 1 out. 1961, p. 3.

¹⁸² O dispositivo da inconformidade. Editorial. **Folha de S. Paulo**, S. Paulo, 4 out. 1961, p. 4.

¹⁸³ *Idem*, *ibidem*, p. 4.

¹⁸⁴ A adaptação das constituições estaduais ao parlamentarismo. Editorial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 5 out. 1961, p. 4.

A *Folha de S. Paulo* foi taxativa quanto à não realização do plebiscito; disse que a decisão popular não era necessária porque já estava representada na decisão do Congresso, e nem as pessoas poderiam ratificar o que este decidiu. O Congresso estava acima de qualquer instância: podia fazer ou não aquilo que achava mais conveniente.

Como a proposta do plebiscito se tornava cada vez mais concreta, um texto do colunista Arnaldo Malheiros apontava a necessidade de se divulgar o novo sistema de governo mediante uma campanha de esclarecimento da opinião pública quanto ao real significado do parlamentarismo. Tal esclarecimento seria necessário porque

o povo, habituado à longa prática do regime presidencialista, embora conheça seus vícios e falhas, dificilmente aceitará uma inovação como a de que se trata, sem estar para ela psicologicamente preparado. Os grandes eventos políticos nacionais, de um modo geral, foram precedidos de campanhas de esclarecimento dessa natureza, tais como a Independência, a Abolição e a República. Também para a aceitação do parlamentarismo, surgido inopinadamente no Brasil por força de circunstâncias especialíssimas, será necessária essa divulgação, sem o que correrá ele o risco de ser repudiado no plebiscito, sem o devido conhecimento de causa por parte do eleitorado.¹⁸⁵

Essa tarefa deveria ser desempenhada pela imprensa, pelos partidos políticos e pelos militantes da vida política nacional — em particular quem há muito defendia o ideal parlamentarista. O apelo de que, para mudar o regime, era preciso esclarecer a população e mais tempo para que as pessoas se conscientizassem das diferenças entre um sistema e outro, não deixa de ser uma estratégia do diário para reforçar a inviabilidade do referendo.

Entretanto, não se deve esquecer que não houve consulta nem preparo popular para a mudança de presidencialismo para parlamentarismo. Então, por que esses argumentos não foram usados naquele momento? Porque a mudança foi considerada como a solução mais viável para a crise. Os argumentos do jornal pró-regime parlamentarista foram vários. O editorial intitulado “Pratica-se o parlamentarismo” ressaltou que, embora houvesse ainda muitos problemas, podia ser encarado com

¹⁸⁵ MALHEIROS, Arnaldo. Da necessidade de divulgar o novo sistema de governo. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 8 out. 1961, p. 5.

otimismo o desenvolvimento da experiência parlamentarista no país. Mas advertiu que, para realizá-la conveniente e satisfatoriamente, deveriam ser contidas, com energia, as manobras diversionistas para antecipar o plebiscito.

Se de um lado, persistem ainda dúvidas e receios sobre a exata esfera de atribuições do presidente da República e do presidente do Conselho, inclusive porque ambos parece ainda não se terem capacitado de seus poderes e de suas limitações (o que deve ser levado à conta da fase de adaptação); se os ministros do Estado e o próprio chefe do governo se mostram reticentes ou contraditórios em muitos atos; e finalmente, se os parlamentares, de modo geral, também ainda não se compenetraram de sua maior responsabilidade pela boa execução das tarefas administrativas — de outro lado, muita coisa positiva já se observa. Por exemplo, a presença dos ministros na Câmara dos Deputados vai aos poucos tornando-se rotina, como se deu na semana passada.¹⁸⁶

Nesses termos, era preciso encarecer os fatos positivos vislumbrados e dar definitivamente um voto de esperança ao parlamentarismo — ainda em fase experimental —, na expectativa de que o Congresso se mostrasse à altura da “missão histórica”.

Ainda havia problemas pendentes desde o início do novo regime, os quais a *Folha de S. Paulo* reconhecia, a exemplo da confusão nas atribuições do presidente e do Conselho de Ministros. Ela defendia a urgência de leis complementares ao Ato Adicional para disciplinar mais as atribuições do presidente e as do Conselho de Ministros e de seu presidente. Cada parte deveria ter responsabilidades definidas; o presidente da República e o Conselho deveriam trabalhar em harmonia, mas cada um tinha de fazer o que lhe competia. Enquanto leis complementares não explicitassem a divisão de atribuições em consonância com as diretrizes gerais do Ato Adicional, Tancredo Neves continuaria a ser acusado de omissão e subserviência ao presidente da República; e a Goulart continuaria a ser atirada a pecha de usurpador de competências que não eram dele.¹⁸⁷ Enquanto tais questões não fossem resolvidas, era necessário evitar, a todo custo, pretextos para outra crise política.

É por essa razão que este jornal tem defendido uma atitude de compreensão e tolerância em face das distorções no funcionamento

¹⁸⁶ Pratica-se o parlamentarismo. Editorial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 17 out. 1961, p. 4.

¹⁸⁷ Responsabilidades definidas. Editorial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 18 out. 1961, p. 4.

do regime parlamentarista, que ainda se observam. Pela mesma razão, temos respeitado o empenho do sr. Tancredo Neves em exercer suas funções em perfeita harmonia com o presidente da República, mesmo quando isso implique, aparentemente, em abrir mão de prerrogativas que tudo indica serem suas. É tempo, porém, de corrigirem anomalias e desvios, para que o nosso parlamentarismo, com seu hibridismo, sua dicotomia e todas as suas peculiaridades funcione a todo vapor.¹⁸⁸

Mesmo com incompatibilidades nas atribuições dos cargos, era mais viável resolver os problemas e apoiar o regime do que cair em “nova agitação política”. A defesa da manutenção da ordem e tranqüilidade em detrimento de outros problemas foi constante nas reportagens da *Folha de S. Paulo*; afinal, o regime mostrava um saldo favorável.

A semana que vai chegando ao fim registra um saldo positivo no sentido de se completar aquilo a que se chama institucionalização do regime parlamentar. De um lado, o Conselho de Ministros aprovou normas para seu funcionamento — o regimento interno, a estruturação do gabinete da presidência do Conselho e a organização da secretaria desse mesmo Conselho. Trata-se apenas de medidas disciplinadoras do trabalho dos ministros de Estado, mas de utilidade inequívoca, pois tendem a tornar mais objetivas e producentes as reuniões. De outro lado, instalou-se na Câmara a comissão especial incumbida de preparar a complementação do Ato Adicional, o que autoriza esperar que não demorarão muito as leis indispensáveis ao normal funcionamento do regime.¹⁸⁹

Como se vê, esse jornal se esforçou para apregoar normalidade na política brasileira e um bom andamento do parlamentarismo a fim de conter críticas a esse regime. Por outro lado, a postura de Goulart quanto à permanência ou não do parlamentarismo oscilou em vários momentos. Após afirmar – em discurso, já citado, proferido na *Voz do Brasil* – que respeitava o regime em que governava, de novo apelou à mudança e, dessa vez, acrescentou a necessidade de haver reformas.

Se o parlamento brasileiro com seu alto patriotismo, pôde, em momento difícil do nosso país, modificar a Constituição para resolver uma grave crise política, poderá, também, em qualquer momento, modificá-la novamente para resolver uma crise mais grave que a crise política que vivemos, é a crise social em que vive o povo brasileiro, que é a crise da fome, ou a crise do mal estar, que já invade os lares

¹⁸⁸ Responsabilidades definidas, *op. cit.*, p. 4.

¹⁸⁹ Saldo positivo. Editorial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 21 out. 1961, p. 4.

pobres e que poderá se transformar num movimento revolucionário, muito mais forte, muito mais grave que um movimento que evitamos com o patriotismo do Congresso.¹⁹⁰

Tal postura aumentou a apreensão da *Folha de S. Paulo* quanto à possibilidade de se restituir o presidencialismo. Ao discorrer sobre as propostas de antecipação do plebiscito e as críticas ao parlamentarismo, ela retomou questões da implementação desse regime para mostrar o quanto de indispensável havia em algumas teses. Primeiramente, apontou que o sistema de gabinete foi introduzido no país pela emenda constitucional que teria atendido às exigências da Lei Magna em vigor e reforçou esse apontamento dizendo que tal emenda foi aprovada por mais de dois terços dos membros da Câmara Federal e, a seguir, por igual maioria do Senado. Isso bastaria para ser considerado como legal. Em segundo lugar, ressaltou que o ato que instituiu o parlamentarismo mencionou data certa para se fazer um plebiscito caso fosse preciso submeter o novo sistema de governo ao julgamento do povo: nove meses antes de terminar o mandato de Goulart. Não havia sentido em atropelar essas datas.

Dados tão claros estão sendo agora deliberadamente esquecidos, enquanto se desenvolvem manobras tendentes a sabotar o parlamentarismo. A engrossá-las, aparece o próprio presidente da República, a julgar por declarações suas, divulgadas ontem por este jornal. De acordo com o que se publicou, o sr. João Goulart julga necessário que o Congresso, “passada a crise, volte a dar ao povo o direito de escolha, demonstrando sua preferência pelo sistema que melhor lhe convier”. E acrescenta-se que o presidente não pensa em provocar a antecipação do plebiscito por este Congresso, mas aponta aos futuros parlamentares, que serão eleitos em outubro, a necessidade do reajustamento das decisões políticas que competem ao povo.¹⁹¹

A *Folha de S. Paulo* ainda salientou que houve um engano grosseiro na referência às decisões políticas que competiam ao povo, que as tomava por intermédio de seus representantes legitimamente eleitos. No caso do parlamentarismo, o Congresso deliberou a execução do parlamentarismo em nome do povo; por isso, era lamentável que alguém pretendesse dar a entender que tal decisão devesse obrigatoriamente ser referendada por plebiscito popular. O diário colocou o Congresso acima de qualquer

¹⁹⁰ Goulart: O Congresso deve restituir ao povo o direito de escolha. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 12 mar. 1962, p. 3.

¹⁹¹ Manobras contra o regime. Editorial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 13 mar. 1962, p. 4.

instância, inclusive do povo que o elegeu; portanto, sua decisão deveria ser irrevogável. Nada havia, então, que exigisse essa espécie de consulta.

[...] nem as nossas leis, nem a nossa tradição, não houve no Brasil plebiscitos para validar a proclamação de Independência ou da República, nem tampouco alterações menores na ordem institucional e jurídica do país. O que aconteceu com o parlamentarismo, foi que o Congresso, atendendo às circunstâncias especialíssimas em que o Ato Adicional foi votado, julgou prudente deixar aberta a possibilidade (não a obrigatoriedade) de um plebiscito, a ser realizado depois de decorrido razoável prazo para que o sistema demonstrasse suas virtudes e defeitos. Enquanto não houver alteração constitucional em contrário, é essa a realidade a ser respeitada: há data marcada para a possível realização do plebiscito, e nada justifica as tentativas de antecipação.¹⁹²

Além disso, a *Folha de S. Paulo* argumentou que o parlamentarismo se concretizou segundo certas regras — as preceituadas pela Constituição em vigor — e que só dentro dessas mesmas regras poderia ser alterado, revisto e substituído. Se o presidente da República desejasse que o próximo Congresso tivesse poderes constituintes para deliberar sobre certas medidas (inclusive rever o Ato Adicional sem obedecer às exigências vigorantes para as emendas constitucionais), não haveria de ter respaldo constitucional. Ora, o regime foi adotado de maneira casuística, porque Goulart foi visto como esquerdista perigoso; sua implementação não teve estudo aprofundado nem obedeceu às regras constitucionais vigentes.

Parabenizando o parlamentarismo, o jornal afirmou que este, embora não fosse ainda o que os parlamentaristas ortodoxos sonharam e tivesse falhas, resistia aos impactos e apresentava indícios de que caminhava para sua consolidação, o que amortecia a campanha favorável a um plebiscito imediato. De acordo com a *Folha*, os setores inconformados sentiam que o sistema de gabinete começava a produzir frutos e merecia uma oportunidade para se firmar.

Não há mais no país, clima para campanha sistematicamente negativista que durante meses foi desfechada contra o parlamentarismo. E o importante é que essa modificação se registra antes mesmo que o novo regime entre a funcionar em sua plenitude. Ainda ontem, neste mesmo local, apontamos equívocos, distorções e incompreensões que descaracterizam o nosso parlamentarismo e geram problemas, às vezes sérios. É indiscutível, por exemplo, que o

¹⁹² Manobras contra o regime, *op. cit.*, p. 4.

Congresso não deu ainda tudo o que pode e deve dar de si, em benefício do regime; que o próprio Gabinete vez por outra revela certa perplexidade, como se não estivesse ainda cômico de seus poderes; que o primeiro-ministro frequentemente deixa de comportar-se como chefe do governo, que na realidade é.¹⁹³

Ainda assim, na opinião do diário, houve muitos progressos quanto à pacificação política, social e militar do país desde quando, por força das circunstâncias, houve mudança na forma de governo. As perspectivas sombrias que a renúncia de Jânio trouxe para o Brasil teriam sido afastadas e a participação dos principais partidos no Gabinete aumentou — agora se repartia a responsabilidade do governo; a política externa anterior (executada por Jânio) foi mantida, mas seus excessos foram eliminados; e a inquietação social oriunda das dificuldades econômicas não tinha mais o tom ameaçador de outrora.

Essas mudanças deveriam ser atribuídas ao regime, e não só ao presidente da República, pois — segundo afirmou a *Folha de S. Paulo* — era o novo sistema de governo que favorecia o equilíbrio e a moderação exemplares na atuação de Goulart.

Não sendo o todo-poderoso da República, compartilhando com o Gabinete a direção dos negócios do país, obrigado a desvestir seus atos de excessos personalistas, o sr. João Goulart é apenas uma peça de um sistema, o qual já começa a demonstrar sua superioridade em relação ao presidencialismo.¹⁹⁴

Esse trecho revela que a defesa do parlamentarismo desempenhada pelo periódico se guiava pelo que esse regime tinha como política fundamental: moderar a atuação política de João Goulart.

O jornal insistiu no discurso de que o parlamentarismo melhorou significativamente o país. Mas isso não aconteceu. Como solução para a crise, não foi devidamente estudado — o que gerou inconformidades ainda pendentes. Assim, não resolveu os impasses, apenas adiou o conflito. Mais que isso, esse regime de governo — segundo Moniz Bandeira — não tinha condições de enfrentar os problemas nacionais e as reformas que o próprio capitalismo impunha, levando ao recrudescimento da situação nacional.

¹⁹³ A caminho da consolidação. Editorial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 15 abr. 1962, p. 4.

¹⁹⁴ *Idem, ibidem*, p. 4.

[...] o novo governo nasceu sob o signo da conciliação, da união nacional. Não pôde tomar nenhuma providência requerida pela classe burguesa nem resolver nenhum problema, nem no sentido da reação frontal nem no sentido de reformas. Os interesses contraditórios, apaziguados pelo espírito de conciliação, neutralizavam-se e paralisavam a máquina do governo.¹⁹⁵

Para inverter o teor das críticas ao parlamentarismo — de que este impedia o bom andamento de medidas necessárias ao desenvolvimento do país —, a *Folha de S. Paulo* apontou que esse regime de governo havia se transformado em bode expiatório, ainda que fosse “produto da experiência política” e cultivado desde a extinção da monarquia absoluta pela maioria dos povos do mundo. Argumentou o diário que, se o parlamentarismo servia à maior parte dos países com tradição e cultura díspares entre si, por que ao Brasil não serviria? Afinal, já tinha raízes aqui, pois fora praticado no segundo Império e na fase mais acirrada da campanha republicana. Assim, erravam os que se opunham a compreendê-lo.

Os que agora se recusam a compreender o processo político, fundados em equívocos que eles mesmos criam e alimentam — alguns por convicção respeitável e outros apenas por apetite insaciável — adotam atitude derrotista e culpam o parlamentarismo por erros que são de homens e não do regime. Pois se nem se dispõem a experimentá-lo com coragem e decisão, como podem denegri-lo com antecipação? Uma crise que só não é encarada com naturalidade porque serve de pretexto para explorações impatrióticas e subversivas, leva os demagogos a toda sorte de descabidas sugestões. Despreparo para a prática do parlamentarismo? Não! Despreparo para a prática mesmo da democracia. Não de todo, felizmente, mas de uma parcela ativa e agressiva, imediatista e até de confusos propósitos.¹⁹⁶

Com essas palavras, a *Folha de S. Paulo* se opôs às críticas de que havia despreparo para governar o país, considerando que teses fundadas neste argumento eram insustentáveis ante os resultados positivos; tratava-se de má-vontade de quem estava à frente do governo. Nesses termos, a campanha pelo plebiscito imediato era contrária aos interesses do povo e do país, visto que reabriria feridas não cicatrizadas resultantes da crise de agosto do ano anterior — tida como fruto de um sistema anômalo, que não

¹⁹⁵ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **A renúncia de Jânio Quadros e a crise pré-64**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979, p. 171.

¹⁹⁶ Pelo parlamentarismo, contra o plebiscito imediato. Editorial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 6 jul. 1962, p. 4.

previa soluções. Além disso, com o argumento de que era preciso uma preparação popular e dar um tempo de experiência ao novo regime, o diário foi taxativamente contra o plebiscito e ressaltou a necessidade de o presidente e todos que tinham responsabilidade pela vida pública terem prudência. Afinal, havia um processo crescente para desmoralizar as instituições democráticas: alguns grupos estariam se aproveitando da crise para mostrar as desvantagens do parlamentarismo.¹⁹⁷ Logo, se o Ato Adicional que o instituiu, para ter legitimidade, devesse ter ratificação popular, então as demais decisões do Congresso só seriam legítimas se fossem submetidas ao *referendum* do povo.¹⁹⁸

Em 15 de setembro de 1962, foi aprovado o projeto dos pessedistas Gustavo Capanema e Benedito Valadares, que marcava a consulta popular quanto ao sistema de governo para 6 de janeiro de 1963. A União Democrática Nacional (UDN) buscou aliados no Partido Social Democrático (PSD), no Partido Social Progressista (PSP) e noutras correntes a fim de promover uma ação legislativa para corrigir deficiências na emenda Valadares Capanema. Os udenistas não se conformavam com a idéia de que, após a consulta popular, voltasse a vigorar pura e simplesmente a Constituição de 1946, que punha o país de novo sob o sistema presidencial. Pretendiam ampliar o prazo dado ao futuro Congresso para institucionalizar o sistema de governo após a proclamação do resultado do plebiscito. A intenção era abrandar os poderes do presidente da República.

Em comentário sobre as campanhas para o plebiscito, a *Folha de S. Paulo* reconheceu que já se considerava líquida e certa a vitória do “Não” (a rejeição popular ao Ato Adicional). A segunda etapa da questão passava a ser o comparecimento do eleitorado às urnas naquela data. “A campanha da mobilização da opinião pública, portanto, passa a ter um caráter nitidamente de publicidade”¹⁹⁹. Segundo informou o jornal, os comandantes do presidencialismo se preocupavam só em alertar o eleitorado quanto ao comparecimento às urnas e a atrair a opinião pública tão-somente para a data. Não lhes preocupava o preparo do eleitorado para as decisões, ou seja, uma explanação sobre os pontos negativos e positivos do parlamentarismo. A propaganda deveria ser

¹⁹⁷ A tese desse jornal de que poucas pessoas se moviam contra o parlamentarismo não revela a proporção correta. Pelo contrário, enquanto numerosas entidades e organizações se empenharam na batalha política pelo retorno do presidencialismo, poucos defenderam o parlamentarismo: a direita anticomunista e antijanguista, parte considerável da UDN, órgãos como o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e a imprensa conservadora. Cf. Toledo, C. N. de, *op. cit.*, p. 36–38.

¹⁹⁸ Plebiscito e legitimidade. Editorial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 3 ago. 1962, p. 4.

¹⁹⁹ A Semana Política — O Plebiscito. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 4 nov. 1962, p. 3.

mais clara quanto aos dois regimes. Na opinião do diário, as pessoas estavam despreparadas para tomar essa decisão e eram motivadas pelo discurso dos inimigos do parlamentarismo: “Realize-se o plebiscito de opereta e por ele tenham coragem de responder os que quiseram a 6 de janeiro. Arquem com os ônus e as dificuldades, pois assim desejaram.”²⁰⁰

O jornal *O Estado de S. Paulo* combateu o projeto que fixava data para o plebiscito. O jornal *O Globo* e o *Diário Carioca* mostraram-se favoráveis à volta do presidencialismo porque, segundo Alzira Alves Abreu, viam no retorno do regime “a possibilidade de Goulart enfrentar a crise política e atacar a inflação”²⁰¹. Compartilhavam a expectativa de que Goulart poderia se afastar de grupos de esquerda.

Há de se convir que grande parte das forças políticas não foi contra ou a favor da antecipação do plebiscito com o propósito de devolver ao povo a decisão sobre qual regime vigorar ou baseada numa avaliação dos méritos e defeitos das regras de decisão do sistema parlamentar. Como observa Alberto Carlos Almeida, “a posição política das principais lideranças com relação ao parlamentarismo foi determinada por suas ambições políticas, por seus cálculos de poder”.²⁰² O principal articulista era Goulart, que desde a posse almejava ter plenos poderes; e para esse desejo convergiram as críticas da *Folha de S. Paulo*. Em sua defesa, ela exortou a UDN a defender o parlamentarismo.

No seu manifesto, a UDN parece ter enveredado decididamente pelo caminho da oposição, o que é perfeitamente compreensível e aceitável. Pois bem. Se o governo federal é tudo aquilo que os udenistas afirmam no documento — omissos, irresponsáveis, animados até de propósitos subversivos — fortes razões tem a UDN para procurar convencer o povo da inconveniência de restabelecer os amplos poderes que o presidencialismo confere ao homem que chefia aquele governo. Mesmo, porém que todas essas acusações sejam mera força de expressão de um partido que procura reencontrar-se agora com sua vocação oposicionista não está a UDN desobrigada de uma participação ativa e positiva na campanha do referendo.²⁰³

²⁰⁰ Realize-se o plebiscito de opereta. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 8 nov. 1962, p. 3.

²⁰¹ ABREU, Alzira Alves. 1964: a imprensa ajudou a derrubar o governo Goulart. FERREIRA, M. M., *op. cit.*, p. 115.

²⁰² ALMEIDA, Alberto C. Os gabinetes parlamentaristas. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/comum/htm>>. Acesso em: 13 set. 2007.

²⁰³ Manifesto e referendo. Editorial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 27 nov. 1962, p. 4.

A UDN foi considerada pelo jornal como uma agremiação cujo estatuto tinha uma opção clara sobre sistemas de governo: era parlamentarista. Na crise posterior à aprovação do Ato Adicional, as mostras mais firmes de simpatia pelo parlamentarismo partiram das bancadas da UDN. Assim, por coerência com sua política, deveria defender o sistema perante a opinião pública quando esta se preparava para julgá-lo. A previsibilidade do resultado não deveria alterar a posição desse partido: mais importante que vencer nas campanhas eleitorais seria o debate de idéias, e este a UDN poderia possibilitar. Com efeito, esse partido fora um dos que mais se empenharam na luta pró-implementação do parlamentarismo; mas classificar a UDN de parlamentarista por isso é incorrer em erro. Ora, ela só apoiou o novo regime na sua implementação por falta de opção: ou se empenhava por ele, ou Goulart assumiria a presidência da República num regime que lhe concedia plenos poderes. Dos males, o parlamentarismo foi o menor.

Marcado o plebiscito para o dia 6 de janeiro de 1962, a UDN não estava preocupada com a manutenção do parlamentarismo, mas se esforçava em apresentar uma proposta no eventual restabelecimento do presidencialismo que abrandasse os poderes do presidente da República, com a justificativa de que, se o presidente conseguisse mudar o regime, continuaria a produzir crises até adquirir mais poderes. Naquela ocasião, a *Folha de S. Paulo* criticou a proposta de abrandamento dos poderes do presidente da República; para ela, era preciso esperar os resultados da consulta popular; se fosse aprovado o presidencialismo, aí sim iria discutir alguns aperfeiçoamentos indispensáveis a esse sistema.²⁰⁴

Quanto às supostas denúncias de que se criava na Guanabara um clima propício à tentativa de golpe para torpedear a campanha plebiscitária, o diário frisou o caráter impatriótico de qualquer movimentação que pusesse em risco a estabilidade política e social do país e, nessas discussões, não criticou mais a realização do referendo.

Vamos para o referendo na esperança de que ele ponha ponto final às crises que se sucederam desde a renúncia do sr. Jânio Quadros, e o dever de todos é contribuir para que assim seja. Governo e oposição devem ter neste momento um único desempenho: que a campanha plebiscitária se desenvolva normalmente, o eleitorado se esclareça sobre a opção que vai fazer, e das urnas de 6 de janeiro resultem condições para que o governo readquira a autoridade necessária para enfrentar os problemas do país.²⁰⁵

²⁰⁴ Abrandamento do presidencialismo. Editorial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 12 nov. 1962, p. 4.

²⁰⁵ Movimentação impatriótica. Editorial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 11 dez. 1962, p. 4.

Apesar da perceptível mudança no teor das suas discussões, a campanha da *Folha de S. Paulo* em prol do parlamentarismo continuou, e o apoio se reflete em outros textos como, por exemplo, em “Sim, não, branco? Bom, vamos pensando”, publicado na coluna “O sal de cada dia”, de Pedro Leite.

Afinal de contas o parlamentarismo não tem nada com essa emenda que instalaram aqui, na qual o governo de gabinete foi fácil boneco de engonço do prestigiador Jango. Mesmo assim esse regime de meia tigela merecia um “sim”, pois as suas ligeiras tinturas parlamentaristas conseguiram desencavar algumas das amplas reformas que o velho presidencialismo guardava muito escondido no rançoso tinteiro legislativo.²⁰⁶

Ao contrário da *Folha*, que amenizou as suas críticas ao plebiscito ao se aproximar a sua realização, *O Estado de S. Paulo* desempenhou uma campanha contra o referendo popular antes e no dia da votação, sendo bem taxativo na sua colocação de que o plebiscito nada mais era que uma farsa, no que se referia à sua constitucionalidade.

Já está a nação suficientemente esclarecida sobre a farsa que se vai consumir hoje. Os melhores espíritos das nossas letras jurídicas demonstraram de maneira irresponsável que para a realização do plebiscito foi necessário dobrar-se o Congresso às exigências do sr. Jango Goulart, fazendo passar às pressas uma lei que atenta contra o espírito e a letra expressa da Constituição.²⁰⁷

Na visão de *O Estado de S. Paulo* tudo não teria passado de caprichos do presidente da República. Para enfatizar a sua opinião, interpretou a ausência de parte do eleitorado às urnas como total indiferença da população à campanha das autoridades públicas pelo plebiscito. Este teria pegado as pessoas desprevenidas, desprovidas de consciência sobre qual regime aceitar. Desse modo, ninguém poderia encará-lo “como ato legítimo e oriundo da vontade da Nação”.²⁰⁸ E, mais adiante com as suas críticas,

²⁰⁶ LEITE, Pedro. Sim, não, branco? Bom, vamos pensando. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 27 dez. 1962, p. 4.

²⁰⁷ **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 6 jan. 1963.

²⁰⁸ *Idem, ibidem*.

afirmou que o retorno do presidencialismo serviria apenas para João Goulart realizar tudo conforme a sua vontade.

Quanto à *Folha*, defendeu o parlamentarismo até o final. No entanto, em 6 de janeiro de 1963, em resposta à pergunta “Aprova o Ato Adicional que instituiu o parlamentarismo?”, a vitória do NÃO foi esmagadora. “Numa proporção de 5 votos para 1 rejeitava-se o regime implantado”²⁰⁹. Ao discutir o resultado do referendo, após elogiar o comparecimento do eleitorado que não dera ouvidos às campanhas em prol da abstenção, o diário declarou:

Os resultados parciais do pleito de domingo conferem, como era esperado, esmagadora maioria do NÃO. Mas será errado interpretar-se esse resultado como vitória de uma forma de governo e derrota de outra. Pode-se afirmar, com segurança, que foram as vicissitudes, os erros e os desacertos da nossa vida política neste último ano e meio que o povo condenou nas urnas. Vicissitudes, erros e desacertos que não podem, entretanto, ser levados à conta do sistema parlamentar, mas de circunstâncias diversas cuja análise é muito mais complexa. Deve-se reconhecer, com efeito, e com absoluta isenção de ânimo, que a experiência parlamentarista do Ato Adicional foi tumultuada desde o início e, o que é mais grave, realizada sob suspeição e desconfiança generalizadas. Por isso mesmo, o sistema não funcionou e, muito menos, deu ao povo brasileiro a oportunidade de discerni-lo e julgá-lo.²¹⁰

Como se vê, nem mesmo após os resultados do referendo, a *Folha de S. Paulo* deixou de elogiar o parlamentarismo e ressaltar que lhe faltara um período de experiência. A vitória do NÃO teria revelado que o povo brasileiro reclamava e desejava, com urgência, que fossem definidas responsabilidades do governo do Brasil, que se reforçasse o princípio da autoridade e que se administrasse em benefício da coletividade. A aspiração unânime era que fossem superadas as divergências e as querelas políticas para que o governo da República levasse a cabo as tarefas que tinha pela frente. Na visão do jornal, o resultado do plebiscito não marcou a aversão ao parlamentarismo, mas sim as discrepâncias e os desacertos políticos que o permearam: o sistema só não teria funcionado por causa das desconfianças generalizadas em torno dele; não se tratava de deficiência do regime parlamentar, mas sim da falta de familiaridade de seus membros.

²⁰⁹ TOLEDO, C. N., *op. cit.*, p. 39.

²¹⁰ O referendo e o comportamento popular. Editorial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 8 jan. 1963, p. 4.

A vitória do presidencialismo, para o jornal carioca *Tribuna da Imprensa*, não representava a vitória de Goulart, uma vez que “qualquer outro no seu lugar, obteria vitória igual ou maior. Pois o povo brasileiro sempre foi violentamente presidencialista”.²¹¹ Além disso, houve outro fator não menos importante: Goulart teria se encarregado de desmoralizar o regime, impedindo-o de funcionar.

Entretanto, a queda do parlamentarismo foi provocada, em grande parte, pela ineficiência do próprio regime, sobretudo no âmbito administrativo, como aludiu Caio Navarro de Toledo: “o presidente da República e o Conselho de Ministros, além de disputarem o controle do Executivo, divergiam quanto a seus programas e prioridades de governo”.²¹²

Após o referendo, as discussões da *Folha de S. Paulo* enfocaram o retorno ao regime de governo anterior. O editorial “Pela volta imediata do presidencialismo” criticou a Lei Capanema-Valadares, argumentando que ela maculou sua inconstitucionalidade ao marcar o referendo para o dia 6 de janeiro. Além disso, teria errado ao fixar o prazo de 90 dias para que o Congresso reorganizasse o sistema governativo do país; afinal, como tem “o Congresso um poder constituinte permanente, pode fazer isso a qualquer momento, independente de qualquer prazo certo”²¹³. Não era necessário, portanto, que a Lei Capanema o estabelecesse de modo rígido, prolongando a confusão política.

Proclamado oficialmente o resultado do referendo, deveria recolocar-se imediatamente em vigor a Constituição de 1946, de acordo com o pronunciamento do eleitorado. Assim, dar-se-ia desde logo a responsabilidade total do governo ao presidente da República, reservando-se o Congresso para, quando quisesse, adotar as reformas que julgasse conveniente.²¹⁴

Em outras palavras, não havia por que continuar por mais três meses com o arremedo de sistema já condenado pelo voto do povo, isto é, com indefinições, suspense e brigas políticas. A aspiração geral era que o governo enfrentasse, com decisão e energia, os problemas econômicos, financeiros e sociais pela restituição de seus poderes. Este teria sido o principal sentido do voto. Motivos como a forma de

²¹¹ *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 7 jan. 1963.

²¹² TOLEDO, C. N., *op. cit.*, p. 39.

²¹³ Pela volta imediata do presidencialismo. Editorial. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 9 jan. 1963, p. 4.

²¹⁴ *Idem, ibidem*, p. 4.

implementação desse sistema e a falta de consulta popular em 1961 foram descartados como influenciadores da vitória do NÃO.

Numa postura contrária à da *Folha*, o jornal *Tribuna da Imprensa* pontuou que Goulart deveria seguir à risca a Lei Capanema que estipulava o prazo de 90 dias para restituição do presidencialismo; ele não poderia nomear imediatamente o ministério presidencialista. O presidente estaria tramando a apresentação de uma emenda constitucional que prorrogaria o mandato para 1967, com a desculpa de que seu governo deveria ser contado a partir do plebiscito.²¹⁵

O *Jornal do Brasil* não se empenhou em críticas aos resultados do plebiscito, contudo, fez um apelo para que o presidente utilizasse o crédito de confiança concedido pelo povo a ele na escolha certa dos homens que o ajudariam a governar, que encerrasse os manobristos políticos para continuar governando, visto que teria autonomia para tomar as suas decisões políticas.²¹⁶

Castello, em sua coluna no *Jornal do Brasil*, fez uma avaliação do significado do plebiscito naquele momento. Para o jornalista, a vitória alcançada por Goulart com a realização e os possíveis resultados do NÃO no plebiscito, não lhe dava uma solução para os problemas políticos defrontados desde a sua posse, ou seja, com ou sem o Ato Adicional que instituiu o parlamentarismo, o presidente não teria concordância dos partidos políticos que lhe haviam limitado os poderes na sua posse, não teria apoio parlamentar para a realização das reformas de base.²¹⁷

O jornalista estava certo. Ao reassumir os plenos poderes conferidos ao chefe do Executivo, Goulart pretendia, enfim, levar a cabo seu programa de reformas, no entanto, o retorno do presidencialismo não possibilitou as manobras nem abrandou as agitações políticas.

A decisão do Congresso, marcando o plebiscito, para que o povo decidisse se queria parlamentarismo ou presidencialismo, não encerrou o problema, não resolveu a questão do poder político. Não se tratava, evidentemente, de uma crise do parlamentarismo, de uma crise dessa ou daquela forma de Governo, mas, sim, de uma crise de dominação de classe. Uma parte da burguesia industrial, arrastando setores das classes médias e jogando com o movimento operário,

²¹⁵ Cf. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 9 jan. 1963.

²¹⁶ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 8 jan. 1963.

²¹⁷ Plebiscito dá argumento, mas não resolve a crise política. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 6 jan. 1963.

postou-se de um lado, querendo as reformas de base. E, do outro lado, ficaram as velhas oligarquias, representando mais diretamente o capital financeiro internacional, os grandes monopólios e o latifúndio, que não concordavam em abrir mão de nenhum de seus privilégios.²¹⁸

Heloísa Starling corrobora essa afirmação ao dizer que o posicionamento da população em defesa de seus interesses fustigava os privilégios e o próprio eixo de poder das elites dominantes.

Assim, enquanto as classes dominantes, assustadas com a ampla mobilização política das classes populares, passavam a enxergar no governo Goulart “... um governo... encarniçadamente decidido a destruir, desmoralizar e até a prostituir tudo quanto neste país existe de organizado”, as esquerdas, renitentes, apostavam no avanço do movimento popular, intensificando, na arena da luta de classes, as contradições que perpassavam o regime populista. Nessas circunstâncias, a bandeira nacionalista empunhada com entusiasmo gerou, como não poderia deixar de ser, uma violenta reação por parte dos grandes interesses econômicos, contrariados em virtude do que designavam convulsão social.²¹⁹

Enquanto Goulart procurava dialogar com o capital estrangeiro, sobretudo dos Estados Unidos, os setores nacionalistas desencadearam uma campanha intensa com *slogans* contra o imperialismo. O movimento popular recrudescia: as massas camponesas passaram para níveis mais adiantados de organização e luta e sucediam-se as ocupações de terras em vários Estados.

Com Goulart, as pressões dos sindicatos passaram, pela primeira vez, a influir diretamente sobre o governo, a condicionar suas decisões políticas e a obstaculizar a aplicação de medidas econômicas, como a contenção dos salários, contrárias aos interesses dos trabalhadores.²²⁰

O resultado do plebiscito não amenizou a situação; antes restabeleceu o clima de desconfiança às articulações políticas de João Goulart. Desse momento em diante, as questões políticas se tornavam mais tensas.

²¹⁸ BANDEIRA, 1979, p. 170.

²¹⁹ STARLING, Heloísa Maria Murgel. **Os senhores das Gerais**: os novos inconfidentes e o golpe militar de 1964. Rio de Janeiro: Vozes, 1986, p. 28.

²²⁰ BANDEIRA, 2003, p. 67.

2.2 – Reforma Agrária: na lei ou na marra?

As propostas de implementação da reforma agrária no Brasil, embora remontem a períodos anteriores, passou por um forte recrudescimento a partir do governo de Juscelino Kubitschek. Pela primeira vez, como observa Jacob Gorender, “a questão da reforma agrária saía dos debates parlamentares e ganhava formas agudas de manifestação entre seus interessados diretos – os camponeses”.²²¹ A partir de 1955, efervesceu em Pernambuco o movimento das Ligas Camponesas, representando trabalhadores rurais, que teve como principal liderança Francisco Julião. Este movimento contribuiu de maneira significativa para a consolidação da presença do campesinato no espaço político. Nos anos 1960, as lutas no campo se intensificaram através da ocupação de terras, greves e manifestações camponesas em vários estados, sobretudo em Paraíba, Pernambuco e Goiás. A reforma agrária ocupou o centro dos debates políticos, gerando divergentes opiniões.²²²

A reforma agrária também se fez presente no projeto político de Jânio Quadros que, ainda durante a sua campanha eleitoral, manifestou sua vontade de impulsionar transformações no campo. No início do seu governo, formou-se o Grupo de Trabalho sobre o Estatuto da Terra, presidido por Milton Campos, cujos trabalhos foram concluídos no governo posterior. Essas políticas de reforma agrária ganharam maior relevância no governo Goulart, como descreve Aspásia Camargo:

Nunca tantas forças se manifestaram convencidas da necessidade e da urgência de uma reforma agrária: o governo, a classe política, a sociedade civil, as associações camponesas e mesmo as classes produtoras que, em posição defensiva, aceitam já medidas de transformação social no campo. No entanto, a multiplicidade de propostas encobre interesses e compromissos de natureza diversa.²²³

Apesar de possuírem unanimidade quanto à necessidade da reforma agrária, os projetos que propunham medidas para viabilizá-la esbarravam em interesses

²²¹ GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**: a esquerda brasileira - das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987, p. 18.

²²² Cf. GRYSZPAN, Mário. O período Jango e a questão agrária: luta política e afirmação de novos setores. In. FERREIRA, M. M., *op. cit.*, p. 62.

²²³ CAMARGO, Aspásia de Alcântara. A questão agrária: crise de poder e reformas de base. In. GOMES, Ângela de Castro *et. al.* **O Brasil Republicano**, v. 10: sociedade e política (1930-1964). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, p. 245.

divergentes: de um lado os proprietários insistiam em impedir uma rápida redistribuição de terras e, de outro, os mais radicais propunham medidas de âmbito mais profundo e resistiam a negociações com os partidos conservadores. João Goulart encaminhava suas medidas políticas jogando com esses antagonismos.

Já no discurso proferido no 15º aniversário da Constituição, o presidente, ao esboçar o que seria a política de seu governo, revelou a prioridade dada às reformas, sobretudo a reforma agrária.

Não estarei dizendo novidade, entretanto, ao afirmar que a crise política, ainda há pouco superada, deita raízes mais profundas na crise de natureza econômica e social que se debate no país, e que urge convocar a inteligência e o civismo de todos os brasileiros para o combate sem tréguas às causas estruturais, sob pena de que as soluções políticas, ainda que marcadas pela coragem cívica da nacionalidade, delimitem-se pela estreiteza dos episódios. Nem pode sobreviver a democracia que não soluciona os problemas do povo, nem pode o povo continuar a sustentá-la, se amarga na preterição dos seus problemas essenciais. Estou certo de que o Congresso Nacional, refletindo as aspirações do povo, há de oferecer à nação os estatutos legais inadiáveis, equacionando de maneira prudente, porém segura, problemas como o da reforma agrária, o dos abusos do poder econômico, o da reforma bancária, o das novas diretrizes educacionais, o da disciplina do capital estrangeiro, distinguindo e apoiando o que representa estímulo ao nosso desenvolvimento e combatendo o que espolia nossas riquezas, regulamentando preceitos constitucionais, como e quando se fizer necessário, concretizando medidas do maior alcance social, que ainda figuram no texto da Carta Magna como meras conquistas sem efetividade prática. De modo, enfim, que o povo sinta que, ao defender o regime democrático, defende em verdade seus próprios interesses, que são os superiores interesses do país.²²⁴

A proposta de reformas de base de Goulart não recebeu críticas da *Folha de S. Paulo*, a princípio; antes, o jornal se mostrou até entusiasmado com tal projeto ao comentar esse discurso, declarando que poderia significar avanço em todos os sentidos, sobretudo no âmbito econômico. O editorial “O realismo agrário do gabinete” afirmou que o projeto de reforma agrária estava calcado em bases amplas e realistas, pois procurou, no plano esboçado, obter o máximo de justiça social na agricultura sem dano à produtividade e sem modificações constitucionais.

²²⁴ Goulart reafirma fidelidade ao regime parlamentarista e faz apelo pró-paz mundial. **Folha de S. Paulo**, S. Paulo, 19 set. 1961, p. 5

Ao declarar que o problema da reforma da estrutura agrária não pode circunscrever-se ao parcelamento da terra já em mãos de particulares, o governo não fica numa frase; procura apontar saídas paralelas e complementares, como a abertura de novas fronteiras agrícolas num país de grande parte ainda por colonizar e que não pode continuar a depredar “o oeste”, a utilização das terras públicas, a progressiva pressão fiscal contra a terra mal aproveitada, a melhoria dos índices de atenção às diferenciações regionais, à melhoria em geral das reações e condições do trabalho rural etc. Todo o esboço de um programa orgânico de reforma agrária se contém na primeira fala do governo parlamentar republicano.²²⁵

Embora reconhecesse que esse projeto de reforma agrária pudesse melhorar a produção agrícola e as condições de trabalho no campo pelo uso de terras públicas e de fiscalização intensiva para diminuir o volume de terras mal aproveitadas, a *Folha de S. Paulo* fez ressalvas ao discutir a desapropriação de terras particulares. Sua opinião era de que o presidente, ao lidar com esse problema, deveria considerar a justiça social e a produtividade no campo dentro dos limites constitucionais, ou seja, sem promover mudanças na legislação.

Que se deixe para uma segunda etapa, quando houver mais experiência colhida, a hipótese de um reexame da Constituição, que venha a facilitar a luta contra a má exploração do solo e a melhoria do poder aquisitivo e do bem-estar dos lavradores em geral. É um caminho ao mesmo tempo prudente e progressista que, trilhado com segurança e habilidade, poderá abrir novos horizontes à tão maltratada agricultura brasileira.²²⁶

Enquanto eram sugeridas pequenas mudanças na legislação, a *Folha de S. Paulo* não se empenhou numa política contrária. Mas depois seus comentários se tornaram mais tensos, sobretudo após Goulart sugerir a reforma constitucional²²⁷ — basicamente alterar o parágrafo 16 do artigo 141, que previa indenização em dinheiro justa e prévia para desapropriações de terra feitas pelo governo.²²⁸ Esse preceito inviabilizava uma

²²⁵ O realismo agrário do gabinete. Editorial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 3 out. 1961, p. 4

²²⁶ *Idem, ibidem*, p. 4.

²²⁷ A proposta de reformulação da Constituição também foi defendida por Almino Afonso e Valdir Pires. Ainda em 1961, numa articulação em prol da Constituinte, sustentavam o argumento de que, com a Constituição vigente naquele momento, nenhuma das reformas estruturais, principalmente a agrária, poderia ser efetuada. Dessa forma, defendiam que apenas com a convocação da Constituinte esses problemas seriam amenizados. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 7 nov. 1961.

²²⁸ A aversão a essa proposta do presidente da República ganhou espaço em vários setores. Proprietários rurais, Igreja, conservadores e imprensa se uniram para denunciar esse modelo de reforma agrária, considerada como radical. Segundo eles, a mudança na estrutura agrária do país deveria ser feita conforme os preceitos constitucionais e junto com o estímulo à produção. Cf. TOLEDO, C. N., *op. cit.*, p. 31.

reforma agrária de maneira mais abrangente e efetiva em razão dos altos recursos que precisariam ser despendidos.²²⁹ O jornal criticou a proposta, afirmando que tudo não passava de tentativas de iludir o povo, de mostrar que a Carta Magna então vigente era inoperante, ultrapassada e um instrumento nas mãos de reacionários que não desejavam o progresso do país. Nas palavras do diário, o argumento era falso, pois a Constituição não impedia que se votassem a reforma agrária e as demais reformas urgentes e necessárias. Por isso, o governo pretendia tumultuar e confundir o povo com objetivos que nem de longe se identificavam com as “verdadeiras” aspirações do país.

Afirma-se que é necessária uma constituinte para conseguir-se ampla reforma constitucional e, através desta, chegar-se às reformas de base. Nada mais falso e ilusório. Primeiro, porque nenhum empecilho existe, neste instante, ao Congresso Nacional, para aprovar as chamadas reformas estruturais (agrária, tributária, administrativa, eleitoral, bancária, etc.). Segundo, porque, realisticamente, nada autoriza a julgar-se que um Congresso extraordinário constituinte seja melhor do que o atual, de modo a realizar milagres que até agora não se realizaram.²³⁰

Convém dizer que, embora não impedisse a votação das reformas, o parlamentarismo excluía a possibilidade de haver um programa abrangente de reformas políticas e sociais — como exigiam grupos nacionalistas e de esquerda.²³¹ Afinal, dentre outros motivos, esse regime foi instaurado para reduzir os riscos de haver políticas contrárias aos interesses de grupos conservadores. No parlamentarismo, Goulart tinha dificuldades em executar as reformas propostas, justamente por não desfrutar de um gabinete favorável a elas. Desse modo, uma das suas principais tarefas foi construir um gabinete viável à implementação de suas propostas políticas.

Após dedicarem diversas páginas a esse programa de governo, em especial à possibilidade de se alterar a Constituição, as reportagens da *Folha de S. Paulo* ganharam novas tonalidades: acentuaram as críticas ao projeto, a começar pela expressão “reformas de base” que, segundo o diário, não passavam de demagogia das reformas de profundidade ou estruturais, que de tão repetidas estavam se tornando chavão.

²²⁹ TOLEDO, C. N., *op. cit.*, p. 31.

²³⁰ Mais uma balela. Editorial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 9 nov. 1961, p. 4.

²³¹ FIGUEIREDO, A. C., *op. cit.*, p. 53.

Na boca das altas autoridades da República, dão a impressão de um biombo, atrás da qual elas procuram ocultar sua incapacidade de resolver os problemas nacionais, inclusive os mais miúdos e imediatos. À custa do incessante martelar na necessidade de reformas de base, o governo parece pretender incutir na opinião pública a convicção de que elas constituem a fórmula mágica pela qual se resolverão todas as dificuldades. Três ou quatro leis que consubstanciem as “reformas fundamentais” — meia dúzia, que sejam — e pronto! O país se terá transformado no paraíso terrestre. Faça-se a reforma agrária; regulamente-se a remessa de lucros para o exterior: aprove-se a lei anti-truste — e nossos problemas se evaporarão, parece querer dizer a propaganda oficial.²³²

Naquele momento, era primordial restabelecer a austeridade administrativa e o planejamento a curto e longo prazo para se superar a fase difícil por que passava o país. Na opinião da *Folha de S. Paulo*, a luta do governo em prol das reformas de base não havia passado da fase das belas palavras: Tancredo Neves e João Goulart não tomaram medidas efetivas para concretizar as ditas reformas — com isso, aproximavam-se do governo do ex-presidente Jânio Quadros, que defendeu essa bandeira, mas assinalou um só projeto. Assim, para o jornal, era melhor que os homens públicos desempenhassem ações, e não se limitassem a palavras. A nação carecia de trabalho e austeridade; o resto seria balela, conversa fiada e demagogia. Qualquer manobra política que viesse perturbar esse objetivo central deveria ser condenada e golpeada antes de se espalhar país afora.

A *Folha de S. Paulo* repetiu várias vezes o mesmo argumento de que não precisava mudar a Constituição para se fazerem as reformas apregoadas pelo presidente. Ao comentar o discurso de Tancredo Neves proferido na Câmara Federal em 14 de novembro de 1961, ela ressaltou de positivo nesse discurso o fato de não pedir modificação na Constituição para promover mudanças legislativas. Ainda segundo o jornal, Neves admitiu que, com simples leis ordinárias, o Congresso poderia fazer as reformas tributária, bancária, agrária e da administração pública. Por isso a crítica à elaboração de novas leis.

Venham as grandes leis prometidas! Mas seria ingenuidade supor que somente elas darão ao país o que se faz mister. Lei é papel com palavras. E jamais, na história, elemento frio e morto como esse foi capaz de pôr ordem na confusão, trocar a omissão pelo cumprimento do dever, substituir a luta de apetites pela justiça social. Tão

²³² A demagogia das reformas. Editorial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 7 nov. 1961, p. 4.

necessária quanto a lei é a força moral e o espírito público dos governantes. É nesse domínio que o sr. Tancredo Neves está convidado a atuar, por quantos querem a salvação do Brasil.²³³

O objetivo central num projeto de reforma agrária, segundo o diário, não deveria ser o afrouxamento de dispositivos para facilitá-la; a questão real era desejar realizar e trabalhar para isso conforme as regras do jogo. Noutros termos, o projeto de reforma deveria ser encaminhado em consonância com os preceitos constitucionais, que cerceavam a execução de medidas mais profundas, defendendo o grande capital privado e deixando de lado os reais interesses das classes trabalhadoras.

A *Folha de S. Paulo* defendia, ainda, outro fator preponderante: a produtividade. “Nunca se deve perder de vista que todo plano de reforma agrária, qualquer que seja a inspiração, deve incluir, dentre seus objetivos fundamentais, a melhoria dos índices de produtividade nas explorações agrícolas”.²³⁴ Logo, a reforma agrária seria uma expressão vazia de conteúdo se resultasse na queda dos níveis de produção e no empobrecimento da agricultura. Vinculado a esse projeto deveria estar, então, o aprimoramento dos serviços oficiais de assistência técnica aos agricultores, em geral, e, em particular, aos pequenos, para se elevarem os níveis de produtividade. Tal assistência tinha de ajudar a propagar em larga escala certas normas técnicas: o uso de sementes selecionadas resistentes a pragas e moléstias e a implantação de práticas racionais de cultivo e conservação do solo. Em síntese, deveriam ser aplicados todos os processos recomendados pela moderna ciência econômica.

Entrava em cena, então, a seguinte discussão: caso se priorizasse só a distribuição da terra, os índices de produtividade tenderiam a cair, pois os antigos e os novos donos não desfrutariam de técnicas agrícolas modernas por falta de incentivo do governo nesse setor e não teriam como competir com seus produtos no mercado externo. A questão central levantada pela *Folha de S. Paulo* era colocar em primeiro lugar a produtividade porque esta não poderia ter queda em razão de nenhum fator; naquele momento, o país precisava modernizar suas técnicas agrícolas e competir no mercado externo. E mais: os problemas da produtividade e assistência técnica estavam estreitamente correlacionados, portanto, deveriam ter primazia no estudo e na execução de qualquer plano de reforma agrária se, de fato, se pretendia promover não o simples

²³³ Bom discurso. Editorial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 16 nov. 1961, p. 4.

²³⁴ Reforma agrária e produtividade agrícola. Editorial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 2 jan. 1962, p. 4.

parcelamento das terras, mas a prosperidade da agricultura e o bem-estar socioeconômico dos homens do campo.

Essa postura da *Folha* possui similaridades com a proposta defendida pelas entidades rurais e classes produtoras, que estavam bem articuladas contra medidas que ferissem a Lei Magna. Segundo Camargo, os líderes rurais adotaram uma proposta de reforma agrária preocupada mais com a produtividade, o escoamento da produção e as formas de financiamento. Através da Declaração de Princípios da Classe Rural, essa entidade “faz sérias restrições à desapropriação, mesmo através da forma de pagamento já estabelecida em lei, pois, segundo o pensamento da classe, desapropriação seria ‘investimento dispendioso’, que contribuiria para elevar o ritmo da inflação”²³⁵. Os líderes rurais defendiam, portanto, uma proposta que priorizasse suas necessidades emergentes. Em reuniões de associações rurais e classes produtoras, “fixa-se a posição comum de obediência aos preceitos constitucionais”²³⁶.

Conforme Gorender, “mesmo formulações moderadas suscitavam a reação agressiva da coalização latifundiária”.²³⁷ Todos os projetos com vistas à derrocada do dispositivo constitucional que impunha o pagamento prévio e em dinheiro pelas desapropriações de terras caíam, até mesmo os projetos limitados encontravam resistências.

O jornal priorizou os interesses dos grandes latifundiários de terras; interessou-lhe não o fato de poucos desfrutarem da terra, mas a defesa de que, cada vez mais, fossem despendidos incentivos a essa minoria. Na verdade, a maioria dos projetos de reforma agrária não fugia aos princípios defendidos pela *Folha de S. Paulo*, pois, como afirma Ana Maria dos Santos, eram coerentes com os objetivos desenvolvimentistas. A reforma agrária era estudada para eliminar os impedimentos ao aumento da produção e abastecimento dos mercados de alimentos ou de matéria-prima; ressaltava-se a importância de se superar a incapacidade mostrada pela agricultura de acompanhar o crescimento do país pela remoção das causas que dificultavam a melhoria das condições de exploração da terra.²³⁸ As propostas defendidas por Goulart expunham como necessidade a melhoria das condições de vida do trabalhador rural pela diminuição da

²³⁵ CAMARGO, A., *op. cit.*, p. 259.

²³⁶ *Idem, ibidem*, p. 241.

²³⁷ GORENDER, J. *op.cit.*, p. 51.

²³⁸ SANTOS, Ana Maria dos. Desenvolvimento, trabalho e reforma agrária no Brasil, 1950–1964. *Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 7, jul. 1999. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg7-2.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2007.

estratificação social no campo. Previam uma redistribuição da terra mais justa para abrandar tensões e agitações sociais; desse modo, ao aumento do índice de produção, deveria corresponder o aumento do nível de vida das populações rurais. Tidas como radicais, tais propostas foram criticadas pela *Folha de S. Paulo* justamente porque envolviam distribuição de terras.

A prosperidade do país, de preferência no âmbito agrário, num momento de intensas discussões sobre a reforma agrária, foi uma pauta constante nesse diário. Ao comentar as mensagens de fim e começo de ano proferidas por governadores, deputados, presidente e outras lideranças políticas, a *Folha* sugeriu melhorias para a situação nacional, invertendo o discurso da distribuição de terras: prosperidade naquela conjuntura exigia produção em abundância e distribuição do produto (e não da terra) com justiça – atitude difícil, afinal, “uma coisa seria admitir a democratização da fortuna, outra bem diferente seria praticá-la”. Usando o ditado popular de que “seria melhor perder os anéis do que perder os dedos”, o jornal apelou para que se promovesse tal repartição, defendendo o argumento de que seria mais viável aos proprietários perderem parte da produção do que perderem suas terras.

Todavia, a *Folha de S. Paulo* ressaltou que esse chamado estava distante das pregações comunistas ou nacionalistas, consideradas como maníacas e doentias. A distribuição era necessária porque o rumor da insatisfação do povo se avolumava cada vez mais, dia a dia, na reivindicação de direitos que conduziam à formulação de novos conceitos de justiça social.

O primeiro passo que os ricos precisam dar, para suavizar a transformação das instituições, é pagar honradamente os impostos. O segundo é colaborar para que o Congresso introduza na legislação modificações destinadas a exigir mais de quem mais ganhe. É com o aumento da receita que a União poderá diminuir o déficit, responsável pela inflação, e redistribuir uma parte da renda nacional que se acumula excessivamente na mão de poucos. Depois será preciso que o poder econômico também contribua para a aprovação das famosas reformas de base, embora escoimando-as do veneno e da demagogia que nelas se quer impingir. O que o poder econômico tem feito, até agora, é exatamente o contrário, pois pressiona deputados e senadores, a fim de estrangular boas iniciativas que o Executivo tem tido nesse terreno. E como o Executivo prefere por vezes a comodidade de não lutar, acaba fracassando no seu papel.²³⁹

²³⁹ A responsabilidade do poder econômico. Editorial. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 7 jan. 1962, p. 4.

Nessa ótica, os ricos do país deveriam cumprir bem seu papel como produtores da riqueza da nação para que as outras classes fossem beneficiadas; e o jornal sugere tal posicionamento desse segmento como se os detentores do poder econômico, de fato, se preocupassem com as desigualdades sociais do país.

A todo o momento é perceptível a postura contrária da *Folha de S. Paulo* à ênfase na distribuição de terra nos discursos sobre a reforma agrária. O editorial “Contra a demagogia na reforma agrária” elogia o discurso de Goulart pronunciado em Araraquara, onde ele teria conduzido o problema agrário para uma solução realista, objetiva e democrática, usando conceitos que, por sua moderação, valiam como advertência aos demagogos profissionais que procuravam fermentar perigosas agitações nas massas rurais.

Opondo-se, implicitamente àqueles que, por ignorância ou má-fé, preconizam fórmulas primárias para o problema da exploração da terra, pois só advogam o mero parcelamento das glebas, o presidente da República, dessa maneira, erige-se em fiador da segurança e tranqüilidade dos grandes empresários que dão boa destinação econômica e social às suas propriedades. Definição de tal clareza, revestida da autoridade de quem a enunciou, certamente há de contribuir para restabelecer a confiança indispensável aos proprietários que, mediante vultosos investimentos e modernos recursos da técnica, exploram racionalmente suas glebas, elevando os índices de rendimentos das explorações de produtos destinados à exportação ou ao mercado doméstico. Essa definição, na verdade, já se fazia necessária, porque ultimamente, em meio à desaçalmada demagogia, o grande proprietário, que utiliza proveitosamente suas terras, vem sendo apontado à execração pública como elemento anti-social, apenas pelo crime de ser grande proprietário.²⁴⁰

Outro ponto elogiado no discurso do presidente foi seu reconhecimento da necessidade de se dar assistência ao trabalhador agrícola para lhe oferecer melhores condições de vida. Como se vê, a reforma não se limitava a tirar terras de uns para entregar a outros; também apontava a necessidade de dar acesso à terra a quem nela trabalhava, considerando que os primitivos donos da terra a conquistaram com “esforço”; por isso deveria haver um empenho para melhorar suas condições no campo.

Nos seus posicionamentos sobre a reforma agrária, João Goulart oscilava entre um maior comprometimento com as demandas da esquerda (exigiam reformas mais

²⁴⁰ Contra a demagogia na reforma agrária. Editorial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 25 jan. 1962, p. 4.

profundas) e as tentativas de amenizar o temor dos conservadores quanto a essa reforma, sobretudo quanto à distribuição de terras.²⁴¹ Jogava com grupos conservadores, de modo a garantir sua governabilidade, mas, por outro lado, possuía compromisso com entidades populares e grupos de esquerda, cujas ações foram cruciais para sua posse, principalmente através da liderança de Leonel Brizola.²⁴²

Em meio a esses debates sobre reforma agrária, Leonel Brizola repercutiu nas páginas da *Folha de S. Paulo* como peça-chave de badernas em torno da terra. Segundo o jornal, o governador do Rio Grande do Sul estava conscientemente desencadeando perigosas agitações nas massas rurais de seu estado: teria lançado uma fórmula de reforma agrária ao assumir a responsabilidade pela ocupação violenta de propriedades particulares que seriam distribuídas depois a pequenos agricultores. Supostamente, o que o movia eram impulsos meramente demagógicos que atentavam contra o direito de propriedade e afrontavam os princípios constitucionais que cercavam este direito de todas as garantias. Em resumo, o governador estava causando um verdadeiro esbulho à propriedade.

Além de ferir direitos alheios, a reforma agrária ensaiada pelo sr. Brizola não pode ser tomada a sério, pois se resume no simples parcelamento de terras, sem nenhuma planificação que permita exploração em bases econômicas e produtivas, não se cuidando sequer de proporcionar assistência técnica e financeira aos ocupantes. Tratar-se-ia apenas de uma farsa, não fossem as repercussões imprevisíveis da atitude daquele governador, que, com a responsabilidade de seu cargo, acusa as massas rurais contra os proprietários, fermentando ódios e paixões em elementos já trabalhados por agitadores profissionais.²⁴³

Para a *Folha de S. Paulo*, a posição de Brizola destoava da serenidade e moderação com que as altas autoridades da República e os mais credenciados representantes da agricultura tratavam da reforma agrária. Segundo Moniz Bandeira, o governador do Rio Grande do Sul queria que Goulart rompesse com o Congresso,

²⁴¹ É interessante observar que o tema sobre a ambigüidade política de Jango está presente em várias discussões. Através da análise de caricaturas publicadas em alguns jornais como *Jornal do Brasil* e *O Estado de S. Paulo*, Rodrigo Motta mostra o quanto os caricaturistas também exploraram bastante esse tema, produzindo imagens de “alta mordacidade sobre esse presidente”, levando à definição de um presidente fraco, suscetível a mudanças de suas propostas em virtude da influência de outras pessoas. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Jango e o golpe de 1964 na caricatura**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006, p. 70.

²⁴² Cf. FIGUEIREDO, A. C., *op. cit.*, p. 71.

²⁴³ Reforma agrária violenta. Editorial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 31 jan. 1962, p. 4.

assumisse de fato e de direito todos os poderes e se movesse à margem ou por cima do Congresso para realizar as reformas de base.²⁴⁴ Leonel Brizola defendeu, portanto, uma reforma que destoava do posicionamento do jornal. E era justamente essa política que dava o tom das reivindicações da esquerda.

O direito sobre a propriedade privada foi assunto constante na argumentação da *Folha de S. Paulo*, para quem a distribuição da terra deveria ser secundária perante outros assuntos tidos como mais importantes, a exemplo da segurança no campo e da intervenção do governo nas técnicas agrícolas. Acima de tudo, o projeto de reforma deveria garantir a tranquilidade dos proprietários, pois a noção de reforma não podia ultrapassar os limites da propriedade privada. A solução difundida pelo jornal para diminuir as desigualdades sociais era desenvolver o capitalismo, com a possibilidade de ajuda externa. O aumento da produção asseguraria a tranquilidade social e resolveria os problemas de desigualdade, pois o excedente seria distribuído. O eixo central de discussão foi o capital.

Com frequência, a defesa de interesses da classe dominante se sobrepõe à defesa dos chamados interesses públicos, os quais a imprensa diz defender. Nesse sentido, não houve preocupação em disseminar informações mais abrangentes sobre medidas racionais para melhorar as condições dos trabalhadores do campo; e isso fez valer a assertiva de que, como instrumento de intervenção na vida social, os jornais vão defender os interesses das classes que os mantêm.

É nessa direção que seguiu o discurso da *Folha* na defesa do anteprojeto de emenda constitucional – apresentado pelo ministro Armando Monteiro a 15 de fevereiro de 1962 – que transferia para a União o imposto territorial rural até então recolhido pelos municípios. Para o diário, esse seria o único instrumento de ação a que o governo poderia recorrer a fim de promover a reforma agrária sem o trauma das desapropriações e dos confiscos de terras. O Estado deveria, portanto, retirar o imposto da alçada dos municípios e entregá-lo à União, que ficaria em condições de operar segundo critérios uniformes, embora devendo atender a peculiaridades locais.

Sendo progressivo e enérgico, o imposto territorial rural terá o poder de arrancar a terra das mãos que a dotem somente à espera de valorização. Ou o proprietário tratará de fazê-la produzir como o

²⁴⁴ BANDEIRA, 2001, p. 76.

exige o interesse social — ou será obrigado a vendê-la, porque conservá-la se tornará antieconômico. O essencial é que o Fisco distinga entre os proprietários que produzem e os que não produzem, para cobrar o mínimo dos primeiros e o máximo dos segundos. O imposto territorial rural deve elevar-se na razão inversa da produção por hectare, fixada pela União e comprovada pelo pagamento do imposto de vendas e consignações. A conjugação desses dois tributos dificultará a fraude e será poderoso fator de estímulo à produção — de que tanto depende a luta contra o subdesenvolvimento econômico.²⁴⁵

Com a transferência do imposto territorial rural para a União, o governo federal estaria munido de um instrumento poderoso, cujas taxações progressivas ou isenções deveriam, de um lado, desestimular a manutenção de latifúndios indesejáveis e, de outro, favorecer os empresários que exploravam corretamente suas terras. Assim se poderia corrigir as injustiças e aproveitar racionalmente as bases da agricultura moderna e as glebas abandonadas. Caso não se conseguisse operar o milagre de estancar o progressivo empobrecimento da população rural, pelo menos seria possível recuperar terras improdutivas após serem abandonadas por seus donos por causa do imposto.²⁴⁶ Essas medidas, de acordo com a *Folha*, deveriam ser tomadas apenas como providência destinada a forçar a venda das glebas improdutivas e estimular a produção. Mais importante era o governo ajudar a produzir.

Mesmo reconhecendo que o assunto merecia solução, a *Folha de S. Paulo* colocou a divisão da terra como o menor no rol dos problemas rurais.

Só a demagogia lhe dá muita importância. Há terra de sobra em quase todas as nações, mas a agricultura de verdade só há uma no mundo, que é a norte-americana, tão eficiente e poderosa que gera aqueles famosos excedentes que o governo dos Estados Unidos oferece quase de graça a todos os povos.²⁴⁷

Na opinião do jornal, o segredo da riqueza na agricultura do Estados Unidos era os bilhões de dólares aplicados no preparo de técnicos, em pesquisas, na mecanização e na garantia de preço e compra aos agricultores. Logo, o melhor caminho a se seguir para concretizar a reforma agrária no Brasil seria o modelo dos EUA, ou seja, o governo

²⁴⁵ No bom caminho. Editorial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 18 fev. 1962, p. 4.

²⁴⁶ O pronunciamento oficial sobre a reforma agrária. Editorial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 12 maio 1962, p. 4.

²⁴⁷ No bom caminho, *op. cit.*, p.4.

deveria se preocupar em investir no sistema agrário para melhorá-lo a fim de produzir com abundância e dar dignidade à vida no campo. A questão da produção deveria ser o eixo central, pois a agricultura de países comunistas — em que abundavam expropriações, fazendas coletivas e fazendas do Estado — continuava a penar: “Vivem a colher fracassos e mais fracassos, na atividade em que os norte-americanos colhem triunfos sobre triunfos”.²⁴⁸ No Brasil, a simples divisão de terras poderia gerar o fracasso dos países comunistas; o essencial seria aperfeiçoar a agricultura e pô-la no patamar dos países desenvolvidos.²⁴⁹ Mas qual seria a solução para os pequenos agricultores e quem não dispunha de terras? Como ter acesso a ela? Tais questões não eram devidamente exploradas nas análises do diário.

Para a *Folha de S. Paulo*, as reformas de base no Brasil deveriam ocorrer em consonância com as perspectivas políticas e econômicas do mundo moderno.

Ora, qualquer reformulação das finanças nacionais que não atente para as possíveis repercussões, que eventualmente os acontecimentos do mundo exterior possam exercer sobre o comportamento de nosso trabalho ou sobre a formação de nossa riqueza, corre o risco inevitável de transformar-se numa obra precária que poderá tornar-se descontínua da noite para o dia, de maneira tão imprevisível quanto desastrosa.²⁵⁰

Enquanto a *Folha* sugeria pequenas alterações na estrutura vigente para a realização das reformas, no dia 1º de maio de 1962, João Goulart, num discurso proferido em Volta Redonda, marcou posição mais radical concernente à reforma agrária.

Vencemos, trabalhadores brasileiros, com a colaboração do povo e das forças mais atuantes do país, a etapa da pacificação política. Precisamos agora vencermos juntos a etapa das grandes reformas nacionais, em benefício das classes populares. A reforma agrária não pode mais ser protelada. Ela está tão arraigada na opinião pública que

²⁴⁸ No bom caminho, *op. cit.*, p.4..

²⁴⁹ Essa afirmação de que a proposta de reforma agrária apresentada por Goulart estava inspirada em modelos soviéticos, também está presente, como descreve Motta, nas caricaturas publicadas por vários jornais nesse período. Convém pontuar, entretanto, que a proposta de reforma agrária defendida pelo presidente não estava ancorada nos moldes comunistas de criar fazendas estatais e cooperativas; o objetivo era dividir as grandes propriedades (terras improdutivas) entre os camponeses. MOTTA, R. P. S. *op. cit.*, p. 168.

²⁵⁰ A situação internacional e as reformas de base. Artigo. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 29 jan. 1962, p. 4.

mesmo as classes economicamente mais favorecidas já apóiam, por considerarem-na fator indispensável à melhoria do poder aquisitivo do povo brasileiro e do desenvolvimento nacional.²⁵¹

Na visão de alguns historiadores, esse discurso de Goulart é considerado um importante marco político, tanto por representar o primeiro esforço do presidente em torno das reformas, oficializando posições mais radicais, quanto pelo seu afastamento do Ministério do regime parlamentarista.

Vários foram os projetos que discutiram os problemas agrários ao mesmo tempo em que se estimulavam as emendas constitucionais para reforma e definição do direito de propriedade privada. Eles propunham mecanismos de viabilização: a questão era definir a reforma agrária, seus objetivos, como e onde aplicá-la.²⁵²

No início do ano de 1963, logo após a conquista dos poderes presidenciais, Jango pediu ao Congresso uma reforma da constituição de 1946, basicamente a alteração do parágrafo 146 que exigia o pagamento prévio em dinheiro para a desapropriação de terras, assim como a regulamentação do artigo 147 que tratava a desapropriação por interesse social.²⁵³ Após esse pedido, as desconfianças de determinadas classes políticas quanto às reais intenções do presidente se acentuaram. Como aponta Aspásia Camargo, “as reações à Reforma Constitucional prenunciam graves tensões políticas e engrossam os temores de uma Reforma Agrária Radical”.²⁵⁴

O primeiro projeto de reforma agrária do governo foi elaborado em 1963. Nele o governo propunha aumentar os meios para o acesso à terra própria ao maior número de trabalhadores rurais e de pessoas capacitadas a explorá-la, corrigir os defeitos da estrutura agrária e eliminar formas antieconômicas de propriedade e de uso da terra. Era ressaltada a redistribuição de terras. Nessa proposta governamental, a indenização seria com títulos da dívida pública.²⁵⁵

Em abril de 1963, Bocaiúva Cunha, líder do PTB na Câmara dos Deputados, apresentou um projeto de emenda à Constituição, apresentando uma proposta mais abrangente de reforma agrária que previa a desapropriação de áreas não somente rurais,

²⁵¹ Goulart: inadiável as reformas de base. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 2 maio 1962, p. 3.

²⁵² SANTOS, A. M., *op. cit.*, p. 5.

²⁵³ Cf. FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In. FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 3, p. 367.

²⁵⁴ CAMARGO, A., *op.cit.*, p. 243.

²⁵⁵ **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 14 mar. 1963.

mas também urbanas. O deputado considerou também a alteração da Constituição como alternativa à implementação das reformas. Entretanto, essa emenda foi recusada tanto pelo PSD quanto pela UDN, que “não desejavam perder o recurso que tinham em mãos na forma de garantias constitucionais”²⁵⁶. De acordo com Figueiredo, o conteúdo radical de reforma, ao lado da proposta de estender as desapropriações a áreas urbanas, assustava os grupos conservadores, reforçando a oposição ao governo.²⁵⁷ Segundo Aspásia Camargo, tanto as entidades rurais quanto as classes produtoras estavam bastante articuladas em torno de medidas que não ferissem a Lei Magna.²⁵⁸

Já a UDN se empenhou na defesa do projeto apresentado por Milton Campos, o qual tinha como principal característica a não exigência de nenhuma reforma constitucional. Esse partido estava marcado por uma visão conservadora que se identificava com a postura das classes produtoras. Esse, devido à sua proposta mais branda, foi o projeto com o qual a *Folha* mais se identificou.

Quanto ao PSD, Cheibub relata que, com o objetivo de encontrar um meio viável para a implementação da reforma, chegou a um acordo entre seus membros e decidiu por despendar seu apoio ao projeto elaborado por Oliveira Brito. Esse projeto, segundo Cheibub continha algumas concessões “aceitava a emissão de títulos da dívida pública para pagar terras desapropriadas e não mais exigia que esses títulos fossem completamente protegidos da inflação”.²⁵⁹ No entanto, essa proposta do PSD limitava bastante a abrangência da reforma agrária pretendida pelo PTB e, por isso, provocou fortes resistências.²⁶⁰

Vários outros grupos exigiam as reformas e apresentavam meios diversos de realizá-la. Entre eles, destaca-se o Partido Comunista (PC), que pregava uma mudança revolucionária da sociedade e desfrutava de uma posição importante, exercendo influência no movimento trabalhista urbano e rural, organizado na União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas no Brasil (ULTAB). Representava a principal força da esquerda do país. Defendia “um governo que, unindo operários, camponeses e

²⁵⁶ FIGUEIREDO, A. C. *op. cit.*, p. 117.

²⁵⁷ *Idem, ibidem.*

²⁵⁸ CAMARGO, A., *op.cit.*, p. 258.

²⁵⁹ FIGUEIREDO, A. C. *op. cit.*, p.122.

²⁶⁰ *Idem, ibidem*, p.123.

burguesia nacional, patrocinasse uma política nacionalista e reformista, sobretudo no tocante à reforma agrária”.²⁶¹

Essa política desempenhada pelo PCB durante o governo Goulart reflete, em alguns aspectos, a proposta presente na Resolução Política do V Congresso do partido, que coloca como tarefas fundamentais: “a conquista da emancipação do país do domínio imperialista e a eliminação da estrutura agrária atrasada, assim como o estabelecimento de amplas liberdades democráticas e a melhoria das condições de vida das massas populares”.²⁶² Todas essas medidas constituíam-se como etapa prévia para passagem ao socialismo. A revolução brasileira só seria possível a partir da libertação econômica do país em relação ao imperialismo, da transformação radical da estrutura agrária através da eliminação do monopólio da propriedade e do desenvolvimento da economia nacional.

Destacaram-se também as Ligas Camponesas que defendiam um projeto mais radical de reforma agrária; “seu maior objetivo era organizar camponeses em cooperativas e fazendas coletivas. Advogavam, também, o estabelecimento de fazendas estatais”.²⁶³ As Ligas foram um dos movimentos mais expressivos em favor da melhoria das relações de trabalho no campo e representavam uma diversidade de trabalhadores, entre eles, foreiros, arrendatários e pequenos proprietários, todos, conforme descreve Camargo, dependentes da produção direta da terra, seja ela arrendada ou própria. Era, portanto, uma categoria ampla que se empenhava na luta contra um adversário comum: “o latifúndio improdutivo e decadente”.²⁶⁴ As Ligas se consideravam a principal força no processo revolucionário do Brasil, sob a influência da Revolução Cubana, e se empenharam em formar uma organização militar, com treinamentos em guerrilhas em Goiás, caso fosse necessário um combate armado.

E, nesse período, não se pode deixar de mencionar a atuação da Frente de Mobilização Popular (FPM). Surgida no início de 1963, sob a liderança de Leonel Brizola, essa entidade conseguiu agregar diferentes interesses. Segundo Ferreira, na FPM estavam representados os estudantes, através da União Nacional do Estudantes

²⁶¹ FERREIRA, Jorge, *op. cit.*, p. 352.

²⁶² Resolução Política do V Congresso do PCB, 1960. In. **PCB: vinte anos de política, 1958-1979** - Documentos. Coleção: A questão social no Brasil. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1980, p. 39.

²⁶³ FIGUEIREDO, A. C., *op. cit.*, p. 67.

²⁶⁴ CAMARGO, Aspásia. Ligas Camponesas. In. ABREU, Alzira Alves de; BELOCH, Israel, LATTMAN-WELTMAN, Fernando & LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer (coords.). **Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930**. Rio de Janeiro: Editora FGV/CPDOC, 2001.

(UNE); os operários, por meio do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI) e Pacto de Unidade e Ação (PUA); subalternos das Forças Armadas e parte das Ligas Camponesas. Seu principal objetivo era forçar Goulart a implementar o programa reformista, mesmo se precisasse bater de frente com a direita e os conservadores.²⁶⁵

Fazendo parte dos debates, ao lado do *Correio da Manhã*, a *Folha de S. Paulo* organizou um congresso de definição das reformas de base. Em várias capas, ela estampou os resultados dessas discussões. O congresso teria o objetivo de estudar os problemas fundamentais do país e definir reformas necessárias para lhe assegurar desenvolvimento pleno.²⁶⁶ Na opinião desses dois diários, faltava definir mais precisamente a reforma agrária presente nos projetos apresentados no Congresso.

Observa-se em todos eles a falta de conceituação adequada sobre a reforma agrária no seu conjunto, desde os seus objetivos imediatos e mediatos, e a maneira como deve ser conduzida a sua execução dentro dos princípios políticos doutrinários e cristãos do povo brasileiro, até a definição da propriedade agrícola econômica ou deficitária. Na totalidade dos projetos, o latifúndio, fartamente comentado e condenado, carece entretanto de uma definição técnica e jurídica do que seja, qualitativa e quantitativamente, esse tipo de propriedade rural. Essa dificuldade básica deve-se à extensão e diversidade do território nacional, com suas variadas áreas de exploração agrícola, caracterizadas por estágios de desenvolvimento econômico dos mais díspares. Daí a importância da regionalização dos estudos e da execução de qualquer programa de reforma agrária.²⁶⁷

Os trabalhos desenvolvidos nesse congresso teriam o mérito de apontar as falhas e omissões nos projetos em curso na Câmara Federal ou em assembléias legislativas. Quinhentos congressistas participaram dos debates, ao fim dos quais foram produzidas teses sobre as reformas agrária, bancária, partidária, política, previdenciária, salarial, sindical, tributária e outras, publicadas em forma de anais, em dez volumes, e enviadas aos parlamentares da Câmara e do Senado Federal para auxiliar na elaboração de propostas de apoio às reformas de base.

²⁶⁵ FERREIRA, Jorge, *op. cit.*, p. 355.

²⁶⁶ Inaugura-se o Congresso Brasileiro para definição das Reformas de Base. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 20 jan. 1963, p. 1.

²⁶⁷ A reforma agrária. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 25 jan. 1963, p. 4.

Afirmando reconhecer que a luta pela reforma agrária deveria prosseguir, a *Folha de S. Paulo* ressaltou que seria erro grave atribuir liderança a entidades como o CGT, que não transmitiam confiança a quem queria ver o país resolver seus problemas dentro da lei e da ordem. O jornal cogitou tal idéia porque Goulart, em sua campanha pró-reforma agrária, recebeu apoio do CGT, entidade que supostamente não poderia oferecer nada à concretização das reformas além de greves políticas.

A alternativa mais provável é que a ação do CGT redunde em tumultos, inquietações, novas mortes talvez. O princípio da autoridade, tão diluído, novamente entraria em xeque. As Forças Armadas, cuja atribuição fundamental é defender a pátria e garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem, naturalmente teriam que reagir às tentativas de baderna e novos motivos de apreensão seriam suscitados. Os ânimos gerais, enfim, de novo se exacerbam, sem vantagem para ninguém — a não ser, é claro, para os adeptos da subversão.²⁶⁸

Nesses termos, seria duvidoso o governo retirar do apoio do CGT rendimentos políticos para a realização da reforma agrária. A aversão do jornal a essa entidade estava ligada à sua atuação no movimento sindical. Fundado em 1962, o CGT já ocupava, no início de 1963, importante posição nas organizações sindicais. Agregava diversas organizações paralelas e estava à frente de importantes confederações como a CNTI e a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Marítimos, Fluviais e Aéreos (CNTTMFA). Participou ativamente de constantes manifestações como a greve dos 200 mil metalúrgicos de São Paulo, liderou a campanha do 13º salário e se empenhou na campanha pela volta do presidencialismo.²⁶⁹

O receio à atuação do CGT também ficou evidente nas páginas de *O Estado de S. Paulo*, que alertava para o fato de que, através de seu programa de ação, o Comando Geral dos Trabalhadores preparava-se para assumir o “Comando Geral do País”, graças à legitimidade concedida por Goulart que “o recebe e com ele se entende, ouvindo-lhe inclusive, as mais agressivas impertinências”²⁷⁰. A atuação dessa entidade representava, antes de mais nada, a subversão em marcha e a provável instauração da desordem no país. Na verdade, esse foi um discurso compartilhado por outros órgãos da imprensa e

²⁶⁸ A subversão não é o caminho. Editorial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 18 maio 1963, p. 4.

²⁶⁹ Para uma visão mais detalhada sobre o CGT ver: DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Comando Geral dos Trabalhadores no Brasil: 1961-1964**. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.

²⁷⁰ O dever é resistir. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 29 abr. 1963.

pelos grupos conservadores, que construíram uma imagem pejorativa não apenas do CGT, mas também de outras organizações sindicais, legitimando a idéia de que era tempo de se organizar uma resistência da democracia contra um suposto golpe organizado por essas entidades.

Ao comentar o perigo da influência comunista no governo, a *Folha de S. Paulo* se referiu não só à influência do CGT, mas também a Leonel Brizola, que outra vez entrava nessas discussões. Para ela, a atuação de Brizola na campanha pela reforma tinha o objetivo único de desmoralizar as instituições e conclamar o povo à desordem em defesa de teses descabidas. O jornal manifestou apreensão com a inércia do governo em conter o clima de animosidade entre seus agentes e apresentou duas hipóteses: ou o governo não era senhor da situação — e apenas pairava na crista de uma onda de agitação que alguns de seus membros insensatamente avolumavam —, ou insuflava a desordem.

Tudo isso se faz, alegadamente, em nome das chamadas reformas de base, que no momento se reduziram à reforma agrária. Os homens de boa-fé, que consideram indispensáveis e urgentes essas reformas, começam a ter razões para duvidar da sinceridade dos que as transformaram em bandeira de agitação.²⁷¹

Nesse caso, algumas perguntas seriam inevitáveis: estaria o governo disposto a desapropriar terras de maneira racional? Teria capacidade para isso? Estaria preparado para oferecer aos novos proprietários a assistência técnica indispensável? Por fim: seria esse governo efetivamente capaz de fazer qualquer reforma de profundidade?

Com a intensificação das campanhas que exigiam reformas mais profundas, as incertezas e críticas se acentuavam. A *Folha de S. Paulo* censurou a paralisia do governo federal até aquele momento. Primeiramente, porque os esforços se concentraram em obter do Congresso a revogação do parlamentarismo e restabelecer a Goulart os poderes que o Ato Adicional lhe tirara; em segundo lugar, porque naquele momento as coisas se repetiam: “as reformas de base constituem-se na preocupação obcecante do governo federal — e o presidente da República reafirmou várias vezes, durante sua estada em São Paulo — a tal ponto que nada se faz enquanto elas não se

²⁷¹ Fomentando a desordem. Editorial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 24 maio 1963, p. 4.

concretizarem”²⁷². Outros setores estariam, então, ameaçados de inanição, mesmo no campo agrário: à medida que se intensificavam propagandas para fazer crer que era inadiável a transformação da estrutura agrária do país, pouco se fazia em prol das atividades agrícolas. Noutros termos, enquanto se aguardavam as reformas, nada se fazia para melhorar outros campos. “Nem só de reformas, enfim — poder-se-ia dizer — necessita o Brasil. Precisa também do trabalho, o ordenado trabalho do dia-a-dia, que cada vez vem consumindo menos energias governamentais”²⁷³. A exemplo da campanha do plebiscito, a da reforma agrária insinuava que sua implementação representaria a solução para todos os problemas do país; e pouco se fazia ante a expectativa das reformas.

Além de não agir noutras atividades, nos debates sobre a implantação da reforma agrária no Brasil – quase sempre toldados por intervenções demagógicas ou limitados por excessivo imediatismo –, segundo a *Folha de S. Paulo*, o presidente não encarava com objetividade um dos aspectos essenciais do problema, “qual seja, a falta de pessoal capacitado para a execução de planos reformistas, isto é, engenheiros agrônomos, médico-veterinários, zootecnistas, economistas rurais, técnicos agrícolas de nível médio, assistentes sociais.”²⁷⁴

A falta desses profissionais era tão aguda que, naquelas condições, segundo o periódico, a batalha da reforma agrária — numa analogia dos profissionais do campo com o Exército — seria confiada a um exército que, além de poucos oficiais, praticamente não teria sargentos nem cabos.

Nessa ótica, caminhara-se pouco rumo à concretização das reformas em virtude do impasse a que chegou o Congresso quanto à reforma agrária²⁷⁵. E mais, em nome das reformas, o país era agitado, intranqüilizado e tumultuado.

Lembrem-se as diversas greves realizadas ou frustradas em “favor das reformas”, as crises políticas que à margem do tema se desencadearam, as explorações que extremistas e radicais vêm tentando fazer do assunto. E não se esqueça do comício programado para amanhã na Guanabara, sob o patrocínio de CGTs [Comando

²⁷² Enquanto as reformas não vêm. Editorial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 28 maio 1963, p. 4.

²⁷³ *Idem*, *ibidem*, p. 4.

²⁷⁴ Técnicos para a reforma agrária. Editorial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 18 jul. 1963, p. 4.

²⁷⁵ Até esse momento de discussão, os partidos políticos — sobretudo PSD, UDN e PTB — não haviam chegado a um acordo para implantação da reforma agrária. O PTB procurava torpedear-la, pois tinha sua emenda; o PSD navegava entre o PTB e a UDN: elaborava uma fórmula intermediária; a UDN manobrava para impor seu projeto. Jogo demorado. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 20 jul. 1963, p. 4.

Geral dos Trabalhadores] e UNEs [União Nacional dos Estudantes], com a anunciada participação de Goulart.²⁷⁶

Eis, então, as conseqüências negativas — manifestações e greves — da mal-conduzida luta pelas reformas, que prejudicavam as atividades do poder público ao consumir suas melhores energias e desvirtuar suas intenções e cujos reflexos negativos incidiam, também, no plano privado, pois os fatores de perturbação social e política, além de comprometerem o poder público, desestimulavam investimentos e iniciativas privadas. Responsáveis pela situação não seriam só as pequenas minorias — que não queriam perder seus privilégios — nem o Congresso — por não efetivar as medidas indispensáveis ao desenvolvimento econômico do país.

O governo — leia-se o presidente da República — é em grandíssima parte responsável pelo relativo desvirtuamento da campanha reformista, seja pela indefinição que muitas vezes revela em face do assunto, seja pelo estímulo dado aos profissionais da desordem, seja ainda pela incapacidade de coordenar forças no Parlamento para a aprovação daquilo que diz indispensável.²⁷⁷

A *Folha de S. Paulo* apelou por um posicionamento de Goulart mais próximo dos latifundiários e sugeriu que a pregação reformista deveria perder seu tom demagógico — por vezes ameaçador, sobretudo quando o referente era o confisco de terras — e se tornar um fator a mais de confiança para o povo brasileiro.

A desapropriação de terras situadas às margens de rodovias federais e ferrovias passou a ser outro fator de preocupação do jornal, que apontava falta de traços de sinceridade e de propósitos, bem como de condições para sua efetivação.

Não há indicações de que a desapropriação daquelas áreas integre um plano global e harmônico de reforma agrária, que, como é ponto pacífico, não pode cingir-se apenas ao acesso à terra, mas compreende todo um complexo de providências, entre as quais assistência técnica e creditícia, aprimoramento dos processos de comercialização, armazenagem e transporte da produção, seguro agrário, etc.²⁷⁸

²⁷⁶ Reformas e perturbação. Editorial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 22 ago. 1963, p. 4.

²⁷⁷ *Idem, ibidem*, p. 4.

²⁷⁸ Desapropriações. Editorial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 28 dez. 1963, p. 4

A desapropriação se tratava, porém, de providência isolada, sem fundamentação técnica e econômica, cujo simples anúncio já exacerbava o clima de paixões e demagogia que teria frustrado as tentativas honestas de reformular a estrutura agrária.

O jornal OESP também se articulou na defesa dos direitos de propriedade, ressaltando que esse era o bem mais importante a defender: “pouco importa que as terras de propriedade privada no Brasil pertençam a Fulano ou Beltrano, importa, sim, que a propriedade de Fulano, Beltrano ou Cicrano, seja respeitada, nos termos em que a Constituição o assegure”²⁷⁹. Os proprietários possuíam garantias constitucionais, transmitidas por sucessão, que deveriam ser preservadas, e o diário defendia uma reforma agrária que não agredisse esse direito. A distribuição de terras não deveria ser o eixo de discussão, mas, se fossem executá-la, que comesçassem pela distribuição das terras cultiváveis pertencentes à União. O principal deveria ser “as condições de vida e de trabalho com ou sem a propriedade da terra”.²⁸⁰

Ao contrário do OESP, o *Jornal do Brasil* não considerou as desapropriações dos latifúndios como simples demagogias. “É obra de evolução a dividir latifúndios em bases racionais, sem espoliar direitos nem se preocupar em conceder favores. As terras a serem desapropriadas serão indenizadas e não serão doadas como dádivas do Estado”²⁸¹. Dando continuidade a esse argumento, o periódico reforçava a necessidade de se alterar a Constituição, basicamente o parágrafo que só admitia a desapropriação mediante indenização em dinheiro. O jornal argumentou que essa peça jurídica estava desajustada ao pensamento político daquele momento.

Para a *Folha de S. Paulo*, a realização da reforma agrária ficava mais difícil porque o governo fez do reformismo praticamente a única tecla em que batia; não soube equacionar com precisão nenhuma reforma.

O passo mais importante a ser dado pelo sr. João Goulart é, pois, remover esses obstáculos, dando definição e objetividade às alterações de estrutura que pretende e convencendo a nação de que as reformas serão feitas sem abalo das instituições democráticas e dentro dos princípios cristão de justiça social.²⁸²

²⁷⁹ Propriedade e reforma. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 13 mar. 1963.

²⁸⁰ *Idem*, *ibidem*.

²⁸¹ Reforma agrária. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 15 maio 1963.

²⁸² O ano das reformas. Editorial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 2 jan. 1964, p. 4.

Desse modo, não lhe faltaria apoio das correntes mais responsáveis do país, também convictas da necessidade de reformas “honestas”, que o seriam até o momento em que não abalassem os lucros e a propriedade privada.

Todavia, desde o início, a proposta de reforma de Goulart não condizia com o que a *Folha de S. Paulo* esperava, sobretudo quando o presidente passou a defender a realização de reformas mais profundas com desapropriação de terras. Seu lema foi este: se não era possível ao governo fazer a reforma agrária conforme a instituição vigente, ou se não havia capacidade para tal, então que fizesse outras reformas ao alcance, pois mesmo sem a reforma agrária havia ainda largo campo para o governo atuar.

Como a reforma agrária defendida por Goulart era no mínimo impertinente, na opinião do jornal, mereceu críticas o decreto da Superintendência de Reforma Agrária (SUPRA), elaborado a pedido de Goulart, no qual estava prevista a desapropriação de faixas marginais das rodovias federais, ferrovias e açudes. Tal documento conteria apenas jogada política: um simples ato matreiro para impressionar partidos e chefes, para coagir e assustar. Um órgão que deveria produzir estudos aprofundados para orientar a política agrária do governo e a execução das medidas de ordem administrativa e técnica necessária à concretização dessa política nada havia feito²⁸³. Pelo contrário,

uma verdadeira teia de equívocos se ergueu em torno do assunto. Já analisamos aqui os erros do comportamento governamental em relação à matéria: a leviandade com que trata assunto tão importante, o sonexamento dos que vem fazendo de informações objetivas sobre os seus propósitos, o uso do tema como arma política, a inexistência de estudos (e de dinheiro) que tornassem mais respeitável o ato que a SUPRA — Superintendência de Reforma Agrária — está preparando.²⁸⁴

Só como primarismo ou demagogia se poderia entender a desapropriação de terras como reforma agrária. Se fossem necessárias mesmo, segundo a *Folha de S. Paulo*, então as reformas tinham de estar nos limites previstos e autorizados pela lei e beneficiar a coletividade, ou seja, a reforma agrária não deveria apenas tomar as terras dos grandes proprietários — que, pela Constituição, tinham direito à propriedade — e entregá-las a outros; era preciso satisfazer a ambas as partes.

²⁸³ Demagogia agrária. Editorial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 4 jan. 1964, p. 4.

²⁸⁴ Desapropriações, ainda. Editorial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 7 jan. 1964, p. 4.

Para esse jornal, a SUPRA não queria estudar a reforma agrária nem concretizá-la com critério e sinceridade; queria só levar ao interior do país a mais desbragada agitação: “talvez mesmo criar por esse modo um clima de reação que amanhã autorize, aparentemente, a ilegalidade sob pretexto de salvar a legalidade”.²⁸⁵ Nesse sentido, esse órgão teria sido criado não para levar avante uma reforma agrária verdadeira, mas sim para manter acesa uma pregação reformista oca que servia para agitar o país.

Quando as campanhas apregoadas por João Goulart anunciaram as desapropriações com mais contundência, a *Folha de S. Paulo* — que nunca viu nele um presidente confiável — encaminhou um discurso mais fremente de subversão e esquerdismo desse presidente.

Há um processo subversivo em marcha. Nenhuma dúvida mais quanto a isso. Várias das cantilenas agora entoadas lembram até muitos dos atos do período do queremismo. O chefe da Casa Civil falou em conspiração repetidas vezes, mas para dar a impressão de que alguns conspiram contra o governo que conspiraria a favor do povo. Na sua lista de conspirações, é claro, deixou de citar as verdadeiras conspirações que estão fazendo contra o país. Ou melhor, com a desenvoltura dos irresponsáveis, torceu as coisas e procurou dar colorido sério, ou sincero, à agitação. Mas a verdade aí está muito clara. Inoperância administrativa em todos os setores e palavreado extremista a encobri-la.²⁸⁶

O posicionamento contrário desse diário à reforma agrária se acentuou após o comício da Central do Brasil, quando Goulart assinou decreto que “declarava sujeitas à desapropriação as propriedades agrícolas superiores a 500 hectares marginais de vias federais e as propriedades superiores a 30 hectares marginais de açudes e de outras obras de irrigação financiadas pelo governo”²⁸⁷. No dia seguinte ao comício, a *Folha de S. Paulo* publicou o editorial “Jango surpreende o país: refinarias encampadas”²⁸⁸, cujo texto criticava o discurso de Brizola, proferido naquele evento, de que a formação de um congresso popular integrado por camponeses, sargentos e oficiais nacionalistas era a única saída para o impasse em que se encontrava o país. A manifestação do dia 13 de março de 1964 foi apresentada pelo diário como espaço público escolhido pelo governo

²⁸⁵ Desapropriações, ainda, *op. cit.*, p. 4.

²⁸⁶ Subversão em marcha. Editorial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 15 fev. 1964, p. 4.

²⁸⁷ GORENDER, Jacob. No 40º triste aniversário do triste evento de 1964: o golpismo contra a história. **Margem Esquerda**, São Paulo: Boitempo, n. 3, 2004, p. 41.

²⁸⁸ Jango surpreende o país: refinarias encampadas. Editorial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 14 mar. 1964, p. 4.

federal para proclamar a falência das instituições e pregar, pela boca de alguns de seus líderes, soluções subversivas como o fechamento do Congresso.

A *Folha de S. Paulo* interpretou a campanha de Goulart em prol das reformas como instrumento pelo qual o presidente eliminaria o Congresso Nacional e atacaria a Constituição. As reformas propostas pelo presidente, mesmo após o golpe militar de 1964, continuaram a ser vistas como bandeira de agitação e meio de subverter a ordem instituída.

[...] se existem meios para resolver a maioria dos grandes problemas nacionais, assim como para realizar as reformas necessárias ao progresso do país, porque se fez desse tema reformista uma simples bandeira de agitação, pregada com violência e com evidente propósito, não poucas vezes de atirar os vários grupos sociais uns contra os outros? E por que se passou a denunciar a Constituição, a lei suprema, como fonte de todos os males do país e instrumento de opressão do povo? E por que passou a atacá-la exigindo sua reforma, o chefe do Poder Executivo, que jurou cumpri-la, quando essa iniciativa de reforma é prerrogativa de outro poder?²⁸⁹

Com o discurso de que fora contrário não às reformas, mas à forma de Goulart lidar com elas, o jornal tentou amenizar seu posicionamento naqueles momentos. Os editoriais defenderam a adoção de outros meios para realizar as mudanças, mas não sugeriram soluções.

Cumprir mencionar que, à época das discussões sobre o plebiscito e sobre a reforma agrária, mudaram os donos da empresa que geria a *Folha de S. Paulo*: Nabantino Ramos deu lugar a Otávio Frias Oliveira e Carlos Caldeira Filho, sócios em outros empreendimentos. Eis a nota da redação sobre essa mudança:

A alteração havida na direção deste jornal em nada modificará a linha de conduta que ele vinha seguindo há perto de duas décadas. A FOLHA DE S. PAULO continua sendo, antes e acima de tudo, um jornal “a serviço do Brasil” em cujo futuro confia firmemente e para o progresso do qual prosseguiremos lutando com todas as forças, dentro dos limites das nossas atividades. A diretoria que acaba de demitir-se tinha dois princípios transformados em verdadeira profissão de fé: informar com objetividade e opinar com independência. A nova apressa-se em assumir, de público, o compromisso de não se afastar dessa linha. Os leitores que prestigiaram a FOLHA ao longo destes últimos anos, e que lhe

²⁸⁹ Em defesa da lei. Editorial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 02 abr. 1964, p. 4.

permitiram alcançar a posição de destaque em que hoje se encontra, podem ficar seguros de que continuarão a encontrar em nossas páginas a informação veraz, objetiva, fidedigna, com o seu destaque condicionado apenas ao interesse jornalístico de que se reveste.²⁹⁰

A mensagem da nova diretoria deixa entrever certa preocupação em tranquilizar o leitor quanto aos rumos da *Folha de S. Paulo* ao afirmar a manutenção de suas principais políticas internas. Logo, a questão passa a ser esta: até onde a mudança de donos influenciou o posicionamento político do diário? Segundo Mota e Capelato, após a substituição de Ramos por Frias, o jornal se tornou francamente antijanguista.²⁹¹ Com efeito, a leitura de suas reportagens e editoriais revela um recrudescimento das críticas a João Goulart e a suas propostas políticas — anunciadas justamente no período que cobre a transição na administração e a tendência do presidente da República a uma posição mais de esquerda. Talvez essa crítica mais franca se vincule a um fato e ao outro, mas não acredito que a aversão maior resulte só da mudança na diretoria; antes disso a *Folha de S. Paulo* já se mostrava tanto contrária a políticas destoantes do discurso pretensamente conciliador difundido em suas páginas quanto desconfiada de Goulart.

²⁹⁰ A serviço do Brasil. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 14 set. 1962.

²⁹¹ Cf. MOTA, C. G. e C., M. H., *op. cit.*, p. 188.

CAPÍTULO III

GOLPISMO OU DEMOCRACIA NAS PÁGINAS DA *FOLHA DE S. PAULO*?

Este capítulo objetiva debater o comportamento do jornal *Folha de S. Paulo* nos frementes últimos meses do governo de João Goulart. Feita a discussão sobre sua postura nos momentos anteriores desse governo, agora cabe ressaltar como ele representou os últimos acontecimentos que permearam esse governo. Para tratar de tal assunto, de imediato me parece relevante retomar algumas considerações de Décio Saes²⁹² sobre a relação entre classe média e sistema político no Brasil, a fim de revelar com mais detalhes o posicionamento desse diário quanto aos fatos políticos cujo ápice foi o golpe de 1964, pois em vários momentos ele coaduna com as perspectivas dessa classe.

Para Saes, a classe média teve participação maciça na criação do clima político favorável à intervenção militar: a 23 de março de 1964, 500 mil pessoas se manifestaram em São Paulo contra o governo populista; a 2 de abril, comemoraram o desfecho. Segundo o autor, é o crescimento progressivo da pressão operária pela via do nacionalismo, desde 1956, que se acha na origem da crise final do populismo: para não perder sua base de apoio, o Estado populista ultrapassou os limites impostos à política de manutenção da ordem pelo conjunto da classe dominante.

Numa conjuntura onde um partido político como o PCB e organizações sindicais paralelas como o CGT ou PUA tornam-se grupos de pressão poderosos e capazes de influenciar diretamente o executivo federal, uma política de estabilização econômica, conveniente ao conjunto da classe dominante e desfavorável aos grupos assalariados, mostra-se irrealizável.²⁹³

De acordo com Saes, no primeiro semestre, o Estado populista tentou executar uma política econômica antiinflacionária, mas cedeu no segundo semestre à pressão popular, tendendo a se identificar definitivamente com o movimento nacionalista.

²⁹² SAES, Décio. **Classe média e sistema político no Brasil**. São Paulo: Quatro Editor, 1985.

²⁹³ *Idem, ibidem*, p. 128.

Assim, a política sintetizada no Plano Trienal²⁹⁴ deu lugar a um programa de reformas de base. Esse reconhecimento do poder de pressão das organizações políticas e sindicais de esquerda — influência dos partidos políticos e sindicatos de esquerda e da incorporação do programa político proposto pelo movimento nacionalista — empurrou o Estado populista para além dos limites estabelecidos pela classe dominante. Tal iniciativa atraía a hostilidade não só dos grandes proprietários de terras, mas também da burguesia industrial, que estava longe de reconhecer a necessidade de mudar as estruturas agrárias para seu desenvolvimento.²⁹⁵

A postura da *Folha de S. Paulo* diante de algumas políticas do governo de Goulart — a exemplo da trabalhista — se relaciona com essas questões problematizadas por Saes. Sua aversão às políticas trabalhistas datava do início daquele governo; na verdade, o jornal assumiu um posicionamento de defesa dos interesses de uma classe burguesa. Afirmando não desacreditar na necessidade de se aumentar a participação do trabalhador na riqueza que este ajudava produzir e protegê-lo em todos os aspectos, o diário fez alguns comentários sobre a legislação trabalhista.

Mas essa legislação, para conduzir à sonhada justiça social, precisa ser inteligente e ter medida. Deve remunerar e proteger, de maneira a estimular a produção e não onerá-la excessivamente, para que o bem-estar de algumas classes não venha a transformar-se em carga para outras. Nem agravar demais o custo de vida, em detrimento de todos quantos dependem de rendas fixas ou mesmo de salários.²⁹⁶

Na opinião da *Folha de S. Paulo*, o governo não poderia servir a uma classe e causar transtorno a outra: beneficiar os trabalhadores era correr o risco de prejudicar a produção. Desse modo, os projetos para aumentar o número de dias de férias e permitir a aposentadoria de homens e mulheres com força de trabalho plena eram absurdos, pois no Brasil já se trabalhava pouco: eram faltas justificadas, domingos, feriados e férias de repouso remunerado; além disso, o trabalhador gozava de, pelo menos, 83 dias de repouso remunerado. Esse era um índice alto para o jornal, para quem a nação precisava

²⁹⁴ O Plano Trienal foi elaborado pelo economista Celso Furtado e teve a colaboração de San Tiago Dantas (ministro da Fazenda), segundo Caio Navarro de Toledo, esse Plano “pretendia compatibilizar o combate ao surto inflacionário com uma política de desenvolvimento que permitisse ao país retomar as taxas de crescimento do PIB (em torno de 7%) alcançadas durante o período de 1957 a 1961”. TOLEDO, C. N., *op. cit.*, p. 43 e 44.

²⁹⁵ SAES, D., *op. cit.*, p. 130.

²⁹⁶ Perigosa política trabalhista. Editorial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 22 out. 1961, p. 4.

produzir a todo vapor para atender à procura de utilidades, cada vez maior em razão do aumento da população e do poder aquisitivo. Com medidas trabalhistas mais amplas, o Brasil só teria a perder, pois a produção diminuiria; e mais: o industrial e o comerciante – contra os quais se dirigiam as reivindicações – acrescentariam esses custos ao consumidor. Não valeria a pena o país permanecer fora do comércio internacional e ver limitadas as possibilidades de desenvolvimento da indústria em detrimento dos próprios trabalhadores. As concessões desmedidas apenas levariam a dificuldades inesperadas.

A *Folha de S. Paulo* priorizou, então, a defesa da produção e, por consequência, do grande capital, pregando o suposto risco de estagnação econômica do país com a concessão de benefícios à classe trabalhadora. Seguindo essa linha, o editorial “O governo e a subversão” foi taxativo contra as organizações grevistas. Ao comentar os movimentos de greve ocorridos, sobretudo nos transportes, disse que estavam ligados a um movimento de maior envergadura²⁹⁷ para fomentar a agitação generalizada no país: “Sabe-se, também, que várias táticas seriam postas em prática pelos extremistas de esquerda, tendo em vista confundir as autoridades e diminuir a ação destas”²⁹⁸. O jornal não deixou de enquadrar a infiltração comunista nessas greves.

É inegável que os comunistas têm encontrado ultimamente, por omissão ou passividade do Poder Constituído — e até por conivência de elementos colocados em postos-chaves da administração — campo propício para o livre desempenho de suas atividades ilegais, no que têm contado também com o apoio de irresponsáveis demagogos.²⁹⁹

Segundo o diário, para conter a infiltração comunista, mais que repressiva, a ação do governo deveria ser preventiva. Assim, não podia se limitar igualmente o titular do Ministério da Justiça a agir só no âmbito restrito de suas atribuições; competia-lhe, ainda, tomar a iniciativa de coordenar a ação conjunta desse ministério e dos demais órgãos responsáveis pela segurança nacional, visto que se presenciava o desenvolvimento de um plano vasto de agitação em profundidade e extensão, influenciado pelo CGT. Mas o jornal considerou tudo como sintoma da fragilidade ou

²⁹⁷ Segundo Patto Sá, essa temática das greves e dos sindicatos também foi representada pelas caricaturas publicadas no período como um “quadro inquietante”. Davam a entender que por detrás dos movimentos grevistas existiam líderes decididos a subverter a ordem e a acabar com as instituições. Na verdade, as greves e mobilizações sindicais incomodavam diversos grupos que os viam como ameaça às instituições democráticas. MOTTA, R. P. S., *op. cit.*, p. 112.

²⁹⁸ O governo e a subversão. Editorial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 2 fev. 1962, p. 4.

²⁹⁹ *Idem, ibidem*, p. 4.

falta de autoridade do governo, seja pela ausência de atitudes mais decisivas, seja pela sua participação ingênua e deliberada em congressos e reuniões de tendência antidemocrática. Portanto, se quisessem reprimir as agitações e as desordens, as autoridades deveriam se presumir contra o envolvimento comunista sutil, repelindo a farsa nacionalista com que se deparavam certas campanhas ou certos movimentos de opinião e aniquilando os focos de subversão.

Nota-se, portanto, que desde o início do governo de Goulart, a *Folha de S. Paulo* se mostrou contrária a movimentações (principalmente aquelas influenciadas pelo CGT e PCB) que priorizassem os interesses da classe trabalhadora. Em nome da ordem, clamava às autoridades que reprimissem qualquer movimento que “ameaçasse” a paz nacional. O diário defendeu os ideais burgueses capitalistas na explanação sobre projetos e reformas, a exemplo das discussões sobre a reforma agrária, nas quais apontou como primordiais a propriedade — o direito sobre a terra — e os investimentos na produção agrícola em larga escala. A suposta defesa da paz nacional remetia, em grande medida, ao asseguramento dos interesses do grande capital. Portanto, os últimos acontecimentos do governo Goulart apenas fortaleceram a postura do jornal, cujas chamadas de reportagens constantemente se referiam ao perigo comunista.

A conjuntura social e política do Brasil nos anos de 1960 era terreno fértil para se difundir mais facilmente a pregação do comunismo. Os partidos políticos estavam divididos, as lutas sociais fervilhavam e a esquerda, de certa forma, conseguia consolidar seu espaço na sociedade. Esse panorama reuniria motivos para que se articulasse o golpe. A sensação de perigo que contaminou parte da sociedade brasileira criou condições para várias manifestações e propagandas contra Goulart; e o jornal ajudou a difundir a imagem de um presidente reacionário, esquerdista — comunista —, fraco e sem capacidade política para governar.

Acrescentam-se, a esse contexto, constantes mobilizações no âmbito cultural que perpassam todo o governo de João Goulart. Tais manifestações são enfatizadas por vários autores quando se referem a esse período. Marcelo Ridenti ressalta que “talvez os anos 1960 tenham sido o momento da história republicana mais marcado pela

convergência revolucionária entre política, cultura, vida pública e privada, sobretudo entre a intelectualidade”³⁰⁰.

De acordo com Ridenti, esse era um período em que vários artistas e intelectuais, membros de determinados partidos e movimentos de esquerda, enfatizavam a construção de um homem novo, cujo modelo estava no passado, ou seja, com raízes rurais (do interior), o qual supostamente ainda não teria sido contaminado pela modernidade urbana capitalista. Dessa forma, buscava-se no passado uma cultura popular autêntica para construção de uma nova nação que, ao mesmo tempo, fosse moderna e desalienada. Como aponta Ridenti, recolocava-se o problema da identidade nacional e política do povo brasileiro, ao mesmo tempo em que se buscava a ruptura para o subdesenvolvimento.³⁰¹

O período pré-64 marcou um momento de estreita vinculação entre cultura e política, atrelada a constantes debates com intuito de transformação da sociedade brasileira. Corroborando a afirmação de que a década de 1960 representou um momento importante no cenário político e cultural no país, Walnice Galvão ressalta:

O panorama do início da década de 60 mostra a maior animação: no quadro do governo populista de Jango Goulart, era grande a efervescência. Tudo parecia aberto à mudança, o novo estava no ar, o ímpeto vital dos jovens iluminava de futuro o momento e com ele se confundia. A pequena faixa social integrada pelos intelectuais e artistas jovens de esquerda, e um ou outro menos jovem mas não temeroso da crescente radicalização, devotava-se à tarefa urgente de levar a cultura ao povo, arriscando os equívocos em que isso possa implicar.³⁰²

Tudo isso, segundo a autora, resultou numa criação cultural extremamente vivaz. Foi nesse período que ocorreu um grande impulso no campo do teatro, com destaque para os grupos Arena e Oficina, no cinema, na literatura, na música, todos contestando amplas questões em voga no momento. Buscava-se, através das atividades culturais, deselitizar a cultura e levá-la até o povo. Essas atividades eram, conforme Galvão, vistas

³⁰⁰ RIDENTI, Marcelo. Cultura política: os anos 1960-1970 e sua herança. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil republicano: o tempo da ditadura** – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 4, p. 135.

³⁰¹ *Idem, ibidem*, p. 135 e 136.

³⁰² GALVÃO, Walnice. As falas, os silêncios (literatura e imediações: 1964-1988). In: SCHWARTZ, Jorge e SOSNOWSKI, Saul (orgs.). **Brasil: o trânsito da memória**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994, p. 185 e 186.

como um dever político de participação. O período foi, portanto, marcado por freqüentes contestações de pessoas que se empenhavam na construção de novas formas de convivência e de cultura, mas que, no entanto, foram paralisadas com o golpe militar de 1964.

Junta-se a esse cenário político brasileiro dos anos 1960 o contexto internacional de então, em especial a Guerra Fria, que influenciou constantemente as questões internas, e a política externa dos Estados Unidos que, muitas vezes, ditava as regras do que deveria ser feito no Brasil. O presidente Truman, como forma de convencer o Congresso dos EUA (cuja maioria dos membros pertencia ao Partido Republicano, de orientação política isolacionista) para exercer uma política externa agressiva, articulou a criação do inimigo soviético no imaginário do povo estadunidense. Nessa guerra, o nazismo dava lugar ao comunismo. Os EUA precisavam de um inimigo para justificar sua repressão externa e interna.³⁰³

Tendo o expansionismo comunista como inimigo maior, os EUA intervieram nos países não só para conter essa expansão, mas também para evitar o desenvolvimento de economias fora da dinâmica capitalista. As noções de segurança e defesa se tornaram corriqueiras no discurso de governantes desse país. O comunismo servira de desculpa para se derrubarem políticas nacionalistas ou divergentes das norte-americanas.³⁰⁴ Nesse contexto, foram criados a Doutrina Truman e o Plano Marshall — sob o *slogan* de recuperar economicamente países destruídos pela guerra — e o combate ao comunismo se institucionalizou. A sociedade norte-americana começou a aceitar o comunismo como inimigo e acreditar no papel dos EUA como o país que enfrentaria esse inimigo pelo mundo.

Na imprensa do Brasil, o comunismo fora representado como a grande ameaça que a América Latina deveria combater, pois era um perigo a ser evitado. Com um discurso demonizador, as notícias publicadas nos jornais contribuíram para que o comunismo se tornasse objeto de conflitos sociais e políticos. Heloísa Heichel, ao dissertar sobre o perigo comunista na imprensa na década de 1950, afirma que os jornais raramente enviavam correspondentes exclusivos ao exterior, pois compravam

³⁰³ Cf. BIAGI, Orivaldo L. O imaginário da Guerra Fria. **Revista de história regional**. v. 6, n. 1. Ponta Grossa, 2001, p. 65. Disponível em: <<http://www.uepg.br/rhr/v6n1/Biagi.pdf>> Acesso em: 23 nov. 2006.

³⁰⁴ *Idem, ibidem*, p. 65.

reportagens de agência de notícias dos EUA, cujo conteúdo não era abordado nem discutido; os textos ficavam como eram representados pela imprensa estrangeira.³⁰⁵

Pode-se estender essa característica à *Folha de S. Paulo* da década de 1960, quando publicava constantemente reportagens de jornais dos EUA que comentavam a crise brasileira e discorriam sobre a suposta preocupação daquele país com os rumos que tomava o Brasil. Tais reportagens eram publicadas na íntegra, sem nenhuma discussão sobre elas. As notícias internacionais eram abundantes na grande imprensa; recortavam-se reportagens de grandes jornais estrangeiros e isso era a notícia: verdadeira e pronta. De uma forma ou de outra, os jornais reforçavam os valores sociais dos setores dominantes e o medo dos inimigos reais ou imaginários da ordem vigente.

Como observa Heichel, desde a Revolução de 1917, o comunismo ganhara adeptos e a crise do sistema capitalista dos anos de 1930 só fizera aumentar essa tendência.

O contexto latino-americano nos anos 1940 e 1950 foi, também, extremamente favorável para o aumento das influências das idéias socialistas. A maior parte dos países da América Latina enfrentava sérias dificuldades econômicas e graves problemas sociais, oriundos das desigualdades e da pobreza crescentes. A essa situação, aglutinava-se um ambiente político no qual, fruto da vitória sobre o fascismo, o comunismo gozava de certo reconhecimento legal, atuando na política através de partidos políticos, sindicatos, organizações comunitárias e estudantis. Além disso, recebia forte e crescente apoio de uma geração de jovens intelectuais que se formava.³⁰⁶

O fortalecimento do comunismo na América Latina motivou a mobilização de forças conservadoras capitalistas contra ele. Em sua atuação nos países latino-americanos, os EUA adotaram estratégias, tais como ajuda econômico-militar a países aliados, tutela diplomática e, quando estas não se mostravam eficazes, intervenção militar.

Sob a égide do discurso anticomunista, a *Folha de S. Paulo* condenou os movimentos em prol da igualdade e melhor distribuição de renda e os enquadrrou no mesmo rótulo. Foi em nome da proteção do país e contra os açambarcadores de uma

³⁰⁵ HEICHEL, Heloísa Jochims. O “perigo vermelho” na América Latina e a grande imprensa durante os primeiros anos da Guerra Fria (1947–1955). *Diálogos*, DHI/UEM, v. 8, n. 1, 2004, p. 194.

³⁰⁶ *Idem, ibidem*, p. 198.

suposta ordem que ela apoiou a política de aniquilamento dessas manifestações sociais. Tendo em vista esse cenário político, analiso a versão desse diário para a revolta dos marinheiros, a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” e o comício da Central do Brasil, considerados como primordiais para se compreender o desfecho final: o golpe.

3.1 Comício ou provocação?

João Goulart, um governante na corda bamba, ora à esquerda ora à direita, após o comício da Central do Brasil, revelou ao país que, a partir daquele momento, atuaria mais à esquerda. Através do comício, Jango mostrou que tinha respaldo popular para implementar várias das suas propostas anunciadas no decorrer do seu mandato e nesse dia assinou o decreto que encampava todas as refinarias de petróleo e outro que desapropriava as terras próximas a rodovias e ferrovias federais, pedindo reforma urgente da Constituição. Por outro lado, concedeu às forças contrárias mais um pretexto para a articulação golpista.

O comício do dia 13 de março de 1964, no então Estado da Guanabara, foi mencionado pela *Folha de S. Paulo* já no dia 7 de março, quando o editorial intitulado “Comício” disse que, se o presidente da República tivesse bom senso, contribuiria para esvaziá-lo: “O ideal seria que João Goulart compreendesse todos os inconvenientes da concentração e usasse de sua ascendência sobre os promotores para cancelá-la, pura e simplesmente”.³⁰⁷ Se já fosse tarde para deixar de realizá-lo, então o presidente poderia diligenciar para retirar o tom altamente explosivo de que o acontecimento se revestia. Desde o início da organização do evento, o jornal declarou sua aversão a ele. Primeiramente, disse que o local não era destinado à realização de assembleias políticas pelas leis da Guanabara, cujo governador, Carlos Lacerda, negava a autorização para o comício. Segundo o jornal, ao insistir, o presidente teria colaborado para aprofundar o abismo entre ele e Lacerda, satisfazendo aos partidários do caos. Por isso, a realização do comício não passava de provocação e estupidez de Goulart.

³⁰⁷ Comício. Editorial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 7 mar. 1964, p. 4.

Resultaram vãos todos os apelos dirigidos ao presidente da República para que usasse de sua influência sobre os promotores do comício marcado para esta tarde na Guanabara, no sentido de cancelar a reunião ou pelo menos atenuar-lhe os inquietantes aspectos que a revestiram. Surdo ao bom senso, preferiu o sr. João Goulart prestigiar uma iniciativa vista com justificada apreensão por toda opinião pública nacional que não se deixa embuir pela pregação de uma dúzia de extremistas interessados em subverter o regime.³⁰⁸

Os preparativos para essa reunião estariam reforçando as razões dos que lamentavam o envolvimento do governo em assuntos dessa natureza. Foi com perplexidade que a *Folha de S. Paulo* afirmou observar uma ação conjunta do Partido Comunista, do Exército, de organismos sindicais “comunizados” e das Forças Armadas. Assim, não era temerário prever ataques contra instituições que às Forças Armadas cabia defender. Tal organização lembrava maciças concentrações populares dirigidas para sustentar ditadores ou aspirantes a tal. Essas colocações do diário revelavam o temor de instauração de um governo em que as camadas populares tivessem maior participação.

A organização do comício, feita pela assessoria sindical de Goulart, contou com a colaboração de importantes entidades sindicais, como o Comando Geral dos Trabalhadores, que enviou várias delegações a essa manifestação. Os dizeres das faixas estendidas no dia do comício provocaram grande impacto: "Salve o glorioso CGT", "Reconhecimento da China Popular", "PCB, teus direitos são sagrados", "Viva o PCB", "Encampação de Capuava", "Abaixo com as companhias estrangeiras". Outras diziam: "Jango em 65 - Presidente da República: trabalhadores querem armas para defender o seu governo", "Sexta-feira, 13, mas não é de agosto", "Brizola 65 - solução do povo", "Jango - abaixo com os latifúndios e os trustes", "Jango - defenderemos as reformas a bala"³⁰⁹. Por esses e outros fatores, o encontro na Central do Brasil foi uma das manifestações políticas que mais causou polêmica e repercussão.

Com efeito, ao optar por fazer o comício, Goulart acentuou as críticas de vários grupos a ele, colocando em relevo a opinião de que o presidente aspirava a implantar uma ditadura no país. Essa noção de golpe, então já difundida, exacerbou-se após tal acontecimento, servindo como justificativa à intervenção militar.

³⁰⁸ Comício-provocação. Editorial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 13 mar. 1964, p. 4.

³⁰⁹ **O Globo**, Rio de Janeiro, 14 mar. 1964. Disponível em: <<http://www.uol.com.br/rionosjornais>>. Acesso em: 07 fev. 2007.

No decorrer do evento, vários líderes políticos fizeram pronunciamentos e se assemelhavam pelo tom radical; grande parte deles ressaltou a necessidade de reformas. Miguel Arraes conclamou o povo para se unir a favor da independência econômica do país, enfatizando o seu apoio aos atos do governo federal: “ninguém se iluda: este País jamais será governado sem povo. Devemos unir-nos para conseguir a nossa independência econômica”³¹⁰. Lindolfo Silva, representando o CGT, demonstrou a disponibilidade de se lutar pelas reformas: “Estamos reunidos para reafirmar nossa disposição inabalável de lutarmos pela realização das reformas de base. Sem as reformas de estrutura continuaremos a ser vítimas de forças econômicas do imperialismo”³¹¹.

Entretanto, o discurso mais incendiário foi o do deputado Leonel Brizola em defesa de sua proposta de fechamento do Congresso que, segundo ele, desfrutava de um poder comprometido e por causa disso, não poderia oferecer mais nada ao povo brasileiro. As palavras de Brizola ganharam destaque na imprensa:

A única saída pacífica para esse impasse é fazer com que a decisão venha do povo, com a organização de uma Assembléia Constituinte, para eleger um congresso popular, de onde sejam eliminadas as velhas raposas da política brasileira, e do qual façam parte os analfabetos, os sargentos, as classes trabalhadoras.³¹²

Um pouco mais moderado nas suas colocações, João Goulart não perdeu de vista o objetivo central que era proclamar as reformas e reforçar a necessidade de mudança constitucional:

Brasileiros, a hora é das reformas. Reformas da estrutura, de métodos, de estilo de trabalho e de objetivos. Já sabemos que não é mais possível progredir sem reformar. Que não mais é possível acomodar, que não mais é possível admitir que essa estrutura ultrapassada possa realizar o milagre da salvação nacional para milhões de brasileiros.³¹³

³¹⁰ Presidente prevê a revolução e Brizola novo poder. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, 14-15 mar. 1964, p. 2.

³¹¹ *Idem, ibidem*, p. 2.

³¹² *Idem, ibidem*, p. 2.

³¹³ O discurso de Goulart no comício totalitário. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 14 mar. 1964, p. 5.

Apesar dessas colocações, o que ditou o tom do seu discurso foi a declaração de que acabara de assinar o decreto de encampação de todas as refinarias particulares. A partir daquele instante, refinarias como de Capuava, Ipiranga e Manguinhos passavam a pertencer ao patrimônio nacional. Com essa declaração, Goulart ferira o direito de propriedade, considerado inviolável pelos grandes latifundiários.

No dia seguinte ao comício, a *Folha de S. Paulo* divulgou o que supostamente previra de um evento organizado por “forças comunistas”: Goulart surpreendera o país ao anunciar que havia assinado o decreto de encampação de Capuava e de todas as refinarias particulares de petróleo e o decreto da Superintendência de Política Agrária (SUPRA).³¹⁴ E mais: “o presidente salientou que o decreto da SUPRA representava apenas um passo inicial para a reforma agrária, que somente será possível com a reforma da Constituição, acima da qual está o povo”.³¹⁵ O jornal também criticou o discurso de Leonel Brizola no comício e reproduziu uma das falas mais incitantes do deputado: “temos que nos organizar para enfrentar a violência e nos preparar para responder violência com violência”³¹⁶.

Ao se referir aos decretos assinados durante o encontro na Central do Brasil, a *Folha de S. Paulo* comentou que, mesmo que o tom do comício tivesse sido o esperado, os atos realizados foram maiores do que se poderia imaginar e faziam parte de uma pregação reformista já conhecida.

[...] E nessa pregação, os ataques costumeiros à Constituição que o presidente jurou defender e respeitar e a afirmação, sem dúvida lamentável, de que a multidão vale mais do que a Constituição. Lamentável especialmente quando se pensa em termos daquela multidão, arregimentada, como todos sabem, para bater palmas nas horas certas às palavras do presidente.³¹⁷

As palavras do jornal dão a entender que a multidão que se encontrava no comício não era nada mais que fantoches nas mãos dos agitadores e açambarcadores da ordem. Ora, se as pessoas não tinham consciência do que faziam, como poderiam ser colocadas acima da constituição? Justo elas que eram massa de manobras? Sabe-se que,

³¹⁴ Pelo decreto, a SUPRA ficava autorizada a baixar todos os atos necessários à complementação das disposições neles contidas para realizar as reformas.

³¹⁵ JG surpreende o país: refinarias encampadas. Editorial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 14 mar. 1964, p.1.

³¹⁶ *Idem, ibidem*, p. 1.

³¹⁷ *Idem, ibidem*, p. 1.

no decorrer desse governo, as manifestações populares aumentaram consideravelmente, exigindo mudanças mais profundas na sociedade³¹⁸. Apoiados ou não no Partido Comunista, tais movimentos reuniam pessoas que tinham consciência das dificuldades que enfrentavam e da necessidade de lutarem em prol de melhorias. Nesses termos, seria infundado o argumento de que a população estava ali só como objeto de manipulação.

Na opinião do jornal, por mais transcendentais que a assinatura dos decretos da SUPRA e a desapropriação das refinarias particulares fossem para o governo, elas dispensavam o cenário organizado à custa do dinheiro do povo. “Com mais dignidade far-se-ia a assinatura longe do ambiente de agitação e passionalismo do comício”³¹⁹. Mais que isso, o texto jornalístico trabalhava com a hipótese de o comício ter sido organizado na Guanabara em completa ofensiva a esse Estado, com o presidente pondo de lado a dignidade natural do seu cargo. Segundo a *Folha de S. Paulo*, o tom do discurso foi preocupante porque se assemelhava ao dos movimentos que os candidatos a ditador seguiam para matar a democracia. Para esse diário, dois lados se impunham: o de Goulart, disposto a destruir a Constituição, implantando a baderna e o caos; e o da legalidade, colocando-se ao lado da Constituição, da pátria e das instituições. Aquele momento era, portanto, de decisão: ou as Forças Armadas e os demais setores “legalistas” da sociedade se uniam contra a ofensiva de Goulart, ou ele imporá um golpe.

A tese de que Goulart cogitava dar um golpe de Estado foi difundida por grande parte da imprensa, serviu de justificativa à intervenção militar — esta, na verdade, teria sido um contragolpe³²⁰ —, persistiu na argumentação de analistas do assunto e até hoje gera controvérsia. Nos debates sobre os 40 anos do golpe, o historiador Marco Antonio Villa enfatizou que o movimento de 1964 foi um contragolpe. Na entrevista de 13 de

³¹⁸ Cf. BANDEIRA, M., *op. cit.* e TOLEDO, C. N., *op. cit.*

³¹⁹ Para que? *op. cit.*, p. 4.

³²⁰ No livro “A revolução de 31 de março”, editado pela Biblioteca do Exército para comemorar o 2º aniversário da “Revolução”, estão reunidos, além de relatos de militares discorrendo, logicamente, de maneira positiva a intervenção militar, diversas reportagens de jornais do período, reforçando a suposta atuação dos comunistas no governo Goulart (com intenção de subverterem a ordem) e clamando por uma intervenção militar. Neste livro, o marechal Castello Branco apresenta argumentos para mostrar que a intervenção foi realmente necessária para salvar e redimir a democracia ante a ameaça comunista. BRANCO, Humberto de Alencar Castello et al. **Revolução de 31 de março**. 2º aniversário. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1966.

março de 2004 a esse jornal, ele afirmou que o comício da Central do Brasil foi o instrumento encontrado por Goulart para forçar o Congresso a aprovar suas reformas.³²¹

Mas a tese de Villa mais incendiária é a de que direita e esquerda — os militares, Brizola e até Goulart — queriam chegar ao poder via golpe.³²² Numa análise que converge para o mesmo caminho, Thomas Skidmore considera que o golpe era tramado pelos dois lados³²³ — opinião combatida por Caio Navarro de Toledo, para quem essa argumentação atenua a responsabilidade da direita pelo golpe. Ele afirma que, embora a esquerda tenha feito muitas “bravatas” e “mitologias”, não há evidências de que os setores esquerdistas estavam prestes a tomar o poder mediante um golpe de Estado.³²⁴

Após o comício, o colunista da *Folha de S. Paulo*, D’Alembert Jaccoud, escreveu o texto “Definitiva a polarização: Jango quer governo de Frente Popular”. Para ele, a definição de Goulart iniciada no comício deslocou o eixo político e pôs o país a caminho de alterações rápidas e profundas. Diz Jaccoud: “inicia-se uma fase diferente, em que forças não convencionais influem diretamente nas decisões com enorme peso”³²⁵. Está implícito que essas forças se referem aos supostos comunistas que estariam influenciando o governo de Goulart.

Em outros jornais, a avaliação do comício não diferiu muito da que foi apresentada pela *Folha*. De acordo com o *Jornal do Brasil*, não teria passado de insulto às instituições vigentes e um pretexto dos seus “executores” — João Goulart e Leonel Brizola — para manterem a reeleição através da destruição da Constituição: “A democracia saiu, no mínimo, humilhada ontem na Central. Foi o comício de dois políticos inelegíveis, destinado a atirar o povo contra a Constituição, destinado a compor um movimento de frente única contra a sucessão normal”³²⁶.

Sendo assim, o comício teria sido nada mais que uma cartada fundamental de Goulart para manter-se no governo. O presidente teria mostrado seu posicionamento subversivo por ter proposto a reforma constitucional “radical”. Quanto à atitude de Brizola, foi considerada mais radical ainda, pois propunha o fechamento do Congresso e, segundo o *Jornal do Brasil*, pretendia ainda a instituição de um regime de terror. A

³²¹ Presidente quis forçar reformas, diz historiador. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 13 mar. 2004, p. A9.

³²² *Idem*, *ibidem*, p. A9.

³²³ MACHADO, Cassiano Elek. Skidmore faz balanço das cicatrizes de 64. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 29 mar. 2004, p. E3.

³²⁴ TOLEDO, C. N. 1964, 40 anos. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 16 mar. 2004, p. A2.

³²⁵ Definitiva a polarização: Jango quer governo de Frente Popular. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 17 mar. 1964, p. 3.

³²⁶ Os inelegíveis. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 14 mar. 1964, p. 3.

concentração da Central foi teste para Brizola calcular as reais possibilidades de ascensão à presidência da República, um “jogo de cartas marcadas entre os dois, que estariam apenas empregando táticas diferentes”³²⁷.

O *Tribuna da Imprensa* manteve a essência das críticas ao movimento, mas aumentou a tonalidade dos seus discursos, através de chamadas bem provocantes: “Brizola entra no comício para sair candidato”³²⁸, “Comando dos onze vai lançar líder ao povo na praça”³²⁹, “Concentração servirá de senha para a invasão de terras”³³⁰, “Problemas vão desfilar na praça”³³¹, sempre frisando que João Goulart pretendia romper com a Constituição: “Todo o comício foi um show contra o Congresso Nacional. O sr. Leonel Brizola, com a sem-cerimônia que o caracteriza, afirmou taxativamente que o povo não receberá nada desse Congresso, e que o melhor é substituí-lo por uma Assembléia Constituinte”³³². O jornal associou o comício aos moldes das manifestações fascistas.

O *Estado de S. Paulo* adjetivou o comício de totalitário e contrário à democracia, à liberdade e à Constituição; Goulart estaria simplesmente impondo um terror ideológico. O jornal destacou que só os líderes puderam se manifestar; às massas foi reservado o direito de bater palmas. No encontro, Brizola e Goulart teriam tirado a máscara e provado que queriam jogar o povo contra poderes constituídos, incitando-o à desordem.³³³

No dizer de Saes, o comício governamental de 13 de março de 1964 representou o maior desafio lançado pelo populismo à classe dominante, visto que mostrou claramente a intenção do governo de se afastar da política de ordem e compromisso.

[...] esta violação física e imediata da política de ordem encontra seu complemento necessário na violação do princípio mesmo da propriedade privada; tal é o significado de dois novos decretos anunciados pelo chefe do executivo federal durante o comício: a declaração das terras situadas junto das estradas de rodagem ou das ferrovias como suscetíveis de expropriação, a nacionalização de algumas refinarias privadas de petróleo.³³⁴

³²⁷ Concentração da Central foi teste para calcular as possibilidades de Brizola. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 14 mar. 1964, p. 4.

³²⁸ **Tribuna da Imprensa**. Rio de Janeiro, 12 mar. 1964, p. 7.

³²⁹ *Idem, ibidem*, p. 7.

³³⁰ **Tribuna da Imprensa**. Rio de Janeiro, 13 mar. 1964, p. 3.

³³¹ *Idem, ibidem*, p. 5.

³³² **Tribuna da Imprensa**. Rio de Janeiro, 14–15 mar. 1964, p. 3.

³³³ O discurso de Goulart no comício totalitário. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 14 mar. 1964, p. 5.

³³⁴ SAES, D., *op. cit.*, p. 131.

Desse modo, o comício na Central do Brasil apressou o desfecho do golpe justamente porque o governo anunciou que iria encampar refinarias e desapropriar terras às margens de rodovias e ferrovias federais. Naquele momento, os ares de radicalização política se tornaram mais pesados e a situação de Goulart se tornou mais crítica, conforme descreve Grynszpan: “as pressões sobre o Congresso e a crescente mobilização popular puseram-no em rota de colisão com este, fazendo com que perdesse importantes apoios ao centro, o que deu livre trânsito às articulações golpistas”³³⁵. Até então criticado pela indecisão, Goulart movimentou a gangorra e optou pela esquerda; com isso, fez aumentar o número de opositores a seu governo.

3.2 A Marcha da Família com Deus pela Liberdade

O conflito político que se desencadeava tomou novos rumos: não se tratava mais de saber se as reformas seriam implementadas ou não; as questões eram então a tomada de poder e a imposição de novos projetos. Nesse momento, militares golpistas, empresários, governadores, deputados e outras categorias aliadas já estavam bem articulados para conspirar contra o governo. Logo após a realização do comício, teve início a preparação da “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” que seria realizada em 19 de março. O movimento foi divulgado e defendido pela *Folha de S. Paulo*, que estampou o convite na capa: “Dia 19 a Marcha da Família”.

Com a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, que sairá da praça da República em direção a praça da Sé, às 15 horas do próximo dia 19, as mulheres de São Paulo, representando todas as camadas sociais, darão início a um movimento, que pretende ser de âmbito nacional, em defesa da Constituição e da democracia.³³⁶

A ênfase dada pelo jornal ao objetivo do movimento conotava defesa dos interesses de toda a nação e este propósito garantia a legitimidade da manifestação. No dia 19, o diário deu continuidade à divulgação da marcha:

³³⁵ GRYSZPAN, M., *op. cit.*, p. 74.

³³⁶ Dia 19 a Marcha da Família. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 16 mar. 1964, p. 1.

MULHER PAULISTA

MÃE PAULISTA

ESPOSA PAULISTA

IRMÃ PAULISTA

O nosso direito de amar a Deus, e a liberdade e a dignidade de nossos maridos, filhos e irmãos, estão ameaçados pelos comunistas, primários em seus instintos e brutos em seus sentimentos.

Eles se acham em plena marcha para subverter o Brasil à escravidão da sua ditadura retrógrada, anti-humana, anti-cristã e fracassada na quase faminta Rússia e na faminta China.

Explorando condições difíceis que eles próprios ajudaram artificialmente a criar neste País da Esperança e do Futuro, os comunistas, altamente acumpliciados, preparam-se para o assalto final às Igrejas de todos os credos e todas as liberdades de todos os cidadãos.

Eles já mostraram em Cuba, na Hungria, na Tchecoslováquia e na Romênia como são capazes de transformar templos em centros de heresia e paganismo.

Vamos para as ruas, antes que os inimigos cheguem às igrejas!

Compareça à Grande Marcha da Família com Deus pela Liberdade que será realizada dia 19, partindo às 16 horas da Praça da República para a Praça da Sé.

Venha conosco. Marche conosco ao lado de Deus e do espírito dos nossos heróis da Liberdade.³³⁷

São Paulo, 18 de Março de 1964.³³⁸

O convite propôs claramente às pessoas que participassem para se posicionar contra a subversão e comunização que colocavam em risco o bom andamento do país. Nesse mesmo dia, em editorial, o jornal fez o seguinte comentário:

³³⁷ Ao final, esse convite foi assinado pelas seguintes entidades: União Cívica Feminina, Movimento de Arregimentação Feminina (MAF), Liga das Senhoras Católicas de São Paulo, Associação das Senhoras Evangélicas, Lareira — Instituto a Serviço da Família, Associação das Mães Cristãs, Associação Paulista dos Docentes da Lepra, Assistência Social Leonor Mendes de Barros, Liga Independente pela Liberdade, União Democrática Assistencial Unidas, Movimento Estudantil Democrático, Movimento Presbiteriano Jardim das Oliveiras, Aliança Eleitoral pela Família, O quartirão, Frente Anticomunista, Liga Cristã contra o Comunismo, Campanha da Educação Cívica, Bandeira Paulista contra a Tuberculose, Associação das Mães Cristãs, Legião Brasileira Anticomunista, Frente Estudantil de São Paulo, Frente Estudantil do Estado de São Paulo, Grupo de Ação Patriótica, Centro Democrático dos Engenheiros, Associação dos Advogados Democratas, Associação de Estudantes Democratas, Associação Paulista de Ex-dirigentes Universitários, Liga da Ação Democrática, Centro Democrático das Domésticas do Jardim Paulistano, Oficina de Caridade Santa Rita, União Independente Democrática, Associação das Damas de Caridade de São Vicente e Centro de Defesa Democrática.

³³⁸ **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 19 mar. 1964, p. 3.

Acertaram, sem dúvida, as organizações femininas que prepararam para hoje a chamada Marcha da Família, que deverá significar, não um desafio ou uma provocação ao governo constituído, mas a demonstração de que a grande massa da população brasileira não vê sem protesto as manifestações de desrespeito às instituições nacionais, empreendidas por agentes do próprio governo e até mesmo pelo presidente da República.³³⁹

Como se pode depreender do texto, o movimento teria sido articulado só pelas organizações femininas como resposta à inquietação da sociedade cristã que, profundamente impregnada de espírito religioso e acompanhando, com apreensão, os descaminhos políticos do governo federal, sentia a irreverência com que os responsáveis pelo governo tratam um dos símbolos de sua fé em seus desvairados comícios como afronta aos mais altos valores morais que ela cultiva.

Vista nessa ótica, a marcha teria sido uma resposta da sociedade às atitudes inopinadas do governo federal e da cúpula política que o rodeava, proporcionando a ele uma visão do que o povo pensava sobre suas atitudes. Afinal, “o povo não é apenas aquela multidão que os pelegos comandam”³⁴⁰, alvos de manipulação dos subversivos; o povo era quem foi contra as ofensivas de Goulart.

O *Tribuna da Imprensa*, difundindo posicionamentos semelhantes ao da *Folha*, confirmou que a concentração fora promovida apenas por entidades femininas e ressaltou a participação das esposas dos governadores Ademar de Barros (do estado de S. Paulo), Carlos Lacerda (do estado da Guanabara), Ildo Menegheti (do estado do Rio Grande do Sul).³⁴¹

No dia seguinte, a *Folha de S. Paulo* estampou na capa fotos da marcha, acompanhadas do seguinte título: “São Paulo parou ontem para defender o regime”. O movimento era visto, então, como o momento em que os brasileiros defenderam a Constituição e os princípios democráticos. O jornal chegou a atribuir à marcha o mesmo espírito que ditou a revolução de 32,³⁴² fazendo comentários sensíveis à sociedade que se manifestava a favor da ordem e da legalidade — nada diferente das justificativas dos militares.

³³⁹ Marcha da Família. Editorial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 19 mar. 1964, p. 4.

³⁴⁰ *Idem*, *ibidem*, p. 4.

³⁴¹ Defesa do regime une em S. Paulo cem mil mulheres. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, 18 mar. 1964.

³⁴² Movimento armado para derrubar o governo provisório de Getúlio Vargas e restituir o regime constitucional após sua supressão, em 1930.

Com bandas de música, bandeiras de todos os Estados, centenas de faixas e cartazes, numa cidade com ar festivo de feriado, a “Marcha” começou na praça da República e terminou na praça da Sé, que viveu um dos seus maiores dias.

Meio milhão de homens, mulheres e jovens — sem preconceitos de cor, credo religioso ou posição social — foram mobilizados pelo acontecimento. Com “vivas” à democracia e à Constituição, mas vaiando os que consideram “traidores da pátria”, concentraram-se defronte da catedral e nas ruas próximas.

Ali, oraram pelos destinos do país. E, através de diversas mensagens, dirigiram palavras de fé no Deus de todas religiões e de confiança nos homens de boa vontade. Mas, também de disposição para lutar, em todas as frentes, pelos princípios que já exigiram o sangue dos paulistas para se firmarem.³⁴³

Com esse discurso, o diário mostrou de que lado atuava num momento de forte radicalização política. Organizada por membros da direita, a marcha foi um instrumento político importante para o golpe, e de certa forma o jornal colaborou para sua eficácia ao exaltá-la.

Foi a maior manifestação popular já vista em nosso Estado. O repúdio a qualquer tentativa de ultraje à Constituição Brasileira e a defesa dos princípios, garantias e prerrogativas democráticas constituíram a tônica de todos os discursos e mensagens dirigidos das escadarias da catedral aos brasileiros, no final da passeata.³⁴⁴

Apresentada aos leitores da *Folha de S. Paulo* com essa perspectiva, a marcha teria levado às ruas apenas pessoas comprometidas com a defesa da Constituição e das instituições democráticas. O jornal fez questão de frisar que teria participado da marcha apenas o povo.

Ali estava o povo mesmo, o povo povo, constituído pela reunião de todos os grupos que trabalham pela grandeza da pátria, cioso de suas tradições e de suas crenças e consciente de seus destinos democráticos. Ali não estava nenhum ajuntamento suspeito, recrutado por órgãos especializados na manipulação das massas humanas para o aplauso ruidoso, porém despido de significação, aos líderes que detêm o poder, ou a ele aspiram, ou nele desejam de alguma forma continuar.³⁴⁵

³⁴³ São Paulo parou ontem para defender o regime. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 20 mar. 1964, p. 1.

³⁴⁴ *Idem, ibidem*, p. 1.

³⁴⁵ Povo, apenas povo. Editorial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 20 mar. 1964, p. 4.

A “Marcha da Família” — mar humano — teria se formado espontaneamente³⁴⁶, pelo natural desembocar de afluentes vários surgidos dos bairros, do interior e nascidos nas mais diversas fontes. “E formou-se de súbito, quase por milagre, ao simples apelo de um grupo de mulheres e organizações femininas”³⁴⁷ que perceberam com argúcia o sentimento íntimo do povo. Não precisou de doutrinação conduzida por especialistas na arte de convencer; fora espontânea. E mais, o povo não estava na rua para tripudiar, forçar, ameaçar. Estava pura e simplesmente para afirmar sua crença e mostrar que o sentido do vocábulo povo não poderia mais ser desvirtuado: deixar de significar toda a população — unida pelos mesmos sentimentos de nacionalismo, pela mesma fé no trabalho, pela mesma capacidade de sofrer pela pátria — para definir só as suspeitas multidões arregimentadas para as greves políticas e os comícios subversivos.

Para a *Folha de S. Paulo*, os participantes do comício da Central do Brasil não expressavam seus próprios interesses, e sim os de políticos subversivos que declaravam o povo acima da Constituição, mas só pensavam em acabar com as instituições democráticas; em contrapartida, os participantes da marcha teriam representado a verdadeira definição de povo e os verdadeiros interesses dos brasileiros. Essa afirmação é bastante questionável: se os primeiros não representavam o interesse da nação, os segundos também não, já que ambos tinham interesses próprios. Essas defesas do jornal vão delimitando com mais clareza o lado em que ele estava no conflito político que se instaurava.

Retomando a argumentação de que a marcha teria sido uma iniciativa da própria população, insatisfeita com os rumos da política de Goulart, a *Folha de S. Paulo* declarou que “os políticos ficaram marginalizados. Muitos se incorporaram, mas todos acabaram desaparecendo, engolidos pela multidão em movimento, que tolheu qualquer pretensão de liderança”³⁴⁸. Assim, teria sido uma composição mais visivelmente caracterizada pelo povo.

Contudo, deve-se considerar que o fato de os políticos não terem se destacado no meio da multidão e o fato de não terem ajudado a organizar o evento são bem diferentes. O diário defendeu os dois. Para reforçar essa diferenciação, sobretudo quanto

³⁴⁶ Sabe-se que essa organização nada teve de espontânea. Realizado o comício da Central do Brasil, iniciaram-se os preparativos para a organização da marcha. Hélio Silva descreve detalhadamente em seu livro as sucessivas reuniões que se seguiram para a realização deste evento, reunindo diversas entidades e grupos políticos. SILVA, H., *op. cit.*, p. 336-340.

³⁴⁷ Povo, apenas povo, *op. cit.*, p. 4.

³⁴⁸ *Idem, ibidem*, p. 4.

à participação política, o editorial de 25 de março de 1964 — “Dor de cotovelo”³⁴⁹ — referiu-se comparativamente às duas grandes manifestações: o comício do dia 13, na Guanabara, e a marcha do dia 19, em São Paulo. Aquele é apresentado como espaço público escolhido pelo governo para proclamar a falência das instituições e pregar, pela boca de alguns de seus líderes, soluções subversivas como o fechamento do Congresso; esta não teve vinculação alguma com organizações político-partidárias nem respaldo oficial: foi desenvolvida por pessoas que pregavam o respeito à lei e à ordem.

Convém dizer que a composição política da marcha foi, de fato, heterogênea, diferentemente do que afirmou a *Folha de S. Paulo* — que só participou dela o povo — porque teve apoio de várias entidades, de políticos e de órgãos como o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) — categorias políticas importantes não citadas pelo diário. Os que ficaram do outro lado, apontados como comunistas, foram taxados de corruptos, subversivos e não defensores da Constituição e dos direitos do povo.

Sobre a atuação política do IPES e IBAD na política brasileira, René Armand Dreifuss aponta que esse complexo formado por intelectuais orgânicos, cujo objetivo era agir contra o governo nacional-reformista, tem uma história que “relata o modo pelo qual a elite orgânica da burguesia multinacional e associada evoluiu de um limitado grupo de pressão para uma organização de classe capaz de uma ação política sofisticada”.³⁵⁰ Fundado em 29 de novembro de 1961, segundo este autor, o IPES foi recebido favoravelmente por vários órgãos da imprensa, nesse caso, cito o exemplo da *Folha de S. Paulo*, que associava a ele uma finalidade democrática.

O IPES, que em boa hora surge no cenário da vida política brasileira, apoiado pelas mais expressivas figuras do mundo empresarial, cultural e social do país, traz em verdade, como assinalou seu presidente, uma mensagem nova e um novo sentido de colaboração para a solução dos nossos problemas. Mas a principal significação sua é por em foco a necessidade que se amplie e se fortaleça na consciência nacional, a certeza de que o regime democrático, quando bem compreendido e praticado, é o melhor instrumento de progresso e de paz social.³⁵¹

³⁴⁹ Dor de cotovelo. Editorial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 25 mar. 1964, p. 4.

³⁵⁰ DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do estado** (ação política, poder e golpe de classe). 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1981, p. 161.

³⁵¹ O necessário diálogo democrático. Editorial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 4 mar 1962, p. 4.

Com esses atributos e a par da pregação extremista ostensiva ou camuflada, o IPES teria surgido em bom momento: quando discursos demagógicos procuravam confundir o povo brasileiro. Mas se de um lado era visto como patriota, e não como representante de uma classe ou de interesses privados, “o lado encoberto coordenava uma sofisticada e multifacetada campanha política, ideológica e militar”³⁵². Enquanto o IBAD e organizações paralelas agiam como unidade tática, tomando a maior parte dos insucessos por atividades secretas, o IPES operava como centro estratégico: posicionava-se contra as estruturas populistas, o Executivo nacional-reformista e as forças sociais populares. Nessa política, tornava-se, como observa Dreifuss, “o verdadeiro partido da burguesia e seu estado-maior para a ação ideológica, política e militar”.³⁵³ Foi com o objetivo de acabar com o governo populista de Goulart que o complexo IPES/IBAD despendeu esforços para executar a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”.

Seria ingenuidade crer que repórteres, editorialistas, colunistas e dirigentes da *Folha de S. Paulo* não sabiam do envolvimento de grupos de direita e do apoio dado à marcha por esses dois institutos, organismos que, segundo Caio Navarro de Toledo, financiavam grupos anticomunistas, revistas, jornais e livros importantes que desqualificassem movimentos orientados pelo comunismo.³⁵⁴ Ao omitir, a *Folha de S. Paulo* mentiu. Seu editorial de 25 de março diz que, ao contrário do comício — organizado por entidades acostumadas ao “manejo da massa” mas que precisou de dispositivo militar —, a manifestação do dia 19 foi feita “por espontânea adesão” de organizações femininas e não precisou de policiamento.

Essa marcha divulgada na tevê, em rádios e em jornais pode ser caracterizada como um apelo aos militares em favor do golpe, legitimando essa conduta através da exacerbação da atuação e do suposto perigo que o comunismo representava. Ela significou, acima de tudo, uma campanha de desestabilização do governo Goulart que, por sinal, nada teve de improvisada. Com importante base de sustentação, as marchas conseguiram acentuar as insatisfações de grupos, principalmente a classe média, contra o presidente. Conforme descreve Bandeira, a marcha “se constituiu a primeira das grandes manifestações de massas com que se procurou criar o clima político para o

³⁵² DREIFUSS, R. A., *op. cit.*, p. 164.

³⁵³ *Idem, ibidem*, p. 164.

³⁵⁴ Cf. TOLEDO, Caio Navarro de. **O governo Goulart e o golpe de 64**. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 85 e 86.

golpe de Estado contra Goulart, justificá-lo, como se a população nas ruas o estivesse a reclamar.”³⁵⁵

A *Folha de S. Paulo* defendeu habilmente a manifestação e afirmava que setores ligados ao governo, ou que refletiam seu pensamento, tentavam depreciá-la e reduzi-la ao ridículo por meio de críticas de que a marcha se caracterizou como grã-fina.

Incomodados talvez pela autenticidade desta, falam na predominância de “senhoras da sociedade”, representantes da classe A, como se quem quis ver não tivesse visto que o povo, em todos os seus escalões, esteve presente à manifestação. Senhoras, sim, mas também mocinhas, estudantes, operários e operárias, foram à rua para reafirmar sua confiança nas instituições.³⁵⁶

Como causa desses ataques, citou a “dor de cotovelo”, por ter tido menor número de participantes o comício da Central do Brasil, mesmo com a facilidade de transporte. O termo pejorativo usado pelo diário para caracterizar a posição de quem criticava a marcha mostra o quanto a *Folha* banalizava atitudes discordantes de seus preceitos. Eis a imagem que divulgou dos participantes do comício: arruaceiros, baderneiros que só pensavam em acabar com as instituições democráticas.

Cabe ressaltar que houve um empenho de grande parte da imprensa brasileira em construir uma imagem positiva da marcha. Em várias páginas do *Jornal do Brasil*, da *Tribuna da Imprensa* e de *O Estado de S. Paulo*, essa manifestação apareceu como um movimento de fidelidade ao regime democrático no Brasil e como protesto contra a infiltração comunista e a pregação subversiva no governo de Goulart³⁵⁷.

Algumas reportagens reforçaram o sentido de luta contra o inimigo mais temido – “a marcha mobilizou milhares de pessoas manifestando vigorosas demonstrações de repulsa ao comunismo e fidelidade ao regime democrático no Brasil”³⁵⁸ – e deram à

³⁵⁵ BANDEIRA, 2001, p. 166.

³⁵⁶ Dor de cotovelo. Editorial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 25 mar. 1964, p. 4.

³⁵⁷ Não se pode negar que havia um medo efetivo dos comunistas e também receio de implementação das políticas mais abrangentes defendidas por Goulart, principalmente nos últimos meses do seu governo, mas, como pondera Patto Sá Motta, tal observação não permite desconsiderar a existência de manipulações nas discussões sobre os comunistas: “As representações anticomunistas mantiveram a tradição de divulgar uma imagem deformada dos revolucionários, apresentados como seres violentos e imorais, em uma palavra, malignos”. Atitudes bem estratégicas, pois tinham o objetivo de levantar a sociedade contra os comunistas. Assim, as posições anticomunistas se tornaram mais fortes que as legalistas. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. João Goulart e a mobilização anticomunista de 1961-1964. In: FERREIRA, M., *op. cit.*, p. 146.

³⁵⁸ 500 mil em SP repelem Jango. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, 20 mar. 1964, p. 1.

marcha o sinônimo de luta democrática – “às ruas centrais da capital paulista serão palco, hoje, da grande manifestação cívica em que se reafirmará mais uma vez, a vocação democrática do povo de São Paulo”³⁵⁹. Outras, no mesmo tom, destacaram o grande número de pessoas que se integraram à passeata: “Uma multidão calculada em 500 mil pessoas participou ontem, em São Paulo, da Marcha da Família com Deus pela Liberdade em defesa da Constituição e das Instituições democráticas brasileiras e de repúdio ao comunismo”³⁶⁰.

No decorrer dessas discussões, um editorial publicado na *Folha de S. Paulo* pôs em debate o papel da imprensa, rebatendo acusações feitas por Miguel Arraes, Leonel Brizola e Darci Ribeiro de que o jornal estava a serviço da classe dominante, por isso estava contra o povo. O texto afirmou que se posicionar contra o governo federal não significava que o diário fosse contra as reformas e defensor de privilégios e privilegiados.

Não é verdade. Espelhos da sociedade em que circulam, os jornais, a refletem, com suas virtudes e erros. As empresas jornalísticas que conseguem superar as enormes vicissitudes que se lhes antepõem, representam correntes de opinião, e dessas correntes recebem apoio de que necessitam para sobreviver. Merecem, quando nada, respeito, exatamente por essas circunstâncias: a de representarem, como ficou assinalado, parcelas ponderáveis da opinião pública nacional, prova é que, quando não as representa, jornal algum consegue sobreviver. Quantos exemplos, e bem recentes, podem ser apontados, de organizações jornalísticas fundadas em sólido poderio financeiro que, no entanto não foram adiante, por lhes faltar a característica apontada?³⁶¹

O editorial ponderou ainda não ser verdade que os jornais brasileiros refletissem só os interesses de certa classe ou de uma facção resultante da divisão de campos promovida pelo radicalismo político no país. “Os jornais responsáveis procuram, exatamente ao contrário, combater essa radicalização.”³⁶² As restrições a Goulart feitas naqueles dias se justificavam por causa de seu apoio a entidades sindicais que o jornal considerava como espúrias com o tom da pregação reformista. Tanto era verdade que

³⁵⁹ Povo paulista reafirmará hoje sua fé na democracia. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 19 mar. 1964, p.1.

³⁶⁰ Passeata de 500 mil em São Paulo defende o regime. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 20 mar. 1964, p. 1.

³⁶¹ Imprensa. Editorial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 26 mar. 1964, p. 4.

³⁶² *Idem, ibidem*, p. 4.

não deixou de publicar, em páginas nobres, colunas com opiniões diametralmente opostas. Desse modo, conforme o editorial, a versão governista dos problemas nacionais e a defesa do governo eram levadas ao leitor sem subterfúgios.

Essa retórica da *Folha de S. Paulo* deixa entrever a intenção de mostrar pluralidade em suas reportagens e seus textos opinativos. De fato, ela publicou discursos do governo e de políticos ligados a ele sobre a situação nacional, mas essas publicações vieram acompanhadas de sua avaliação, que logicamente, não eram neutras. Naquele momento, os radicalismos políticos se acentuavam, e o jornal demonstrou claramente, nas suas constantes avaliações dos acontecimentos, que estava do lado das classes conservadoras.

No momento em que a imprensa debatia arduamente a situação nacional, a *Folha de S. Paulo* afirmou que não concordava com a hipótese de o país ter de resolver os problemas em clima de agitação e intranquilidade.

[...] grande parcela da população brasileira não está satisfeita com sua situação nacional. Quem pode estar, com a inflação avassaladora que devora salários e transtorna quaisquer orçamentos? Ou com os apelos à violência, à subversão, à intolerância, que desabam de muitas direções?

O povo não quer golpes, não quer revoluções, não quer soluções que impliquem em restrições às liberdades individuais, não quer o paroxismo que colocam em risco a integridade nacional.³⁶³

Havia uma preparação clara para a intervenção militar que se imporia para acabar com o clima de agitação e desordem então predominante no país e estaria, portanto, atuando em prol do bem comum. Desse modo, a intervenção tinha respaldo porque estaria lutando pela legalidade, em favor das instituições democráticas. E, foi em nome da defesa da democracia e da manutenção da ordem no país, que a *Folha* se empenhou até o último instante em tecer críticas ao presidente, em enfatizar os supostos perigos que os grupos comunistas representavam.

³⁶³ O caminho da concórdia. Editorial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 27 mar. 1964, p. 4.

3.3 – A revolta dos marinheiros

No ambiente de tensão em que se encontrava o país, outro movimento mereceu atenção da *Folha de S. Paulo* para reforçar seu discurso de que tudo caminhava para a desordem sob a liderança de Goulart e para uma possível intervenção a fim de “solucionar” essas questões: a “Revolta dos marinheiros”, como ficou conhecido o episódio originado pela resistência dos marinheiros, reunidos na sede do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro em 25 de março de 1964, à ordem de prisão emitida pelo ministro da Marinha, Sílvio Mota.

Os marinheiros comemoravam os dois anos de fundação da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais, entidade considerada ilegal. Como resposta a essa reunião, Sílvio Mota enviou uma tropa de fuzileiros navais para invadir o prédio do sindicato, ordenando que retirassem de lá os marinheiros. No entanto, a tropa de choque não cumpriu a ordem e aderiu à revolta: “jogando os capacetes, cinturões e armas no chão, cerca de 30 fuzileiros entraram no prédio sob os aplausos e gritos dos marinheiros entrincheirados no Palácio do Aço”³⁶⁴. Grupos como a UNE, o CGT e o PCB³⁶⁵ apoiaram e defenderam o direito de organização daquele grupo. Esse movimento teria sido o ingrediente que faltava para a ação golpista: “no clima de tensão reinante, a rebelião dos marinheiros foi interpretada como prenúncio da revolução bolchevique”.³⁶⁶ Deveria, portanto, ser combatido antes que se alastrasse pelo país, destruindo os princípios de disciplina nas Forças Armadas e disseminando idéias comunistas.

Sobre esses problemas vivenciados na Marinha, as chamadas das reportagens evidenciavam que a crise se expandia, sobretudo após o pedido de demissão de Sílvio Mota e a determinação de Goulart para que se retirasse das imediações do sindicato a tropa do Corpo de Fuzileiros encarregada de prender os resistentes.

Para a *Folha de S. Paulo*, essa crise revelava que a debilitação conseqüente do princípio da autoridade expunha o país a terríveis perigos.

³⁶⁴ FERREIRA, J., *op. cit.*, p. 387.

³⁶⁵ O Partido Comunista Brasileiro (PCB) manteve, nesse período, vários informativos, tanto de âmbito estadual quanto regional (*Hoje, Notícias de Hoje, Imprensa Popular*), e um jornal de âmbito nacional – *Novos Rumos* – através dos quais divulgava questões políticas nacionais, apoiava e defendia determinados projetos. Cf. MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Os trabalhadores rurais na política: o papel da imprensa partidária na constituição de uma linguagem de classe. **Estudos, Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro: UFRJ, n. 4, jul. 1995, p. 51.

³⁶⁶ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. João Goulart e a mobilização anticomunista de 1961-1964. In: FERREIRA, M., *op. cit.*, p. 141.

Estamos em face, antes de tudo, de um problema disciplinar. Marinheiros e fuzileiros navais rebelaram-se contra determinações de seus superiores — a que proibia, por exemplo, comemorações do aniversário de sua entidade de classe — e praticaram atos passíveis de punição disciplinar. O ministro da marinha, almirante Silvio Mota, depois de tentar restabelecer o princípio da autoridade e não encontrando necessário apoio para isso, demitiu-se.³⁶⁷

A opinião do diário era de que essas manifestações deveriam ser reprimidas com aplicação dos regulamentos militares cabíveis. De todo modo, quaisquer que fossem as reivindicações dos marinheiros e fuzileiros rebeldes, não se discutia que eles tinham se envolvido em “passionalismos de natureza política”.³⁶⁸ O apoio da Frente de Mobilização Popular revelava a presença de pessoas cujo objetivo — por causa do incentivo à rebeldia — era “implantar cisões profundas nas Forças Armadas”.³⁶⁹ A solução honrosa para esse caso seria recuperar o senso de patriotismo nas Forças Armadas; deveria falar mais alto o restabelecimento do princípio de autoridade para resguardar de explorações políticas a disciplina na Marinha e os expurgos dos incidentes.

Os fatos não se desenrolaram como sugeriu a *Folha de S. Paulo*, visto que os participantes do evento foram anistiados; e a anistia — para esse diário — revelava a vitória da indisciplina: só faltava dar aos indisciplinados “a medalha de honra ao mérito”.³⁷⁰

Nessas discussões, a crítica mais contundente teve João Goulart como alvo e motivo, por ter anistiado os revoltosos. Essa atitude do presidente só podia ter alguma jogada política; nada mais a justificava.

O fim aparente da crise está sendo apresentado, por fontes palacianas, como vitória pessoal do sr. João Goulart. Oferecendo ao CGT [Comando Geral dos Trabalhadores] e anexos a cabeça de um ministro da Marinha que se empenhava em preservar as tradições disciplinares dessa arma, e reconduzindo ao comando dos Fuzileiros Navais o conhecido alm. Aragão, “enfant gâté” das esquerdas, o presidente teria atalhado o desdobramento da crise. Uma vitória sim, mas conseguida ao preço de compactuar com a insubordinação e de

³⁶⁷ Marinha. Editorial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 28 mar. 1964, p. 4.

³⁶⁸ *Idem, ibidem*, p. 4.

³⁶⁹ *Idem, ibidem*, p. 4.

³⁷⁰ Indisciplina vitoriosa. Editorial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 29 mar. 1964, p. 4.

promover rebeldes à condição de quase heróis. Uma vitória que deixa abertas as portas para que rebeldias semelhantes se repitam.³⁷¹

Na menção ao CGT, o jornal frisou uma forte ligação entre a confederação e o presidente Goulart: “é difícil entender o que tem essa entidade sindical espúria com problemas militares”³⁷². Tido como sem escrúpulos e dominado por esquerdistas, o CGT não deveria participar das decisões políticas do país; a interferência da entidade revelava falta de competência de Goulart para governar. “A nação não tem o direito de iludir-se mais.”³⁷³

Ademais, de acordo com a *Folha*, a quebra da ordem nas Forças Armadas levaria o país ao caos se não fossem reprimidos os responsáveis pelas indisciplinas. Os princípios da autoridade estariam se deteriorando de cima para baixo, “dando os maiores responsáveis pelos destinos nacionais reiterados exemplos de menosprezo a ele”.³⁷⁴ E essa situação só piorava ante as atitudes de Goulart que, em vez de reprimir, apoiava tais badernas, abrindo brechas para novos movimentos.

A falta de pulso na repressão a esses movimentos conduz à sua repetição, a indisfarçável simpatia do governo federal pelos rebeldes significa-lhes precioso estímulo. Em relação à área militar, a ação das autoridades da República tem contribuído poderosamente para jogar subalternos contra oficiais, comandados contra comandantes. Só faltava, talvez, erigir o CGT em árbitro de problemas estritamente afetos às Forças Armadas.

Nem isso, infelizmente, falta mais.³⁷⁵

Segundo a *Folha de S. Paulo*, não punir os manifestantes era um erro, porque acabaria com a autoridade — essencial à manutenção da ordem. Eis, então, um argumento-chave na articulação do golpe: a necessidade de impor autoridade para salvar o país da subversão e acabar com a “bagunça” dos “arruaceiros”. As Forças Armadas eram elogiadas e consideradas como instituição ofendida e atacada pelo pessoal de esquerda. Nesses termos, o discurso do diário apresentava, como subversivos, pessoas de orientação esquerdista que, supostamente, teriam ajudado nesse “terrível” episódio.

³⁷¹ Indisciplina vitoriosa, *op. cit.*, p. 4.

³⁷² *Idem, ibidem*, p. 4.

³⁷³ *Idem, ibidem*, p. 4.

³⁷⁴ *Idem, ibidem*, p. 4.

³⁷⁵ *Idem, ibidem*, p. 4.

A *Tribuna da Imprensa* também considerou que a sublevação nas Forças Armadas nada mais era do que a vitória de João Goulart, implantando no seio da Marinha o caos e a desordem. A manifestação nada mais era que “uma demonstração de falta de autoridade. Foi mais uma agressão ao princípio da hierarquia. Foi mais uma tentativa de subversão, neste governo subversivo que quer fechar o Congresso”.³⁷⁶

Corroborando essa afirmação, O *Estado de S. Paulo* declarou que este era um trabalho realizado de tempos antes com o objetivo de minar a unidade nas Forças Armadas, “através da instigação dos subalternos contra os superiores, destruindo o princípio da autoridade”.³⁷⁷ E esta seria uma das manobras de João Goulart para fomentar a desordem em todo país.

Ainda em seus comentários sobre o caso na Marinha, a *Folha* apontou que a crise recrudesceu após ser divulgado um manifesto feito por almirantes e oficiais da Armada, anunciando que ninguém voltaria a seus postos enquanto os marinheiros e fuzileiros navais não fossem punidos.³⁷⁸ Essa segunda fase da crise não era menos grave que a primeira, mas era vista de forma menos pejorativa, porque desencadeada como reivindicação da autoridade perdida. Como causa da crise, a *Folha de S. Paulo* indicou a reunião para comemorar o aniversário de fundação da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil, mas omitiu a importância nesse contexto do não-atendimento a outras reivindicações feitas por aqueles grupos.

A todo o momento, o diário demonstrou uma atitude complacente com a dos militares que reivindicavam punição aos revoltosos, enquanto se colocou contra Goulart por ter anistiado os rebeldes insubordinados. O uso do termo crise na Marinha não é aleatório nem neutro, assim como não é imparcial a notícia do pedido de exoneração de Silvio Mota, motivada pelos conflitos internos na corporação.

[...] o ministro Silvio Mota, no dia seguinte, dirigiu a toda a Armada uma proclamação, na qual advertia que não seria tolerada a ingerência de militares na esfera política e muito menos a indisciplina. Mais tarde impotente para impedir os atos de rebeldia dos marinheiros e fuzileiros, solicitou sua exoneração.³⁷⁹

³⁷⁶ Jango explora a crise. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, 28-29 mar. 1964, p. 1.

³⁷⁷ A grave crise da Marinha. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 27 mar. 1964, p. 3.

³⁷⁸ Ultimato do clube naval ao ministro da Marinha. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 30 mar. 1964, p. 1.

³⁷⁹ A semana política. Editorial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 30 mar. 1964, p. 4.

Atitudes como a do ministro Mota foram bem-vistas pelo jornal porque, ao contrário de Goulart, ele teria se preocupado com a manutenção da ordem, a ponto de abrir mão do cargo por não conseguir controlar a indisciplina.

Pondo de lado as motivações e inquietações que ocasionaram esse conflito, os textos passam a reproduzir falas do Alto Comando da Marinha que reforçam o clima de tensão social e, assim, massificam a idéia de que o país poderia entrar em colapso pela ação dos comunistas.

Entretanto, na tarde de anteontem, almirantes e oficiais da Marinha reuniram-se e divulgaram o manifesto em que advertem a nação sobre os perigos da comunização do país [...] esses oficiais exigiam a punição dos rebeldes e se declaravam dispostos a não voltar a seus postos enquanto essas medidas disciplinares, baseadas no Regulamento Disciplinar da Armada, não fossem adotadas. A crise continua.³⁸⁰

Outro editorial expôs os resultados do “Manifesto do Clube Naval”, documento que, na opinião do jornal, teve impacto relevante porque “obrigou o ministro da Marinha, de comum acordo com o presidente da República, a proceder a um total reexame de todos os acontecimentos relacionados com a crise naquela arma”.³⁸¹ Assim, ainda que tardiamente, o país começava a trilhar o caminho para não se perder o princípio da autoridade das Forças Armadas. Nessas considerações, a *Folha de S. Paulo* demonstrou de novo sua indignação com o presidente da República por ter anistiado os revoltosos: o agravamento da crise seria resultado de um “erro inicial” de Goulart, que tutelou os manifestantes no lugar de tomar medidas mais eficazes contra eles.

Está agora toda nação aturdida ante notas, manifestos, declarações das entidades militares, almirantes, generais, etc. A disciplina nas Forças Armadas em muito pouco se beneficia com isso, pelo contrário, mais e mais se desgasta. A culpa maior, porém, está perfeitamente caracterizada: é a dos altos escalões da República que deram mais ouvidos ao CGT e à Frente de Mobilização Popular (e voltamos a indagar: que é que tinha essa gente com um problema eminentemente militar?) do que às ponderadas vozes que exigiam um procedimento capaz de restabelecer a hierarquia e a disciplina na Marinha de Guerra.³⁸²

³⁸⁰ A semana política, *op. cit.*, p. 4.

³⁸¹ Marinha, o bom caminho. Editorial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 31 mar. 1964, p. 4.

³⁸² *Idem, ibidem*, p. 4.

A crise na Marinha foi assunto na maioria dos jornais da época, e muitos foram favoráveis ao discurso dos sujeitos das altas patentes das Forças Armadas. Nessas discussões, até os ditos comunistas foram considerados como culpados da desordem e associados ao Comando Geral dos Trabalhadores e à Frente de Mobilização Popular. Entrava em cena o famoso discurso de que os comunistas estavam tentando implantar a baderna no país, portanto deviam estar por trás desses acontecimentos. Desse modo, a sublevação na Marinha foi vista como vitória de Goulart sobre um dos últimos setores contrários às tentativas golpistas; teria sido mais uma etapa de subversão comandada de cima — pelos aliados golpistas e comunistas — para solapar as instituições e quebrar o princípio da autoridade, do respeito e da hierarquia nas Forças Armadas. Essa verdade estava manifestada na forma como Goulart tratou os revoltos — anistiando-os —, pois ajudava a desenvolver e encorajar a subversão, marcando a falta de autoridade desse governo, que não se esforçou para poupar a ordem.³⁸³

Essa mesma visão do jornal é defendida pelo jornalista Elio Gaspari que, ao fazer uma releitura do golpe militar em seu livro “A ditadura envergonhada”, afirma que o discurso de Jango no Automóvel Clube e a revolta dos marinheiros desestabilizaram as Forças Armadas. Gaspari acredita que já existia crise militar e considera que, com esses acontecimentos, ela se agravou.³⁸⁴

Discorrendo sobre a Revolta dos Marinheiros, Moniz Bandeira aponta a possibilidade de ela ter sido inflada por agentes de direita, na figura de José Anselmo dos Santos, uma vez que este seria marinheiro de primeira classe e não um cabo como havia se apresentado, e estaria a serviço da CIA, a fim de tumultuar o governo de Jango.³⁸⁵

Uma tese quase unânime era de que Goulart acentuou sua queda após discursar, em meio à crise militar, no Automóvel Clube no dia 30 de março. Após esse evento, não restava dúvida para grupos de direita que o presidente estaria compactuando com o aumento da indisciplina nas Forças Armadas.

³⁸³ Cf. Revolta da Armada: Jango explora a crise. **Tribuna da imprensa**, Rio de Janeiro, 28–29 mar. 1964; A grave crise na marinha. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 27 mar. 1964; A semente da discórdia. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 27 mar. 1964; Na ilegalidade. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 29–30 mar. 1964.

³⁸⁴ GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 46.

³⁸⁵ Cf. BANDEIRA, 2001, p. 168.

3.4 O desfecho golpista

A repercussão na *Folha de S. Paulo* dos últimos acontecimentos que culminaram no golpe de 1964 foi encaminhada de forma a justificar a intervenção militar no governo Goulart. A imagem do presidente foi desgastada várias vezes: ele foi rotulado de compactuante com comunistas, incapaz de governar o país e acusado de abalar a disciplina nas Forças Armadas. Sua participação em cerimônia no Automóvel Clube, no Rio de Janeiro, onde se comemorava o aniversário de criação da Associação de Subtenentes e Sargentos da Polícia – Goulart foi convidado para presidir a solenidade – foi vista como outro fator de desestabilização do governo.

De início, cabe ponderar a inoportunidade da cerimônia do Automóvel Clube. No momento em que o país atravessa uma das mais sérias crises de sua história, decorrente da quebra de disciplina na Armada; no momento em que se tornou patente a interferência das mais espúrias forças de pressão até mesmo na escolha dos mais altos chefes militares, no momento em que se acham acirrados ao máximo os ânimos dos integrantes dos escalões menos graduados das Forças Armadas em consequência de manobras cuja intenção é fácil perceber, qualquer governante ponderado trataria de transferir ou adiar manifestações que pudessem reacender ou entreter a chama da indisciplina, ou ainda atribuir, pelo menos aparentemente, a um determinado escalão das Forças Armadas mais valor e mais foro de confiança do que aos escalões superiores.³⁸⁶

Segundo a *Folha de S. Paulo*, em vez de ter mostrado espírito conciliatório e procurado apaziguar as divergências, Goulart inflamou sargentos e oficiais a cindir de maneira irreparável as Forças Armadas. Na opinião do diário, o presidente deveria ter menos discurso e agitação, e mais trabalho; os homens do governo deveriam empregar em outros projetos todo o discurso e toda técnica posta a serviço da destruição.

No dia 1º de abril, o jornal veio recheado de reportagens sobre a intervenção no governo sob o *slogan* da legalidade; grande parte delas priorizava entrevistas e posicionamentos de grupos conservadores, a exemplo do discurso de Ademar Barros, no qual ele afirmou que o Exército caminhava para o restabelecimento da ordem pública, da segurança nacional.³⁸⁷ Com raras exceções, publicaram-se textos que apelavam por

³⁸⁶ Discurso infeliz. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 1º abr. 1964, p. 4.

³⁸⁷ AB: seis estados unidos em defesa da legalidade. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 1º abr. 1964, p. 9.

uma resistência à tomada de poder, como a nota “Resistência ao golpe, pedem Brizola e PCB”, na qual aparecia este comentário: “o deputado Leonel Brizola e o Partido Comunista Brasileiro exortaram, hoje, o povo brasileiro a resistir à ação dos golpistas e a defender o mandato do presidente João Goulart”.³⁸⁸ Também foi publicada uma nota do presidente da República, com data de 31 de março, que criticava a organização da guarnição federal sob o comando dos generais Luís Guedes e Mourão Filho em Minas Gerais.³⁸⁹

A *Folha de S. Paulo* propagou em suas páginas a mensagem de que a situação nacional estava na mais absoluta calma, ao lado de informações que contradiziam essa opinião.

A situação em Belo Horizonte é de calma, com a Polícia Militar dominando inteiramente a situação conjuntamente com as tropas do Exército. A Polícia mineira, Civil e Militar, ocupou todos os prédios públicos e pontos estratégicos. Toda a gasolina foi requisitada pelo governo, que também requisitou o petróleo existente na Cidade Industrial.

Cerca de 70 líderes sindicais foram presos pelo Departamento de Vigilância Social. Deles, apenas um dos membros do Comando Estadual dos Trabalhadores, o deputado José Gomes Pimenta (PDC), logrou escapar ao cerco que lhe foi feito. O dep. Sinval Bambirra (PTB), o vereador Dimas Perri e todos os outros líderes do Comando Estadual dos Trabalhadores estão presos.³⁹⁰

Essa situação foi descrita como normal justamente por revelar a ação dos militares na detenção de sujeitos há muito tempo considerados pelo jornal como subversivos e açambarcadores da ordem. Tais opiniões se coadunavam em amplo sentido com a dos golpistas. O objetivo principal da intervenção teria sido o combate aos comunistas e à ameaça revolucionária que eles disseminavam.

Para Alzira Abreu, a imprensa foi “um dos vetores de divulgação” do fantasma do comunismo, usado como uma das principais justificativas para derrubar Goulart, porque disseminou notícias de que havia caos administrativo e, divulgando essa idéia, que era preciso restabelecer a ordem pela intervenção militar³⁹¹. O *Correio da Manhã*,

³⁸⁸ Resistência ao golpe, pedem Brizola e PCB. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 1º abr. 1964, p. 9.

³⁸⁹ Presidência da República: golpe de estado malogrará. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 1º abr. 1964, p. 11.

³⁹⁰ Polícia domina a situação em Minas. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 1º abr. 1964, p. 11.

³⁹¹ ABREU, Alzira Alves de. A participação da imprensa na queda do governo Goulart. In: FICO, Carlos e et al. **Seminário 40 anos do golpe de 1964: 1964–2004/ditadura militar e resistência no Brasil**. Rio de Janeiro: 7letras, 2004.

no famoso editorial intitulado “Basta”³⁹², publicado no dia 31 de março, ressaltou que Goulart contribuía para preservar o clima de intranquilidade e insegurança no país.

Basta de farsa, basta de guerra psicológica que o próprio Governo desencadeou com o objetivo de convulsionar o país e levar avante a sua política continuísta. Basta de demagogia para que, realmente, se possam fazer reformas de base.

Quase todas as medidas tomadas pelo Sr. João Goulart, nestes últimos tempos, com grande estardalhaço, mas inexecutáveis, não têm outra finalidade senão a de enganar a boa-fé do povo, que, aliás, não se enganará.³⁹³

No dia primeiro de abril, esse jornal publicou o editorial: “Fora”, no qual clama pela saída do presidente.

A Nação não mais suporta a permanência do Sr. João Goulart à frente do Governo. Chegou ao limite a capacidade de tolerá-lo por mais tempo. Não resta outra saída ao Sr. João Goulart senão a de entregar o Governo ao seu legítimo sucessor. Só há uma coisa a dizer ao Sr. João Goulart: saia.³⁹⁴

O fato é que grande parte da imprensa pediu a deposição de Goulart, como indica o seguinte trecho do *Jornal do Brasil*: “A partir de 13 de março o Sr. João Goulart tem injuriado muitos, em muito pouco tempo. Agora, ao que tudo indica, já lhe resta muito pouco tempo para injuriar quem quer que seja.”³⁹⁵

Após o golpe, a postura em relação a Goulart não sofreu alterações, pelo contrário, vários jornais comemoravam o desfecho golpista. O diário *O Estado de S. Paulo* enfatizou a intervenção: “Ela se realizou pela democracia, contra a ditadura, mas em especial contra a ditadura comunista, que era a grande ameaça que pesava sobre o país”³⁹⁶. Nas páginas do *Tribuna da Imprensa*, a situação não era diferente:

³⁹² Vale mencionar que esse editorial “Basta” teve autoria coletiva, foi escrito primeiramente por Otto Maria Carpeux e posteriormente foi refeito por Edmundo Moniz, Carlos Heitor Cony e Carpeaux. Cf. GASPARI, E., *op. cit.*, p. 65.

³⁹³ Basta. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 31 mar. 1964. In. BRANCO, H. A. C., *op. cit.*, p. 21.

³⁹⁴ Fora. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 1 abr. 1964. In. BRANCO, H., *op. cit.*, p. 24.

³⁹⁵ **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 1 abr. 1964. Disponível em: <<http://www.uol.com.br/rionosjornais>> Acesso em: 05 fev. 2007.

³⁹⁶ Necessidade da erradicação total. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 4 abr. 1964, p. 5.

O Povo brasileiro lavou a alma. O Carnaval que se comemorou ontem em plena chuva só poderia mesmo ter sido feito por um povo que estava precisando dessa desforra que lhe era devida precisamente há 30 meses. O povo que comemorou ontem a queda de Jango foi o mesmo que votou contra ele em 1960 e foi traído pela renúncia de Jânio. A comemoração de hoje é pois uma revanche e uma recuperação.³⁹⁷

O *Tribuna* ainda sugeriu o tipo de tratamento que deveria ser dado aos ativistas do governo Goulart – pediu a cassação dos seus direitos civis. Como descreveu Elio Gaspari, várias foram as propostas de “demolição das franquias constitucionais”³⁹⁸. Dentre elas, cabe pontuar a apresentada pelo proprietário do jornal *O Estado de São Paulo*, Júlio de Mesquita Filho, que “sugeriria a dissolução do Senado, Câmara e assembleias legislativas, anulava o mandato dos governadores e prefeitos, suspendia o hábeas corpus”.³⁹⁹

O suposto movimento em favor da ordem e da constituição, tão logo efetuou a derrubada do presidente, com os poderes que tinha em mãos, suspendeu direitos políticos, cassou mandatos parlamentares, executou reformas constitucionais, iniciando a perseguição aos “subversivos”.

Após o golpe civil-militar, alguns jornais mudaram sua postura quanto à intervenção, a exemplo do *Correio da Manhã*, na coluna de Carlos Heitor Cony, “Da arte de falar mal”, que publicou crônicas criticando e combatendo a ditadura militar, mais tarde reunidas na coletânea *O ato e o fato*.⁴⁰⁰ Dentre elas destacam-se “O ato e o fato” e “A revolução dos caranguejos” — esta Cony usaria como argumento para escrever livro homônimo. Em “O ato e o fato”, publicada já em 11 de abril de 1964, o autor critica a ação dos militares em relação ao golpe, esclarecendo que o ato, na verdade, foi um fato, triste e lamentável. Cony faz uma analogia do regime militar brasileiro com o de outros países — Argentina, Itália e Alemanha — e deixa clara sua indignação com a situação do Brasil após a deposição de Goulart.

³⁹⁷ **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, 2 abr. 1964. Disponível em: <<http://www.uol.com.br/rionosjornais>> Acesso em: 05 fev. 2007.

³⁹⁸ GASPARI, E., *op. cit.*, 121.

³⁹⁹ *Idem, ibidem*, p. 122.

⁴⁰⁰ CONY, Carlos Heitor. **O ato e o fato**: o som e a fúria das crônicas contra o golpe de 1964. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

Enfim, temos o Ato e o Fato. O Ato é esse monstrengo moral e jurídico que empulhou o Congresso e manietou a Nação. O Fato é que a prepotência de hoje, o arbítrio de hoje, a imbecilidade de hoje, estão preparando, desde já, um dia melhor, sem ódio, sem medo. E esse dia ainda que custe a chegar, ainda que chegue para nossos filhos e netos, terá justificado e sublimado o nosso protesto e ira.⁴⁰¹

Em a “Revolução dos caranguejos”, publicada no dia 14, ele evidencia que houve “uma revolução, sim, mas de caranguejos. Revolução que anda para trás. Que ignora a época, a marcha da história, e tenta regredir ao governo Dutra, ou mais longe ainda, aos tempos da Velha República”⁴⁰². Ele também se refere a Goulart, pontuando que este, ainda que tenha tido apoio das classes populares no seu governo, não soube direcioná-la nem zelar desse apoio.

Ao contrário, a *Folha de S. Paulo* propagou por muito tempo um discurso que legitimava a ditadura militar. A idéia de que as Forças Armadas eram inocentes em sua intervenção política subsistia a quaisquer outros motivos; o poder ter sido tomado pelos militares foi, para esse diário, sinônimo de comemoração e manutenção da ordem e da Constituição. Em clima de exacerbação da pátria e da ordem, nada melhor que as Forças Armadas serem guindadas ao *status* de salvadoras da pátria ao realizarem aquele feito “heróico”, que livrou o país do caos.

Este jornal registrou numerosas vezes sua estranheza a cada vez maior ilegalidade em que ia mergulhando o governo federal, apelando ao patriotismo dos responsáveis pela coisa pública, a fim de que se reexaminassem as falsas posições e se dessem ao povo, com sinceridade os frutos de um regime democrático sadiamente aplicado e vivido, em lugar dos engodos de um totalitarismo subversivo.

Clamamos em defesa da Constituição, em defesa do regime democrático, em defesa da independência e da harmonia dos poderes [...]

Mas os clamores foram vãos. Não surtiram efeitos os apelos à razão e ao patriotismo dos homens a quem se acha confiada a sorte do país. E a sementeira vermelha se tornou cada dia mais abundante, não demorando a produzir os amargos e venenosos frutos, que a inflação, jamais combatida com determinação, tornava ainda mais perigosa.⁴⁰³

⁴⁰¹ CONY, C. H., *op. cit*, p. 27.

⁴⁰² *Idem, ibidem*, p. 28.

⁴⁰³ Em defesa da lei. Editorial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 02 abr. 1964, p. 4.

Esses argumentos referentes à situação do país antes do golpe colaboraram para legitimá-lo. O jornal problematizava questões já resolvidas para consolidar o que fora implantado. Assim, a situação em que se encontrava o Brasil justificava a tomada de poder pelos militares.

Não houve rebelião contra a lei, mas uma tomada de posição em favor da lei. Na verdade, as Forças Armadas destinam-se a defender a pátria e garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem. Ora, a pátria estava ameaçada pelo comunismo, que o povo brasileiro repele. Os poderes constitucionais haviam sido feridos de morte, tantos os desrespeitos à Constituição, à lei e ao regime federativo. E a ordem periclitava com a quebra de disciplina e de hierarquia na Forças Armadas.

[...] Assim se deve enxergar o movimento que empolgou o país. Representa, fora de dúvida, um momento dramático de nossa vida, que felizmente termina sem derramamento de sangue. E termina com a vitória do espírito da legalidade, restabelecido o primado da Constituição e do Direito. Resta-nos esperar que os focos de resistência esboçados nos raros pontos logo se desfaçam, para que a família brasileira reencontre no menor prazo possível a paz à qual tanto aspirava e o povo, livre da pregação e da ação dos comunistas que se haviam infiltrado no governo, volte a ter o direito, que lhe haviam tirado, de trabalhar em ordem e dentro da lei.⁴⁰⁴

Nessa direção caminhou o editorial intitulado “Forças Armadas”, que elogiou essa instituição porque ela interveio no sistema político. Nota-se a tentativa do jornal de amenizar os impactos do processo e legitimar a ação militar ao pontuar que o novo presidente foi posto no cargo conforme a Constituição e que esta não poderia ser ignorada. Afinal — como apregoou o diário —, é a favor da legalidade que as Forças Armadas sempre trabalham, e se certas ações se amparam na Constituição, então são legítimas.

Mais uma vez as Forças Armadas brasileiras deram provas de sua vocação intransigentemente democrática. Intervieram no processo político, quando se tornaram intoleráveis as ameaças à paz nacional. Mas logo a seguir a palavra foi transferida ao congresso. Assim, a substituição do sr. João Goulart na presidência da República processou-se dentro das normas estatuídas pela Constituição e o novo chefe do governo já se acha no pleno exercício do cargo.

Nunca é demais relembrar que uma crise como a que acabamos de atravessar era realmente propícia a uma ditadura militar, fossem

⁴⁰⁴ Em defesa da lei, *op. cit.*, p. 4.

menos firmes os sentimentos legalistas das nossas Forças Armadas. Ao longo da nossa história, muitas vezes têm sido elas chamadas a resolver problemas que as autoridades civis ou criam ou agravam, e que põem em risco as instituições. Repostas as coisas em seus lugares, jamais avocam o poder para si; apressam-se a voltar à sua condição de garantidoras da lei e da ordem e são as primeiras a desejar que se cumpram à risca os preceitos constitucionais.⁴⁰⁵

Transparece nesse editorial a aprovação à ação golpista, sobretudo quando afirma que a “substituição” de Goulart seguiu critérios constitucionais e usa palavras de devoção aos que, na visão da *Folha de S. Paulo*, restabeleceram a ordem no país. Nesse universo comunicacional comprometido com as questões político-partidárias, a insatisfação do povo, os movimentos sociais, a organização sindical, as reivindicações dos homens do campo, enfim, todas as lutas dos brasileiros mais humildes — e muito mais numerosos que os militares e os jornalistas — foram ignoradas. Enquanto se tornava intermediário da direita golpista, o jornal amordaçou o discurso popular. Os editoriais repetem o argumento de que, restabelecida a ordem, os cidadãos deveriam se abster de qualquer agitação para ajudar a mantê-la; “toda exorbitância, no caso, representará grave perigo, pois estará contribuindo para subverter a ordem que as Forças Armadas restabeleceram com tanto zelo”.⁴⁰⁶ O jornal pede, a todos, dedicação ao trabalho e que não dêem ouvidos a boatos de agitadores que não conseguiram tomar o poder e instalar um regime comunista no Brasil.

Nos textos disponíveis que abordam a posição do jornal naqueles anos, em especial os escritos por seus membros ou pessoas ligadas a ele, há uma intenção clara de maquiagem sua participação no golpe. Em reportagem recente, por ocasião das comemorações dos 80 anos do jornal, o colaborador da *Folha de S. Paulo*, Mário Magalhães, declarou que esta só apoiou a deposição de Goulart porque acreditou ter havido esquerdização desse governo; do contrário, não teria apoiado. Editorialmente, disse ele, o diário criticava Goulart, mas suas “reportagens, em tom seco e relatorial, vinham acompanhadas das íntegras dos discursos presidenciais mais importantes”.⁴⁰⁷

É evidente a tentativa do membro da *Folha* em inocentá-la do seu apoio a esse movimento. Entretanto, observa-se que esse jornal não teve uma atitude pautada pela

⁴⁰⁵ Forças Armadas. Editorial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 3 abr. 1964, p. 4.

⁴⁰⁶ *Idem*, *ibidem*, p. 4.

⁴⁰⁷ MAGALHÃES, M., *op. cit.*

inocência ou pela ausência de um posicionamento político, pois sabia claramente quais interesses seriam defendidos num momento de intensa polarização política e ideológica.

Motta e Capelato, a propósito da pretensa imparcialidade da *Folha de S. Paulo* naquele momento, salientam que a atenção da empresa era canalizada para outros objetivos: “esse esforço para modernizar a empresa, e para tornar mais leve a fisionomia do jornal, não o levava, todavia, a apoiar o presidente João Goulart. Na verdade a *Folha* foi anti-Jango”.⁴⁰⁸ Ao analisar a questão apenas pela ótica da política editorial, os autores desprezam hipótese de que ela teve mais de uma opção e decidiu não apoiar o presidente para evitar uma posição extremista. Mesmo assim, o comportamento da *Folha* não foi de neutralidade, pois o jornal ajudou a difundir idéias que colaboraram para propagar o terror ao comunismo, associadas a discursos — muitos amenos, mas não descomprometidos — de corrupção e esquerdização do governo de Goulart. Tudo com um tom de patriotismo e sentimento nacionalista. Tratava-se não de uma defesa política, mas de proteger a nação de um perigo iminente: o comunismo. Eis por que o golpe foi bem recebido pelo diário; supunha-se que isso anularia a possibilidade de se instaurar um governo comunista no país.

Ao analisarem a trajetória da *Folha de S. Paulo*, Motta e Capelato se restringem a uma reflexão que prioriza as políticas internas da empresa, por isso não problematizam a relação entre esse diário e a conjuntura política. Mas uma leitura atenta das reportagens divulgadas no período em discussão mostra que a história do grupo *Folha* envolve muito mais que transformações financeiras e tecnológicas.

A posição de apoio à intervenção militar e à ditadura implementada foi sustentada por vários anos. Numa análise minuciosa sobre um dos jornais do grupo — a *Folha da Tarde* —, Beatriz Kushnir observa que, a princípio, no período da ditadura, esse diário tinha como proposta política “saciar uma ânsia por informações do momento vivido”⁴⁰⁹, o que significava assumir uma postura de compromisso com a divulgação das principais questões nacionais do período, fazendo frente à acomodação do grupo *Folha* frente aos sobressaltos políticos. A partir do AI-5⁴¹⁰, esse jornal caracterizou-se por um alinhamento às idéias autoritárias.

⁴⁰⁸ MOTTA, G. e CAPELATO, M., *op. cit.*, p. 189.

⁴⁰⁹ KUSHNIR, B., *op. cit.*, p. 233.

⁴¹⁰ O Ato Institucional Número Cinco (quinto decreto emitido no decorrer do regime militar), baixado em 13 de dezembro de 1968, era o mais abrangente e autoritário de todos os outros anteriores. Após esse

Esquecendo-se dos três pressupostos básicos do jornalismo – fiscalizar o poder, buscar a verdade dos fatos e fomentar o espírito crítico –, a *Folha da Tarde* tornou-se um exemplo claro do colaboracionismo de parte da imprensa com o poder autoritário do pós-AI-5. Colaboraram tanto jornalistas como donos de jornal. E foi dentro de uma redação de jornalistas/censores, jornalistas/policiais, que tudo aconteceu.⁴¹¹

Se, de um lado, por meio do principal jornal – a *Folha de S. Paulo* – o grupo adotava uma posição menos comprometida com a ditadura, de outro, participou escancaradamente, por meio da *Folha da Tarde*, das arbitrariedades do regime militar.

É interessante lembrar de um episódio ocorrido no ano de 1971 em que Octávio Frias foi ameaçado por guerrilheiros da Aliança Libertadora Nacional (ALN) e duas camionetes da *Folha* foram incendiadas. Sobre essa circunstância, Frias escreveu o editorial “Banditismo”, fazendo críticas aos integrantes da organização. Na origem desse atentado, segundo Beatriz Kushnir, estava a revolta da ALN com outro segmento da empresa, a *Folha da Tarde*, no qual estavam infiltrados policiais e jornalistas ligados à repressão. O jornal publicava textos, como o intitulado “Lamarca, o louco, é o último chefe do terror”, criticando, em tom agressivo, os integrantes daquele grupo.⁴¹²

Uma das acusações da ALN à *Folha* era a de que o jornal cedia carros para disfarce de policiais em ações contra as organizações da luta armada. No entanto, Frias afirma que, se isso ocorreu, foi sem o seu consentimento, pois, para ele, nunca houve colaboração do jornal com o Departamento Estadual de Ordem Policial e Social (Deops) ou o Segundo Exército.

Numa réplica à afirmação de Frias, Aton Fon Filho, em carta à revista *Teoria e Debate*, faz severas acusações ao conglomerado jornalístico, mais especificamente à *Folha da Tarde*, denunciando relações com o Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi).

A própria *Folha da Tarde* já estava havia muito submetida à orientação do DOI-Codi, fazendo a guerra psicológica e

decreto, o Congresso Nacional foi fechado, diversos políticos tiveram seus mandatos cassados, recrudescu-se a censura aos meios de comunicação.

⁴¹¹ KUSHNIR, B., *op. cit.*, p. 232.

⁴¹² *Idem, ibidem*, p. 301.

propagandística contra a guerrilha, sem que qualquer ação militar tivesse sido desenvolvida contra ela. Não que não houvesse vontade de realizá-las. Esta surgia a cada mentira, a cada infâmia, a cada vez que a *Folha da Tarde*, na condição de porta-voz oficioso do DOI-Codi, anunciava como fuga ou morte em combate o que na realidade fora o assassinato de um companheiro.⁴¹³

Como militante da ALN e estando preso nessa época, Aton diz ter recebido notícias do assassinato de alguns companheiros de militância por agentes do DOI-Codi e declara que, “para consumir tais crimes, os agentes do DOI-Codi teriam contado com a colaboração da *Folha de S. Paulo*, que teria cedido veículos para que os militares montassem emboscadas em locais onde deveriam se realizar pontos entre militantes, alguns deles já presos”.⁴¹⁴

Ao criticar matéria publicada pela *Folha*, na qual o jornal declara ter apanhado muito durante o regime militar, Aton confirma que ela apanhou sim, “mas por ter participado de assassinatos praticados por militares criminosos”.⁴¹⁵ E acrescenta que nem a *Folha* nem qualquer outro órgão do grupo jamais sofreu qualquer ataque militar por ter opinião diversa da que era defendida pelos militantes da guerrilha.

Corroborando a declaração de Aton sobre a cumplicidade da *Folha* com o regime, Mino Carta revela que “a *Folha de S. Paulo* nunca foi censurada, até emprestava sua C-14 para recolher torturados ou pessoas que iriam ser torturadas na Operação Bandeirante (Oban)”⁴¹⁶. Segundo ele, Octavio Frias tinha relações muito íntimas com os militares.

Mino Carta reprova a *Folha* por publicar anúncios recentes que destacam o sofrimento do jornal nos anos de chumbo, lembrando que, quando houve um pouco de pressão sobre o grupo *Folha*, Frias afastou Cláudio Abramo da direção do jornal porque estava envolvida com o pior: apoiava o general Frota, ministro do Exército.

Atitudes como a de Frias em relação a Abramo não foram raras na imprensa e grande parte das empresas jornalísticas, para não ter as portas fechadas pelas forças de repressão, acabavam acatando aquilo que era imposto pelos chefes militares que, em muitos casos, solicitavam a demissão dos membros mais engajados. E a *Folha* fez parte

⁴¹³ FON FILHO, Aton. A publicidade da *Folha*. **Teoria e Debate**. São Paulo, jul/ago/set. 1997, p. 78.

⁴¹⁴ *Idem, ibidem*, p. 78.

⁴¹⁵ *Idem, ibidem*, p. 78.

⁴¹⁶ Entrevista de Mino Carta à AOL no dia 26/03/2004. Disponível em: <<http://www.aol.com.br>>. Acesso em: 30 mar. 2004.

desse grupo que não quis sofrer as conseqüências de um envolvimento contra a ditadura militar.

A imprensa, nesse período, exercia uma complacência tão grande que, na análise de Bernardo Kucinski, “o regime militar não precisou criar o seu próprio veículo de persuasão”. O autor diz que este foi um dos aspectos que contribuíram para caracterizar a década de 1970 como um momento de grande despolitização da grande imprensa.

O quadro começou a ser mudado apenas no final dos anos 1970, com a extinção de meios de comunicação alternativos e a grande imprensa tentando reassumir a polemização dos fenômenos políticos, tarefa até então exercida pelos clandestinos. Esta mudança foi marcada pela campanha de abertura política no país, na qual a *Folha* teve influente participação.

Entretanto, passados 40 anos do golpe civil-militar de 1964, o jornal, sob a égide do discurso pluralista e neutro, não mudou sua postura quanto a esse evento. Nas poucas linhas que usou para comentar o movimento, em editorial publicado em 31 de março de 2004 sobre a reforma agrária, enfatizou o perigo que as forças de esquerda representavam, conduzindo o leitor à inferência de que era a esquerda que pretendia dar um golpe. Ainda pontua que parte da elite brasileira se associou à conspiração militar por não ver outra saída possível.

O movimento ocorreu num quadro de forte radicalização da política nacional e internacional, sob o signo da Guerra Fria. Impulsionada pela expansão do império soviético, pelo recrudescimento de lutas de libertação nacional e pela revolução cubana, de 1959, a esquerda brasileira via-se no início da década de 60 na iminência de chegar ao poder. Essa perspectiva tornou-se mais palpável com a restituição dos poderes presidencialistas ao trabalhista João Goulart, em 1963.

Ameaçada e em dificuldades para organizar uma alternativa política própria, capaz de barrar as pretensões da esquerda, parte da elite do país apoiou e se associou ao que considerava a saída possível: uma conspiração militar. Tendo à frente o marechal Humberto de Alencar Castello Branco, as Forças Armadas assumiram o comando do país prometendo uma breve intervenção. Não foi, como se sabe, o que aconteceu.⁴¹⁷

Assim, deu continuidade à desculpa de que o golpe, na verdade, foi necessário para barrar a proliferação de ideais comunistas no país. É claro que não se trata de

⁴¹⁷ 40 anos depois. Editorial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 31 mar. 2005.

defesa escancarada, afinal, em tempos de “democratização política”, a grande bandeira que se levanta é a de repúdio e aversão ao que foi instaurado em março de 1964.

Mesmo que a *Folha* negue participação na articulação golpista, é notável nesse editorial a forma como ainda hoje trata as questões políticas presentes no governo João Goulart. Ao apontar que a esquerda pretendia dar o golpe, a intervenção militar é colocada como um contragolpe, e nesse sentido, poderia até ser justificada, uma vez que se tratava de manutenção e defesa da ordem e não de um projeto de derrubada do governo. Quanto à elite brasileira, fica a evidência de que não teve outra alternativa a não ser apoiar o golpe, pois corria o risco de perder as suas propriedades. No entanto, isso não deveria, em hipótese alguma, servir de justificativa à ação golpista.

Na análise de Caio Navarro de Toledo, não existem evidências de tomada de poder por um golpe da esquerda e todos os setores estavam em pé de igualdade de condições e absolutamente nivelados em termos de destruição da democracia⁴¹⁸. Mas há que se considerar que a experiência da direita brasileira em várias tentativas e golpes efetivos a coloca em vantagem no que diz respeito a conspirações.

Com base nessas discussões, pode-se concluir que a postura desse periódico não oscilou no que diz respeito ao golpe, mesmo sob seu discurso de imparcialidade e de não defender determinados interesses, como se evidenciou em 2004, quando, ao trazer diferentes reportagens sobre o assunto, manifestou uma opinião sobre o tema que não difere da sua posição de 1964. Percebe-se que o cenário no qual a *Folha* se insere atualmente exige que ela seja tolerante no que se refere ao assunto, ou no mínimo, menos incisiva na sua defesa à articulação golpista.

⁴¹⁸ TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: golpismo e democracia. As falácias do revisionismo. **Crítica Marxista**, São Paulo: Revan, n. 19, 2004, p. 34.

Dutra, via Mazzilli

BRASILIA, 2.ª (FOLHA) — As forças contrárias ao governo parecem estar certas da vitória. Começam já a falar no substituto do sr. João Goulart. O sr. Ranieri Mazzilli seria empossado na presidência dentro de 30 dias o Congresso elegeria novo presidente. O nome desde já apontado — pelo menos já falado — é o do ex-presidente marechal Eurico Gaspar Dutra.

FOLHA DE S. PAULO

Um jornal a serviço do Brasil

ANO XLIV

★

São Paulo — Quinta-feira, 2 de abril de 1964

★

N.º 12.709

CONGRESSO DECLARA PRESIDENCIA VAGA;

MAZZILLI ASSUME

CONSIDERAÇÕES FINAIS

BRASILIA, 2.ª (FOLHA) — Às 2h55 de hoje, o sr. Auro Soares de Moura Andrade, presidente do Congresso Nacional, declarou presidente da República o sr. Ranieri Mazzilli, até então presidente da Câmara Federal. O novo chefe do Governo, empossado no ato, dirigiu-se imediatamente para o Palácio do Planalto, a fim de assumir suas funções.

A sessão do Congresso, destinada a tomar conhecimento da vacância do cargo de presidente, instalou-se às 2h40, sendo então lido um ofício no qual o chefe da Casa Civil comunicava que o sr. João Goulart se havia dirigido para o Rio Grande do Sul e se encontrava à frente das tropas militares, no pleno exercício de seus poderes constitucionais.

O sr. Auro de Moura Andrade declarou que o presidente da República, na hora mais dramática da vida brasileira, abandonava o governo. A seguir, declarou o sr. Ranieri Mazzilli presidente da República e levantou a sessão. Em três minutos o Congresso tomou conhecimento do abandono do cargo pelo sr. Goulart e designou seu sucessor.

No Rio, na madrugada de hoje, o general Costa e Silva assumiu o cargo de comandante-chefe do Exército e tomou imediatamente uma série de medidas para assegurar a ordem e "sobretudo eliminar a subversão dirigida no Rio Grande do Sul pelo deputado Brizola".

Vigiando a Dutra



Em Caçapava, no trevo existente na rodovia Presidente Dutra, a entrada da cidade, soldados do Co RI vigiam a estrada. As tropas fiéis ao general Krüel têm o controle total da região do Vale do Paraíba.

Considerações finais

[...] a história é senão respostas a nossas indagações, porque não se pode, materialmente, fazer todas as perguntas, descrever todo o porvir e porque o progresso do questionário histórico se coloca no tempo e é tão lento quanto o progresso de qualquer ciência, sim, a história é subjetiva, pois não se pode negar que a escolha de um assunto para um livro de história seja livre.⁴¹⁹

Desse modo, descreve Paul Veyne, na escrita da história, de acordo com cada pessoa e com cada documento (que pode ter sido escrito por vencedores ou vencidos), tem-se uma interpretação do acontecimento. Sendo assim, a história reflete uma série de possibilidades de análises e trajetórias, jamais todas elas: diversos caminhos possíveis que poderiam ter sido trilhados na construção de uma narrativa histórica, que, no entanto, não foram escolhidos, devido à própria postura de cada autor que está presente desde o início do processo, na seleção das fontes, na delimitação da temática, no recorte de tempo e espaço, na problemática colocada.

Apesar de ter realizado recortes para o desenvolvimento da pesquisa, não desconsidero que aquela conjuntura histórica possui importantes questões que já foram ou ainda serão exploradas por outros pesquisadores. A reconstituição histórica que apresento, tendo como ponto de partida o jornal *Folha de S. Paulo*, revelou, acima de tudo, as minhas inquietações e opções frente a uma temática tão ampla. Apresentei aqui um recorte, sabendo que muitos outros serão feitos, que neste momento, quando coloco um ponto de remate no meu discurso, outros graduandos de História, curiosos e investigadores, devem estar na mesma trilha que percorri. Afinal, o Brasil e o meio jornalístico da década de 1960 são um cosmo rico em possibilidades de investigação que não se esgotam numa dissertação de Mestrado.

A análise aqui desenvolvida teve como objetivo investigar as representações que o jornal *Folha de S. Paulo* desenvolveu sobre o período do governo Goulart, com base, sobretudo, no seu Caderno de Política. Fiz recortes de temáticas que considero importantes para a compreensão do posicionamento do diário paulista naquele período e também do processo político que se desencadeou naquele momento e cujo desfecho foi o golpe civil-militar de 1964.

⁴¹⁹ VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**. Brasília: Editora Brasiliense, 1982, p. 37.

Apesar de ter atribuído ênfase ao posicionamento do jornal *Folha de S. Paulo* referente a diversas propostas e projetos políticos no desenrolar do governo Goulart, uma vez que este jornal é a minha principal fonte de pesquisa, não desprezo as demais influências (dentre elas: igreja, empresários, civis, militares) que assumiram papéis tão importantes quanto os da imprensa.

Trabalhar com discursos jornalísticos me permitiu perceber o quanto este tipo de análise é pertinente, principalmente quando se leva em consideração o importante papel que os meios de comunicação social têm desempenhado ao longo da história política brasileira, influenciando decisões políticas e, muitas vezes, a opinião pública. No caso da *Folha de S. Paulo*, não há como negar a contribuição de seus editoriais na concretização do golpe e, mais ainda, na divulgação de idéias que legitimavam o regime militar.

Tomando os discursos como produtos elaborados e lançados num determinado território social, do qual emergem e para o qual convergem múltiplos sentidos e significados, não surpreende o tom dos conteúdos editoriais de 1960. Ora, se a linguagem jornalística tem sempre uma intencionalidade – a de difundir ideologias –, mesmo se declarando neutra, é coerente afirmar que ela seleciona elementos argumentativos que tentam convencer o público da justeza de determinadas causas. Essa postura marcou o jornal estudado. Foi sempre em nome de uma suposta ordem e legalidade que o jornal se posicionou perante alguns impasses que se criaram naquele período.

Num primeiro momento, a *Folha* abriu espaço para discursos favoráveis à posse e, conseqüentemente, à preservação do regime democrático, atribuindo ênfase ao preceito constitucional. Posteriormente, concedendo nova roupagem ao discurso legalista, apoiou a instauração do parlamentarismo como alternativa à crise que se instaurara com a renúncia de Jânio Quadros. Seguindo esta mesma conduta, posicionou-se contra a campanha de Goulart em prol do plebiscito, contra uma proposta mais abrangente de reforma agrária. E, por fim, declarando que estava defendendo a democracia contra supostos subversivos da ordem e das instituições democráticas, foi a favor de uma intervenção militar para o afastamento do presidente da República.

É perceptível que no decorrer desse governo, o jornal que, desde o início, já não morria de amores por Goulart, começou a se distanciar cada vez mais das propostas políticas desse presidente, acirrando as críticas contra ele. Nota-se, portanto, que a sua postura não foi modificada no decorrer das suas discussões, mas sim a tonalidade dos

seus discursos oscilava: ora apresentava críticas mais contundentes a Jango, ora mais amenas, mas sempre com o mesmo objetivo: desaprovar a crescente esquerdização de Goulart e barrar projetos que tivessem como objetivo atender aos anseios das classes populares.

Para a *Folha*, a principal causa defendida no período de 1961-1964 era a manutenção da integridade física e financeira da empresa, estabelecendo, mesmo que velada, uma espécie de pacto de cumplicidade com setores da direita. Este acordo, firmado nas entrelinhas, resultou na construção e na publicação de textos que colocaram, na centralidade dos debates, a necessidade de intervenção dos militares em situações que supostamente envolviam tentativas de perturbação da ordem pública no país. Desse modo, escondia o interesse de preservar seu patrimônio e de manter inabaladas suas atividades e seus lucros – mesmo objetivo que levou latifundiários e empresários a se colocar na contramão de vários projetos apresentados por Goulart, principalmente aqueles que priorizavam os setores populares.

Com esta postura, o jornal assumia os preceitos positivistas de “ordem e progresso” e passava a censurar movimentos que pudessem resultar em mudanças radicais nos rumos políticos do Brasil. Em síntese, aliou-se à direita no combate a qualquer indicativo de “revolução”, dando voz às Forças Armadas e aos organizadores da “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”.

As análises do seu posicionamento naquele período revelam que, por detrás de uma política de moderação, a *Folha* assumiu uma conduta escancarada de aversão a muitas políticas e propostas de Jango, argumentando que se encontravam em discrepância com os preceitos constitucionais. Esse periódico exacerbou a existência de problemas administrativos, ineficiência de Jango em governar o país e, nos últimos meses do governo, apelou para a necessidade do restabelecimento da ordem através do afastamento do presidente do cargo por intermédio de uma intervenção militar. Ajudou, portanto, na difusão e propagação de uma imagem do presidente caracterizada pela subversão, pelo rompimento da ordem, e enfatizou a proximidade dele com os comunistas, concedendo legitimidade ao afastamento de Goulart da presidência da República.

A história da *Folha*, não só no período analisado, foi uma história, assim como de tantos outros periódicos da grande imprensa brasileira, pautada pela defesa dos ideais burgueses. Apesar de inexpressiva posição política na década de 1960, o jornal paulista

jogava com importantes forças políticas daquele período, divulgando e discutindo variados projetos políticos em vigor.

A sua contribuição à articulação golpista e posterior cumplicidade, através principalmente de um dos seus jornais – *Folha da Tarde* –, aos horrores da ditadura militar, deve ser lembrada. A imparcialidade apregoada pela *Folha* desmoronou nos seus bastidores. No decorrer do regime militar, a direção da empresa chegou a substituir chefias de redação, a exemplo de Cláudio Abramo, e a afastar jornalistas para garantir que o discurso dos mais entusiastas por reformas políticas e sociais não ganhasse força a ponto de contaminar o conteúdo das edições naquele período complicado e influenciar a linha editorial que se inclinava para a direita. Essa postura, no mínimo, arranha a imagem de jornal comprometido com a causa democrática, tal como esse diário se considera hoje, ao tentar simplesmente passar uma borracha e construir uma imagem a seu bel prazer.

Desse modo, a herança de um comportamento subserviente, acima de tudo, a interesses capitalistas prevalece sobre a história que esse periódico construiu sobre si. Seu posicionamento nesses anos, com certeza, deixou marcas indeléveis na sua trajetória no meio político brasileiro.

Não há dúvidas, não esquecendo os interesses diversos que envolvem um jornal ao se empenhar em uma causa política, que esse diário teve uma contribuição positiva em alguns momentos da política brasileira, a exemplo da sua campanha no processo de reabertura política, mas não é menos relevante o seu papel, ao lado de outros tantos atores no cenário político do governo Goulart, na articulação política que resultou no golpe e sua cumplicidade com uma ditadura que perdurou por longos vinte anos. Essa ditadura amordaçou a incipiente democracia, torturou, matou e perseguiu pessoas que discordavam das políticas adotadas, sem falar em várias outras atrocidades cometidas.

Nas suas inserções no cenário político brasileiro, a *Folha* desempenhou papéis variados, mas em todos eles defendeu interesses que convergiam para a defesa de seus próprios interesses, ou seja, preservar a sua empresa acima de quaisquer outros motivos. Há que se lembrar, portanto, os papéis representados pela *Folha*, sejam eles bons ou ruins. Afinal, nem todos os traumas foram superados. O tempo não apagou as pistas que conduzem a esse passado conflituoso – do qual a *Folha* participou escancaradamente – que continua inquietando cientistas políticos, historiadores e pesquisadores de outras áreas do conhecimento.

Não há dúvida de que a análise aqui posta tem pouco de conclusiva, pois não chegamos e nunca podemos chegar a uma verdade absoluta, mas mostra-se como uma das muitas opções de análise do objeto *Folha* naquela conjuntura. Ao terminar este trabalho, percebo que, apesar de ter levantado várias questões sobre a temática, restaram alguns aspectos não abordados, principalmente em relação ao objeto analisado. Ao privilegiar como foco de reflexão o Caderno de Política desse diário, outros universos não menos importantes, como os cadernos de Cultura e Economia, que também poderiam suscitar importantes discussões, ficaram fora dos debates. Isto porque o campo de investigação é vasto e envolve uma infinidade de possibilidades de análise. Mas acredito ter respondido às interrogações que nortearam minha pesquisa.

ARQUIVOS PESQUISADOS:

- Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC) – São Paulo – SP
- Biblioteca da Universidade Federal de Uberlândia – Uberlândia – MG
- Biblioteca do Senado – Brasília - DF
- Câmara Federal – Brasília - DF
- Centro de Documentação e Pesquisa em História – CDHIS – Uberlândia - MG
- Folha de S. Paulo – São Paulo - SP

JORNAIS PESQUISADOS:

Folha de S. Paulo

Jornal do Brasil

O Estado de S. Paulo

Tribuna da Imprensa

REPORTAGENS ESPECÍFICAS:***FOLHA DE S. PAULO (1961-1964)***

O texto da renúncia. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 26 ago. 1961.

A lamentável renúncia. Editorial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 26 ago. 1961.

Pela legalidade. Editorial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 27 ago. 1961.

Não bastam boas intenções. Editorial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 29 ago. 1961.

Os 3 ministros militares fazem graves restrições a João Goulart. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 31 ago. 1961.

A palavra sensata de São Paulo. Editorial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 31 ago. 1961.

Perspectiva sombria. Editorial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 30 ago. 1961.

A posição do comando do III Exército. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 30 ago. 1961.

Chefes militares afirmam sua solidariedade a Denys. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 30 ago. 1961.

Confia o Ministério da Guerra que vencerá a avalanche subversiva. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 2 set. 1961.

Bombardeio do Palácio. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 30 ago. 1961.

Brizola ameaça passar da resistência à revolução. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 31 ago. 1961.

Os ministros militares aceitaram a proposta dos líderes do Congresso. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 1 set. 1961.

A missão do Congresso. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 1 set. 1961.

Jango e o parlamentarismo. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 2 set. 1961.

Solução honrosa. Editorial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 2 set. 1961.

Texto da emenda. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 2 set. 1961.

Sem vencidos nem vencedores. Editorial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 3 set. 1961.

Uma experiência que se impunha. Editorial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 5 set. 1961.

É hora de acabar. Editorial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 6 set. 1961

Brizola diz que a emenda foi uma imensa decepção. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 5 set. 1961.

O III Exército acata a reforma constitucional. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 5 set. 1961.

Plebiscito, mas não agora. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 7 set. 1961.

Primeiro Conselho de Ministros do novo sistema de governo. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 9 set. 1961.

Jango: “Cumpre-nos agora devolver ao povo a decisão”. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 9 set. 1961.

Tolerância e compreensão. Editorial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 15 set. 1961.

Adaptação das Constituições dos Estados ao novo regime. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 17 set. 1961.

Goulart reafirma fidelidade ao regime parlamentarista e faz apelo pró-paz mundial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 19 set. 1961.

Sensata a palavra do presidente. Editorial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 20 set. 1961.

Confiança no futuro. Editorial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 1 out. 1961.

O dispositivo da inconformidade. Editorial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 4 out. 1961.

Forças da esquerda estão conduzindo as elites e as massas, diz Heck. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 1 out. 1961.

O realismo agrário do gabinete. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 3 out. 1961.

A adaptação das constituições estaduais ao parlamentarismo. Editorial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 5 out. 1961.

MALHEIROS, Arnaldo. Da necessidade de divulgar o novo sistema de governo. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 8 out. 1961.

Pratica-se o parlamentarismo. Editorial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 17 out. 1961.

Responsabilidades definidas. Editorial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 18 out. 1961.

Saldo positivo. Editorial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 21 out. 1961.

Mais uma balela. Editorial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 9 nov. 1961.

A demagogia das reformas. Editorial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 7 nov. 1961.

Bom discurso. Editorial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 16 nov. 1961.

Reforma agrária e produtividade agrícola. Editorial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 2 jan. 1962.

A responsabilidade do poder econômico. Editorial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 7 jan. 1962.

Contra a demagogia na reforma agrária. Editorial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 25 jan. 1962.

Reforma agrária violenta. Editorial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 31 jan. 1962.

No bom caminho. Editorial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 18 fev. 1962.

O pronunciamento oficial sobre a reforma agrária. Editorial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 12 maio 1962.

A situação internacional e as reformas de base. Artigo. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 29 jan. 1962.

Goulart: O Congresso deve restituir ao povo o direito de escolha. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 12 mar. 1962.

Manobras contra o regime. Editorial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 13 mar. 1962.

A caminho da consolidação. Editorial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 15 abr. 1962.

Pelo parlamentarismo, contra o plebiscito imediato. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 6 jul. 1962.

Plebiscito e legitimidade. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 3 ago. 1962.

A semana política — o plebiscito. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 4 nov. 1962.

O interesse nacional e as reformas de base. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 4 nov. 1962.

Realize-se o plebiscito de opereta. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 8 nov. 1962.

Manifesto e referendo. Editorial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 27 nov. 1962.

Abrandamento do presidencialismo. Editorial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 12 nov. 1962.

Movimentação impatriótica. Editorial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 11 dez. 1962.

LEITE, Pedro. Sim, não, branco? Bom, vamos pensando. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 27 dez. 1962.

O referendo e o comportamento popular. Editorial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 8 jan. 1963.

Pela volta imediata do presidencialismo. Editorial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 9 jan. 1963.

Inaugura-se o Congresso Brasileiro para definição das Reformas de Base. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 20 jan. 1963.

A reforma agrária. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 25 jan. 1963.

A subversão não é o caminho. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 18 maio 1963.

Fomentando a desordem. Editorial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 24 maio 1963.

Enquanto as reformas não vêm. Editorial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 28 maio 1963.

Técnicos para a reforma agrária. Editorial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 18 jul 1963.

Jogo demorado. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 20 jul. 1963.

Reformas e perturbação. Editorial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 22 ago. 1963.

Encampação de refinarias. Editorial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 23 ago. 1963.

Desapropriações. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 28 dez 1963.

O ano das reformas. Editorial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 2 jan. 1964.

Demagogia agrária. Editorial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 4 jan. 1964.

Desapropriações, ainda. Editorial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 7 jan. 1964.

Subversão em marcha. Editorial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 15 fev. 1964.

Em defesa da lei. Editorial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 02 abr. 1964.

A serviço do Brasil. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 14 set. 1962.

Perigosa política trabalhista. Editorial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 22 out. 1961.

O governo e a subversão. Editorial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 2 fev. 1962.

Comício. Editorial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 7 mar. 1964.

Comício-provocação. Editorial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 13 mar. 1964.

JG surpreende o país: refinarias encampadas. Editorial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 14 mar. 1964.

Para que? Editorial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 14 mar. 1964.

Definitiva a polarização: Jango quer governo de Frente Popular. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 17 mar. 1964.

Dia 19 a Marcha da Família. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 16 mar. 1964.

FIESP apela: empregados devem ir à Marcha da Família. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 16 mar. 1964.

Marcha da Família. Editorial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 19 mar. 1964.

São Paulo parou ontem para defender o regime. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 20 mar. 1964.

Povo, apenas povo. Editorial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 20 mar. 1964.

Dor de cotovelo. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 25 mar. 1964.

O necessário diálogo democrático. Editorial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 4 mar. 1962.

Imprensa. Editorial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 26 mar. 1964.

O caminho da concórdia. Editorial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 27 mar. 1964.

Marinha. Editorial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 28 mar. 1964.

Indisciplina vitoriosa. Editorial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 29 mar. 1964.

Ultimato do clube naval ao ministro da Marinha. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 30 mar. 1964.

A semana política. Editorial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 30 mar. 1964.

Marinha, o bom caminho. Editorial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 31 mar. 1964.

Discurso infeliz. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 1º abr. 1964.

AB: seis estados unidos em defesa da legalidade. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 1º abr. 1964.

Resistência ao golpe, pedem Brizola e PCB. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 1º abr. 1964.

Presidência da República: golpe de estado malogrará. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 1º abr. 1964.

Polícia domina a situação em Minas. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 1º abr. 1964.

Em defesa da lei. Editorial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 02 abr. 1964.

Forças Armadas. Editorial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 3 abr. 1964.

FOLHA DE S. PAULO - 2004:

40 anos depois. Editorial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 31 mar. 2004.

PASSARINHO, Jarbas. Julgar pressupõe equilíbrio. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 19 mar. 2004. Caderno de Brasil.

DÁVILA, Sérgio. O dia em que as direitas foram às ruas. **Folha de S. Paulo**, 19 mar. 2004, p. A12.

Presidente quis forçar reformas, diz historiador. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 13 mar. 2004, p. A9.

MACHADO, Cassiano Elek. Skidmore faz balanço das cicatrizes de 64. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 29 mar. 2004, p. E3.

TOLEDO, C. N. 1964, 40 anos. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 16 mar. 2004, p. A2.

OUTROS JORNAIS (1961-1964):

O erro e sua correção. Editorial. **Jornal do Brasil**, 31 ago. 1961.

Arquive-se. Editorial. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 1 set. 1961.

Respeito. Editorial. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 27 ago. 1961.

Trégua. Editorial. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 09 set. 1961.

Opção para hoje e sempre. Editorial. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro 31 ago. 1961.

A defesa da liberdade. Editorial. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, 30 ago. 1961.

A crise. Editorial. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, 31 ago. 1961.

O comício. **Tribuna da Imprensa**. Rio de Janeiro, 14–15 mar. 1964.

O discurso de Goulart no comício totalitário. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 14 mar. 1964.

Os inelegíveis. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 14 mar. 1964.

Concentração da Central foi teste para calcular as possibilidades de Brizola. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 14 mar. 1964.

Defesa do regime une em S. Paulo cem mil mulheres. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, 18 mar. 1964.

A hora é de grandeza: 500 mil em SP repelem Jango. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, 20 mar. 1964.

Povo paulista reafirma hoje sua fé na democracia. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 14 mar. 1964.

Voltou ontem às ruas de S. Paulo o mesmo espírito de 32: passeata cívica reuniu meio milhão de democratas. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 20 mar. 1964.

Povo paulista une-se para preservar a Constituição. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 20 mar. 1964.

Passeata de 500 mil em São Paulo defende o regime. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 20 mar. 1964.

Revolta da Armada: Jango explora a crise. **Tribuna da imprensa**, Rio de Janeiro, 28–29 mar. 1964.

A grave crise na marinha. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 27 mar. 1964.

A semente da discórdia. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 27 mar. 1964.

Na ilegalidade. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 29–30 mar. 1964.

Basta. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 31 mar. 1964.

Fora. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 1 abr. 1964.

SITES PESQUISADOS:

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/bd/>

<http://www1.folha.uol.com.br/follha/arquivos/>

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/80anos/>

<http://www.uol.com.br/rionosjornais/>

DOCUMENTOS DO JORNAL *FOLHA DE S. PAULO* :

A Folha e alguns passos que é preciso dar. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/conheca/projetos-1981-1.shtml>. Acesso em: 04 out. 2006.

A Folha depois da campanha diretas-já. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/conheca/projetos-1984-1.shtml>. Acesso em: 04 out. 2006.

BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA:

ABRAMO, Cláudio. **A regra do jogo: o jornalismo e a ética do marceneiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CUNHA, Pedro. Gênese das Folhas — a história contada por um de seus fundadores. **APISP**, set. 1955.

DIAS, Luiz Antonio. **O poder da imprensa e a imprensa do poder: a Folha de S. Paulo e o golpe de 1964**. Dissertação de mestrado em História, UNESP, Assis, 1993.

DUARTE, Paulo. Pré-história da Folha de S. Paulo. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 6 mar. 1966.

FILHO, Aton Fon. A publicidade da Folha. **Teoria & Debate**. Revista trimestral da Fundação Perseu Abramo: nº35, Jul/Ago/Set, 1997.

Folha de S. Paulo. **Manual geral da redação**. São Paulo: Folha de S. Paulo, 1984.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa**. 2º ed. São Paulo: Edusp, 2003.

_____. **A síndrome da antena parabólica: ética no jornalismo brasileiro**. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda - jornalistas e censores do AI-5 à Constituição de 1988**. São Paulo: Boitempo, 2004.

LENCASTRE, Paulo A. **Folha de S. Paulo** – história. Arquivo do jornal *Folha de S. Paulo*.

MAGALHÃES, Mário. Militares ameaçam suspender circulação. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, fev. 2001. Política. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/80anos>>. Acesso em: 22 ago. 2004.

MOTA, Carlos Guilherme. Trajetória fiel à verdade. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 19 fev. 1981.

MOTA, Carlos Guilherme e CAPELATO, Maria Helena. **História da Folha de S. Paulo (1921–1981)**. São Paulo: Impres, 1981.

OLIVEIRA, Maria Rosa Duarte de. **João Goulart na imprensa**: de personalidade a personagem. São Paulo: Anablume, 1993.

PASCHOAL, Engels. **A trajetória de Octávio Frias de Oliveira**. São Paulo: Mega Brasil, 2006.

PILAGALLO, Oscar. **O Brasil em sobressalto**: 80 anos de história contados pela Folha. São Paulo: Publifolha, 2002.

PULS, Mauricio. Getulistas destroem máquinas da Folha. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/80anos>>. Acesso em: 22 ago. 2004.

RAMOS, José Nabantino. **Jornalismo**: dicionário enciclopédico. São Paulo: Ibrasa, 1970.

TASCHNER, Gisela. **Folhas ao vento**: análise de um conglomerado jornalístico no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABREU, Alzira Alves de. A participação da imprensa na queda do governo Goulart. In: FICO, Carlos e et al. **Seminário 40 anos do golpe de 1964: 1964-2004/ditadura militar e resistência no Brasil**. Rio de Janeiro: 7letras, 2004.

_____. **A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

_____. **A modernização da imprensa, (1970-2000)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

_____. 1964: a imprensa ajudou a derrubar o governo Goulart. In. FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). **João Goulart: entre a memória e a história**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2006.

ABREU, Alzira Alves de; BELOCH, Israel, LATTMAN-WELTMAN, Fernando & LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer (coords.). **Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930**. Rio de Janeiro: Editora FGV/CPDOC, 2001.

AGUIAR, Flávio. A tesoura e o quadro: uma visão sobre a censura à imprensa durante o regime de 1964. **Margem Esquerda**, São Paulo, Boitempo, nº 03, 2004.

ALMEIDA, Alberto C. Os gabinetes parlamentaristas. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/>. Acesso em: 13 set. 2007.

ARBEX Jr, José. **Showrnlismo: a notícia como espetáculo**. São Paulo: Casa Amarela, 2001.

BAHIA, Juarez. **Jornal, história e técnica**. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1967.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964**. Rio de Janeiro/ Brasília: Revan/Ed. UnB, 2001.

_____. **A renúncia de Jânio Quadros e a crise pré-64**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.

BIAGI, Orivaldo L. O imaginário da Guerra Fria. **Revista de história regional**. v. 6, n. 1. Ponta Grossa, 2001. Disponível em <http://www.uepg.br/rhr/v6n1/Biagi.pdf>.

BRANCO, Humberto de Alencar Castello *et al.* **Revolução de 31 de Março**. 2º aniversário. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1966.

CAMARGO, Aspásia de Alcântara . A questão agrária: crise de poder e reformas de base. In. GOMES, Ângela de Castro e et. Al. **O Brasil Republicano**, v. 10: sociedade e política (1930-1964). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CAMPOS, Fátima Gonçalves. **Visões e vozes: o governo Goulart nas páginas da Tribuna da Imprensa e Última Hora (1961-1964)**. Dissertação de Mestrado. Niterói: ICHF – UFF, 1996.

CAPELATO, Maria Helena. Imprensa, uma mercadoria política. **História & Perspectivas**. Uberlândia: EDUFU, v. (11): Jul./Dez. 1994.

CAPELATO, Maria Helena e PRADO, Maria Lígia. **O bravo matutino: imprensa e ideologia: o jornal o Estado de S. Paulo**. São Paulo: Alfa Omega, 1980.

CARDOSO, Tom. **Tarso de Castro, 75 kg de músculos e fúria: a vida de um dos mais polêmicos jornalistas brasileiros**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2005.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/B. Brasil, 1990.

CONY, Carlos Heitor. **A revolução dos caranguejos**. São Paulo: Objetiva, 2004.

_____. **O ato e o fato: o som e a fúria das crônicas contra o golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

COSTA, Cristiane. **Pena de aluguel: escritores jornalistas no Brasil 1904–2004**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Comando Geral dos Trabalhadores no Brasil: 1961-1964**. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.

DREIFUSS, René A. **1964: a conquista do estado (ação política, poder e golpe de classe)**. 3ªed. Petrópolis: Vozes, 1981.

DUARTE, Celina Rabello. **Imprensa e redemocratização no Brasil: um estudo de duas conjunturas, 1945 e 1974-1978**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), PUC, São Paulo, 1987.

FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In. FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano — o tempo da experiência democrática: da democratização ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003, vol. 3.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História. (Brasil: do ensaio ao golpe-1954-1964)**, vol. 24, nº47. São Paulo, ANPUH/CNPq, 2004, p.29-60.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. **Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

FILHO, João Roberto Martins. Forças Armadas e política, 1945-1964: a ante-sala do golpe. In. FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). **O Brasil republicano — o tempo da experiência democrática: da democratização ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003, vol. 3.

GALVÃO, Walnice. As falas, os silêncios (literatura e imediações: 1964-1988). In. SCHWARTZ, Jorge e SOSNOWSKI, Saul (orgs.). **Brasil: o trânsito da memória**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

GASPARI, Élio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GOMES, Anal Cláudia Masagão de Paula. **A cruzada anticomunista de Carlos Lacerda: A Tribuna da Imprensa na crise de 1964**. Dissertação PUC, São Paulo, 1995.

GORENDER, Jacob. No 40º triste aniversário do triste evento de 1964: o golpismo contra a História. **Margem Esquerda**. São Paulo: Boitempo, nº 03, 2004, p.33-42.

_____. **Combate nas trevas:** a esquerda brasileira - das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987.

GRYNSZPAN, Mario. O período Jango e a questão agrária: luta política e afirmação de novos setores. *In*. FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). **João Goulart:** entre a memória e a história. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2006.

HEICHEL, Heloisa Jochims. O “perigo vermelho” na América Latina e a grande imprensa durante os primeiros anos da Guerra Fria (1947–1955). **Diálogos**, DHI/UEM, v. 8, n. 1, 2004.

MACIEL, Laura Antunes. Produzindo notícias e histórias: algumas questões em torno da relação telégrafo e imprensa – 1880/1920. *In*. FENELON, Déa Ribeiro; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun (org.). **Muitas memórias, outras histórias.** São Paulo: Olho d’Água, 2004.

MARSON, Adalberto. Reflexões sobre o procedimento histórico. *In*: SILVA, Marcos Antonio da (org.). **Repensando a história.** Rio de Janeiro: Marco Zero, 1984.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Os trabalhadores rurais na política: o papel da imprensa partidária na constituição de uma linguagem de classe. **Estudos, Sociedade e Agricultura.** Rio de Janeiro: UFRRJ, n. 4, jul. 1995.

MICELI, Sérgio. O papel político dos meios de comunicação de massa. *In*. SCHWARTZ, Jorge e SOSNOWSKI, Saul (orgs). **Brasil: o trânsito da memória.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Jango e o golpe de 1964 na caricatura.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

_____. João Goulart e a mobilização anticomunista de 1961-1964. *In*. FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). **João Goulart:** entre a memória e a história. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2006.

NOBRE, Freitas. **História da imprensa de São Paulo.** São Paulo: Edições Leia, 1950.

ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira** – cultura brasileira e indústria cultural. São Paulo: Braziliense, 2006.

RIDENTI, Marcelo. Cultura política: os anos 1960-1970 e sua herança. In. FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil republicano: o tempo da ditadura** – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

RIOUX, Jean-Pierre. Entre história e jornalismo. In: CHAVEAU, A.; TÉTARD, P. (Orgs.). **Questões para a história do presente**. Cohen. Bauru. São Paulo: Edusc, 1999.

SAES, Décio. **Classe média e sistema político no Brasil**. São Paulo: Queroz Editor, 1985.

SANTOS, Ana Maria dos. Desenvolvimento, trabalho e reforma agrária no Brasil, 1950–1964. **Tempo**, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 7, jul. 1999, p. 47-65. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg7-2.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2007.

SILVA, Carlos Eduardo Lins da. **O adiantado da hora**: a influência americana sobre o jornalismo brasileiro. São Paulo: Summus, 1991.

SILVA, Carla Luciana. Imprensa e ditadura militar: padrões de qualidade e construção de memória. **História & Luta de Classes**. Rio de Janeiro: ADIA, n. 1, abr. 2005.

SILVA, Hélio. **O poder militar**. Porto Alegre: L& PM Editores, 1984.

_____. **1964 - Golpe ou Contragolpe?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco, 1930-1964**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

STARLING, Heloisa M. Murgel. **Os senhores das Gerais**: os novos inconfidentes e o golpe militar de 1964. Petrópolis: Vozes, 1986.

TOLEDO, Caio Navarro de. **Visões críticas do golpe**: democracia e populismo. Campinas: Unicamp, 1997.

_____. **O governo Goulart e o golpe de 64**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. 1964: golpismo e democracia. As falácias do revisionismo. **Crítica Marxista**, nº 19, Rio de Janeiro, Revan, 2004, p. 27-48.

_____. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia. **Revista Brasileira de História (Brasil: do ensaio ao golpe-1954-1964)**, v. 24, nº47. São Paulo, ANPUH/CNPq, 2004, p.13-28.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

VILLA, Marco Antonio: **Jango: um perfil (1945-1964)**. São Paulo: Globo, 2004.

WEFFORT, Francisco C. O populismo na política brasileira. *In*. FURTADO, Celso (org.). **Brasil: tempos modernos**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1977.

_____. Jornais são partidos? . **Revista Lua Nova**, vol. 1, nº 2, jul-set, São Paulo: Braziliense, 1984.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e sociedade: 1789–1950**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.